

CASA ABRIGO PARA
RECUPERAÇÃO E
EMPODERAMENTO DE
MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA

MARINA POLLETTI MOREIRA
PRFA. MA.ALINE ALVES ANHESIM

2018

PRESIDENTE PRUDENTE -SP



“Primeiro, eu fui abusada aos 12 anos pelo meu padrasto. Depois que eu sofri violência do meu ex-companheiro, eu procurei a casa de apoio e isso foi muito importante! Eu achava que era briga de marido e mulher e depois eu aprendi que não, que aquilo não era normal, não.

Eu conheci esse cara e fomos morar juntos. Primeiro começou com um ciúme. Alí, não podia passar um batom porque ele perguntava: ‘Tá se arrumando para quê?’ e começou assim, do nada. Um dia ele chegou a me dar um tapa no rosto, depois pediu desculpas. No outro dia foi pior. Por último, ele já estava me batendo com barra de ferro. Toda semana era uma briga e era quase sempre uma agressão, até que ele quebrou meu nariz e me deixou 4 dias trancada dentro de casa. Eu já estava inconsciente e uma vizinha estranhou e foi me espiar. Eu estava deitada na cama com o rosto todo inchado, nariz quebrado e ela se apavorou, achou que eu estava morta. Ela foi na casa da minha irmã e avisou. Avisou meu irmão e minha mãe. Nisso, de manhã cedo, umas 7:00, quando eu vi, abriram uma janela da sala e perguntaram: ‘Onde é que ele tá?’. Eu olhei e era a Polícia e fiz um sinal [com a cabeça e com os olhos] de que ele estava no quarto e ele me mandava ficar quieta, que não era para dizer que ele estava ali. Entraram pela porta da frente. Levaram ele na hora, algemado, e me levaram pro pronto-socorro. Tiveram que quebrar meu nariz de novo, porque tinha colocado já, o osso, nesses 4 dias.

Eu fui para casa de proteção e ali foi o recomeço de tudo para mim. Ele me ligava no celular e me ameaçava, mas eu conversava com a psicóloga e ela dizia pra eu não acreditar naquilo, que era tudo para eu voltar pra ele e que ia ser tudo como sempre tinha sido. Fui seguindo tudo o que ela me falava e segui em frente.

Fomos na Defensoria Pública e, no dia, ele não parava de chorar. Chorava igual uma criança e dizia: ‘Eu vou ser preso! Tu vai deixar eu ir preso? Pelo amor de Deus, vamos embora que eu te amo!’ e eu disse: ‘Não! Tu não foi homem para me bater todo esse tempo? E fazer tudo que fez? Agora tu vai ser homem para encarar a Justiça!’.

Foi nessa casa de proteção que eu aprendi a me valorizar e saber que ser agredida não é normal! [...] Hoje em dia eu tenho tudo que eu preciso: a minha família, tudo!

Tudo que eu passei ficou lá para trás. Hoje eu tenho meu trabalho, eu tenho minha família, agora estou do lado da minha irmã, tenho quatro netos da minha filha mais velha e, hoje em dia, eu sou uma vencedora!”

Rosemeri Rodriguez Correa - Região das Ilhas, Porto Alegre

Dedico este trabalho à todas as mulheres que, de alguma forma, tornam-se sempre minha grande fonte de inspiração e aprendizado e que são obrigadas a enfrentar os abusos e crueldades do mundo.

Em especial à minha irmã e minha mãe. Sem vocês, eu nada seria!

RESUMO

A violência de gênero é um dos grandes problemas sociais com consequências gravíssimas às mulheres. É caracterizada como uma agressão ao corpo e mente com agravantes aos seus desenvolvimentos sociais, comprometendo o exercício da cidadania e dos direitos humanos dessas mulheres. A cidade de Presidente Prudente, extremo oeste do estado de São Paulo, assim como muitos outros municípios brasileiros apresenta panorama alarmante quanto ao tema. Alguns são os equipamentos públicos assistencialistas a causa, porém não são locais que se destinam exclusivamente a essa demanda. Muitas dessas mulheres precisam além de um tratamento psicológico e acompanhamento médico de um lugar temporário para estabelecerem-se longe de seu agressor e finalmente cortar laços com ciclo de violência, sofrimento e dependência do relacionamento. O presente trabalho tem como proposta apresentar o desenvolvimento teórico e prático de um espaço de abrigo feito para mulheres em situação de violência de gênero na cidade de Presidente Prudente. O desenvolvimento e resultado desse trabalho se dará através de análises críticas e detalhadas de equipamentos destinados a esse público, levantamentos de demandas e de instrumentos assistencialistas existentes na região, além de estudos na cidade para melhor implantação da edificação.

Palavras chave: Violência de Gênero, Casa Abrigo, Presidente Prudente

ABSTRACT

Gender violence is one of the major social problems that has serious consequences for women. It is characterized with aggression to the body and mind with negative impact on social development, compromising the social environment and the human rights of these women. The city of Presidente Prudente, located in west of the state of São Paulo, as well as many other Brazilian municipalities show an alarming situation on the subject. Some of the currently available public services offer help, but they are not places that are specifically developed and trained to deal with these women. Many of these women need more than a psychological treatment and medical follow-up from a temporary place to settle away from their abuser and ultimately cut off a cycle of violence, suffering, and relationship dependence. This project serves as a proposal to present the theoretical and practical development of a safe space for women in situations of gender violence in the city of Presidente Prudente. The development and result of this project will be through critical and detailed analyzes on this public places that have these women as their focus, searchings involving these women and public places that help them on this area, beyond studies on the city for a better buildings insertions.

Keywords: Gender Violence, Shelter, Presidente Prudente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

CAPÍTULO 1

1.1. A Violência de Gênero	4
1.2. Primórdios da Sociedade Patriarcal no Brasil e suas Heranças à Organização Social.....	6
1.3. Legislações Brasileiras – A LEI Nº 11.340 DE 2006.....	9
1.4. A Política de Abrigamento: Conceitos, Diretrizes e Estudos de casos.....	14
1.5. Casos Específicos de Análise	17
1.5.1. Casa Abrigo Fátima Diniz.....	17
1.5.2 Casa-Abrigo: no enfrentamento da violência de gênero.....	19

CAPÍTULO 2

Diretrizes Projetuais de Locais de Abrigamento.....	25
2.1 Diferenças Projetuais na Composição de Locais de Caráter Exclusivamente Institucionais e <i>Lares</i>	26

CAPÍTULO 3

A Cidade de Presidente Prudente e a Conjuntura Regional Diante do Tema	29
3.1. Os Equipamentos Públicos Assistencialistas às Mulheres da Cidade de Presidente Prudente	30
3.2. Dados Quantitativos e Qualitativos da Violência de Gênero na Região.....	35
3.3. Panoramas Nacional e Municipal diante do Tema Abordado..	37

CAPÍTULO 4

Análises de Correlatos.....	42
4.1. The Ada and Tamar De Shalit House	42

4.2. Casa da Mulher Brasileira (CMB)	45
4.3 Arquitetura em Combate com a Violência Doméstica: Como Projetar Casas de Proteção +Reabilitação de Sobreviventes de Abusos.....	51

CAPÍTULO 5

O Projeto	59
Conceito e Partido	59
Cálculo de Demanda	61
Programa de Necessidades	62
Terreno - Localização	64
Terreno - Análises.....	65
Terreno –Estudos	67
Parâmetros Urbanísticos.....	68
Fluxograma.....	69
Implantação	70
Pranchas de Implantação.....	73
Materialidade.....	75
Estruturas e Vedações	76
Núcleos	78
A. Núcleo de Autonomia	80
Pranchas do Núcleo de Autonomia	82
B. Núcleo de Apoio	85
Prancha do Núcleo de Apoio	87
C. Núcleo de Moradia	88
Pranchas do Núcleo de Moradia	91
Diretrizes Paisagísticas.....	94

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
---------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
---------------------------------	----

INTRODUÇÃO

*"Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventura
[...]*

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

*Mão, cheia de dedo
Dedo, cheio de unha suja
E pra cima de mim? Pra cima de moi? Jamais, mané!*

Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim"

Maria da Vila Matilde - Elza Soares

A violência de gênero é um fato, dentre tantos outros, que revela a relação de desigualdade entre homens e mulheres na sociedade mundial. Sob a ótica do patriarcado, agressores impulsionados pelo domínio e posse sobre as mulheres tomam atitudes decisivas para o desgaste emocional e físico das vítimas, além de a retirada de sua liberdade e autonomia. Desde a década de 1970, a ação militante do movimento de mulheres se fortalece e tem como um de seus objetivos dar visibilidade a essa questão, ainda que seja muito pequena às preocupações

governamentais e sociais para mudanças drásticas no cenário.

A violência doméstica contra a mulher, uma das principais violências de gênero constatada, acontece dentro do espaço privado e por isso a grande dificuldade de visibilidade das ocorrências. Geralmente acometida por alguém que mantém ou manteve relação íntima com a vítima, é caracterizada de diversos modos, desde marcas visíveis no corpo ou degradação de pertences, até formas menos visuais como pela fala com a finalidade de afetação do psicológico e da moral da vítima.

No particular caso brasileiro, é notório o crescente número de denúncias, evidenciando-se como um problema social e com evidente relevância a um olhar cuidadoso do desenvolvimento e criação de políticas públicas efetivas na erradicação do fenômeno, além de a tentativa em proporcionar assistências mais adequadas e humanizadas às vítimas.

Poucos são os abrigos específicos para o atendimento de mulheres em situação de violência no território nacional visto a sua demanda, porém aqueles que se estabelecem abertos proporcionam de forma limitada um atendimento de mediana qualidade por conta, principalmente, dos espaços ocupados para tal finalidade. De caráter sigiloso, como exigido pelas normas brasileiras, muitos desses espaços são ocupações legais de edificações preexistentes, sem a menor infraestrutura adequada

ao atendimento às vítimas.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo a elaboração de um projeto arquitetônico de uma Casa Abrigo para o acolhimento de mulheres em situação de violência, principalmente doméstica e familiar, na cidade de Presidente Prudente que tenha como preocupação a vivência das mulheres quanto a situação de aprisionamento necessária para as suas seguranças. É relevante a preocupação com a adequação de uma demanda específica, já que, além de atender as necessidades municipais, Presidente Prudente é polo de todos os tipos de serviços que as demais cidades da região carecem.

Com base em pesquisas bibliográficas, projetos arquitetônicos executados e estudos projetuais, além de pesquisa a campo, foram determinadas as diretrizes para o desenvolvimento de um discurso projetual que atendesse as necessidades à essas mulheres em situação de fragilidade.

O trabalho foi desenvolvido em etapas expostas de acordo com cada capítulo presente, a fim de contemplar os objetivos específicos planejados.

Primeiramente, executou-se um estudo de referenciais teóricos que conduziram reflexões acerca do tema e de sua importância histórica e atual no território nacional e no âmbito

social. Juntamente com os estudos teóricos, foram desenvolvidas pesquisas que estruturaram o atendimento prestado pelas referências nacionais, enfocando nos aspectos de carência no atendimento. Muito do que se desenvolve é o estudo do caminhar dessas mulheres até as Casas-Abrigo. A partir desse ponto, as informações encontram-se escassas.

A segunda etapa do trabalho consiste na análise de diretrizes projetuais propostas por pesquisadores que foram a campo durante anos para o entendimento do funcionamento de abrigos e suas características positivas e negativas, com o intuito explícito de listarem-nas.

O capítulo 3 é dedicado exclusivamente ao estudo e exposição da conjuntura da cidade de Presidente Prudente, seus equipamentos públicos diante do tema e a justificativa concisa de uma demanda.

Na próxima etapa foram feitas as análises de correlatos encontradas acerca do tema com a finalidade de comparação, estabelecimento de parâmetros de áreas, demanda, tipos de assistências necessárias, entre outros, que nortearam nas especificações do produto arquitetônico, introduzindo através de estudos o processo projetual. Vale ressaltar que o caráter sigiloso dos projetos arquitetados, ou a falta de uma preocupação projetual de abrigos específicos à essas vítimas,

dificultam no achado de referências concretas e com informações explícitas.

Por fim, o capítulo 5 é dedicado a apresentação de projeto arquitetônico em que a especificação da demanda, o processo de desenvolvimento do programa de necessidades, análises e escolha de terreno, implantação e decisões projetuais são expostas detalhadamente.

Nas considerações finais, são reveladas reflexões sobre os desafios acerca do abrigamento de mulheres em situação de violência e as potencialidades para a arquitetura como ferramenta no enfrentamento da problemática.

CAPÍTULO 1

1.1 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

"A pesquisa 'A Mulher brasileira nos espaços público e privado', realizada em âmbito nacional, projeta que cerca de, no mínimo, 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano no país, 5,8 mil/dia, 243/hora ou 4/minuto – uma a cada 15 segundos. Na maioria dos casos, a violência foi cometida pelo próprio parceiro/marido, na residência. Outros agressores citados eram o ex-marido, o ex-companheiro e o ex-namorado" (VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA, 2004)

No primeiro momento, é importante que se faça uma contextualização da violência de gênero, expondo os problemas de poder e impotência, respectivamente, do agressor e da vítima, conseqüências do patriarcalismo. É importante destacar que esse tipo de violência ocorre independentemente de raça, classe social, religião entre outras diversidades, mas, pelo fato de existir o pensamento, retrógrado, da dominação do homem sobre a mulher (SAFFIOTI, 2004).

Anteriormente, a violência de gênero era vista somente como uma questão privada, destinada àqueles que estavam entre as quatro paredes. Devido suas altas e crescentes taxas, passou a ser identificado como objeto de preocupação social (BRAVO, 1994). Destacam-se três principais ocorrências de

violência de gênero:

“A violência doméstica é concebida como todo o tipo de violência que inclui membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico, incluindo pessoas que convivam esporadicamente neste espaço. A violência intrafamiliar refere-se a toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder à outra. A violência física ocorre quando uma pessoa, que está em posição de poder em relação a outra pessoa, causa ou tenta causar dano não acidental, por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma que possa provocar ou não lesões externas, internas ou ambas.” (NARVAZ, KOLLER, 2006)

Os tipos de violência, apesar de serem todos destrutivos, são diversos. Dentre os mais acometidos, é possível apontá-los em 5 diferentes manifestações¹:

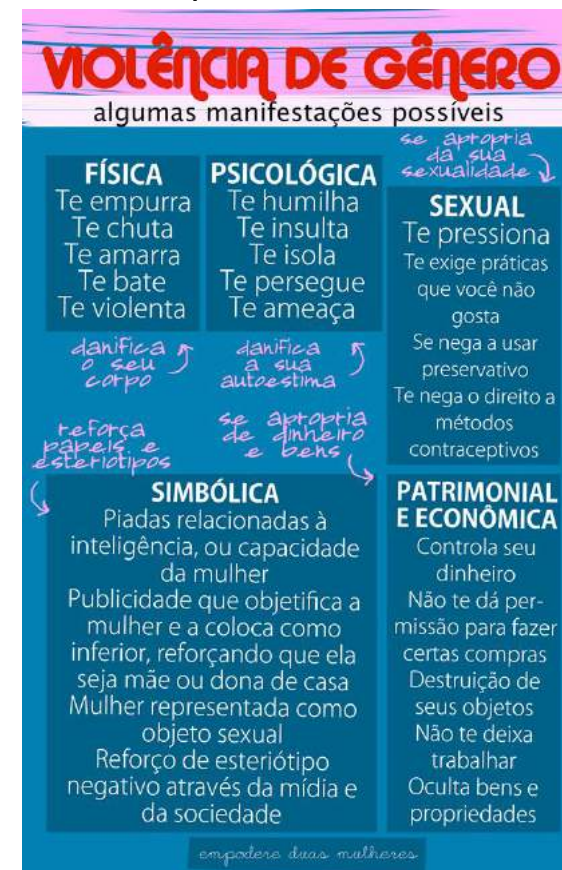
¹ Referência: Telma Lúcia Aglio Garcia e Daniela Raminelli Píccolo . Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas: As Manifestações da Violência de Gênero em Presidente Prudente, Universidade Estadual de Londrina - PR, 2011

1. Violência física caracteriza-se por qualquer tipo de demonstração em que o agressor fira fisicamente a mulher, como chutes, socos, arremessos, tapas, entre outros.

2. Violência psicológica é verbal e uma tentativa de tirar a autonomia da vítima por meio de chantagens, ameaças, humilhações e a promessa de isolamento da mulher para com seus familiares e amigos.

Normalmente acompanha a primeira.

Figura 1 - Ilustração explicativa dos tipos de violência



(Fonte: <https://www.facebook.com/empodereduasmulheres/photos/a.793090670764923.1073741827.282908221783173/861610510579605/?type=3&theater>)
Acesso em: 13 fev. 2017

3. Violência sexual, a mais comum em todas as faixas etárias e território nacional, é dita como qualquer tentativa de apropriação do corpo alheio sem o consentimento ou vontade da envolvida, podendo ou não haver ato sexual. Normalmente, nesse tipo de agressão, o uso da força física é comum acompanhado de chantagens e ameaças.

4. Violência moral tem como objetivo ferir a integridade e reputação da mulher na sociedade, por meio de calúnias, difamações e injúrias. Atualmente, pode ser encontrada tanto verbalmente quanto pelas redes sociais.

5. Por último, a violência patrimonial se dá por meios de rompimentos materiais da vítima com seus pertences. Em sua maioria, o agressor quebra, estraga, rasga pertences da mulher dos quais rompem com as satisfações de suas necessidades vitais, deixando-a vulnerável. (FIGURA 01)

Além destes, há ainda um caso de pequeno conhecimento público, mas de frequência relevante para o questionamento da violação dos direitos da mulher: o tráfico de pessoas. Mulheres são persuadidas por diversos tipos de promessas sedutoras e tem seus corpos traficados para trabalhos sexuais tanto em perímetros nacionais quanto internacionais, acarretando em complexas consequências à saúde: física e mental.

Segundo o artigo de revista de Narvaz e Koller, os números são reveladores e alarmantes quanto à importância da preocupação com as vítimas:

“Dados estatísticos (Thomas, 1992) ilustram claramente o custo social dessa violência, em especial quando ocorre no âmbito doméstico e familiar. No mundo, um em cada cinco dias de folga ao trabalho é decorrente de violência sofrida por mulheres em suas casas. Na América Latina, a violência doméstica incide entre 25% e 50% das mulheres. No Brasil, 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica; a cada 4 minutos, uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relação de afeto; 70% dos crimes contra a mulher acontecem dentro de casa e o agressor é o próprio marido ou companheiro; mais de 40% das violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos. Outros estudos (Redesaúde, 2001)”

1.2 PRIMÓRDIOS DA SOCIEDADE PATRIARCAL NO BRASIL E SUAS HERANÇAS À ORGANIZAÇÃO SOCIAL

É difícil de determinar qual o momento específico em que

o gênero feminino fora visto como inferior ao masculino. Muitas são as evidências, em várias eras históricas distintas, dessa desigualdade.

Com o fim do nomadismo, a fixação do indivíduo à uma terra, e a disseminação da ideia da propriedade privada, surgem os primeiros conceitos práticos da *monogamia* e do *amor como propriedade (ciúme)*. A fidelidade da mulher à um homem era a única garantia de reconhecimento de legitimidade dos herdeiros e assim, a transmissão dos bens. Com avanço comportamental e histórico, os espaços públicos foram destinados aos homens enquanto que os privados ficaram sob regime das mulheres.

Figura 2:
Ilustração
da
sociedade
patriarcal
brasileira
na época
da
colonização



Fonte: Debret. J. B. (1949). Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (S. Milliet. trad. 2a ed.). São Paulo: Martins Fontes (Biblioteca Histórica Brasileira, 4-3 vol em 2 tomos, Prancha 2/5)

Ainda quanto à religiosidade, com aparecimento do Cristianismo, a mulher, continua em sua posição de submissão e a instituição religiosa dita as regras matrimoniais, sendo estas indissolúveis, a fim de garantir uma ordem social, acentuando esse condicionamento (CABRAL, 2004).

No Brasil colonial de grandes engenhos no Nordeste, assim como em muitas outras circunstâncias, enquanto às mulheres cabiam os papéis de organização das casas e dos cuidados da família, aos homens, grandes donos de latifúndios escravocratas, eram destinadas funções centrais de poder dentro da instituição familiar e dos regimes trabalhistas de suas propriedades privadas, confirmando os ideais patriarcais:

"A família, neste momento histórico, era uma unidade política, jurídica, econômica e religiosa que se erigia em torno da figura masculina." (CABRAL, 2004, pg 29, apud PEREIRA, pg 18)

Nesse contexto latifundiário, o abuso de mulheres indígenas e negras por homens europeus brancos, resultava na miscigenação da população em crescimento e a construção das idéias da ilegitimidade dos filhos, acarretando à mulher a opressão estabelecida pelo sistema patriarcal e a sua posição (juntamente com a de seus filhos) de inferioridade conferida

pelo colonizador, impondo a marginalização. (OLIVEIRA, PARADISO, 2012)

Posteriormente, no início do século XVII, com a mudança do pólo econômico nacional para a região central do país, nas terras que detinham as minas de ouro, o modelo de família alterou-se. Nesse contexto, as ocorrências, cada vez maiores, de miscigenação racial, permitiram que as mulheres passassem a exercer atividades fora do ambiente doméstico e a chefiar famílias, facilitando o aumento da contingência de filhos ilegítimos, e o não cumprimento com os regimes da Igreja e da Coroa. No século seguinte, com o declínio da mineração e a vinda de imigrantes ao Brasil em busca de melhores condições de vida, a cafeicultura nas regiões sul e sudeste impulsionaram a economia nacional no interior. Os ideais higienistas e os processos de industrialização alavancaram a criação de centros urbanos sólidos que permitiram uma terceira maneira de organização familiar. As mulheres, agora, passam a ser permitidas ao convívio social e ao consumo comercial, além de muitas vezes ingressarem para o mercado de trabalho pela necessidade de mão de obra das novas indústrias, ainda que com os salários inferiores aos dos homens. (MONCORVO, 2008)

Apesar de a mudança nas estruturas familiares do país, o Código Civil do ano de 1916, ainda mantinha resquícios

bastantes patriarcais:

"[...] a figura do marido era central, tinha incumbência de sustentar economicamente a família, enquanto à esposa cabe a função de cuidar dos filhos e da casa. Ao homem se aplicavam os mais amplos direitos de representar a família, administrar os bens comuns e particulares da esposa, fixar domicílio da família e exercer o pátrio poder sobre os filhos; enquanto a mulher desempenhava papel secundário"
(MONCORVO, 2008, apud ALVES, 2006)

Nesse contexto histórico de superioridade masculina, a falta de identidade feminina e a sua submissão sempre foram assuntos frequentes, porém com pouca preocupação social. O quadro patriarcal não resistiu aos avanços das lutas emancipatórias das mulheres pós guerra e pós industrialização, quando questionados os direitos à liberdade e a igualdade destas. A partir dos ideais feministas crescentes, no mundo todo, as mulheres começaram um movimento, ainda que tímido, com muitas conquistas: a Revolução Feminina. (CABRAL, 2004)

Apoiado nesse destaque feminino nas lutas sociais, principalmente a partir dos anos 1970, no Brasil, os avanços legais de saúde e de conscientização foram muitos quando comparados às décadas anteriores, ainda que os problemas de violência não fossem vistos como crimes ao direito humano da

mulher ou até romantizados. (SCHRAIBER, D'OLIVEIRA, FALCÃO, FIGUEIREDO, 2005)

1.3. LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS – A LEI Nº 11.340 DE 2006

A lei 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, foi instaurada em sete de agosto de 2006 e teve como protagonistas de luta mulheres e movimentos feministas fortemente engajados na criação de leis, decretos e políticas públicas em nome da proteção de cidadãos em situação de violência. (BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006)

A violência de gênero, no passado, vista como uma responsabilidade do âmbito privado, advém da dominação masculina sob o comportamento de mulheres e de suas vivências. Essa dominação, física ou psicológica, é uma conduta produzida historicamente e por meio de relações desiguais de poder. Por estar enraizada na sociedade, é a cultura sexista que fomenta a desigualdade de poder frente às relações de gênero, corroborando, desse modo, com a violência, em todos os seus sentidos, não sendo encontrada somente dentro de ambientes intrafamiliares, mas em todos os tipos de esferas. (MENEGHEL, S.N. et al. - 2011)

“A concepção da esfera doméstica como totalmente privatizada reitera o entendimento da violência doméstica como prática natural de resolução de

conflitos, segundo os modelos e papéis instituídos pelo patriarcado e pelas relações contraditórias de gênero. [...] Por parte das vítimas, aumentam as dificuldades para romper com a violência, numa situação de isolamento e sem estruturas ou mecanismos de apoio ou ajuda, porque entendida como um problema familiar, no âmbito das relações interpessoais, como se estas estivessem isoladas das relações sociais que estruturam determinada ordem social.” (ROCHA, L. de M. L. N.- 2007)

Anteriormente à criação da Lei Maria da Penha, estava em vigor a lei nº 9.099/95, um dos enormes obstáculos no combate à violência de gênero. A antiga lei via como crime de menor potencial ofensivo os casos de violência, punindo como pena criminal ao agressor de até dois anos de aprisionamento, se encaminhado à um juizado, ou penas simbólicas como o pagamento de cestas básicas ou trabalhos voluntários comunitários (a maioria dos casos), contribuindo para a impunidade e para a ininterrupção das agressões. Além disso, muitas vezes, as condutas masculinas eram vistas como patologias e, por isso, punições não eram aplicadas com tanto rigor. (MENEGHEL, S.N. et al. - 2011)

Apesar de tal falha legal no país, a Constituição de 1988 sempre demonstrou, de forma expressa, a necessidade de

implantações de políticas públicas no sentido de coibir e erradicar a violência doméstica. Maria Berenice Dias, em sua análise à implantação da nova lei, enfatiza o ciclo de violência contra a mulher e retrata o quadro brasileiro em que a maioria das mulheres não chega sequer perto da denúncia e da ruptura com as agressões:

“Os resultados são perversos. Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, 30% das mulheres foram forçadas nas primeiras experiências sexuais; 52% são alvo de assédio sexual; 69% já foram agredidas ou violadas. Isso tudo, sem contar o número de homicídios praticados pelo marido ou companheiro sob a alegação de legítima defesa da honra.

Ainda que tais dados sejam surpreendentes, é preciso atentar que esses números não retratam a realidade, pois a violência é subnotificada. Somente 10% das agressões sofridas por mulheres são levadas ao conhecimento da polícia. É difícil denunciar alguém que reside sob o mesmo teto, pessoa com quem se tem um vínculo afetivo e filhos em comum e que, não raro, é o responsável pela subsistência da família. A conclusão só pode ser uma: as mulheres nunca param de apanhar, sendo a sua casa o lugar mais perigoso para elas e os filhos.”

A nova proposta de lei, com um olhar inovador na situação das vítimas, legitima o sofrimento das mulheres e a fragilidade do momento, tornando tarefa do Estado, a responsabilidade de proteção às vítimas, prevenção de violência, punição dos agressores e ajuda na reconstrução e/ou prosseguimento da vida dessas mulheres. Essa responsabilidade nova do Estado dá-se por meio de decretos, leis e políticas públicas integradas:

“A primeira articulação citada na lei é a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.” (BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006)

Na escrita da lei, após a elucidação das “Disposições Preliminares” (os direitos de todas as mulheres), das “Disposições Gerais” (tipos de violência e circunstâncias) e o aprofundamento dos conceitos e tipos de violência (vistos anteriormente neste presente trabalho), a lei promove diretrizes para diversas atividades, estudos, pesquisas e implementações práticas que fomentam o entendimento teórico e prático dessa distorção histórica de gêneros. Encontram-se essas políticas no artigo oitavo e seus incisos, com direcionamentos para essa nova atuação governamental:

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais[...]

Em seguida, quanto à proteção “imediata” de mulheres agredidas, a lei estipula que devem ser solicitadas as *Medidas Protetivas de Urgência*, na própria delegacia policial junta à denúncia ou, em casos de análises de urgência, o decreto por meio de decisão judicial deve ser finalizado em até 48 horas. A medida protetiva mostra-se de grande inovação se comparada à lei anterior, mas é questionável quanto ao asseguramento dessas mulheres e de seus filhos já que é necessária a espera de uma medida judicial de segurança. Ainda, a lei impede que a intimação seja entregue ao agressor por meio da vítima, possibilita uma assistência jurídica às mulheres agredidas e decreta prisão em flagrante e preventiva, o que não se via, nem com proximidade, na legislação anterior.

Apesar dessa inovação penal na teoria, a prática é bastante distante do planejado. Por meio de um estudo do ano de 2011 vinculado à pesquisa *Rotas críticas: a trajetória das mulheres no enfrentamento à violência*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, foram entrevistadas

mulheres em situação de violência e operadores de instituições que atuam frente à problemática da violência de gênero:

“Alguns juízes entendem que não podem considerar a medida protetiva de urgência se a vítima não representa contra o autor do fato no momento do registro. Muitas vezes a vítima chega e ela quer proteção, mas não tem condições emocionais naquele momento de discernir se quer ou não processar o agressor. Nós entendemos que isso não pode prejudicar a concessão das medidas de proteção, a vítima tem que receber as medidas de proteção ainda que ela não queira fazer a representação. Então, eu acho que isso seria um passo super importante para aplicação da Lei, ou seja, colocar um dispositivo no artigo 19, no sentido de que a concessão das medidas protetivas de urgência independem de representação da vítima. (Operador jurídico)” (MENEGHEL, S.N. et al. - 2011)

Nesse mesmo aspecto, comparativo à legislação anterior (Lei nº 9.099/95), torna-se proibido a pena monetária, em cestas básicas ou em outras medidas comunitárias, podendo ou não, o agressor, a passar por um processo civil e criminal mais complexo, julgado em juizados ou varas especializadas no atendimento da violência de gênero, dependendo do nível de agressão cometida.

No que se refere à reconstrução da vida da mulher após o trauma, tanto em aspectos físicos quanto psicológicos, o Estado torna-se responsável após a reforma legal. De maneira vinculada, serviços como assistência social, programas assistenciais do governo federal e municipal, atendimentos em hospitais e postos de saúde direcionados à elas devem ser fornecidos às vítimas. Além disso, quanto às questões trabalhistas, a lei garante o vínculo ao seu trabalho em caso de afastamentos.

Art. 9º. A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

Ainda que referido uma única vez, o caso de mulheres que precisam retirar-se de seus lares, mantendo-se “presas” enquanto seus agressores em liberdade, é relatado na nova lei. Os poderes brasileiros devem promover centros de assistência às mulheres com atendimentos multidisciplinares e integral e casas-abrigos a elas e seus dependentes, além de o encaminhamento do agressor ao programa oficial ou comunitário de atendimento e proteção, sempre que necessário, situação que ainda não existe na maioria dos municípios

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência

doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Somada às brechas da prática do sistema legal citadas anteriormente, a pesquisa da Universidade do Rio Grande Sul, aponta que muitas dessas mulheres, após o registro da ocorrência retomam às suas casas por falta de opção de abrigo obrigatório em suas localidades ou até mesmo por indicação dos operadores da rede de atenção à vítima, não permitindo, assim, que a mulher se sinta protegida a continuar com sua denúncia.

Somado a isso, o estudo afirma a precariedade de recursos tanto nas estruturas físicas quanto na falta de integração entre as entidades que pertencem a rede de enfrentamento à violência:

“Esta, pressupõe ação e responsabilidade

intersetorial e atuação em equipes multidisciplinares compostas por profissionais das áreas psicossocial, jurídica e de saúde para promover a orientação e o cuidado das pessoas afetadas. Durante a pesquisa, ficou perceptível a carência de profissionais nos diversos serviços que compõem a rede de atenção em Porto Alegre, encontrando-se a figura do trabalhador voluntário, presente em todas as instituições pesquisadas, sendo que às vezes são os únicos profissionais disponíveis, demonstrando a pouca atenção e prioridade conferida pelo Estado à política de enfrentamento da violência de gênero.”
(MENEZES, S.N. et al. - 2011)

Vale destacar que, no momento em que a lei abriga a mulher, sem a distinção de sua orientação sexual ou identidade de gênero, o alcance da norma abrange tanto as lésbicas como travestis, transexuais e transgêneros que mantêm relação íntima de afeto em ambiente familiar ou de convívio. Em todos esses relacionamentos, as situações de violência contra o gênero feminino justificam especial proteção.

Apesar de o advento da Lei Maria da Penha ter instigado uma polêmica sobre violência doméstica, ocasionado uma ampliação de discussão sobre o tema, conceituado a “violência” e explanado seus tipos e os meios de enfrentamento, os índices

de violência de gênero continuam alarmantes e a alteração comportamental masculina prevista, permanece intacta e sem indícios de mudanças.

1. 4. A POLÍTICA DE ABRIGAMENTO: CONCEITOS DIRETRIZES E ESTUDOS DE CASOS

A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que tem como objetivo *“promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente”*, foi criada três anos antes de a famosa Lei Maria Da Penha, no ano de 2003. Após sua criação, foi formulada a *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres* juntamente com locais referenciais de assistência às mulheres em situação de violência. Essas medidas tinham quatro pontos base: "prevenção", "combate", "assistência" e "garantia de direitos humanos".

Aproximadamente dez anos após a criação da SPM, foram publicadas as *Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência* que visa estabelecer propostas de espaços que garantam proteção e segurança às mulheres, além de promover a reconstrução da autoestima e da cidadania destas tendo como base preceitos feministas. É possível encontrar, no site *"Compromisso e Atitude*

- *Lei Maria da Penha*" uma definição atual de Casas Abrigo que foi delineada a partir da vivências e práticas legais e sociais:

"Casas Abrigo – oferecem asilo protegido e atendimento integral (psicossocial e jurídico) às mulheres em situação de violência doméstica (acompanhadas ou não dos filhos) sob risco de morte. O período de permanência nesses locais varia de 90 a 180 dias, durante o qual as usuárias deverão reunir as condições necessárias para retomar a vida fora dessas casas de acolhimento provisório." (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, SPM-PR)

As Casas Abrigo, portanto, apresentam-se como lares temporários às mulheres que estão em situação de violência extrema, ou seja, sob graves ameaças e risco de morte. Nesse sentido, são excluídas mulheres que sofrem com tais violências, porém não se encontram em situações "mais graves". Alternativas de abrigamento, para tais mulheres, são o novo enfrentamento das políticas públicas, na busca de maior inclusão de casos de situações distintas, como as vítimas de tráfico de pessoas. Esses novos espaços que estão em articulação para maior abrangência dos casos brasileiros estão sendo

denominados como *Casas de Acolhimento*.

As Casas de Acolhimento provisório são espaços não sigilosos que recebem, em um curto período de tempo (aproximadamente 15 dias), mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de filhos, que não estão sob risco de morte. Os perfis de violência que se encontram nos relatos de mulheres direcionadas a esses locais são diversos, desde o aguardo a concessão das medidas protetivas de urgência em decorrência da violência doméstica até casos de tráfico de pessoas. As Casas de Acolhimento devem assegurar a integridade física e emocional das mulheres, além de diagnosticar suas necessidades e encaminhá-las aos locais de assistência adequados. Essas novas instituições, assim como as Casas Abrigos, são implantações dos governos estaduais e municipais e dependem, em sua maioria, de consorciamento, preferencialmente público. É possível notar a diferença dos dois tipos de serviços propostos por meio da tabela explicativa abaixo:

Tabela 1: Principais diferenças entre Casas Abrigo e Casas de Acolhimento

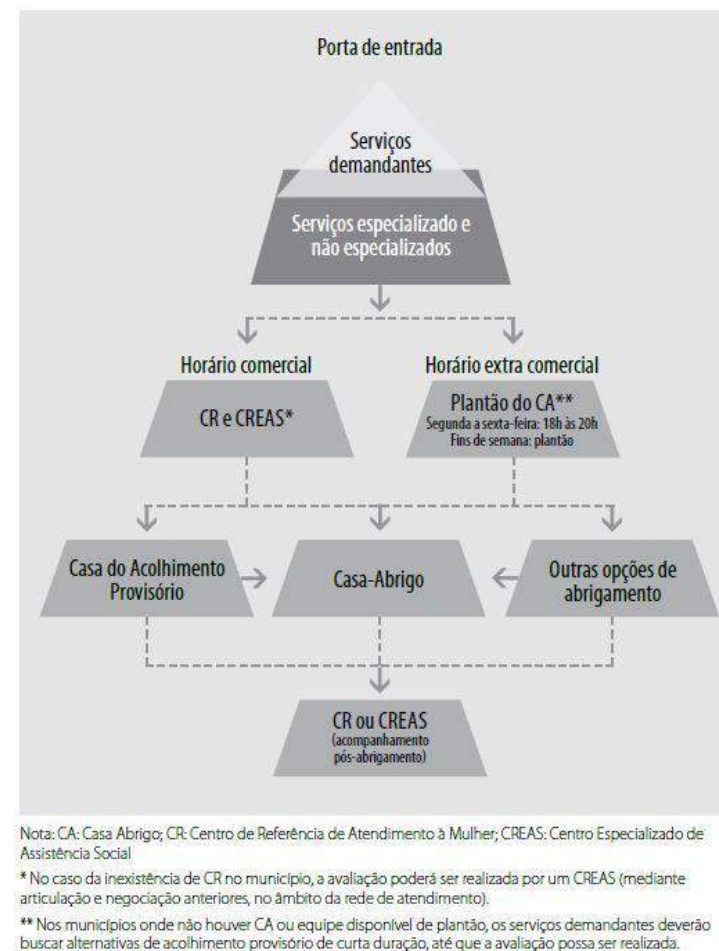
Características	Casa-Abrigo	Casa de Acolhimento
Nomenclatura na tipificação sócio-assistencial	Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência (Resolução CNAS nº 109/2009).	Serviço não incorporado aos serviços sócio-assistenciais.
Natureza	Serviço <i>público</i> , de longa duração (de 90 a 180 dias) e, em geral, sigiloso.	Serviço <i>público</i> , de curta duração (até 15 dias) e não-sigiloso.
Público-alvo	Mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte (acompanhadas ou não de seus filhos/as).	Mulheres em situação de violência de gênero (em especial da doméstica e familiar e vítimas do tráfico de pessoas), que não estejam sob risco de morte (acompanhadas ou não de seus filhos/as).
Objetivo do Serviço	- Garantir a integridade física e emocional das mulheres; - Auxiliar no processo de reorganização da vida das mulheres e no resgate de sua autoestima.	- Garantir a integridade física e emocional das mulheres; - Realizar diagnóstico da situação da mulher para encaminhamentos necessários.

(Fonte:
<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/abrigamento>)

Quanto ao fluxo das próprias mulheres por entre os diferentes tipos de serviços governamentais, as Diretrizes Nacionais propõem um caminho empírico e prático. Primeiramente, é possível encaminhar-se diretamente à feita da denúncia por meio da Delegacia da Mulher (DM ou DDM) e a sua sujeição de análises médicas no Instituto Médico Legal (IML)

para a comprovação das agressões ou mesmo a ida imediata aos outros serviços direcionados somente às mulheres. Quando identificada a necessidade de abrigo, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CR ou CRAM) mais próximo ou Centro Especializado de Assistência Social (CREAS) é acionado para que haja uma entrevista de avaliação para a entrada da vítima em um abrigo. Quanto às denúncias em horários extra-comercial, as próprias equipes das Casas Abrigo/Acolhimento ficam responsáveis pela admissão. Se confirmada a necessidade de a vítima ser encaminhada para o abrigo, é de responsabilidade pública o seu transporte e de seus dependentes (de até 12 anos). (FIGURA 3)

Figura 3: Fluxo de Abrigamento



(Fonte: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/abrigamento>).
Acesso em: 25 maio 2017

Quando a permanência dessas mulheres nos abrigos não for mais necessária, inicia-se um processo nomeado de "desabrigamento" que é acompanhado pela CR ou pelo CREAS.

Nesse processo, as casas de permanência devem articular-se com outros órgãos municipais, estaduais e nacionais para garantir à mulher acesso à habitação e ao trabalho, inclusão em programas sociais e assistência médica e psicológica pós trauma.

Assim, diante das explanações sob a visão da Secretária de Políticas para Mulheres, têm-se as diretrizes do abrigamento:

"As Diretrizes Nacionais de Abrigamento às Mulheres em situação de Violência, portanto, referem-se ao conjunto de recomendações que norteiam o abrigamento de mulheres em situação de violência e o fluxo de atendimento na rede de serviços, incluindo as diversas formas de violência contra a mulher (tráfico de mulheres, violência doméstica e familiar contra as mulheres, etc) e novas alternativas de abrigamento (tais como, abrigamento temporário de curta duração/'casa de passagem', albergues, benefícios eventuais, consórcios de abrigamento, etc)."

1.5.CASOS ESPECÍFICOS DE ANÁLISE

1.5.1. CASA ABRIGO FÁTIMA DINIZ

Uma pesquisa feita por alunos do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá aponta algumas dificuldades e situações passadas por funcionárias e mulheres que frequentaram a Casa Abrigo Fátima Diniz, um centro de referência nacional, na cidade de Macapá.

A Casa Abrigo Fátima Diniz (CAFD), inaugurada no dia 16 de março de 2001, é destinada a mulheres em situação de violência doméstica e familiar com risco de morte, juntamente com seus dependentes de até 12 anos, e que não tenham outro espaço com segurança para se instalarem. A permanência de mulheres que sejam obrigatoriamente maiores de 18 anos e tenham registrado uma ocorrência na Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher (DECCM) é de, no máximo, 90 dias e em caráter sigiloso. O abrigo tem diversas atividades além da permanência em si, como oficinas terapêuticas e artesanais, capacitação e inserção delas no mercado de trabalho, acompanhamento e assistência à saúde, assistência jurídica e serviços psicossociais e pedagógicos.

O estudo é de grande importância para o entendimento

prático do que se encontra nesses locais de acolhimento. A situação macapaense é de extremo despreparo de funcionários e das diretrizes da política pública quanto às necessidades das mulheres que se fixam no abrigo. O quadro efetivo de funcionários revelou-se como basicamente do setor administrativo e há uma enorme rotatividade desses cargos, além de a incapacitação por falta de orientação e baixo desempenho, prejudicando na estadia das mulheres fragilizadas, no local. Além disso, na própria delegacia, foram identificadas, também, a falta de preparo dos funcionários e uma demora no atendimento, somada com as péssimas condições físicas do ambiente.

A burocracia identificada nesses casos é, geralmente, um motivo para que a mulher, que não conhece a fundo as leis que a proteja, sinta-se incrédula da resolução de seu problema e desista de lutar por seus direitos, corroborando com a impunidade dos agressores, no desamparo das vítimas e dando continuidade ao percurso de violência:

“A morosidade da justiça colabora para fortalecer a cultura da impunidade para os agressores ou lhes sendo favorável para escapar à punição.” (PINHEIRO, 2012, p.135 apud PEREIRA, SOUZA, SOUSA, 2014)

A diretora da casa abrigo Fátima Diniz, revelou aos

estudantes que durante todo o período de permanência das abrigadas, estas ficam sob regime de normas da instituição, gerando um desconforto libertário. Uma antiga abrigada, afirmou à pesquisa que se sentia extremamente desconfortável por não estar em um ambiente que era seu lar, por ter que cumprir normas institucionais e pelo fato de as próprias funcionárias da vigilância não terem preparo suficiente e tratarem-na como uma "presidiária". Esses depoimentos aprofundam o desejo da desistência do curso de empoderamento e justiça por parte de algumas mulheres, por estarem interiorizadas por um sentimento de injustiça e aprisionamento.

Outro aspecto lastimoso é a falta de estrutura e instalações da CAFD. A casa tem capacidade para abrigar no máximo duas famílias, provocando uma seletividade delicada entre aquelas mulheres que estão em "maiores riscos" e designando aos funcionários um caráter seletivo, classificatório e eliminatório, de maneira impiedosa e cruel. Ainda, a situação de implantação e arquitetônica revela-se descaracterizada as necessidades das usuárias por ter sido implantada em um imóvel preexistente e que, por meio do improvisado, tornou possível o espaço. Essa falta de infraestrutura acarreta em inúmeros aspectos negativos ao combate à violência de gênero, sendo um deles os números das vítimas assistidas:

"[...] desde a inauguração da Casa Abrigo Fátima Diniz até outubro de 2013, a CAFD acolheu, abrigou e atendeu 179 mulheres, 301 crianças até 12 anos e 20 adolescentes entre 13 a 17 anos, totalizando 304 filhos acolhidos. [...]. Sendo que no ano de 2013 acolheu 09 mulheres, 15 crianças de 0 a 12 anos e 02 adolescentes de 13 a 15 anos. O número de mulheres abrigadas em todos esses anos de casa abrigo é extremamente baixo, observando que só no ano de 2012 foram registrados 9.797 BOs¹ na DCCM e 999 medidas protetivas de urgência." (PEREIRA, SOUZA, SOUSA, 2014)

Para mais, de todas as dificuldades citadas pela pesquisa macapaense, há outro problema institucional e operacional: incapacidade de articulação entre as entidades assistenciais e a falta de entendimento síncrono entre os órgãos e profissionais que se designam aos diferentes campos, fazendo com que, possivelmente, a mulher abrigada não se veja capacitada para romper com a dependência do companheiro e, assim, com o ciclo de violência. Educação, saúde, emprego e renda são condições básicas de vida que o governo deve garantir às mulheres selecionadas aos abrigos. Adicionadas a isso, a falta de

acompanhamento de ex abrigadas e de informações estatísticas prejudicam na avaliação e possível desenvolvimento de melhorias às instituições.

1. 5. 2. CASAS-ABRIGO: NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Outra pesquisa reveladora quanto às diretrizes teóricas é o trabalho analista de Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha que na edição de seu livro, *Casas-abrigo: no enfrentamento da violência de gênero* do ano de 2007, trata de forma direta e aprofundada as realidades de cinco casas abrigos selecionadas. Por meio de um questionário formulado e enviado a 43 dessas casas dispersas pelo território nacional, a autora selecionou cinco delas com perfis diversos e regiões distintas do país para um estudo minucioso

Muito do que se encontra em sua análise é reflexo de entrevistas feitas com coordenadoras das instituições e ex abrigadas. Fontes secundárias são de origem de pesquisas das próprias casas além de relatórios do 1º Encontro Nacional de Casas-Abrigo, realizado em 2002 na cidade de Maceió, AL.

As análises e entrevistas, principalmente com as mulheres que anteriormente estavam em situação de violência, são

¹ BOs - Boletins de ocorrência feitos por vítimas nas delegacias de todo o território

bastantes reveladoras para uma pesquisa mais íntima com as protagonistas. O processo de ruptura em que a autora enfatiza em um dos seus capítulos é indicador de o porquê muitas vezes mulheres demoram anos para sair do ciclo de violência.

"A ruptura com a situação de violência conjugal se configura como um processo difícil, doloroso e, muitas vezes, lento, ao envolver a ruptura com o cônjuge violento. O que pode significar, dependendo das circunstâncias, a ruptura com sua vida cotidiana: sua casa, seu emprego, amigos e outras 'perdas'. Em algumas situações, que não são poucas, a mulher vivencia esse processo sob graves ameaças de morte dirigidas a ela mesma, a seus filhos e de suicídio do agressor. Vários fatores interferem nessa construção da ruptura, quase sempre realizada por etapas."
(ROCHA, 2007, pg 71)

Após o rompimento das relações violentas e o encaminhamento das mulheres aos abrigos, é evidente que se faça necessário o afastamento das mulheres e crianças de qualquer ambiente violento e possibilitá-las de apropriação dos meios e das condições para refazerem suas vidas. Rocha utiliza

da concepção de Stout (1992) sobre abrigos para evidenciar quatro benefícios desses espaços:

"Eles (1) fornecem segurança para um perigo imediato, (2) concedem à mulher tempo para se recuperar fisicamente e mentalmente do abuso, (3) oferecem às mulheres oportunidade para desenvolver um quadro mais claro de sua situação e as opções possíveis para si, e (4) apresentam mulheres violentadas para outras mulheres que estão experimentando sofrimento similar em suas vidas."
(p. 98, tradução da autora)²

De acordo com suas pesquisas, Rocha conclui, ainda, haver níveis diferentes de características de temporalidade, segurança e sigilo de acordo com a vinculação das casas com outras instituições.

"As respostas ao questionário sobre o 'modelo de funcionamento da casa-abrigo' permitiram identificar a existência de três 'modelos', conforme o espaço em que as casas funcionam: 1) abrigos acoplados às Delegacias da Mulher; 2) abrigos funcionando dentro de uma instituição; 3) abrigos

² "They (1) provide safety from immediate danger, (2) allow women time to recover physically and mentally from the abuse, (3) afford women the opportunity to develop a clearer picture of the situation and the options

available to them, and (4) introduce battered women who are experiencing similar pain in their lives." - Inglês (EUA)

funcionando em espaços independentes e exclusivos, que é o caso da grande maioria das casas." (ROCHA, 2007, p. 151)

No que diz respeito à segurança dos abrigos questionados pela autora, quanto à localização somente três deles não se fixaram em bairros residenciais urbanos e 90% mantinha o caráter sigiloso. Quanto ao sigilo, são apresentadas duas visões divergentes: uma delas afirmando a sua necessidade e a outra não. A primeira explica-se pelo fato de as mulheres, em alguns casos, precisarem se deslocar para fora dos abrigos, tornando perigosas suas saídas, além de existir uma cláusula do Termo de Convênio exigindo esse caráter sigiloso. O ponto oposto revela a sua dispensabilidade já que por existirem vivências muito amplas com pessoas de fora dos abrigos, como profissionais, mulheres e familiares passando por lá e serviços prestados nos locais é praticamente impossível o sigilo ser realidade, havendo uma desnecessária e constante de mudança de endereço. Ainda, a publicação dos endereços pode ajudar outras mulheres que estejam em situação de violência a visitarem o local e se sentirem encorajadas a enfrentar a situação.

Referente às estruturas físicas e condições de funcionamento das Casas Abrigos, Lourdes Maria apresenta como um desafio às mulheres que por ali passam. Na quase

totalidade, as casas ofereciam quartos que acolhiam as mulheres e seus filhos, mas em alguns casos houve a necessidade de locar famílias em um mesmo espaço pela falta vagas em quartos individuais. A recomendação do Termo de Referência (1997) é que haja espaço suficiente para que a mulher se sinta em um ambiente familiar, onde seja permitido a sua privacidade e o arranjo de seus pertences. Além de os quartos individuais ou coletivos, a grande maioria das casas tinha banheiros, lavanderias, sala de TV, cozinha coletiva, área de lazer e despensa. A área administrativa, normalmente conta com espaços como sala da coordenadora e depósito, sala para psicólogo, sala para assistente social, sala de reuniões e sala para dinâmica ou terapia com as mulheres e/ou crianças. Ademais, alguns apresentam equipamentos como piscina, quadra de esporte, lactário, biblioteca, brinquedoteca, consultório de fisioterapia, dentre outros.

Ainda, por meio de uma entrevista com uma das gestoras, é questionado sobre a sexualidade dentro de abrigos. O seu posicionamento é claro e radical a ponto de exigir a não existência da frequência de funcionários do gênero masculino nas Casas Abrigo, já que a ocorrência de estupros, ainda que seja de enorme contradição e indignação, fora averiguada.

Em relação a participação nas tarefas dentro das

instituições, Rocha aponta o protagonismo das abrigadas como alavanca para as transformações pessoais e ações internas:

"A co-responsabilização das moradoras na organização e manutenção dos abrigos cumpre um papel importante no processo de resignação de suas vidas que ali ocorre. Concordo com Dagord (2003), ao assumir o entendimento de Soares (2000?), de que tal responsabilidade atende à necessidade de as abrigadas se sentirem comprometidas com o bem estar coletivo nesse processo de libertação. Acrescento também o efeito pedagógico que produz, pois evita uma postura assistencialista e vitimista da equipe de profissionais das casas, atribuindo às moradoras o protagonismo da construção da sua transformação." (ROCHA, 2007, p. 216)

Os serviços oferecidos dentro dos abrigos destacam-se como pontos de empoderamento e de apoio às vitórias femininas para afora. Atendimento psicológico, escola para os filhos e para a conclusão de suas formações, atendimento jurídico, capacitação profissional, serviço médico, terapia ocupacional, programas de acesso à moradia e ajuda financeira pós desligamento são alguns dos serviços oferecidos entre os abrigos estudados.

A capacitação profissionalizante é um dos serviços com maior importância para a vida das mulheres pós abrigo, sendo uma das principais causas para que não haja o afastamento dos ambientes violentos: a dependência financeira. Nesse caso, o investimento em qualificação dessas mulheres envolve uma libertação maior do que apenas a financeira, garantindo-as condições para a reconstrução de suas vidas pós desligamento.

"Levando em conta as características dominantes das usuárias das casas-abrigos, é essencial a promoção de condições subjetivas e objetivas para a efetivação de sua inserção social. Para que as mulheres reúnam as condições objetivas, são necessárias ações visando a garantia de escolaridade, profissionalização, emprego e renda, moradia, creche e escola para seus filhos."

Segundo dados da pesquisa da Sedim, 96,58% das mulheres abrigadas possuíam renda familiar de até três salários mínimos, mais da metade dependiam economicamente dos parceiros e 44,77% nunca haviam trabalhado fora de casa." (ROCHA, 2007, p. 190)

Por fim, é possível encontrar durante a leitura do texto relatos das 13 ex abrigadas entrevistadas criticando, sugerindo

ou enaltecendo os diversos temas abordados, porém, quando questionadas sobre a importância da passagem pelas Casas Abrigo, não houve um relato negativo:

"[...] Foi uma coisa muito boa ter implantado essas casas-abrigo para cuidar das mulheres em situação de violência, principalmente as crianças, que sofrem violência dentro de casa, dos próprios pais, essa coisa toda. E essas casas são boas, acolhem, dão força, cuidam da situação da pessoa. Depois, saímos de lá e vemos a vida com outros olhos. Aí a vida da gente tem uma reviravolta. Uma reviravolta assim: vamos aprender a ser independentes. Eu era muito dependente do meu ex-marido, agora sou independente, graças a Deus. Tenho minha casinha, tenho meu serviço. Serviram para minha vida agora. E se não existissem essas casas, não haveria como me separar dele, porque, só, eu ia para casa dos meus parentes, ele ia atrás e me levava para casa, com violência. Então, consegui me separar dele através da casa-abrigo, que me acolheu, me deixou lá e tudo. Não sabia onde era nem nada.

[...] Sei lá, não podem acabar, não. Têm que continuar existindo, e cada vez com mais força para ajudar todas as mulheres que precisam, que estão em situação de violência. Tenho dó quando penso que

existe alguém assim em situação de violência dentro de casa, essas coisas. (Marta)" – extraído da página 210.

"Antes de ser abrigada, eu era totalmente desabrigada de sentimentos, de respeito por mim mesma. Desabrigada e sem vida. Depois da casa é como se tivesse passado em uma faculdade ou ganho na loto. Não é exagero, porque quem viveu o que vivi sabe o quanto é difícil. Consegui respeito, consegui me valorizar, ver e amar sem excessos, olhar as pessoas e enxergar a alma. Consegui me realizar em todos os sentidos, dentro das minhas limitações. Aproximei-me mais dos meus filhos. Posso dizer que resgatei minha vida, sem excesso de demagogia.

[...] O comentário que tenho a fazer é que casas como essas jamais poderão deixar de existir para que pessoas como eu e outras que estão vivendo em situação de violência ou têm medo de não sobreviver a uma separação ou que ainda não puderam sair da relação de violência encontrem uma saída, um porto seguro. (Maria)" – extraído da página 219.

De modo geral, o que se observa dentro dessas pesquisas é a abstração das informações sobre a arquitetura e o planejamento dos espaços por serem projetos com pouca visibilidade e investimentos governamentais. Assim, é possível

afirmar que, arquitetonicamente, os ambientes são bastantes invisíveis por serem espaços que são ocupados e não planejados para essa finalidade. Além desse aspecto, o sigilo como fator determinante da impossibilidade de o agressor chegar ao local é ordinário, dessa forma, normalmente são ocupadas por meio de pagamento de alugueis, casas em bairros residenciais que tenham uma estrutura, ainda que deficitária, possível de se instalar um local de abrigo para uma demanda pequena. *"Improviso"* é a palavra que define os atuais espaços que possibilitam o acolhimento de mulheres no Brasil.

CAPÍTULO 2

DIRETRIZES PROJETOAIS DE INSTITUIÇÕES DE ABRIGAMENTO

No Brasil, o modelo de Casa Abrigo, por ser mantida pelo poder público e uma possibilidade de moradia aos seus usuários por um período específico de tempo, tem de conciliar a prestação de serviços institucionais com o uso doméstico em um mesmo programa arquitetônico.

Embora seja inconcebível a elaboração de um produto arquitetônico inteiramente personalizado a cada mulher, somado a impossibilidade da saída do edifício, as vítimas precisam que suas necessidades básicas sejam atendidas internamente, considerando suas individualidades e demandas espaciais, principalmente quanto ao conforto e privacidade.

Pelo caráter institucional de tal serviço, é necessário que sejam seguidas normas e técnicas elaboradas pelo próprio governo, afim da garantia do funcionamento eficaz da Casa e das integridades físicas e mentais das vítimas, por exemplo, o controle ao acesso e a segurança.

Assim, a busca de um ideal em que as necessidades de todos os usuários sejam previstas é uma constante investigação e apresenta algumas propostas de adequação.

2.1. DIFERENÇAS PROJETUAIS NA COMPOSIÇÃO DE LOCAIS DE CARÁTER EXCLUSIVAMENTE INSTITUCIONAIS E LARES

Para uma evolução coerente do projeto de criação de um abrigo cuja natureza mista se fundamenta, buscou-se referência na tese de doutorado de Julia W. Robinson, professora da Universidade de Minnesota, cujo trabalho durou 20 anos de pesquisa em abrigos de longa permanência para idosos. *Architecture of Institution & Home: Architecture as Cultural Medium* configura os espaços e aspectos projetuais efetivos na vida daqueles que utilizam as organizações governamentais como moradia e reflete o modo como a arquitetura é um meio de expressão e comunicação de diferentes culturas e estereótipos, particularmente tratando da dicotomia desses espaços institucionais e domésticos.

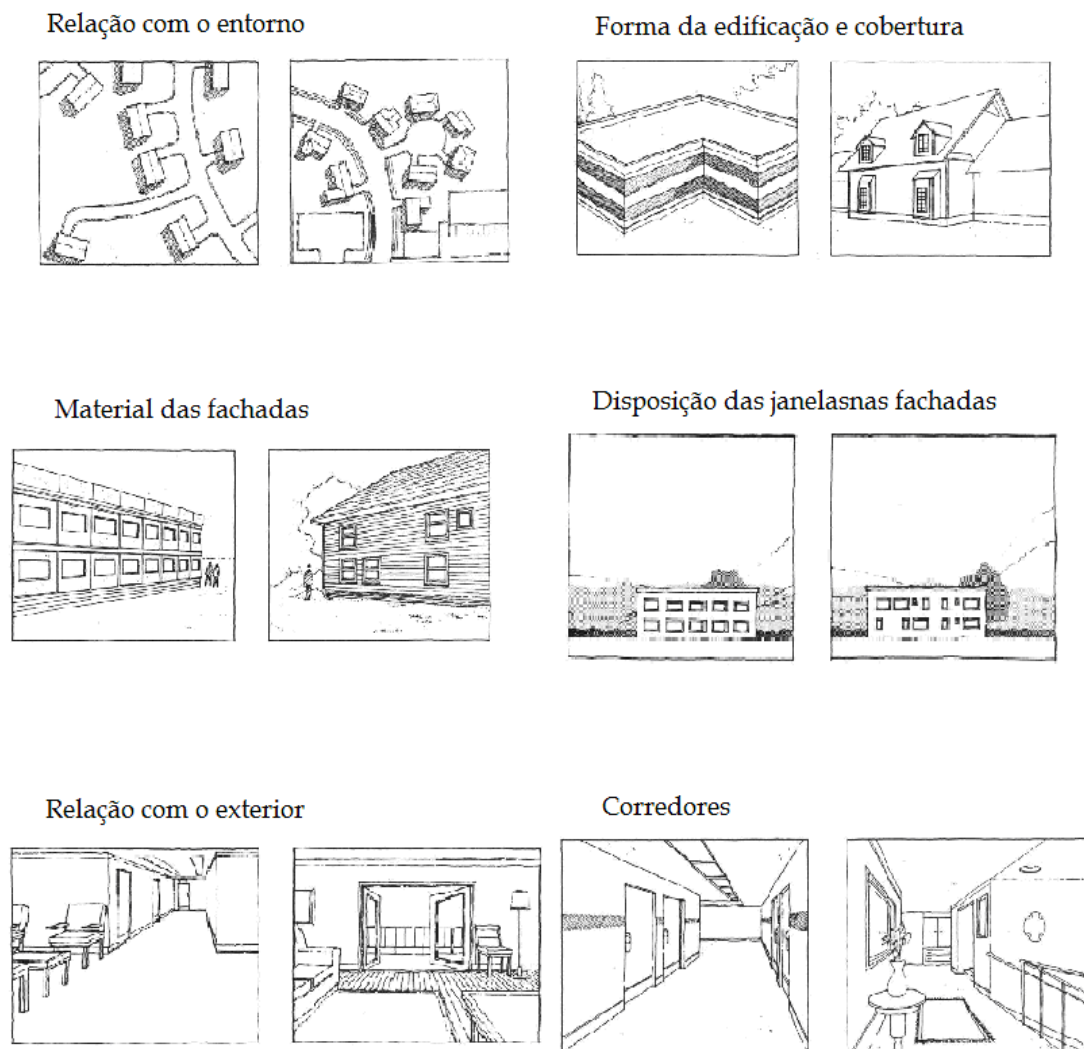
Robinson (2004) explica que essa dicotomia enraizada acontece devido as pouquíssimas evidências de organizações institucionais que tem um caráter coletivo explícito e aos lares que são, na visão preexistente dos cidadãos, casas unifamiliares tradicionais, não havendo a perspectiva de diferentes tipologias. Ainda, as instituições são espaços hierárquicos que evidenciam relações de poder e controle, da sociedade para com o indivíduo, responsáveis pela assistência de um grupo particular de dependentes, enquanto que os lares são espaços coletivos de

decisões conjuntas com objetivo de "habitar" e com as particularidades e identidades de cada indivíduo.

A autora explana alguns critérios determinantes nessa diferenciação. Quanto as edificações com fins puramente institucionais, Julia Robinson (2004) reforça a ideia de que as tomadas de decisões de todos os âmbitos são feitas hierarquicamente, não apresentando espaços de discussões e o comprometimento da garantia de liberdade e independência de seus usuários é reforçado pela configuração dos prédios, normalmente mais altos, rígidos e projetados para serem duráveis e resistentes a mudanças. O estímulo ao isolamento como mecanismo de controle também é presente por meio dos corredores e caminhos propostos e pelos espaços com pouca identidade do usuário. O material mais encontrado nesse tipo de edificação é o concreto e as esquadrias de suas aberturas são majoritariamente em metal. Por fim, jardins são elementos de pouca importância para o regimento das normas e, na maioria das vezes, são pouco atrativos aos frequentadores.

Já os lares são espaços com fachadas únicas e individuais que configuram a independência e autonomia dos abrigados. A privacidade é um dos pontos chave, sendo os quartos individuais requisitos essenciais aos usuários por permitirem uma dinâmica pessoal do habitar e da tomada de

Figura 4: A esquerda de cada imagem, referências de edificações institucionais e a direita os lares



(Fonte: <https://repository.tudelft.nl/islandora/object/uuid:37b0e5d5-9906-4570-97a7-6ab1c7704a3e>) Acesso em: 17 jul 2017(editado pela autora)

decisões em relação à horários e rotinas, além de a disposição dos móveis ser regida de acordo com a personalidade de cada indivíduo. A implantação das edificações é versátil projetando maior flexibilidade nas relações de poder e na expressão da identidade. O material mais encontrado nesses tipos de construção é a madeira por garantir a organicidade.

Robinson (2004) cataloga situações encontradas nesses tipos de organizações por meio de croquis e torna compreensível de maneira arquitetônica ou composicional as diferenças entre os espaços. (FIGURA 4)

De maneira geral, a grande percepção da autora nesses vinte anos de estudos, retratada na imagem anterior (FIGURA 4), é a exploração da organicidade das composições arquitetônicas e dos elementos estruturais e materiais nos locais de acolhimento versus a rigidez e monotonia dos espaços institucionais.

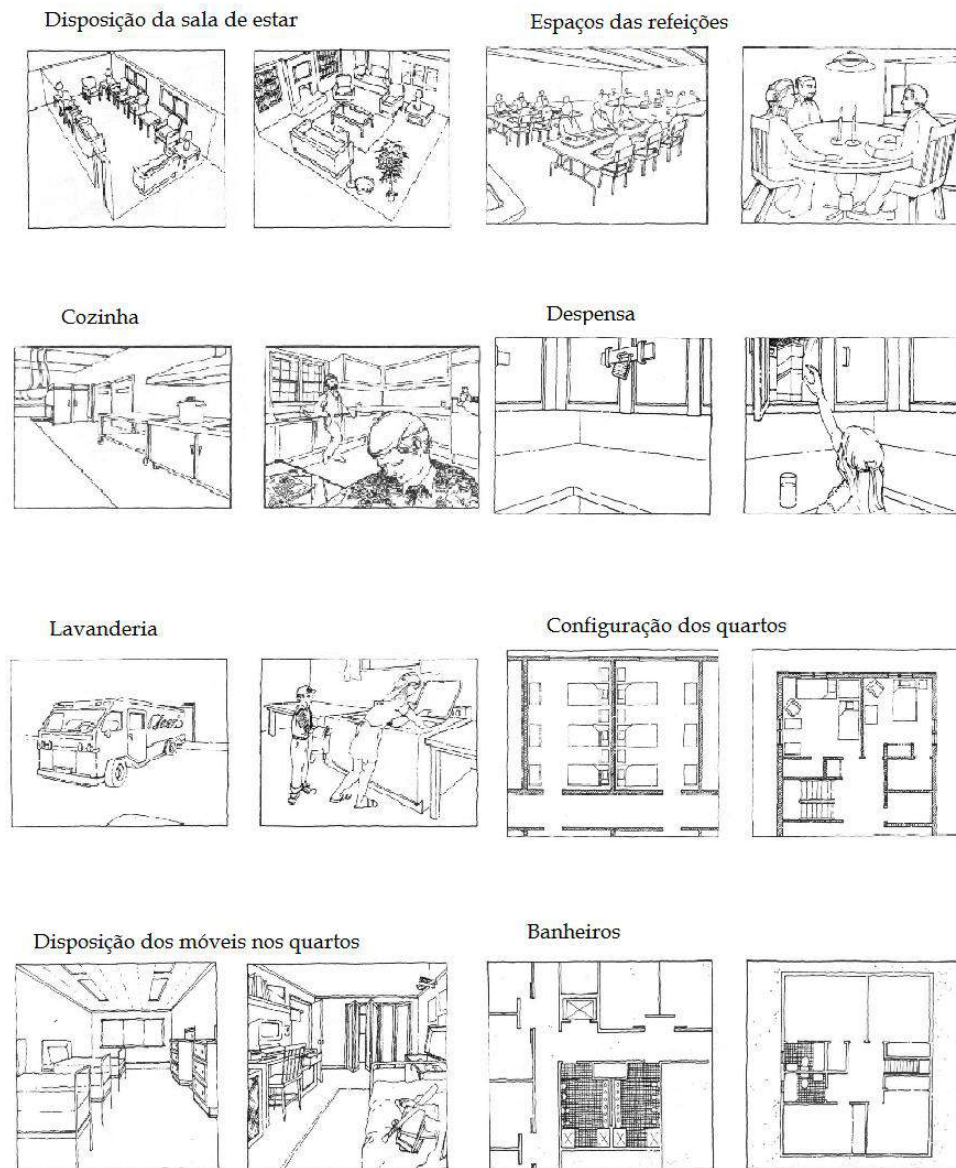
Nas quatro primeiras imagens, é possível identificar esses elementos de dicotomia material e de posicionamento das estruturas das duas organizações. Enquanto que as instituições são fixadas isoladamente de espaços elementares de uma cidade, os lares têm a necessidade de estarem

conectados com o seu entorno, pelo próprio fato da relação com a vizinhança e com a necessidade de abastecimento.

As formas das edificações, material das fachadas e disposição das janelas são visivelmente identificadas nas imagens. Os edifícios institucionais geralmente são compostos pela simplicidade da uniformidade das superfícies, sem a exploração de diferentes alturas, fachadas com grandes extensões materiais e falta de detalhamento, buscando a exploração máxima dos espaços e proporções, inclusive de suas coberturas. Já os lares têm massas primárias e secundárias, com diferentes alturas e composições de cobertura, muitas vezes com telhados inclinados que remetem, exclusivamente à lares para os usuários, maior flexibilidade e materiais manipuláveis além de o uso de elementos decorativos. Os materiais mais usados na primeira composição são o concreto (pré-moldado ou não), betão, pedra e metal enquanto que na segunda, a madeira e telhas com detalhamentos em estuque compõem a irregularidade dos seus elementos.

Áreas ao ar livre são espaços com dicotomias marcantes entre as duas propostas. Nos locais de exclusividade institucional, são raramente encontrados e acessos visuais são geralmente bloqueados pelo design de portas e janelas a fim de haver um desencorajamento dos seus usos nas mais simples

Figura 5: A esquerda de cada imagem, referências de edificações institucionais e a direita os lares



(Fonte: <https://repository.tudelft.nl/islandora/object/uuid:37b0e5d5-9906-4570-97a7-6ab1c7704a3e>) Acesso em: 17 jul 2017(editado pela autora)

atividades como um passeio ou a vivência com outros clientes. Nos lares, os espaços abertos são fundamentais, com delimitações estreitas e grande visibilidade entre a interior e exterioridade. Muitas vezes exploradas por varandas, espaços semi internos, decks ou pátios.

Outro elemento significativo entre as duas tipologias investigadas é o uso de corredores e seus elementos estruturais. Desproporcionalmente longos e estreitos, com amplidão para o cumprimento de normas de saída de fogo e uso de revestimentos de baixa manutenção (vinil, linóleo, cerâmica, concreto, terrazzo ou carpetes industriais), extintores de incêndio, iluminação fluorescente, sinalizações por meio de placas e molduras de vinil caracterizam-nos nas edificações institucionais. Já nos lares há grande variedade nos espaços de circulação com poucos deles longos e estreitos, compostos por mobiliários, diferentes tipos de janelas, portas, armários e escadas, além de apresentarem pisos de madeira ou carpete, iluminação incandescente, molduras de madeira e acessórios decorativos.(FIGURA 5)

CAPÍTULO 3

A CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE E A CONJUNTURA REGIONAL DIANTE DO TEMA

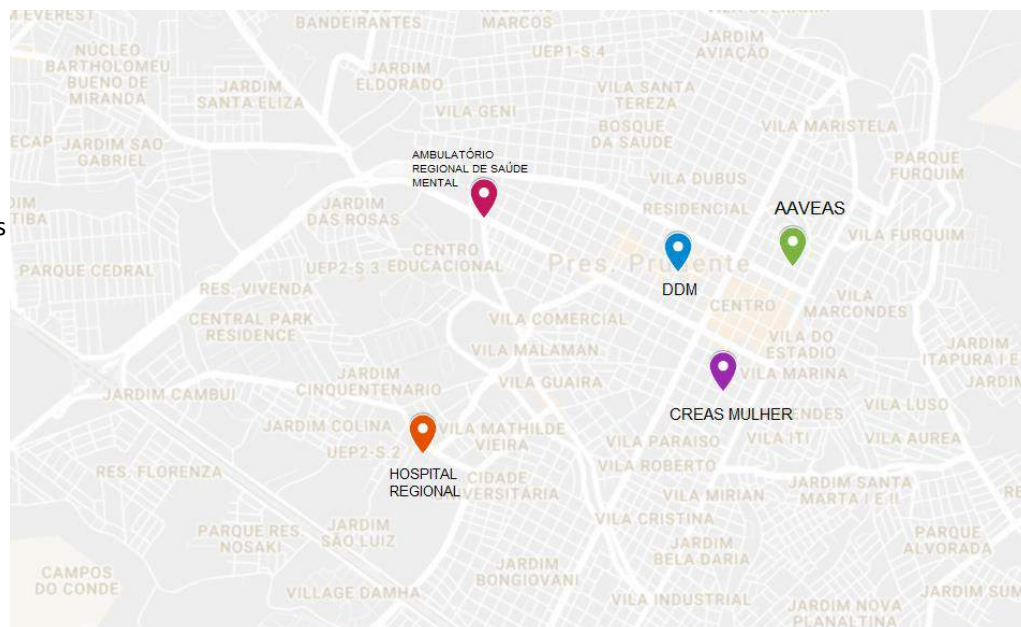
O município de Presidente Prudente está localizado no extremo Oeste Paulista, a cerca de 558 quilômetros da capital e é um polo industrial, comercial, cultural e de serviços da região. Segundo o IBGE, dados de 2016, a população do município era de aproximadamente 220 mil habitantes em uma área de 562,107 km², onde 16,5600 km² e 97% da população encontram-se em perímetro urbano. (FIGURA 14)

Figura 14- Localização da cidade de Presidente Prudente no estado de São Paulo



(Fonte: <http://www.portalprudente.com.br/prudente.htm>) Acesso em: 13 fev. 2017

Figura 15:
Localização
dos
equipamentos
públicos no
município de
Presidente
Prudente



3. 1. OS ESQUIPAMENTOS PÚBLICOS ASSISTENCIALISTAS ÀS MULHERES DA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE

DELEGACIA DE POLÍCIA DA MULHER (DDM) - Rua José Dias Cintra,
149 – Centro

A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher é um dos órgãos de grande importância para a reforma da sucessão de violência na vida de mulheres. Instauradas no início da década de 1980 em todo o país, as delegacias são as principais buscas das

mulheres em situação de violência e, assim, o primeiro contato das vítimas com a assistência pública (FIGURA 16). Nesse caso, é fundamental que o atendimento seja de ótima qualidade e receptividade e instigue a mulher a dar procedência as suas denúncias diante da frágil situação.

Figura 16: Fachada da Delegacia de Defesa da Mulher em Presidente Prudente



(Fonte: acervo pessoal); 22 de junho de 2017

Na delegacia, são tratados assuntos do âmbito criminal, dos quais a vítima faz seu relato por meio de depoimentos e registra o Boletim de Ocorrência (BO), solicitando ou não a *Medida Protetiva de Urgência*. O boletim, no caso da cidade estudada, é normalmente registrado por uma funcionária que se dedica a função da recepção e de outros serviços da delegacia. Nos casos de maior gravidade

ou em dúvida, a delegada é acionada. Após o registro do Boletim de Ocorrência, a vítima é encaminhada para exames no Instituto Médico Legal (IML) que funciona apenas para uma análise anatômica do fato. Todo esse processo é tratado com bastante distância da relatora com a delegada ou policial, ocasionando, muitas vezes, uma dificuldade da agredida em expor os fatos.

A precariedade dos espaços e presenças de estranhos nos ambientes de relato são agravantes na procedência da denúncia. Somados a esses aspectos negativos, o horário de funcionamento e a presença de apenas uma delegada, são outras falhas de serviço (dados coletados por entrevistas às mulheres que frequentaram o local).

AMBULATÓRIO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL (AAVEAS) - Rua Pedro de Oliveira Costa, 156 – Bairro do Bosque

O Ambulatório de Atendimento às Vítima de Exploração e Abuso Sexual (AAVEAS) apesar de ser destinado a uma parcela das mulheres em situação de violência, é um destino pouco frequentado por estas. Na cidade, mudou de endereço no ano de 2013 e encontra-se localizada juntamente com uma Unidade Básica de Saúde (UBS). É um equipamento público destinado também a crianças e

adolescentes vítimas de qualquer tipo de abusos ou violências e há a possibilidade de as mulheres irem até o local diretamente ou com o encaminhamento da DDM e/ou um hospital.

AMBULATÓRIO REGIONAL DE SAÚDE - Av. Manoel Goulart, 2139 - Centro Educacional

O Ambulatório Regional de Saúde Mental é um espaço um tanto escondido quando comparado aos outros equipamentos, apesar de estar localizado em ótima região da cidade. Neste ambulatório, apesar de não tratar diretamente com as vítimas de violência de gênero ou abuso, mas de pacientes com algum transtorno mental, são direcionadas mulheres que apresentam alguma tendência ao suicídio ocasionado por conta dos traumas sofridos pelo ciclo da violência.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - MULHER (CREAS) - Rua Major Felício Tarabay, 1167 – Vila Nova

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) tem várias unidades especializadas espalhadas pela cidade e seus atendimentos voltam-se para crianças e aos adolescentes em situação de violência,

adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, indivíduos em situação de rua, idosos e mulheres em situação de violência.



Figuras 17 e 18 -
Fachada do e vista
lateral do CREAS,
respectivamente



(Fonte: acervo pessoal); 22 de junho de 2017

Anteriormente denominado como Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), o centro mudou de endereço no ano de 2013 e fixou seus atendimentos em um mesmo ambiente dos serviços prestados à idosos, próximo à região central. No local de

atuação, juntamente com a vítima, é montado um plano de estratégia de superação, visando um modo participativo do fortalecimento e de recuperação da mulher. As vítimas são assistidas pela equipe composta por psicóloga, assistente social e orientadora jurídica e os atendimentos são oferecidos de maneira individual ou através de grupos semanais, tornando possível a experiência com outras vivências e permitindo-as perceber outras maneiras de olharem para a situação, além de a criação de uma sororidade espontânea. (DE PAULA, 2011)

Um problema diagnosticado pelos funcionários desse meio é que não há locais na cidade em que a vítima possa se alojar, quando necessário, restando apenas casas de parentes ou amigos, não garantindo uma segurança extrema à vítima e nem a assistência necessária. Nesses casos, a vítima era temporariamente encaminhada ao próprio CREAS, somente em casos mais graves. (DE PAULA, 2011)

"Além de todos os benefícios que o acolhimento pode trazer, com a implantação do mesmo, haveria ainda uma diminuição significativa na

*lista de espera do CREAS/Serviço Mulher, que atualmente possui vinte e uma mulheres. Com a contratação de mais dois profissionais para atuar nesse serviço, não haveria sobrecarga nas equipes que realizam improvisadamente o acolhimento, assim cada um realizaria sua devida função e mais mulheres poderiam ser incluídas no serviço. Afinal, quem se encontra em situação de risco não pode esperar."*¹

Em entrevista realizada com a coordenadora do CREAS, Simone Duran, no dia 21 de junho de 2017, são apontadas as dificuldades atuais enfrentadas pelas usuárias e funcionárias

Em primeiro lugar, Simone afirma que, apesar de o CREAS oferecer serviços de acompanhamento necessários a estabilidade das mulheres em situação de violência, não são todas encaminhadas pela DDM para a atenção do Centro, dificultando a recuperação de algumas e no estabelecimento de dados parciais quantitativos de necessidades de atendimento.

O segundo ponto explorado fora a inexistência de

¹ Maria Eduarda Bomfim Coelho e Sílvia Helena Manfrim. Seminário: A importância da implantação do acolhimento social imediato para a superação da violência no CREAS/Serviço de proteção e atendimento especializado à mulher em

uma Casa Abrigo na cidade. A coordenadora explica que quando há a necessidade de as mulheres saírem de seus lares, procura-se casas de parentes ou amigos próximos que possam acolhê-la. Há ainda alguns casos, mais graves, em que a vítima é encaminhada para regiões em que exista esse tipo de assistência, como a cidade de São Paulo.

Em extrema urgência, a entrevistada relata que mulheres são acolhidas em um espaço no Fundo Social de Solidariedade de Presidente Prudente, localizado no bairro Jardim Marupiara, porém o foco desse serviço é o acolhimento da população em situação de rua. Duas mulheres atendidas pelo CREAS e identificadas como em situações de extrema necessidade estavam, na época, acolhidas nesse local e a solução foi proposta pela Prefeitura para resolver o problema da demanda. O acolhimento é de extrema inadequação visto que há problemas de segurança, as mulheres estão expostas à outros usuários do Fundo como homens, idosos e pessoas em situação de rua, além de a frequente circulação de pessoas alheias.

Durante o período de acolhimento dessas mulheres no Fundo Social, a saída do local é permitida. Quanto aos estudos das crianças, Simone afirma que depende da situação a continuação ou interrupção deles, porém é aconselhado que as crianças não frequentem a escola até a saída das medidas

protetivas ou prisão do agressor por ser constante a tentativa de abordagem do agressor para com as crianças/adolescentes. Qualquer que seja a decisão, a escola é comunicada pelos responsáveis.

A luta da profissional e das demais funcionárias do CREAS MULHER é de uma Casa Abrigo Regional. Por Presidente Prudente ser um pólo de atividades atrativos a outras regiões, a demanda torna-se alta, na medida em que se consideram os casos de violência de toda a região do Pontal do Paranapanema, dos assentamentos e dos centros urbanos e rurais. A luta pela projeção desse abrigo acontece há cerca de nove anos, mas não foi possível mobilizar a região para que fosse pleiteada um abrigo regional.

Quando questionada sobre a localização (centro x bairros periféricos) para a fixação de um uma Casa de Referência na região, Duran explana as múltiplas faces da situação. Alguns tem formato itinerante, sempre modificando seu local de atuação, como em São José do rio Preto, alguns são fixos e sigilosos, outros funcionam juntamente com outros tipos de serviços prestados como em conjunto com estruturas escolares, entre outros. Ela afirma é determinante que hajam todos os serviços necessários dentro desse equipamento e, caso não seja possível, que se fixe em um ponto estratégico para a conexão do

restante dos serviços assistencialistas.

Quanto ao serviço de capacitação da mulher para o mercado de trabalho, a coordenadora destaca a dependência financeira das mulheres com um dos principais fatores de vulnerabilidade de manutenção com o autor da violência. Não somente a preparação para o mercado de trabalho, mas a volta aos estudos de ensino fundamental e médio, são investimentos na autonomia da mulher.

Por fim, a assistente social coordenadora do CREAS revela sua admiração pelo projeto estrutural, organizacional e arquitetônico da Casa da Mulher Brasileira, como *“um modelo que deveria ser adotado em todos os municípios com demanda”*. O projeto premiado e nomeado como referência mundial possui, em um mesmo local, todos os serviços necessários para a assistência da mulher em situação de violência, desde a DDM até os espaços de acolhimento.

3. 2. DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA REGIÃO

Após elucidados os tipos de ferimentos causados às mulheres em todo o Brasil e as especificidades na estrutura assistencialista da cidade estudada, pode-se destacar as principais características dos agentes e vítimas de Presidente Prudente. Os dados apresentados a seguir, fazem parte de uma

pesquisa científica, *As Manifestações da Violência de Gênero em Presidente Prudente*, feita pelas alunas Telma e Daniela Raminelli Piccolo do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente.

Segundo os anais, *As Manifestações da Violência de Gênero em Presidente Prudente*, realizado no ano de 2011, as violências mais frequentes são a física, psicológica, sexual e a física acompanhada da psicológica. Ainda que essas sejam as mais recorrentes, a física é que mais deixa vítimas, sendo que 14% das mulheres passaram por algum tipo de maus tratos, espancamento, risco de vida, acompanhados do processo psicológico. Ainda que essas sejam as mais comuns, as violências patrimoniais e morais também são relatadas pelas mulheres que ali passaram. (PICCOLO, GARCIA, 2011)

Um dado inquietante é que 60% das vítimas passaram por essas situações no ambiente do lar e outros membros da família foram atingidos também pelo agressor. 56% dessas vítimas familiares são os próprios filhos da mulher agredida (podendo ou não ser filho do agressor) e 11% são reproduzidas nos genitores da mulher, assim, o agressor além de machucá-la fisicamente, perturba-a psicologicamente na medida em que agride seu emocional. (PICCOLO, GARCIA, 2011)

Muitas das mulheres relatam estarem em situação de

violência durante anos. 28% delas, afirmam vivenciarem atos violentos por mais de dez anos e não saíam de tal situação por medo de serem vistas com maus olhos pela sociedade e pelos familiares, por vergonha da situação, por dependência financeira e por acreditarem em uma mudança comportamental do agressor. (PICCOLO, GARCIA, 2011)

Um dado bastante positivo foi o de denúncias por meio de Boletins de Ocorrências, sendo feita pela maioria das mulheres, ainda que isso não leve a certeza nenhuma de rompimento de violência, apenas a uma punição ao agressor. Trinta e seis por cento das mulheres realizaram apenas uma denúncia à delegacia enquanto 20% tiveram de fazê-la por mais de uma vez, demonstrando que ainda que diante da lei, o agressor não se sente ameaçado ou coagido e que a mulher não consegue romper laços com os agressores, indicando essa segunda denúncia. (PICCOLO, GARCIA, 2011)

Entre aquelas que não denunciaram legalmente, 35% não quiseram manifestar os seus motivos por não o fazerem e 17% delas afirmaram sentir os mesmos medos e vergonhas perante a sociedade da própria violência. (PICCOLO, GARCIA, 2011)

Quanto ao atendimento médico das vítimas, 15% necessitaram de tal assistência, sendo a maioria delas

encaminhada para um hospital. Muitas ainda precisam de tratamento odontológico por perderem os dentes ou sofrerem algum tipo de trauma na região da face pelos ataques violentos. Alguns outros tipos de encaminhamentos foram feitos para que a assistência fosse eficiente como 62% das mulheres foram encaminhadas a Delegacia da Mulher (DDM), após os exames, para que fosse feita a denúncia e 36% delas foram levadas a outros órgãos de proteção. Quanto a proteção de seus filhos, crianças e adolescentes, são encaminhados à centros de proteção como o Conselho Tutelar. (PICCOLO, GARCIA, 2011)

O quadro de mulheres que necessitam de abrigo, na região, é complicado, assim com destacam as autoras:

"23% das mulheres necessitaram de abrigo como medida protetiva, sendo necessário serem afastadas de seus lares para que não sofram novas agressões, ou ainda por estarem com suas vidas em risco, e a maior parte destes abrigos (80%) são realizados em casa de familiares das vítimas, sendo desta forma lugares muitas vezes acessíveis para os agressores. Sendo assim as mulheres são coagidas a voltarem para seus lares, por sentirem-se constrangidas perante seus familiares, amigos, desta forma se faz necessário ter um abrigo no município, que seja um local seguro e sigiloso, para que as mulheres vítimas

de violência e seus filhos tenham proteção integral."
(PICCOLO, GARCIA, 2011)

o Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA informou um aumento no índice desse crime de 13,5% (ELUF, 2003)." (SANTIAGO, 2008)

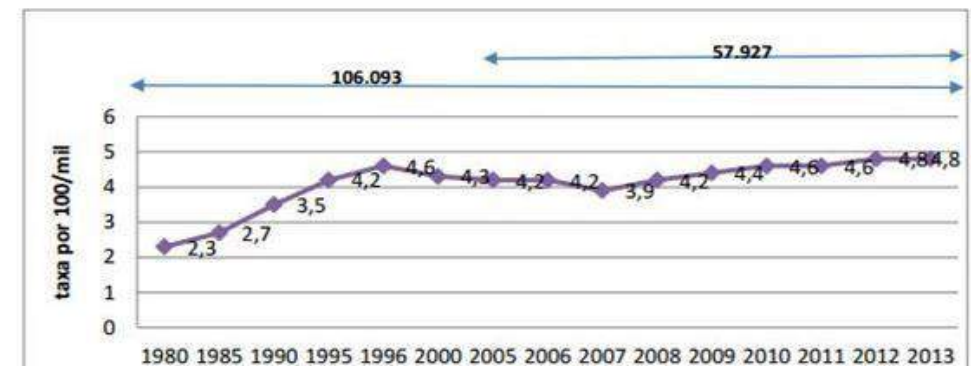
3. 3. PANORAMAS NACIONAL E MUNICIPAL DIANTE DO TEMA ABORDADO

Em agosto de 2006, aprovou-se a Lei 11.340 cujo nome popularmente conhecido é " Lei Maria da Penha". Ainda que tenha sido criada por conta de circunstâncias lastimáveis, ela traz às mulheres brasileiras, vítimas de qualquer tipo de violência, uma esperança de melhoria por visar uma repressão efetiva ao opressor e ampliação dos direitos e assistências a elas. Apesar disso, pouco tempo depois de sua aprovação, pouca mudança pode ser identificada, assim como destaca Rosilene Almeida Santiago em seu estudo:

"Mesmo assim, nesse mesmo ano, 291 mulheres foram mortas em Pernambuco e, em apenas cinco dias, registrou-se aí 13 flagrantes (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2007). Ainda nesse Estado, uma pesquisa revelou que, dentre 208 mulheres assassinadas, 60 a 70% o foram por seus atuais ou ex-companheiros (AQUINO, 2006). O Estado de Pernambuco apresenta as maiores taxas de assassinato no país (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2006). Entretanto, esse índice vem também crescendo em outros Estados. De 1998 a 1999,

Ainda que a lei tenha sido um passo grande para as conquistas das mulheres, os índices de violência e feminicídio (homicídio por gênero) não apresentaram diminuição relevantes nas taxas em longo prazo. É evidente que logo após sua criação, a lei permitiu que o número de violência às mulheres fosse reduzido, mas em seguida, seu índice teve um aumento razoável, como se observa no gráfico abaixo de índices de feminicídio no país (WAISELFISZ, 2015):

Gráfico 1: Homicídios de mulheres. Brasil, 1980-2011. Taxas por 100 mil mulheres

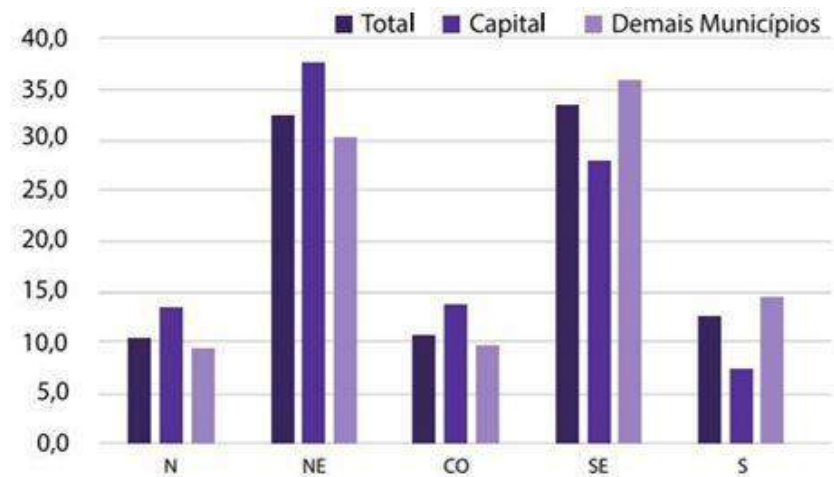


Fonte: Mapa da Violência. Juventude e Homicídio no Brasil. 2015 (WAISELFISZ, 2015)

Dados ainda mais recentes, comprovam que houve um aumento grotesco nos números de violência de 2014 para 2015. De acordo com a campanha *Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte*, que tem como objetivo unir os poderes (municipal, estadual e federal) do país para um combate à violência de gênero, em relação à 2014, o ano de 2015 apresentou um aumento de 44,74% no número de relatos de violência à mulheres e 129% de violência sexual (média de 9,53/dia), confirmando que a consciência moral do brasileiro de nada adiantou para a melhoria da qualidade de vida das mulheres e dos dados no país. Além disso, uma pesquisa de 2016 da ONU, trouxe a tona dados assustadores à população: o Brasil é o quinto país no mundo a cometer feminicídios, ficando atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa. (ONU Mulheres Brasil, Governo Brasileiro República Federativa do Brasil, Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas, 2016)

A somar, de acordo com as regiões brasileiras, destacam-se os municípios da região Sudeste como os com os maiores índices de feminicídio (GRÁFICO 2):

Gráfico 2: Distribuição dos homicídios de mulheres segundo a região, capitais e demais municípios. Total. Brasil. 2013 (%)



Fonte: Mapa da Violência. Homicídios de Mulheres. 2015

Ainda, segundo os estudos de Thiago Crepaldi e Claudia Moraes, dois consultores jurídicos, publicado por meio do site *Consultor Jurídico* no dia 6 de março de 2017, no ano de 2016 foram registrados mais de 90.000 ocorrências de violência contra mulher apenas no estado de São Paulo.

O artigo jornalístico revela que durante os 10 anos de Lei Maria da Penha em vigor, foram prestados mais de 5 milhões de atendimentos em todo o país e somente no ano de 2016, foram 68 mil casos de violência. Em comparação com o mesmo intervalo do ano de 2015, houve aumento em praticamente todos os campos de denúncia como 142% a mais nos registros de cárcere privado, uma média de 18 por dia, e o

crescimento de 147% nos casos de estupro, ocorrência de 13 casos por dia.

Os autores revelam a hipótese de crescente consciência social e civil, sugerindo que não são os casos que estão ocorrendo em maior frequência, mas as mulheres que se sentem mais encorajadas, ano a ano, a fazer a denúncia e romper como ciclo de violência.

A matéria demonstra que entre os anos de 2013 a 2016, foram, em média, 10.400 casos a mais em sentença proferida no estado de São Paulo e os casos em espera de julgamento cresceram alarmantemente. Quanto as varas especializadas aos casos de violência doméstica, os autores mostram a carência de sua existência, principalmente no interior do estado. Fora da capital paulistana, são encontradas apenas três dessas unidades que processam exclusivamente casos de violência doméstica, mas estão subordinados a uma vara criminal.

É divulgado, também, um quadro comparativo denominado *Evolução dos processos com base na Lei Maria da Penha por região administrativa judicial* com as principais cidades do interior, os pólos regionais, e a capital. Esse quadro pode destacar ao leitor duas principais ações: ou a rapidez nos processos judiciais quanto ao tema de cada cidade ou os índices

de incidência de violência em comparação as outras cidades. Nesse contexto, a cidade de Presidente Prudente apresenta números bastantes altos quando comparado com cidades de maiores portes populacionais, assim como Santos ou Sorocaba. (TABELA 3)

Tabela 3: Evolução dos processos das denúncias prestadas por cidade entre os anos de 2013 e 2016

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESTADO							
EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS COM BASE NA LEI MARIA DA PENHA POR REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIAL*							
RAJ	SEDE	EM TRAMITAÇÃO		DISTRIBUÍDOS		ARQUIVADOS	
		2013	2016**	2013	2016**	2013	2016**
1ª	São Paulo	30.540	58.014	34.441	30.095	7.247	11.136
2ª	Araçatuba	2.694	4.964	4.036	4.277	1.395	2.031
3ª	Bauru	4.616	9.173	5.132	5.349	1.157	2.463
4ª	Campinas	11.715	21.814	14.293	13.722	4.701	5.938
5ª	Presidente Prudente	4.630	7.498	6.046	6.020	1.519	2.821
6ª	Ribeirão Preto	7.615	16.611	11.021	11.238	4.160	5.055
7ª	Santos	3.026	6.391	5.047	4.193	1.083	1.747
8ª	São José do Rio Preto	4.039	5.927	6.340	5.813	2.399	3.090
9ª	São José dos Campos	3.266	6.046	5.581	5.726	2.160	2.262
10ª	Sorocaba	3.482	6.914	5.048	4.954	1.279	2.042
TOTAL GERAL		75.623	143.352	96.985	91.387	27.100	38.585

* Inclui dados das varas especializadas; ** Até outubro de 2016

Fonte: TJ-SP, em 16/1/2017

(Fonte: <http://www.conjur.com.br/2017-mar-06/justica-paulista-recebeu-90-mil-casos-violencia-domestica-2016#author>) Acesso em: 10 jun 2017

Também de acordo com dados numéricos, o site da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo publica mensalmente os dados atualizados que transparecem a importância do tema para aqueles que asseguram os direitos das mulheres e ao conhecimento de toda a população, já que os índices continuam constantes, se comparado com os outros meses do mesmo ano. Nessa divulgação de dados, é possível averiguar os números de denúncias prestadas no interior do estado de São Paulo e classificá-las de acordo com o tipo de violência. Na tabela abaixo, é possível verificar os números de denúncias feitas no mês de junho de 2017 (TABELA 4):

Tabela 4:
Dados de
violência
contra a
mulher
registrados
dentro do
estado de São
Paulo no mês
de Junho de
2017

Ocorrências Registradas no mês: Junho de 2017

	Capital	Demacro	Interior	Total
HOMICÍDIO DOLOSO	0	2	2	4
HOMICÍDIO CULPOSO	0	0	0	0
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	1	1	12	14
LESÃO CORPORAL DOLOSA	679	769	2467	3915
MAUS TRATOS	0	3	22	25
CALÚNIA - DIFAMAÇÃO - INJÚRIA	175	176	602	953
CONSTRANGIMENTO ILEGAL	13	3	5	21
AMEAÇA	613	832	3003	4448
INVASÃO DE DOMICÍLIO	3	5	10	18
DANO	7	2	55	64
ESTUPRO CONSUMADO	11	6	17	34
ESTUPRO TENTADO	0	0	0	0
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	5	3	26	34
OUTROS C/C/ DIGNIDADE SEXUAL	0	0	0	0

(Fonte: <http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/ViolenciaMulher.aspx>) Acesso em: 02 ago. 2017

O primeiro dado alarmante do tamanho das dimensões das agressões às mulheres é a existência de 14 distintas tipologias criminais. Entre elas, encontram-se homicídios, lesões corporais, maus tratos, calúnia, difamação e injúria, ameaças, estupro, entre outros. Coincidentemente ou não, é perceptível que as denúncias com maiores proporções numéricas são as mesmas encontradas, principalmente, nos espaços privados, ou seja, ambientes domésticos. "Lesão corporal dolosa", "calúnia-difamação-injúria" e "ameaças" estão entre as principais constantes do ciclo de violência de gênero e doméstico e em um único mês (junho de 2017), esses crimes resultaram em 9.314 mulheres em situação de violência,

somente no estado de São Paulo. Para melhor entendimento, esse número revela que do início ao último dia do mês de junho, foram 310,5 denúncias diárias.

Diante do apresentado, é notável um alto índice de violação às mulheres e poucas perspectivas quanto a diminuições dessas denúncias ainda que, legalmente, as punições sejam conhecidas e reconhecidas por quase toda a população nacional.

Crepaldi e Moraes em seu texto jornalístico caracterizam o estado de São Paulo como uma região

bastante deficitária de casas com a assistência de moradia para mulheres em situação de violência:

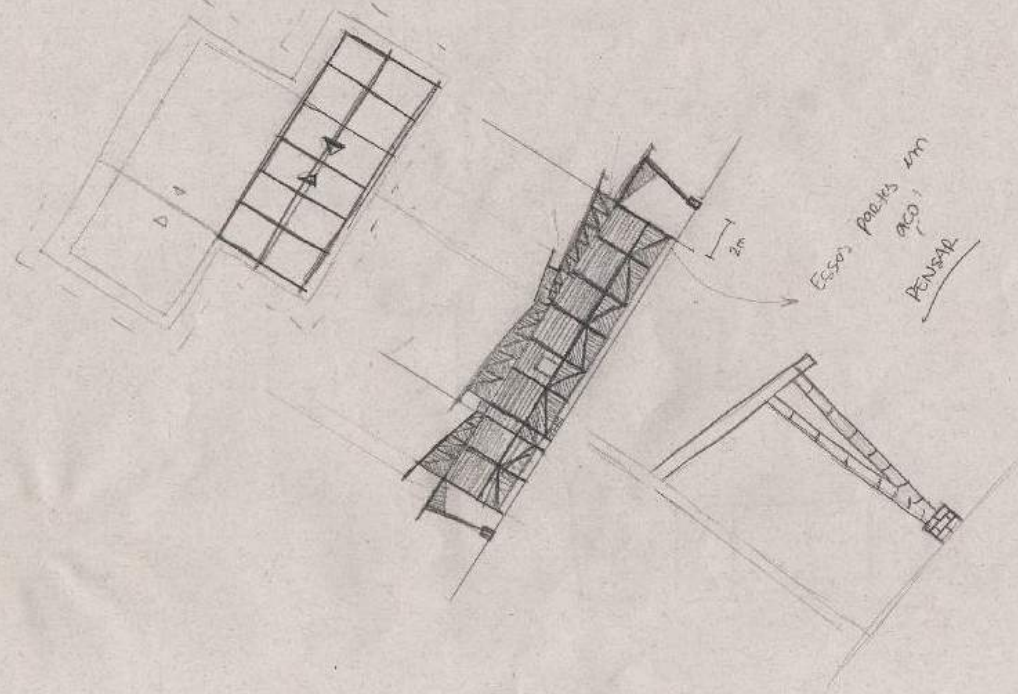
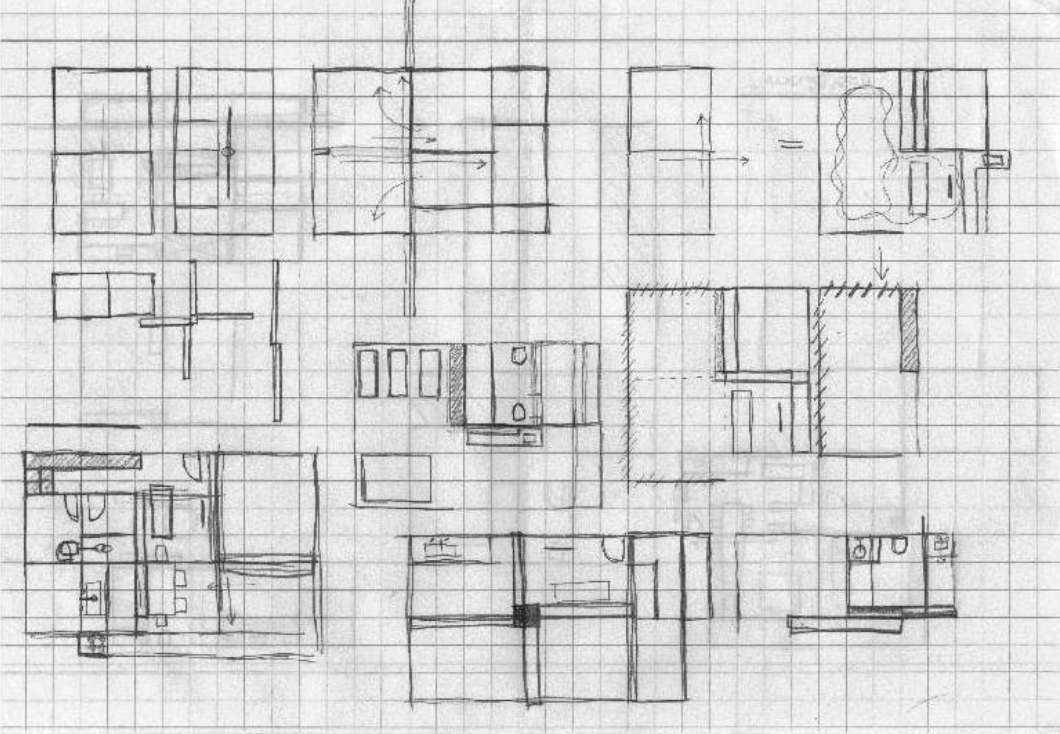
"São apenas sete casas-abrigo na cidade de São Paulo, que atendem a demanda de outros municípios. No interior a escassez é ainda maior. Cidades de maior porte, como Araraquara, Marília e São José do Rio Preto, dispõem de apenas um abrigo. São locais seguros, de endereço não divulgado, que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco de vida iminente em razão da violência doméstica para que elas não precisem retornar à antiga residência." (MORAES; CREPALDI, 2017)

Por fim, além de os dados apresentados no ano de 2011 pelo trabalho *As Manifestações da Violência de Gênero em Presidente Prudente*, o próprio CREAS/Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Mulher em Situação de Violência da cidade de Presidente Prudente realizou um estudo, entre os anos de 2008 e 2015, que demonstra a necessidade e diretrizes para implantação de um local de acolhimento na cidade: *Considerações sobre a necessidade de acolhimento das mulheres em situação de violência*. Além de citar muitos dos aspectos relatados anteriormente pela assistente social Simone Duran, as considerações exploram a violência sofrida por 1.200 mulheres,

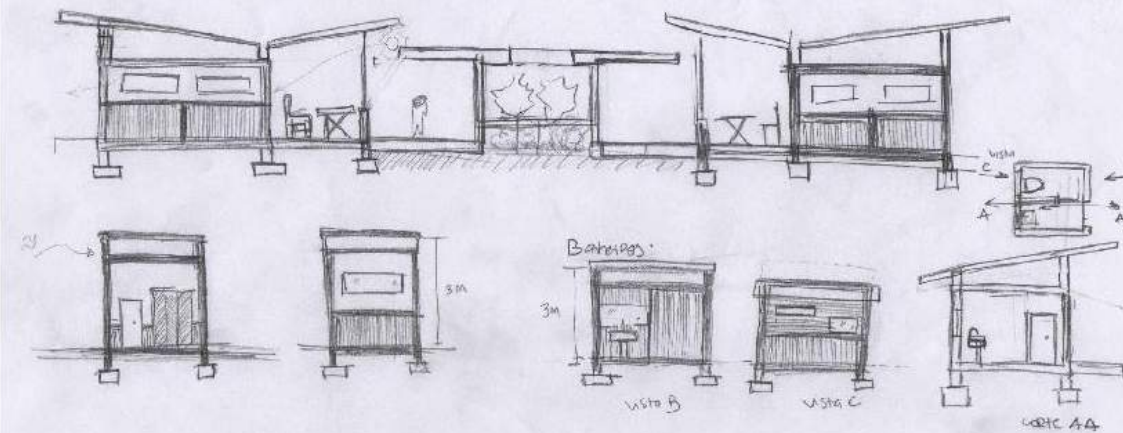
nesse período, em que 320 delas precisavam de um local de abrigamento com urgência.

Em números, dessas 320 mulheres que necessitavam urgentemente de um local para se fixar, apenas 16 foram abrigadas em instituições específicas para esse fim, em outras regiões do estado já que a cidade não apresenta o equipamento necessário, sendo as restantes acolhidas em casas de familiares e amigos próximos, deixando-as vulneráveis a riscos.

Após a averiguação de situações em que mulheres estão à margem da sociedade e não conseguem ajuda de fácil alcance, é pensado de acordo com a demanda da cidade e região, a construção de um local onde todos os tipos de mulheres, em suas singularidades, reconheçam-se acolhidas e sintam que suas vozes serão ouvidas em luta contra a violência de gênero.



SALAS DE ASSISTÊNCIA:



Reuniões



Se é flexível, tem que ter 3 modelos, no mínimo:

1m - 12m
0,7x - 9m
y = 0,75m

Demisuite

8,5
7,5
16,0

blindex

Profundidade do pátio - > ÁGUA e poucos árvores
Unir os 5 blocos de sala de assistência ✓
conexão entre os banheiros e as salas ✓
implantação dos sedg no ambiente com o vento ✓
quarto do plantonista - > NÃO ESQUEÇA ✓
banheiros acessível - > porta pra fora ✓

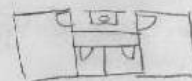
• fazer a marquise com as curvas ✓
colunas

Para balcão

• Rosa Clara

• Escape escape jardins - > Amanda ou Tamara

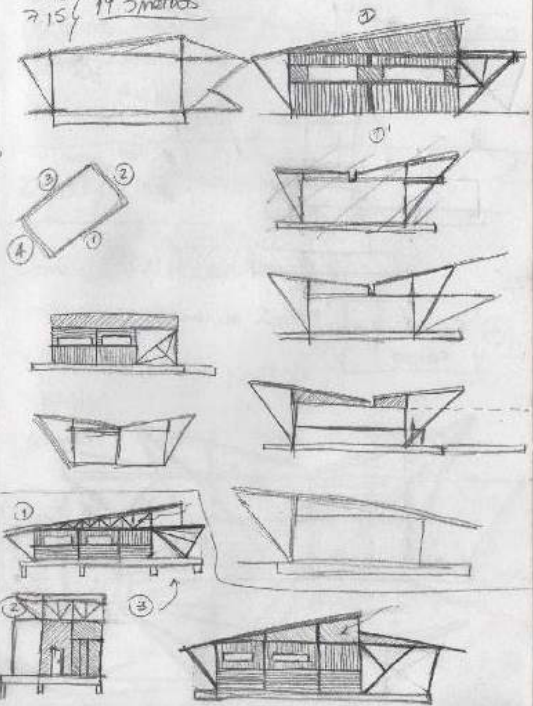
• jardins curativos



Demisuite

Estudos de volumetria:

7,15 / 14,3 metros



CAPÍTULO 4

ANÁLISES DE CORRELATOS

4.1.1. THE ADA AND TAMAR DE SHALIT HOUSE

The Ada and Tamar De Shalit House é um projeto que se fundamenta por ser humanitário e solidário. Juntamente com uma ONG israelita, dois escritórios de arquitetura, Amos Goldreich Architecture e Jacobs-Yaniv Architects, se unem para o planejamento e construção de um abrigo para mulheres em situação de violência acompanhadas de seus filhos.

Localizado na região limítrofe de Telavive, em um bairro residencial calmo (sem endereço divulgado pelo fato de o instituto ter caráter sigiloso), o abrigo situa-se próximo à supermercados, escolas, hospitais, lojas, clínicas de saúde, parques e outros espaços verdes, centros de aconselhamento e instalações recreativas entre outros serviços garantindo a infraestrutura desejada para as abrigadas.

Foi projetado para substituir o abrigo existente há 37 anos no mesmo terreno, sendo seu planejamento necessário já que a antiga casa apresentava riscos de segurança às crianças por ter muitas escadas e varandas em sua composição e por não mostrar-se acessível a algumas usuárias e funcionárias.



Figuras 19 e 20:
Imagens 3D do
projeto



(Fonte: <https://www.architecture.com/FindAnArchitect/ArchitectPractices/AmosGoldreichArchitecture/Projects/TheShelterforVictimsofDomesticViolence-127052.aspx>)
Acesso em: 03 março 2017

O abrigo conta com uma área construída de 800 m² fixado em um terreno com o dobro de seu tamanho e foi pensado para acomodar 12 famílias ou mulheres sem filhos, simultaneamente. Todos os quartos foram propostos de modo que permitam total privacidade individual nessa área íntima, enquanto que nas outras áreas haja a necessidade da coexistência com os outros moradores e com a equipe de funcionários.

uma "casa" para que consigam conduzir seus cotidianos normalmente, delimitando de maneira bastante acentuada a os espaços "privados" das áreas comuns. (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, JACOBS-YANIV ARCHITECTS, 2015)

Figura 23:
Planta
baixa
setorizada
do projeto



(Fonte: <http://www.agarchitecture.net/shelter-for-victims-of-domestic-violence>) Acesso em: 11 jul 2017; editado pela autora

Figura 24: Planta baixa do primeiro pavimento



(Fonte: <http://www.agarchitecture.net/shelter-for-victims-of-domestic-violence>) Acesso em: 11 jul 2017; editado pela autora

Sustentáveis, duráveis e encontrados em loco foram as três preocupações de materialidade para o abrigo, dando grande importância ao paisagismo, projetado para caracterizar o plantio indígena e incluir uma horta designado para uso da cozinha. As áreas chave são ventiladas naturalmente e os sistemas de ventilação mecânica são altamente eficientes em termos energéticos, além de contar com painéis solares que aquecem toda a água. O composite tijolo aparente foi o principal material para as

estruturas da casa com vedações de vidro principalmente nas paredes que tem a vista interna voltada para o jardim, somada às coberturas em lajes e as estruturas pergoladas e pisos em madeira que compõem todo o caminho de circulação externa. (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, JACOBS-YANIV ARCHITECTS, 2015)

O programa conta com uma diversidade de atividades em seu interior como jardim-de-infância, sala de informática, lavanderia, cozinhas e refeitório, habitações independentes para cada família, acomodação de funcionários, áreas de escritório para o administrador(a) do abrigo e funcionários, incluindo assistentes sociais, psicólogo/a infantil, faxineiros/as, um/a cuidador/a para as crianças e um/a advogado/a em tempo parcial. (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, JACOBS-YANIV ARCHITECTS, 2015)

A seguir, encontra-se o programa de cômodos da casa de acordo com os diferentes pavimentos e suas quantidades:

Tabela 10: Programa de ambientes do abrigo

Pavimento Térreo	
RECEPÇÃO - 30,97 m ²	COZINHA DOS FUNCIONÁRIOS - 27,1 m ²
SALA PARA CRIANÇAS - 30,2 m ²	LAVABO - 9,68 m ²
COPA - 11,61 m ²	QUARTOS - 16,26 m ²
BANHEIRO COM 2 CABINES - 9,3 m ²	BANHEIROS DOS QUARTOS - 4,84 m ²
SALA DE ADVOGADO - 21,6 m ²	COZINHA + DESPENSA + LAVANDERIA - 35,25 m ²
SALA - 13,55 m ²	REFEITÓRIO COM 48 LUGARES - 55,36 m ²
ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS - 31 m ²	JARDIM INTERNO - 158,55 m ²
ENFERMARIA - 54,3 m ²	
Primeiro Pavimento	
4 SALAS DE FUNCIONÁRIOS - 12,4 m ² cada	BANHEIRO - 7,74 m ²
1 SALA DE COORDENADOR - 21,6 m ²	COPA - 21,6 m ²
ALMOXARIFADO - 42,6 m ²	

(Fonte: elaborado pela autora)

4.2. CASA DA MULHER BRASILEIRA (CMB)

Inspirados no projeto inicial de João Filgueriras (Lelé), conhecido por desenvolver uma arquitetura de caráter

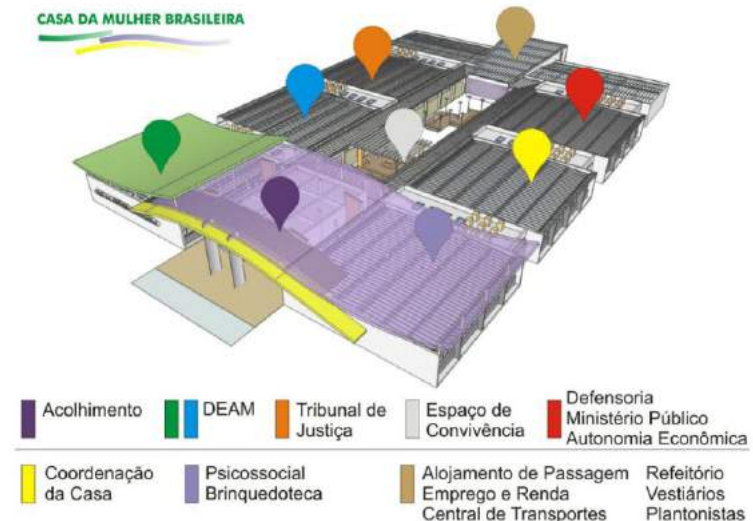
humanizado para locais de recuperações, que não fora viabilizado pelo Tribunal de Contas da União, Marcelo Pontes, diretor de obras da SPM, Valéria Laval, também da SPM, e Raul Holfiger idealizaram a atual Casa da Mulher Brasileira (CMB).

Realizada em parceria com os governos federal, estadual e municipal, a CMB, um dos eixos do programa Mulher, Viver sem Violência, tem como proposta um projeto arquitetônico modelo a ser construído no Distrito Federal e nas capitais dos demais 26 estados. O projeto modelo é o mesmo para todas as unidades, mas pode ser ajustado às condições de cada terreno. Já foram construídas as unidades de Brasília (DF), Campo Grande (MS), Curitiba (PR) e São Paulo (SP), a última ainda sem funcionamento. (FERNANDES, 2017)

A intenção do programa é de que as mulheres vítimas de agressões recebam nessas casas desde os atendimentos nas áreas de saúde, justiça, segurança pública, assistência social, até oportunidades de conseguir autonomia financeira em relação aos seus companheiros. Para isso, integrou-se num mesmo espaço diferentes serviços especializados para os mais diversos tipos de violência: acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia especializada, juizado especializado, ministério público, defensoria pública, promoção de autonomia

econômica, cuidado das crianças (brinquedoteca), alojamento de passagem e central de transportes.

Figura 25: Setorização dos diferentes tipos de serviços prestados às usuárias dentro da Casa



(Fonte: <http://www.spm.gov.br/noticias/casa-da-mulher-brasileira-e-inaugurada-em-brasilia>) Acesso em: 12 jul 2017

O projeto modelo tem cerca de 3.410 m² de área construída em um único pavimento, sendo sua testada de 53 metros e sua lateral de 72. Possui um jardim/pátio interno de 400 m² do qual se desenvolvem diversas atividades e diferentemente da maioria dos outros projetos de abrigo,

a CMB não possui caráter sigiloso, sendo de fácil identificação na cidade. Na realidade, os edifícios apresentam como uma de suas características de materialidade uma cobertura levemente ondulada e as cores roxa (que segundo a SPM está associada a ideia de proteção e acolhimento), verde e amarela (da bandeira brasileira), de modo que facilitem a identificação do edifício às possíveis usuárias.

Figura 26: Casa da Mulher Brasileira localizada em Brasília

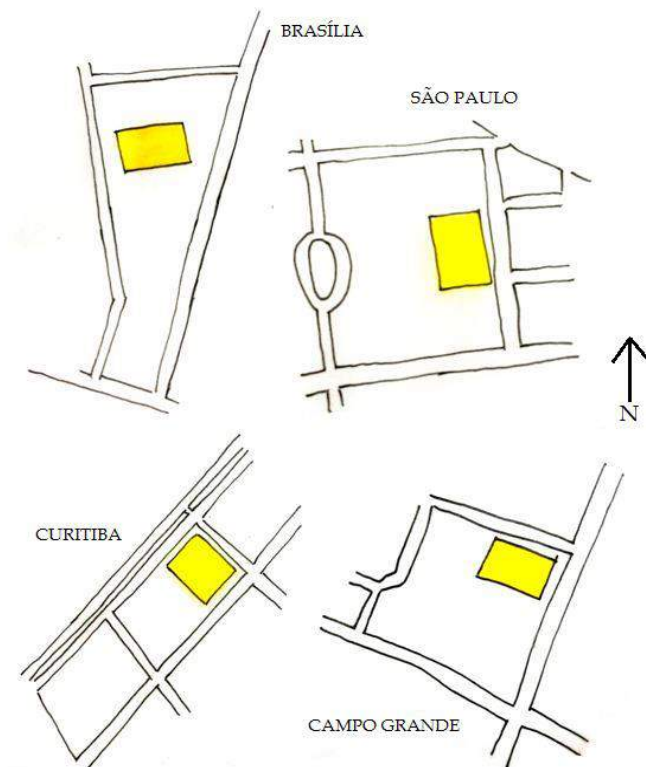


(Fonte: <https://arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/casas-acolhimento-mulheres-vitimas-violencia>) Acesso em: 12 jul 2017

As implantações das construções nas cidades foram dispostas em diferentes orientações, por conta da disponibilidade de áreas institucionais. Ainda, quanto à localização, enquanto que no Mato Grosso do Sul a Casa fixa-se em um bairro na Zona Oeste, longe do centro e próximo ao

Aeroporto, nas outras cidades, o projeto localiza-se em regiões mais centrais e próximos a grandes avenidas de acesso. (FIGURA 27)

Figura 27: Implantações das quatro unidades no país e seus posicionamentos quanto ao Norte



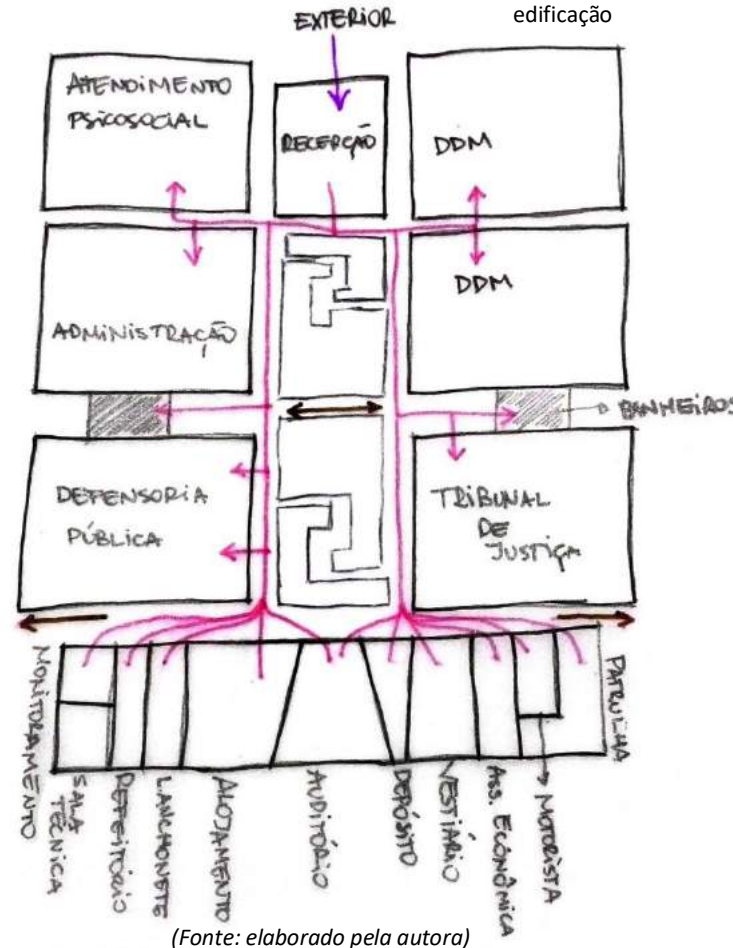
(Fonte: elaborado pela autora)

O projeto modelo tem como premissas principais a racionalização do sistema construtivo e a integração dos

setores através de uma mesma linguagem como o uso das cores, além de blocos de iguais dimensões. A racionalização do projeto como um todo é uma premissa do projeto e apesar de terem Lelé como uma das principais influências, não se percebe a humanização proposta pelo arquiteto.

O intuito dos projetistas era definir um espaço em que fosse possível um dinâmico atendimento de todos os órgãos assistencialistas em um mesmo local, facilitando a ruptura com o ciclo de violência. Para isso, a disposição dos ambientes fora pensada de modo que os serviços prestados fossem feitos de uma maneira "linear", seguindo o sistema burocrático, e não permitiu que se fixassem fluxos prioritários. (FIGURA 28).

Figura 28: Fluxos no interior da edificação



(Fonte: elaborado pela autora)

final do lote, a parte mais íntima do projeto é identificada, onde estão o Alojamento, Refeitório, Vestiário, Auditório, Lanchonete, entre outros.

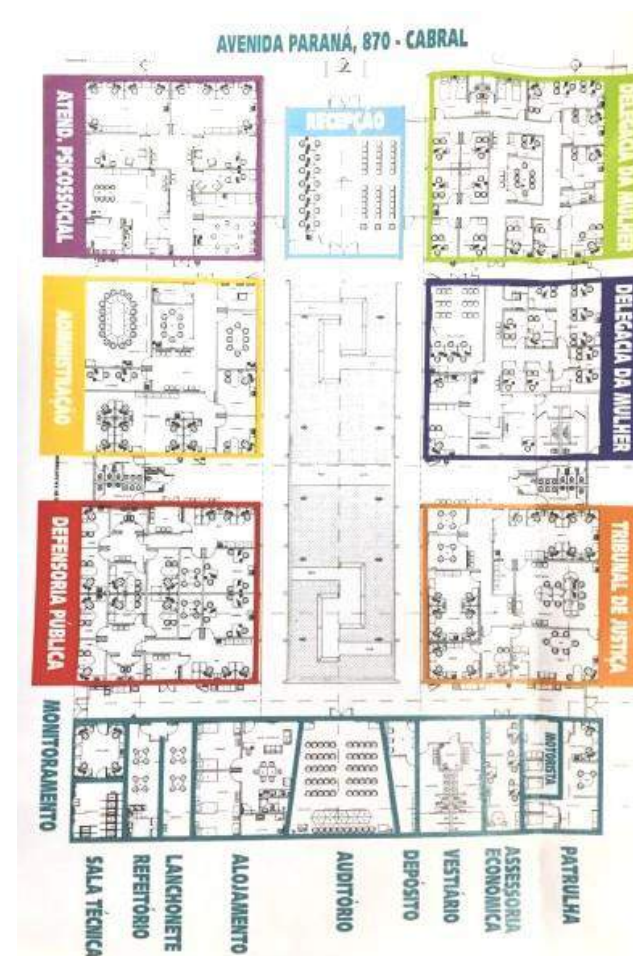
A Casa conta com um conjunto de "alas" integradas pela cobertura e que também são conectados pelo pátio/jardim interno com espaços de aproximadamente 463 m². As primeiras seis alas, três de cada lado do edifício, são constituídas principalmente por salas dos órgãos que cuidam da parte burocrática no cuidado com a mulher, ou seja, duas Delegacias da Mulher, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Administração e, além desses, o Atendimento Psicosocial. Logo na entrada, no meio das duas primeiras alas, encontra-se a Recepção que conta com um espaço de 150 m², em média e sete mesas de recepção. No

Tabela 11: Programa de ambientes da CMB

DELEGACIA DA MULHER 1	
SALA DE TRABALHO COLETIVO	12 SALAS DE TRABALHO INDIVIDUAL / ATENDIMENTO
2 QUARTOS DE ALOJAMENTO	SALA DE REUNIÃO
DELEGACIA DA MULHER 2	
RECEPÇÃO	2 SALAS DE TRABALHO INDIVIDUAL
5 SALAS DE ATENDIMENTO	3 SALAS PARA EXAMES MÉDICOS
SALA DE TRABALHO COLETIVO	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
4 SALAS DE TRABALHO COLETIVO	SALA DE TRABALHO INDIVIDUAL
2 SALAS DE REUNIÃO	
DEFENSORIA PÚBLICA	
8 SALAS DE TRABALHO INDIVIDUAL	2 SALAS DE REUNIÃO
2 ALMOXARIFADOS	2 LAVABOS
2 SALAS DE TRABALHO COLETIVO	
ADMINISTRAÇÃO	
SALA DE REUNIÕES	2 SALAS DE TRABALHO INDIVIDUAIS
2 SALAS MENORES DE REUNIÃO	SALA DE ATENDIMENTO
2 SALAS DE TRABALHO COLETIVO	2 DEPÓSITOS
ATENDIMENTO PSICOSOCIAL	
4 SALAS DE ATENDIMENTO	2 SALAS DE ATIVIDADES COLETIVAS
BRINQUEDOTECA	
BANHEIROS	
2 BANHEIROS FEMININOS COM 3 CABINES	2 BANHEIROS MASCULINOS COM 3 CABINES
ALA ÍNTIMA	
SALA DE MONITORAMENTO	AUDITÓRIO
SALA TÉCNICA	DEPÓSITO
REFEITÓRIO	VESTIÁRIO
LANCHONETE	ACESSORIA ECONOMICA
SALA DE PATRULHA	SALA DOS MOTORISTAS
ALOJAMENTO (2 QUARTOS, SALA E COZINHA COLETIVA)	

(Fonte: elaborado pela autora)

Figura 29: Planta baixa da Casa da Mulher Brasileira



(Fonte: <http://paranaportal.uol.com.br/curitiba/casa-da-mulher-brasileira-comeca-a-funcionar-em-curitiba/>) Acesso em: 12 jul 2017

Os espaços foram projetados para atender às grandes capitais brasileiras, por isso tem suas dimensões avantajadas.

Ainda, o alojamento como visto na imagem da planta do edifício é um tanto pequeno em relação ao restante do projeto, contando com apenas 9 camas beliches para as mulheres e seus filhos, mas de acordo com o seu propósito, as mulheres são acolhidas nesses espaços por, no máximo 15 dias, não permitindo uma conexão profunda com o espaço.

A materialidade do projeto também não se apresenta com o caráter humanizado às usuárias, assim como proposto pelo arquiteto inspirador. O sistema construtivo é de alvenaria estrutural e sua cobertura é feita com telhas de policarbonato e somente nas partes arredondadas, as telhas são metálicas calandradas. Os revestimentos das paredes são feitos com argamassa (chapisco e emboço) e os de paredes e janelas é diverso, sendo as esquadrias de portas de madeira e de alumínio das janelas. Além disso, portas venezianas são usadas nos blocos para o acesso ao jardim e portas de madeira com acabamento em pintura são usadas nos banheiros. Todas as "alas" tem suas portas principais e alguns destaques nas paredes pintadas de cores diferentes para a setorização e fácil identificação das usuárias. O chão apresenta revestimento variado: em concreto na área da calçada, no piso abaixo do pergolado e na área externa de concreto estampado e borracha (piso tátil) e a granitina nas áreas internas.



Figuras 30, 31, 32,33 e 34: Fotografias de uma vista aérea, dos quartos, Refeitório, Recepção da CMB das mulheres acolhidas e da conexão entre os diferentes blocos na parte externa

(Fonte:

<https://arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/casas-acolhimento-mulheres-vitimas-violencia>) Acesso em: 12 jul 2017

4.3. ARQUITETURA EM COMBATE COM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: COMO PROJETAR CASAS DE PROTEÇÃO + REABILITAÇÃO DE SOBREVIVENTES DE ABUSOS ¹

Arquitetura em Combate com a Violência Doméstica é a tese de mestrado desenvolvida no ano de 2014 por Ana Matjevic e Shelby Riddell da Escola de Design da Universidade do Estado do Arizona nos Estados Unidos da América.

A tese de mestrado trata de uma análise dos espaços de abrigamentos do país e expõe diretrizes para uma construção de abrigos que possibilitem a usuária uma maior sensação de pertencimento e resultados rápidos e eficientes de sua recuperação ao trauma. Inicialmente, os autores fazem uma crítica aos abrigos vigentes por serem de caráter sigilosos e não assistirem às mulheres em situações menos graves, expõe as realidades da região em que vivem, tanto pelas pesquisas autorais como por dados estatísticos, contam o histórico da violência de gênero no país e, após essa exposição de fatos, tratam do design das *Casas de Proteção*.

"Através da combinação de pesquisa e conhecimento em design, essa tese busca como projeto de abrigos podem criar um ambiente de crescimento, estabilidade e reabilitação e não somente uma 'cela de passagem' para mulheres em crise. [...] A partir dessa pesquisa, estabelecemos uma série de princípios de design que devem ser implantadas nos abrigos (tanto como renovações dos já existentes como nas novas construções) pelo país². " (MATJEVIC, RIDDELL, 2014)

4.3.1 ESTUDOS DE CASOS:

Foram analisados 3 abrigos sigilosos, fixados em áreas urbanas e com diferentes vertentes institucionais, organizacionais e arquitetônicas que fizeram com que os pesquisadores pudessem entender melhor a realidade e necessidades das usuárias e funcionários dos locais. Adiante, uma síntese desses abrigos é exposta:

establish a series of design principles that may be implemented in shelters (as either renovations or new construction) across the country." - Inglês (EUA) - tradução da autora

¹ *"Architecture Against Domestic Violence: How Design Protects + Rehabilitates Survivors of Abuse"* - Inglês (EUA) - tradução da autora

² "Through the combination of research and design, this thesis looks at how shelter architecture can create an environment of growth, stability and rehabilitation, rather than merely a 'holding cell' for women in crisis. [...] From this research, we

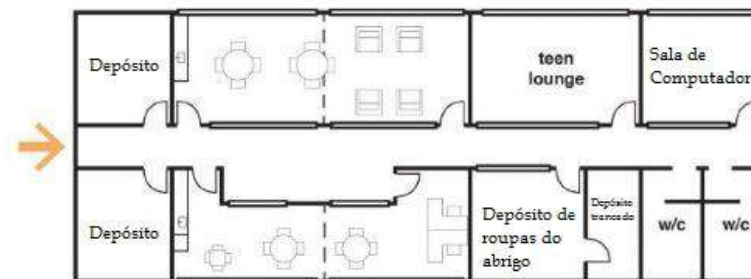
ABRIGO A:

O abrigo A é um exemplo de abrigo puramente institucional e que se nota uma atmosfera de crise quanto a essa característica. São abrigadas mulheres com filhos em quartos individuais com possíveis expansões. São oferecidos serviços de advocacia, "conselho legal" e educativos às mulheres dentro da edificação, porém nota-se a necessidade de instalações de salas de múltiplas atividades, depósitos e salas destinadas às crianças e adolescentes. Ainda, outro problema encontrado fora a de que somente são oferecidos quartos individuais com 4 camas, ou seja, quando uma mulher sem filhos se instala no local, sobram 3 camas em seu dormitório.

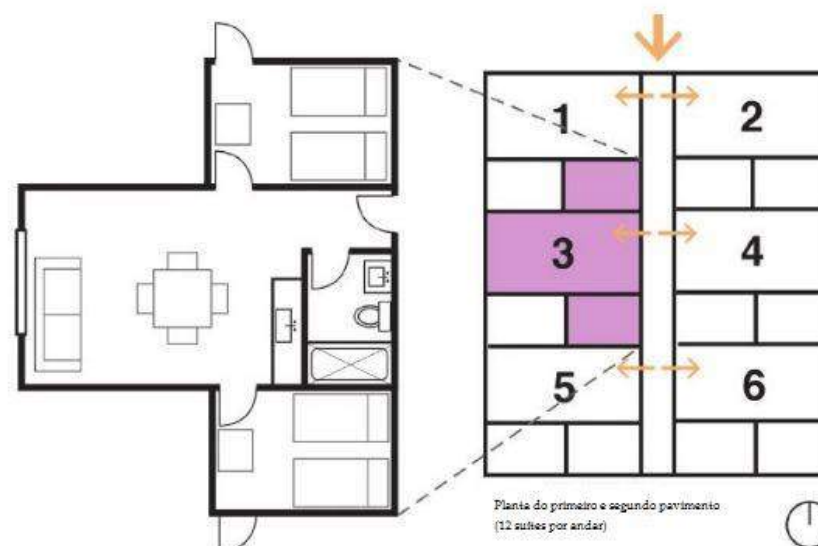


Planta baixa

Figuras 35 e 36: Planta baixa setorizada e Plantas baixa do abrigo B, respectivamente



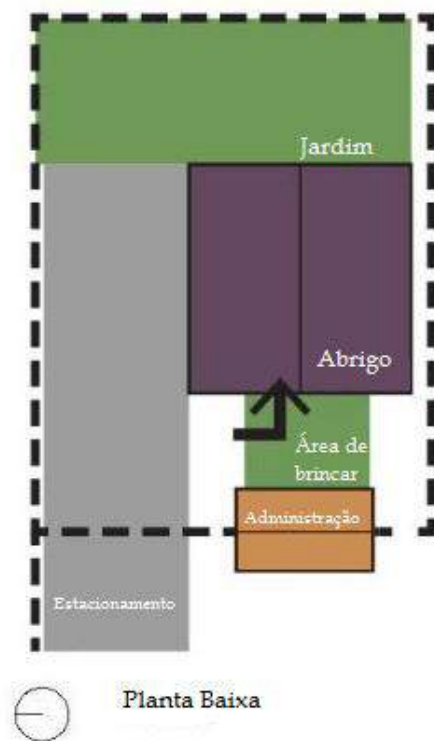
Planta do segundo pavimento



Planta do primeiro pavimento

Fonte: http://issuu-download.tiny-tools.com/print.php?doc_id=140513223559-8d49132c273b2043d34934911b5fb855) Acesso em: 13 jul 2017; editados pela autora

ABRIGO B:



Figuras 37 e 38: Planta baixa
setorizada e Planta baixa do abrigo B,
respectivamente



coletivos dos quais é necessário dividi-los com mais 3 mulheres e banheiros para o uso de 8 alojadas. Esse fato demonstrou um certo aumento de ansiedade às mulheres. Além disso, não há, dentro da instituição, serviços de aconselhamento e educação, tornando difícil a ida das mulheres aos locais que são fornecidos por falta de transporte e funcionários. Um fato é o de que as regras são estabelecidas pelas moradoras transformando o local em um ambiente justo e equânime.

ABRIGO C:

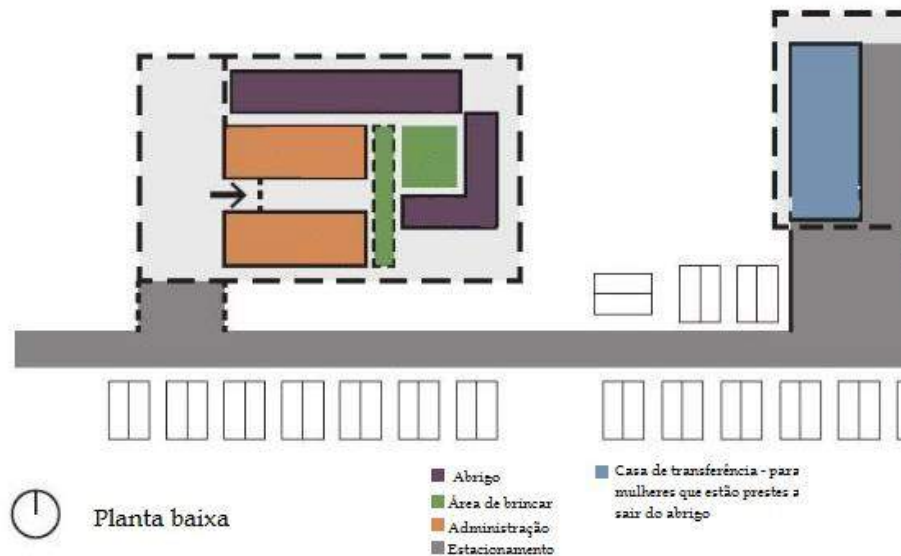
O terceiro abrigo ou C é o que apresenta a organização mais diferenciada. É composto por dois campus, oeste e leste, sendo um deles destinado ao alojamento das recém chegadas e o outro às "veteranas". A administração da casa marca esse aspecto como positivo para o desenvolvimento e melhora das mulheres instaladas.

Fonte: http://issuu-download.tiny-tools.com/print.php?doc_id=140513223559-8d49132c273b2043d34934911b5fb855) Acesso em: 13 jul 2017; editados pela autora

O abrigo B é um dos poucos casos que se tem notícia de que fora feita uma reforma específica para o abrigamento de mulheres. Nesse local, é bastante visível os esquemas de segurança como diversas câmeras de vigilância espalhadas e altos portões circundando o terreno.

São fornecidos às vítimas, quartos

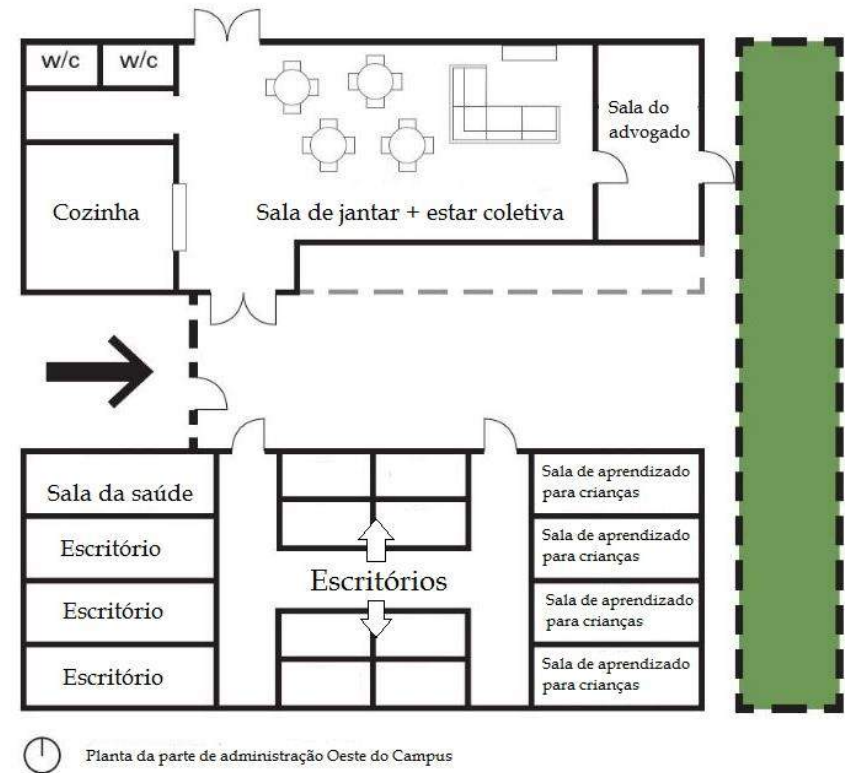
Figura 39: Planta baixa setorizada do abrigo C



(Fonte: http://issuu-download.tiny-tools.com/print.php?doc_id=140513223559-8d49132c273b2043d34934911b5fb855) Acesso em: 13 jul 2017; editado pela autora

Serviços de aconselhamento são fornecidos somente externamente, porém aulas educativas são fornecidas tanto às mães quanto aos filhos dentro do prédio. Há uma grande sala de estar e jantar para que as mulheres façam as refeições conjuntamente e cada família tem seu próprio quarto, dividindo apenas o banheiro. Nas entrevistas, mulheres expuseram seus desejos de terem uma sala de estar individual para maior liberdade.

Figura 40: Planta baixa do abrigo C



(Fonte: http://issuu-download.tiny-tools.com/print.php?doc_id=140513223559-8d49132c273b2043d34934911b5fb855) Acesso em: 13 jul 2017; editado pela autora

Logo após os estudos de casos, Matjevic e Riddell determinam pontos básicos arquitetônicos e no campo do design que auxiliam na jornada das mulheres internas. Os mestrandos

basearam-se em pesquisas hospitalares que tem como foco a humanização dos espaços, porém revelam que alguns pontos levantados por essas análises são bastantes óbvios e a suas propostas vão no sentido de inovar esses conhecimentos.

Figura 41: Estratégias de design para melhores resultados na recuperação de pacientes e prestação de serviços dos funcionários



(Fonte: http://issuu-download.tiny-tools.com/print.php?doc_id=140513223559-8d49132c273b2043d34934911b5fb855) Acesso em: 13 jul 2017; editado pela autora

As estratégias de design para a recuperação de pacientes internados são diversas como colocação de quartos individuais, acesso a luz solar, iluminações artificiais apropriadas, vistas para natureza, zonas destinadas à atividades familiares, uso do carpete e acabamentos acústicos de qualidade podendo interferir também de maneira positiva na produtividade e satisfação da equipe de trabalho. Além desses pontos apresentados na figura esquemática, a produção de ambientes que sejam multissensoriais e que tenham características "caseiras" também contribuem para a restabelecimento dos usuários.

Externamente aos abrigos, os autores destacam pontos igualmente positivos às mulheres alojadas que, de certa forma, confirmam a autonomia e liberdade destas mesmo enquanto "internas". A proximidade com os principais locais de auxílio à essas mulheres são os mais comentados por fazerem com que os serviços cheguem mais rapidamente à elas e que a agilização de seus processos sejam efetivados. Dentre essas proximidades, ressaltam-se:

- distância acessível à **transportes públicos**;
- Distância à bibliotecas, parques, **escolas** e mercearias;
- Presença forte da **comunidade**/ dos moradores do bairro;

- Proximidade com uma **delegacia**/posto policial;
- Proximidade com tribunais/ **sistemas de justiça**;
- Proximidade com um **hospital**;
- Terreno grande o suficiente para acomodar todos os elementos do programa.

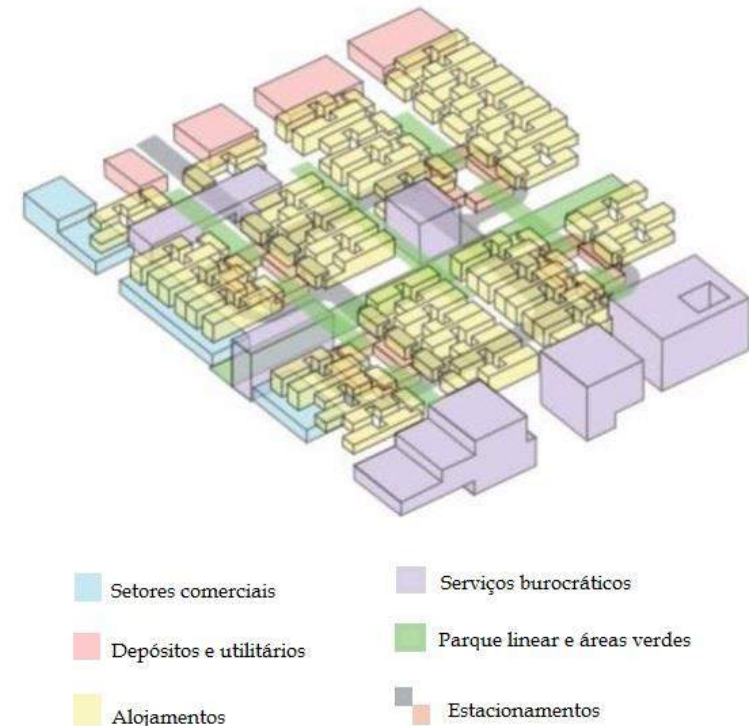
Contemplando as diretrizes citadas acima, foi proposto um projeto de abrigo localizado em um bairro residencial da cidade (Tucson) de que se tem presente muitas das características.

4.3.2. DIRETRIZES PROJETOAIS

A ideia principal do projeto é criar em um largo terreno ocioso da cidade, uma comunidade de abrigo separada em setores com espaços que forneçam proteção sem a necessidade de implantação de sistemas de segurança, como muros ou câmeras, ao mesmo tempo em que forneça, a poucos passos do local de hospedagem, serviços assistencialistas como a delegacia, acompanhamento psicológico e oportunidades escolares tanto aos filhos como às vítimas. A horizontalidade do projeto também é definitivo por aproximar as vítimas dos diferentes setores oferecidos na comunidade e a proposta de ambientes coletivos para o incentivo das trocas entre as

mulheres e o fortalecimento das experiências é uma das diretrizes.

Figura 42: Projeto de Abrigo no Arizona



(Fonte: http://issuu-download.tiny-tools.com/print.php?doc_id=140513223559-8d49132c273b2043d34934911b5fb855) Acesso em: 13 jul 2017

Para cada setor destacado na figura acima, é possível identificar sua finalidade e sua área:

1. Em cinza e vermelho, abaixo das outras cores, estão

as 64 vagas de estacionamentos e as entradas e rotas de veículos ocupando um espaço de 892 m²;

2. Em azul, estão os setores comerciais, 7 deles são pequenos de 93 m² cada, 2 médios de 112 m² e 1 grande de 130 m², totalizando 1.005 m²;

3. As edificações em rosa são representações de depósitos e utilitários, sendo 631,75 m² destinados aos depósitos, 76,2 m² de um escritório de segurança e 279 m² de áreas externas cobertas, resultando em 986,95 m²;

4. Em verde, longitudinalmente, ocupando uma área de 1.236 m², encontra-se um parque linear e latitudinalmente estão as áreas verdes residenciais destinadas à playgrounds e áreas para uso das moradoras com 929 m²;

5. O centro comunitário (auditório, galeria, estúdio de arte) de 1.524 m², serviços para vítimas de 1.440 m², as áreas destinadas a administração com 2.415,5 m² e os serviços prestados à adolescentes e crianças com 604 m² encontram-se nas edificações em roxo e ocupam uma área de 5.983,5 m²;

6. Por fim, em amarelo, estão as residências divididas em "mulheres veteranas" e "recém chegadas", separados em quartos com uma cama (66,89m²), quartos com duas camas (116,13 m²) e quartos com 3 camas (155,15 m²), sendo as

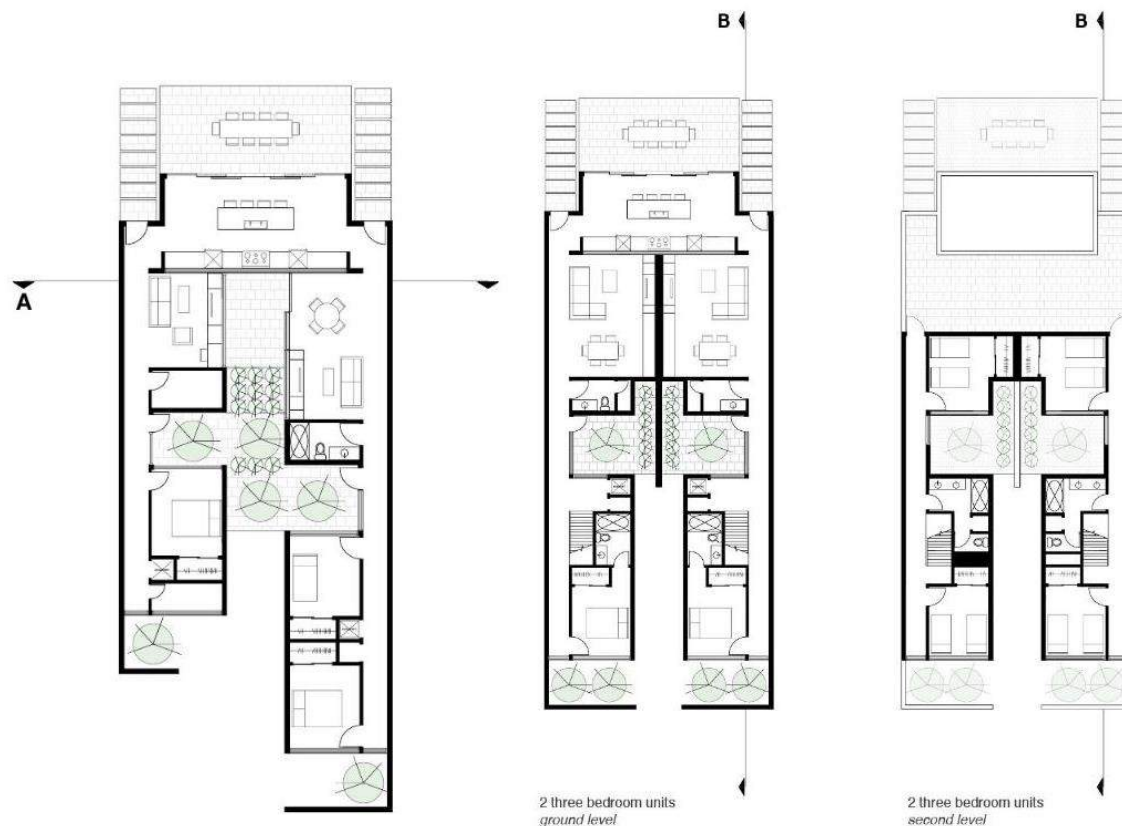
quantidades para as primeiras 12, 12 e 26 e para as segundas 6, 6 e 10, respectivamente. Os dormitórios ocupam uma área de 8.879,76 m² e, algumas unidades, o segundo pavimento dos outros setores, assim como se verifica na figura. Essa medida foi tomada para que a segurança das mulheres fosse mais efetiva e que houvesse a possibilidade da circulação dos carros por debaixo das edificações.

Total de metragem da obra: 19.912,21 m²

4.3.3. UNIDADES RESIDÊNCIAIS

As unidades residenciais foram setorizadas em áreas "privadas" que apresentam-se como espaços de dormir, as "semi privados" que são os espaços de lazer e as áreas "públicas", ou seja, as cozinhas comunitárias. "*O coração da casa*", como muitos dizem, ou a cozinha foi pensada como um local em que fosse possível não somente o fazer das refeições, mas promover uma interação intensa entre as moradoras afim de criar o sentido de comunidade e promover a equidade. Todas as cozinhas terminam em um espaço das refeições que são as varandas.

Figura 43: A esquerda, planta térreas de unidade com 1 quarto individual somado a outro com duas camas e a direita planta de nível térreo e primeiro pavimento de 3 camas



(Fonte: http://issuu-download.tiny-tools.com/print.php?doc_id=140513223559-8d49132c273b2043d34934911b5fb855) Acesso em: 13 jul 2017

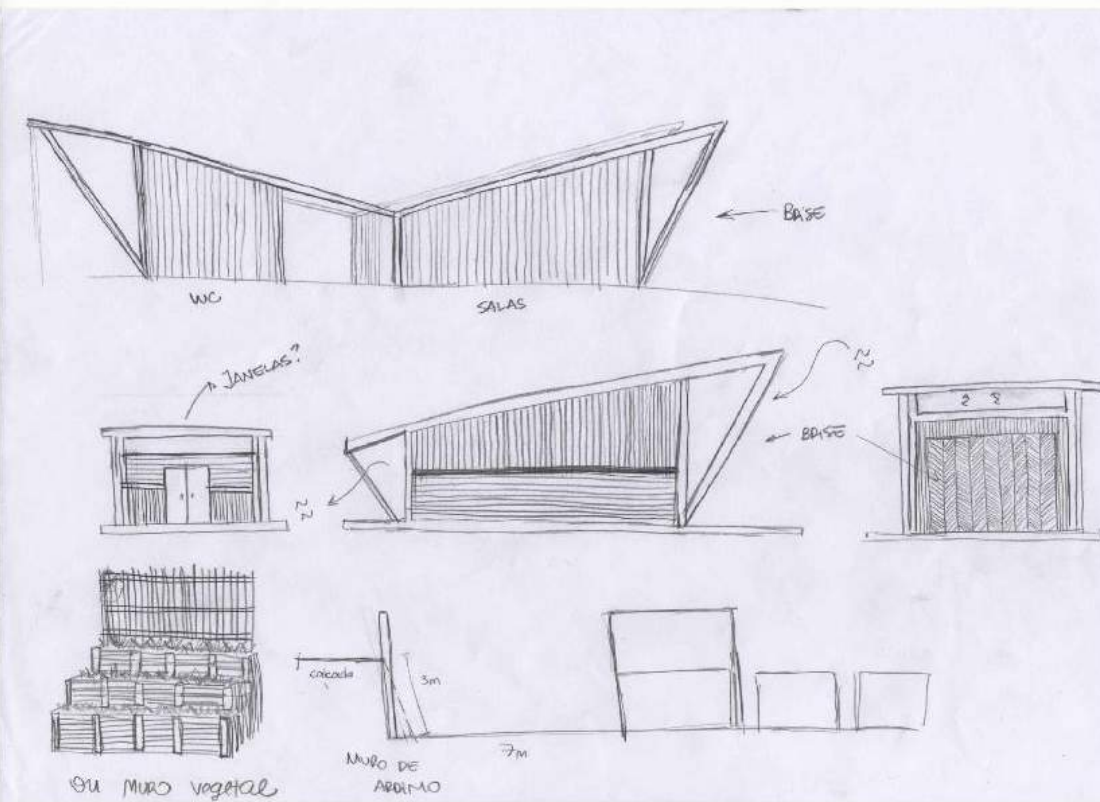
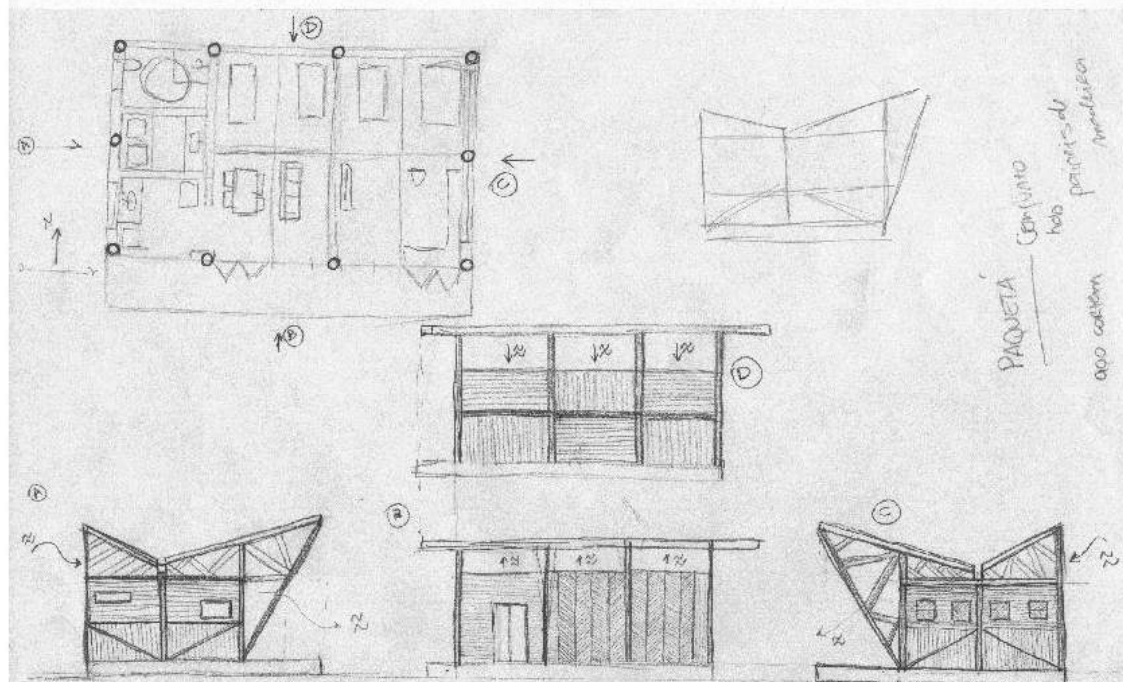
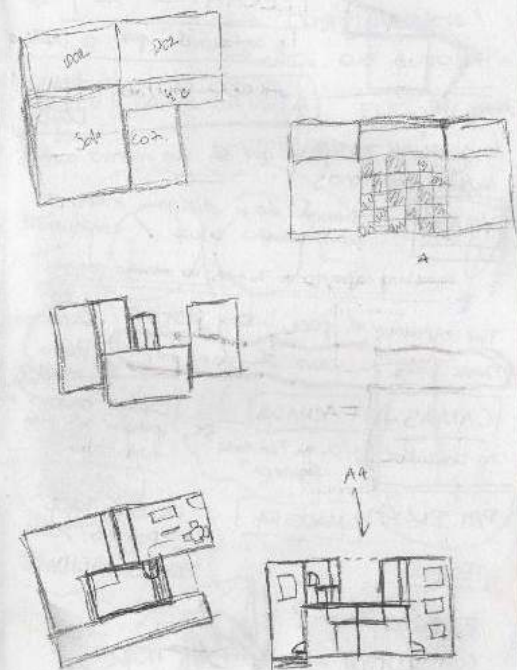
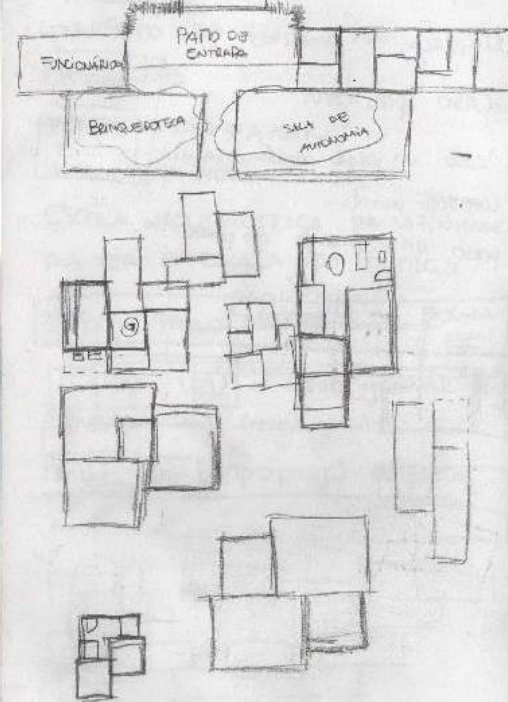
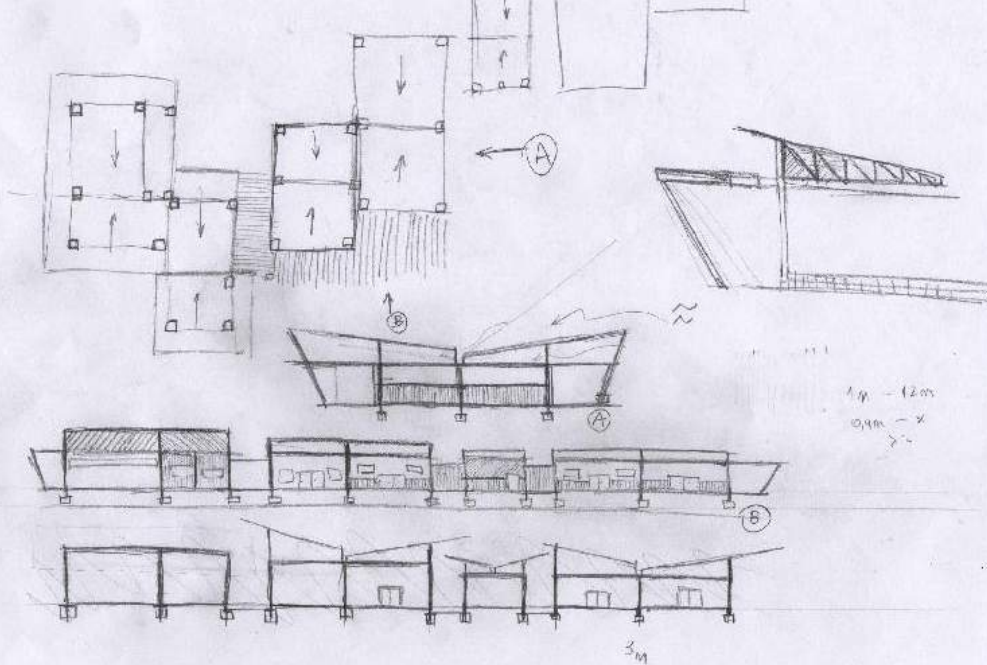
Os corredores internos dessas unidades foram propostos para que fossem feitos movimentos simples e rápidos com a finalidade de auxiliar os moradores com altos níveis de ansiedade.

Figura 44: Corte BB de unidades integradas de 3 camas



(Fonte: http://issuu-download.tiny-tools.com/print.php?doc_id=140513223559-8d49132c273b2043d34934911b5fb855) Acesso em: 13 jul 2017

O uso de luzes naturais foi um determinante para o processo de criação desses espaços, fazendo com que as aberturas "pintassem, esculpisse e guiassem" o usuário. Há também grandes janelas, ocupando todo o pé direito e que tem suas vistas diretamente para os jardins projetados. A projeção dessas unidades foi uma tentativa de criar um ambiente privado, compassivo e com experiências multisensoriais, que permitisse uma forte ligação do meio ambiente com os usuários por meio das luzes naturais e das vistas para os jardins.



CAPÍTULO 5

O PROJETO

A partir desse ponto, é desenvolvida a proposta projetual de um espaço voltado a permanência de mulheres e seus dependentes enquanto vítimas de violência doméstica. Após análise e reflexão sobre o tema, especificamente nas configurações existentes em todo o território nacional ou a sua inexistência, define-se o produto arquitetônico adequado à demanda.

Nesse sentido, gerou-se um projeto específico de abrigo baseado nas premissas do Pacto e Plano Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, nos requisitos apresentados no Termo de Referência no tocante à implantação de casas abrigos e na investigação do panorama do atendimento e a demanda pelo serviço existente na cidade de Presidente Prudente.

Criou-se um objeto específico para as necessidades de mulheres em situação de violência ao invés de o uso ou adequação de um imóvel préexistente para o comporte de uma Casa Abrigo, como se verifica na maioria dos casos no Brasil. A proposta é de atender em um local fixo o programa de necessidades de vítimas com foco na sua recuperação e de sua liberdade, permitindo que

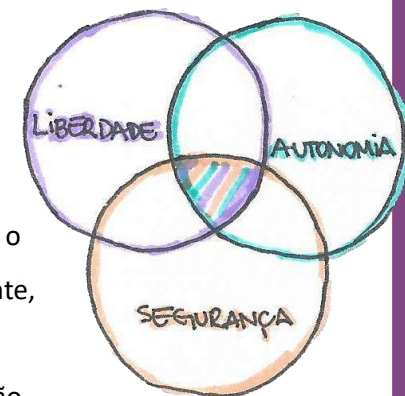
haja um acompanhamento burocrático, psicológico e investimento em suas autonomias, in loco, mas o acompanhamento médico de todo o processo, externamente.

Acredita-se que este abrigo seja idealizado como uma 'casa de transição', porém com a tentativa de fazer com que as acolhidas tenham a sensação de estarem em seus lares e ofereça espaço para crescimento psicológico e social e que de fato conceda às mulheres abrigadas ferramentas para reconquistar sua autonomia.

CONCEITO E PARTIDO

O conceito condutor dessa proposta projetual é o resgate da tríplice de vivências que foram retiradas das protagonistas e de seus progenitores enquanto em situação de violência: **Liberdade, Autonomia e Segurança.**

É sabido que essas três “sensações” são fundamentais na vida de cada cidadão para que se consiga ter equilíbrio tanto com o interior quanto com o exterior. Quando arrancados, violentamente, do cotidiano dessas mulheres, passa-se a observar uma vivência regada de submissão, medo, angustia e vários outros estados negativos.



Através dessa tríplice, é pensado um projeto que proclame em todos os seus aspectos, o estímulo ao autoconhecimento, da autossuficiência e do *Empoderamento*, conceitos básicos para o prosseguimento da vida dessas mulheres.

Ainda que seja um tanto contraditório tratar de liberdade, segurança e autonomia em um espaço de confinamento, a ideia é fazer com que essas mulheres, “*proibidas*” de ultrapassarem os limites edificados por estarem sob graves ameaças, sintam-se dentro de um local acolhedor, sem que haja regras de condução e imposições.

Como uma espécie de núcleo populacional, o projeto distingue-se em três principais núcleos que não remete à limitações espaciais impostas, mas permite uma definição evidente de onde localizam-se os espaços de trabalho e os de moradia, tornando a ***privacidade*** um dos elementos marcantes já que é um dos elementos mais relevantes e facilitadores na aceitação do *aprisionamento*.

A flexibilização da maioria dos ambientes faz-se necessária por abrigar múltiplas personalidade em um mesmo local. Sendo produzidos espaços passíveis de modificações, as internas têm a possibilidade de sentirem-se à vontade e acolhidas por ambientes

que permitem-na autonomia.

Partindo-se da atividade do lote proposto através de um projeto em escala humana, os limites entre o exterior e interior procuram estabelecer uma divisão marcante a fim de garantir a ***segurança*** as usuárias nesse momento de fragilidade.

Espacialidades internas e externas remetem a sensações libertárias, momentos de contemplação e individualidade. Para isso, a arquitetura deve apresentar-se como uma forma pura, com ***materiais naturais, estruturas aparentes e áreas integradas***, com divisórias organizacionais quando necessárias para o prolongamento da visão dentro das edificações e sensação de independência e pertencimento.

CÁLCULO DE DEMANDA

Como verificou-se anteriormente com a pesquisa promovida pelo CREAS da cidade de Presidente Prudente, dentre os anos de 2008 a 2015 foram averiguados 320 casos de mulheres em situação de violência que necessitaram de assistências de abrigo, porém sem êxito por conta da carência de espaços voltados à essa necessidade.

Considerando os números divulgados pelo órgão, em média, são averiguados 45 casos por ano de mulheres que precisam sair de suas casas e como as estadias variam de 90 a 180 dias nessas instituições, segundo as *Diretrizes Nacionais para o Abrigo* da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, obtêm-se uma demanda mediana de 20 casos por semestre.

Ainda, faz-se preciso considerar a permanência além de as mulheres nesses espaços, de seus filhos, crianças de até 12 anos, segundo as mesmas Diretrizes Nacionais. Nesse caso, as

estatísticas do município de Presidente Prudente e de sua região revelaram que o número de filhos por mulher durante o período de 12 meses fora de 2,75.¹ (TABELA 12)

Tabela 12: Tabela de fecundidade por região e município do estado de São

Censo Demográfico 2010 Fecundidade - Resultados da amostra								
Tabela 4.20.2.1 - Mulheres de 10 anos ou mais de idade, total e que tiveram filhos, e filhos tidos pelas mulheres de 10 anos ou mais de idade, nascidos vivos, nascidos vivos no período de referência de 12 meses, nascidos mortos e que estavam vivos na data de referência, segundo as mesorregiões, as microrregiões e os municípios - São Paulo - 2010								
Mesorregiões, microrregiões e municípios	Mulheres de 10 anos ou mais de idade		Filhos tidos pelas mulheres de 10 anos ou mais de idade				Filhos tidos pelas mulheres de 10 anos ou mais de idade, que estavam vivos na data de referência	Código da Unidade Geográfica
	Total	Tiveram filhos	Total	Nascidos vivos		Nascidos mortos		
				Total	No período de referência de 12 meses			
Total	18 468 481	11 332 521	30 635 742	29 484 294	515 701	1 171 448	28 082 078	35
Mesorregiões								
Aragatuba	307 943	203 186	578 919	556 607	7 978	22 312	526 582	3503
Araraquara	361 082	231 765	628 663	607 057	9 618	21 607	579 321	3505
Assis	244 611	163 671	478 446	458 753	7 414	19 694	433 213	3510
Bauri	638 177	414 038	1 167 098	1 121 283	17 917	45 815	1 067 404	3504
Campinas	1 685 649	1 045 771	2 810 190	2 706 446	45 458	103 744	2 583 771	3507
Itapetininga	350 316	227 191	709 346	676 180	11 018	33 166	635 078	3511
Litoral Sul Paulista	197 156	130 322	426 768	408 033	6 838	18 735	385 386	3514
Macro Metropolitana Paulista	1 160 321	726 369	2 016 906	1 936 079	32 809	80 827	1 845 178	3512
Manlia	198 515	128 514	376 666	362 108	5 152	14 558	341 449	3509
Metropolitana de São Paulo	9 590 890	5 665 203	14 735 716	14 181 118	269 108	554 598	13 555 743	3515
Piracicaba	609 254	386 988	1 058 494	1 019 033	16 126	39 460	972 537	3506
Presidente Prudente	372 866	249 399	748 282	717 282	9 659	29 000	673 724	3508
Municípios:								
Presidente Prudente	95 284	61 846	(Fonte:	164 725	2 341	5 393	155 596	3541406

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/nupcialidade_fecundidade_migracao/nupcialidade_fecundidade_migracao_tab_munic.xls.shtm Acesso em: 16 jul 2017

¹ Os números regionais participam da análise já que a cidade de Presidente Prudente é considerada como o principal polo regional e, com bastante frequência, mulheres

de todas as proximidades deslocam-se à cidade em busca de ajuda.

Portanto, o espaço desenvolvido deve ser preparado para atender a demanda de mulheres e seus filhos, obtendo um número de 80 usuários permanentes.

Também, os funcionários que ocuparão os espaços do projeto, foram pensados de acordo com os critérios governamentais e a necessidade de auxílio às mulheres e suas famílias. Assim, tem-se em média 10 funcionários fixos ocupando as posições de Seguranças, Recepcionista, Faxineiras, Diretora, Advogada, Assistente Social, Psicóloga, Funcionária da Brinquedoteca e Plantonistas e outros com permanência esporádica no local como Motoristas, Professores, Palestrantes, Educadores, e profissionais que proponham atividades diversas, porém efêmeras.

PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades fundamentou-se de acordo com o que se observou nas Análises de Correlato (ITEM 4) e nas diretrizes espaciais exigidas pelo *Manual de Instruções, Diretrizes e Procedimentos Operacionais para Contratação e Execução de Programas e Ações da Secretaria Nacional de Assistência Social e Fundo Nacional de Assistência Social* em exercício desde 2015 e produzido pela

Secretaria Nacional de Assistência Social, expostos na tabela a seguir.
(TABELA 13)

Tabela 13: Programa de Necessidades proposto pela Secretaria Nacional de Assistência Social

Atendimento de 11 a 20 usuários	
Programa de Necessidades	Dimensão Mínima (m²)
1 Sala de Coordenação / Almoxarifado	12,00
1 Sala - atendimento individual	9,00
1 Sala de estudo (p/10 pessoas)	10,00
1 Sala de estar	22,00
5 Quartos/ 4 usuários/ cada – 18,00 x 5 =	90,00
2 Quartos / 2 cuidadores/ turno	8,00
1 Banheiro feminino (1 vaso + 1 lavatório + 1 chuveiro)	2,50
1 Banheiro masculino (1 vaso + 1 lavatório + 1 chuveiro)	2,50
1 Banheiro feminino adaptado PPD (1 vaso+1 lavatório+1 chuveiro)	3,60
1 Banheiro masculino adaptado PPD (1 vaso+1 lavatório+1 chuveiro)	3,60
1 Sala de jantar/ refeitório	22,00
1 Cozinha	10,50
1 Área de serviço (lavanderia + passanderia)	5,00
Total com acréscimo de 10% áreas de circulação	200,70m² + 20,07 ~
	221,00

Ambientes Opcionais: *Pode-se incluir de acordo com a necessidade:* Varanda – 14,00m²

Observações Gerais:

1. Quando o serviço exigir cuidadores na equipe, deve ser previsto ambiente para descanso desses trabalhadores, que atuam por turno.
2. Esses são os Programas com o mínimo de ambientes necessários de acordo com a capacidade atendimento:
3. Na área total não está computada as áreas de paredes;
4. Esses parâmetros mínimos são para edificações de apenas um pavimento, isto é, pavimento térreo.

(Fonte: http://blog.mds.gov.br/fnas/wp-content/uploads/2014/08/MANUAL-DE-DIRETRIZES_MDS-X-CAIXA_2015_28-05-2015.pdf) Acesso em: 20 jul 2017

Como dito anteriormente quanto a fragmentação evidente dos

ambientes de trabalho e de moradia foram propostos três principais núcleos: o de Autonomia, o de Apoio e o de Moradia.

No primeiro deles, denominado *Núcleo de Autonomia* (TABELA 14, em rosa), são fixadas a Recepção, as Salas de Aula, Sala de Autonomia, a Brinquedoteca, Banheiros e Sala de Funcionários. Esse setor é característico por apresentar baixa privacidade, cujo acesso é possível tanto de internas quanto de funcionárias e mulheres externas ao projeto. Nesse setor são direcionadas atividades educacionais, ocupacionais, de segurança e de descanso. Busca-se, nesses espaços, que as mulheres ocupem o tempo de ócio enquanto em recuperação e participando das aulas propostas, encontrem meios para autonomia total quando fora do programa. Também, para uma melhor adequação à proposta, os espaços à equipe técnica são caracterizados por uma humanização que permitam-lhes usufruir de áreas agradáveis e não puramente institucionais.

No *Núcleo de Apoio* (TABELA 14, em laranja) estão localizadas as salas de assistência às mulheres que exige maior privacidade por conta da maior pessoalidade dos assuntos tratados. Além disso, é destinado a esse espaço os locais de reuniões e administração. Esse setor está, no quesito privacidade, situado

exatamente entre os dois outros, do qual tanto as funcionárias como as famílias acomodadas possuem acesso. Pode-se encontrar apoio nesse setor nas salas de trabalhos individuais, ou seja, da Advogada, Assistente social, Psicóloga e Diretora e uma Sala de Reuniões que possui seu espaço aberto à outras atividades como terapia em grupos ou atividades que não podem ser feitas ao ar livre.

Por fim, o *Núcleo de Moradia* (TABELA 14, em azul), tem como objetivo destinar para cada grupo familiar de até 4 pessoas uma pequena residência calculada de acordo com a necessidade da preservação da intimidade e rotina de cada uma delas de maneira privada e espontânea, auxiliando na sensação de pertencimento e apropriação do projeto, diferentemente do que fora encontrado nas diretrizes governamentais ou em duas análises de correlatos. Esse espaço é destinado exclusivamente às famílias alojadas, com a possibilidade da entrada das funcionárias somente quando necessário.

De acordo com a contratação de funcionárias de período integral proposta pelo projeto governamental, o estabelecimento de um espaço de descanso para plantonistas é necessário, assim, nesse mesmo Núcleo, é fixado um dormitório individual visando garantir maior privacidade à funcionária e segurança às abrigadas.

Utilizou-se de uma matriz de critérios (TABELA 14) para sintetizar informações básicas e técnicas do projeto. No total foram designados 20 acomodações e 13 ambientes diferenciados, resultando em uma área construída de cerca de 2.100,00 m².

Tabela 14 : Matriz de critérios para abrigo para mulheres em situação de violência

Matriz de Critérios		Área Necessária (m²)	Mais de uma unidade	Área Total (m²)	Privacidade	Instalações Hidráulicas
1	Recepção	42		42	N	S
2	Brinquedoteca	63		63	N	N
3	Sala de Aula	109	S	218	N	N
4	Sala de Autonomia	100		100	N	N
5	Banheiros	30	S	60	N	S
6	Sala de Funcionários	73		73	S	N
7	Sala de Reuniões	43		43	N	N
8	Sala da Coordenadora	20		20	S	N
9	Sala da Psicóloga	22		22	S	N
10	Sala da Assistente Social	20		20	S	N
11	Sala da Advogada	20		20	S	N
12	Banheiros Acessíveis	6	S	12	N	S
13	Quarto da Plantonista	18		18	S	S
14	Acomodações	69	S	1.380	S	S
Área total construída:		2091				

TERRENO - LOCALIZAÇÃO

Inicialmente, buscou-se as diferentes possibilidades de implantação dentro da cidade de Presidente Prudente, porém o bairro Jardim Cambui, localizado na zona Centroeste, destacou-se por inúmeros fatores. O acercamento ao principal hospital do município, Hospital Regional, foi um determinante na sua definição. Como a Casa oferecerá as assistências sociais, psicológicas e jurídicas, a única que não está presente é a médica, fazendo-se necessário a proximidade a este local.

O bairro destaca-se também por estar inserido na malha urbana em uma área pertencente a Zona Residencial 1 (ZR-1), ou seja, um bairro com residências unifamiliares, multifamiliares horizontais, comércios locais e serviços vicinais, segundo a *Lei de Uso e Ocupação do Solo de Presidente Prudente*, disponível no Plano Diretor da cidade. Dessa forma, é possível provocar uma maior sensação de *lar* às famílias abrigadas e laços mais intensos com a comunidade para participações em eventos internos e numa vigília espontânea à segurança das mulheres.

Figura 48: Recorte da cidade de Presidente Prudente com a localização (polígono arroxado) do bairro Jardim Cambui; em laranja, o Hospital Regional, em roxo, o CREAS Mulher, em verde, o AAVEAS, em azul a Delegacia da Mulher e em rosa o Ambulatório Regional de Saúde Mental

Ainda, pelo projeto ter cunho social e governamental e ser voltado às mulheres da cidade de Presidente Prudente e região, a sua inserção em uma Área Institucional (determinada pelo loteamento urbano e disponibilizada pela Prefeitura Municipal) e próxima à corredores viários e pontos de transportes coletivos são elementares.

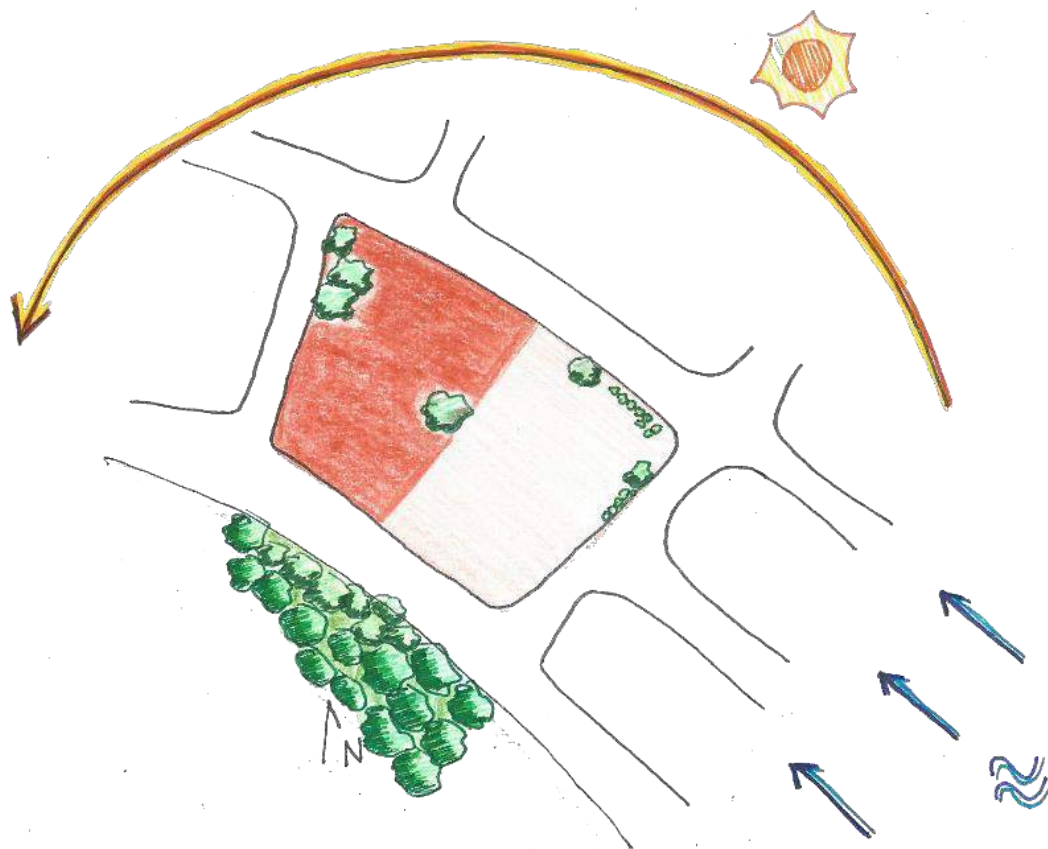
Com metragem quadrada total de 6.036,44, de acordo com os dados da Prefeitura, o lote é uma metade pertencente a uma quadra inteira de área Institucional divisa com vias locais de baixíssima movimentação e próxima a Avenida Luiz Cezário de mediana circulação.

A photograph of a grassy hillside with a road and buildings in the background. The hillside is covered in dry, yellowish-brown grass. In the background, there is a road with a white line, and several buildings, including a red-roofed house and a blue building. The sky is clear and blue.

Sua cobertura vegetal instala-se inteiramente nas partes Norte e Noroeste, nos limítrofes com as vias de acesso, apresentando apenas um exemplar ao centro dos dois terrenos da quadra e sua orientação solar no sentido Noroeste - Sudeste, revela uma incidência solar durante a tarde mais

intensa quando comparada com as do período da manhã, principalmente na testada Noroeste. (FIGURA 47)

Figura 47: Terreno em branco e em laranja, outra metade da Área Institucional; caminho do Sol em amarelo e setas em azul indicam a direção dos ventos



A poucos metros da testada Sudoeste, é possível encontrar uma vegetação linear destinada ao lazer dos moradores locais, porém observado que o seu uso é principalmente o de passagem e pouco constante. Ainda, na parcela Noroeste, fora feita uma terraplanagem e instalado um grande campo de futebol de uso majoritário aos finais de semana e um ponto de ônibus na testada Sudoeste. (FIGURAS 52,53)

Figuras 48 e 49: Fotografia do ponto de ônibus localizado na testada Sudoeste e campo de futebol visto da testada Noroeste



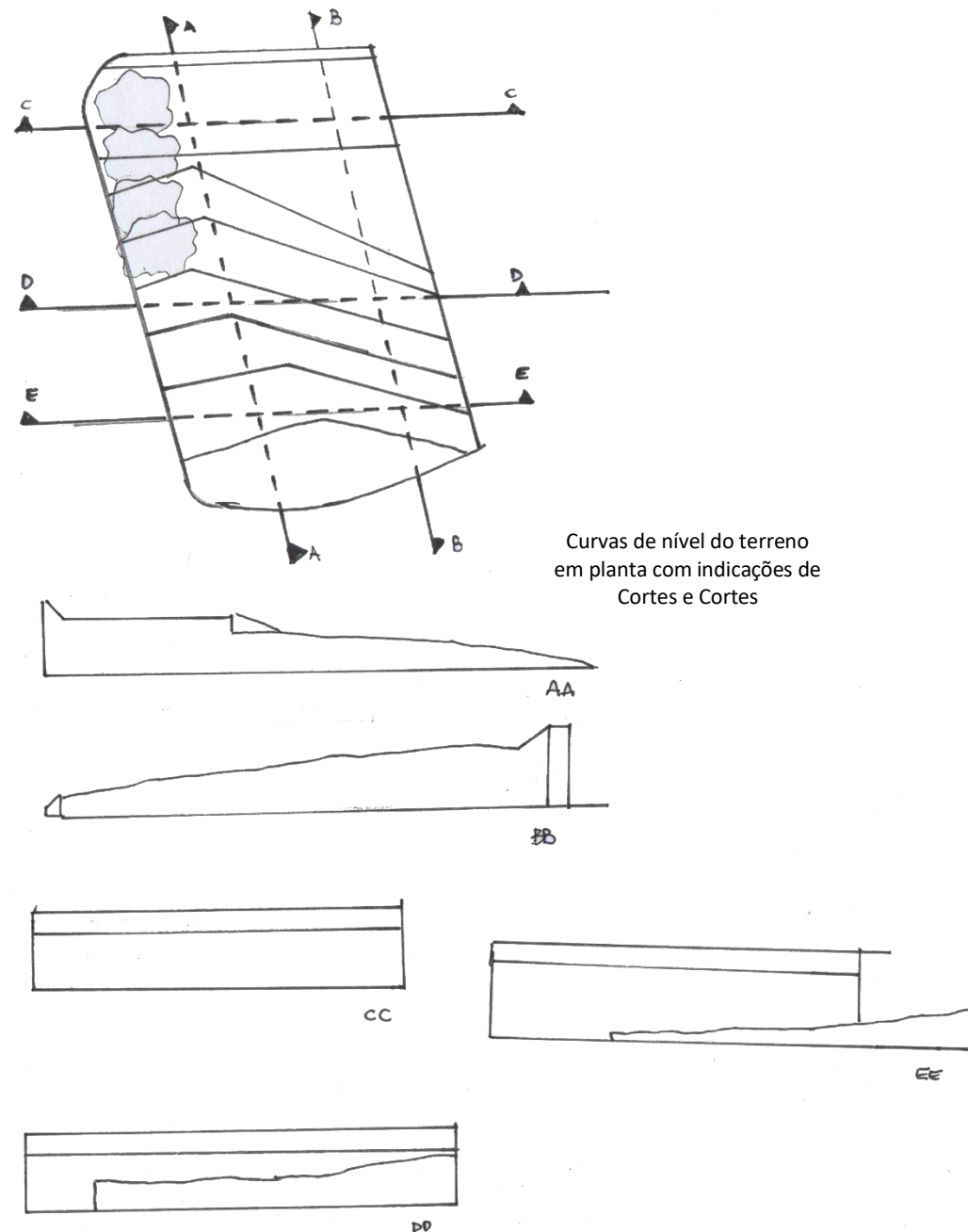
(Fonte: acervo pessoal); 24 jul. 2017

A presença do campo de futebol inserido no ponto mais alto do terreno, mostra uma apropriação da área e movimentação da vizinhança, quanto ao uso dos espaços “públicos”. A intenção projetual é a de converter esse uso existente em atividades voltadas ao público feminino do bairro e da cidade, dentro da Casa-Abrigo.

TERRENO- ESTUDOS TÉCNICOS

Para melhor entendimento das dimensões e espacialidades do terreno, foram propostos dois cortes longitudinais com diferentes direções de vistas (AA e BB) e três cortes transversais (CC, DD e EE).

Por ter sido explorado pelos moradores do bairro e modificado para o uso recreativo, o terreno apresenta um desnível um pouco distante do original. Em alicie, observando-se da testada Sul a Norte, o lote apresenta seis curvas de nível de um em um metro (níveis 0 a 6). No nível 7, é fixado um platô de 15 metros de largura para a instalação do campo de futebol e, em seguida, um pequeno talude de um metro de altura por 1,5 de comprimento que finaliza suas dimensões no nível 8.



PARÂMETROS URBANÍSTICOS

Para dar início as atividades projetuais edilícias, fez-se necessária a consulta do Plano Urbanístico Diretor (PUD) da cidade de Presidente Prudente, para melhor adequação do projeto às propostas municipais.

Como o PUD não traz especificidades referentes a Casas Abrigo, propõe-se como base identificar as limitações municipais para serviços como o de “Albergue”, “Asilo” ou “Orfanato”, caracterizados como “Comércio e Serviço Específico”.

Tabela 15: Tabela extraído do Plano Urbanístico Diretor do Município de Presidente Prudente

Zonas Unida- des	Tamanho Mínimo do lote Metro Quadrado	Frente Mínima do lote		Coeficiente de Aproveita- mento Máximo Número	Taxa de Ocupação Máxima Porcentagem	Recuo Frontal Mínimo Metro Linear	Área mínima de Terreno por Unidade Habitacio- nal Metro Quadrado	Taxa de Permeabi- lidade Mínima Porcentagem	Gabari-to de Altura Máxima
		Normal / esquina	Metro Linear						
ZR1	420/250 (11)	14 /12 (11)	19 /14 (11)	1	50	4	420	20/10 (11)	2 (8)
ZR2	250	12	14	2	70	4	60	10	2 (8)
ZR3	250	12	14	4 (10)	70	4	20	10	2 (8)
ZR4	160	08	12	2	70	4 / 2 (9)	60	10	2(8)
ZCS1	500	15	19	4 (10)	80 (1) / 70 (2)	0 (3) / 4 (4)	10	0 (5) / 10 (6)	Livre
ZCS2	-	-	-	4	80 (1) / 70 (2)	0 (3) / 4 (4)	10	0 (5) / 10 (6)	Livre
ZCS3	Parâmetro da zona envolvente de maior coeficiente de aproveitamento (7)								
ZI1	500	15	19	2	70	4	20	20	Livre
ZI2	1000	20	30	2	60	10	----	20	Livre

80% (oitenta por cento) de taxa de ocupação máxima, para edificações comerciais, serviços, industriais ou mistas;

70% (setenta por cento) é a taxa de ocupação máxima, para edificações exclusivamente residenciais;

(3) é facultativo o recuo frontal, para edificações comerciais, serviços, industriais ou mistas;

(4) é obrigatório o recuo frontal mínimo de 4 (quatro) metros, para edificações exclusivamente residenciais;

(5) é facultativa a taxa de permeabilidade, para edificações comerciais, serviços, industriais ou mistos;

(6) é obrigatória a taxa de permeabilidade mínima de 10% (dez por cento), para edificações exclusivamente residenciais;

Situado em uma ZR-1, ou seja, zona residencial 1, o coeficiente de aproveitamento básico do terreno em questão é 1, a taxa de ocupação máxima é de 80% e a porcentagem de permeabilidade e o recuo frontal são facultativos para edificações com fins como a proposta. O gabarito apresentado limita a quantidade de pavimentos para que haja uma harmonia compositora dentro do bairro, assim, não é possível uma verticalização compulsória.

Ainda, de acordo com a Lei Complementar Nº 152/2008 do município, quando em questão esse tipo de serviço, é facultativo ao que diz respeito a vagas de estacionamento como se observa na extração da tabela de tal lei a seguir:

Tabela 16: Tabela extraído da Lei Complementar Nº152/2008 do Município de Presidente Prudente quanto às vagas de estacionamento

TABELA IV

N.º MÍNIMO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO

CATEGORIA FUNCIONAL DA EDIFICAÇÃO	TIPO DE OCUPAÇÃO	NUMERO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO OU GARAGEM
EDIFICAÇÕES P/ ATIVIDADE ASSISTENCIAL E COMUNITÁRIA	Asilo, Albergue Orfanato	Facultado

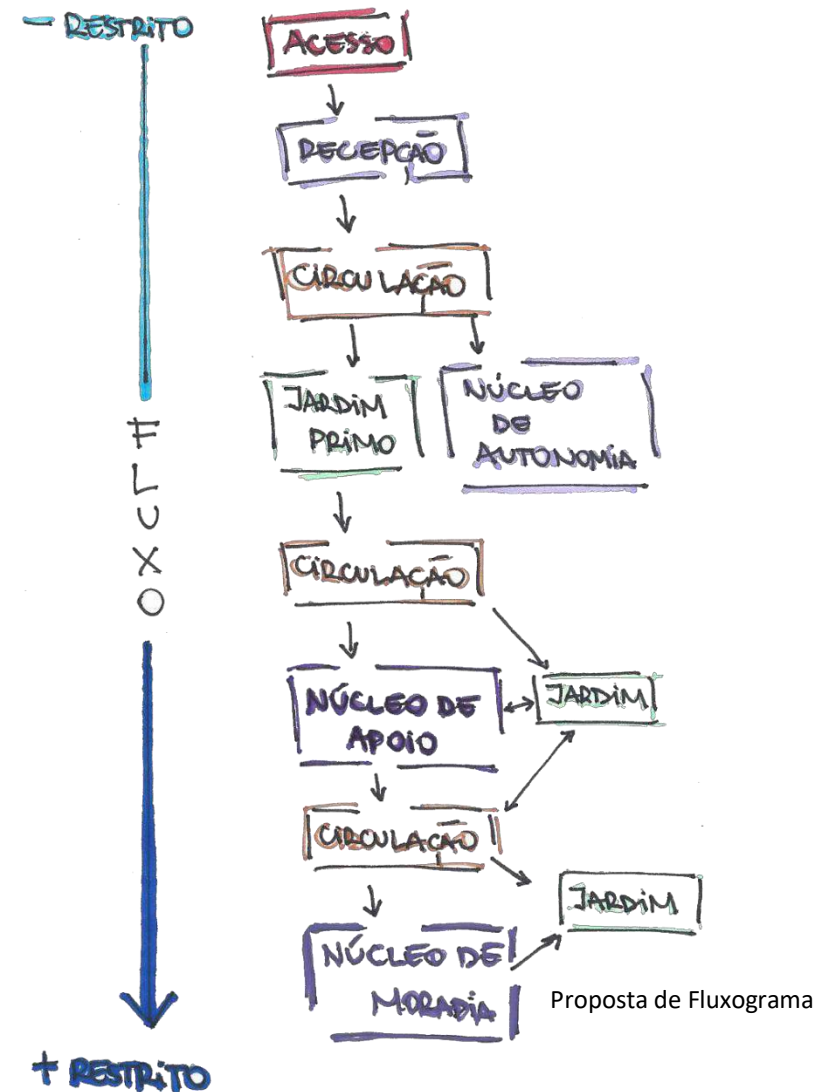
FLUXOGRAMA

A elaboração do fluxograma partiu de um estabelecimento marcante de três graus de circulação: a primeira são os locais permitidos entrada por todos os usuários, a segunda são as salas somente para uso das funcionárias permanentes e das vítimas e seus familiares e a terceira é destinada exclusivamente às famílias abrigadas. É possível identificar fortemente os três possíveis fluxos nos distintos núcleos propostos: de Autonomia, de Apoio e de Moradia.

Inicialmente, é estabelecida uma entrada principal, exclusivamente de pedestres, que permite a funcionária da Segurança a fiscalização visual das usuárias direcionando-as à Recepção. A partir desse ponto, é possível deslocar-se por caminhos múltiplos denominados como áreas de Circulação em sentidos diferentes Núcleos, indo de encontro, inicialmente ao de Autonomia onde é possível encontrar num mesmo patamar a Brinquedoteca, as Salas de Aulas, a Sala de Autonomia, Banheiros, a Sala dos Funcionários e um Jardim primo.

Do Jardim primo e por meio de uma área de Circulação, é possível acessar ao segundo patamar, onde está localizado o Núcleo

de Apoio, destinado às Salas de Assistência, Sala de Reuniões e dois banheiros acessíveis, além de outro pequeno espaço a céu aberto para contemplação do local.



Utilizando-se de uma outra rampa, é possível acessar os outros três patamares do projeto onde está o Núcleo de Moradia com as 20 Acomodações propostas e o Quarto da Plantonista.

É possível destacar alguns pontos chave dos fluxos desses ambientes. Em primeiro lugar, a Recepção fora pensada para que fosse possível o acesso direto das crianças e das mulheres à Brinquedoteca, um diferencial proposto na *Casa da Mulher Brasileira* e apontado pelas usuárias como positivo. Assim, torna-se possível que o primeiro contato da mulher com o projeto e com as funcionárias seja mais tranquilo e focado em si.

Além disso, os espaços permitem uma permeabilidade visual e de acesso aos jardins para que o contato inicial e consequentes das vítimas com o projeto seja confiante e sua estadia seja a mais agradável possível.

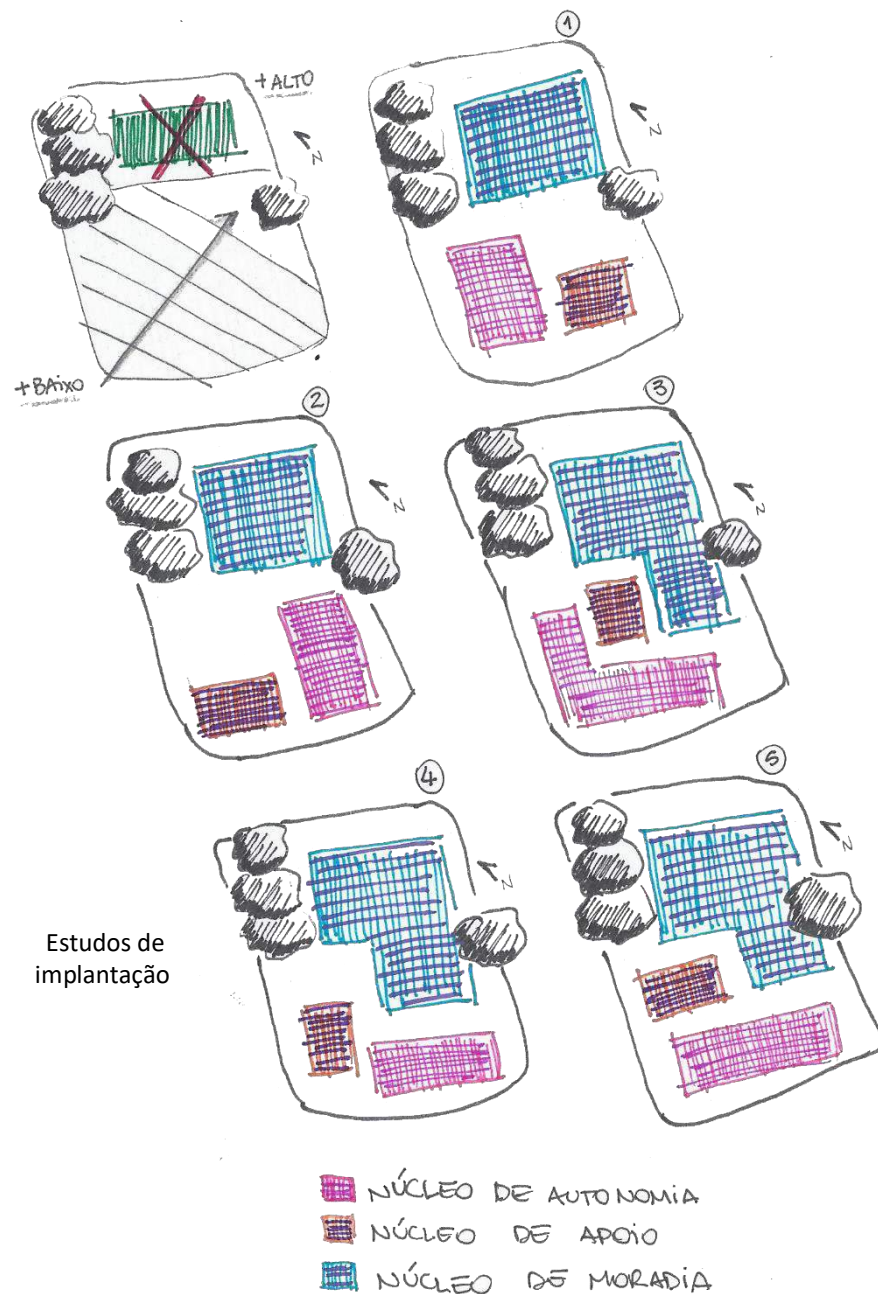
Os 6 níveis ocupados por usuários possuem um jardim de escala proporcional aos espaços que o direcionam os olhares. Nesse caso, é possível que a usuária usufrua de espaços fechados e abertos em todos os patamares, intensificando a proposta de que as mulheres e suas famílias sintam-se em um ambiente domiciliar e não institucional.

IMPLANTAÇÃO

Primeiramente, para estudo de propostas de implantação, foram compostos três principais blocos rígidos setorizados de acordo com os Núcleos estabelecidos. Pela declividade e pelas diversas possibilidades de testadas, esses blocos foram tomando formas mais fragmentadas com a finalidade de um melhor entendimento das ocupações e de melhor encaixe dos núcleos. Devido ao desmembramento das áreas, foi possível melhor manipulação e tentativa de uma composição adequada para a implantação.

De imediato, como já apresentado anteriormente, o campo de futebol de uso esporádico e somente aos finais de semana fora removido do lote para que as atividades à comunidade fossem propostas nos espaços internos do projeto e direcionado às moradoras.

O desnível do terreno foi o ponto chave na determinação da implantação do projeto, oferecendo uma melhor composição projetual. Setorizado em diferentes níveis, o projeto tem um único acesso dado por meio de uma rampa que se eleva até o primeiro nível, fixada na testada Sudoeste voltada para a Rua Frederico K. Filho (0,0m) onde se encontra a via com maior movimento de veículos e



um ponto de ônibus a poucos metros. No nível +1,0m, alcançado por meio de uma rampa, de menor permanência e maiores fluxos permitidos encontra-se o Núcleo de Autonomia. As características de fluxo permitidos e permanência vão variando gradativamente enquanto o projeto sobe os níveis do lote. Dessa forma, o Núcleo de Apoio localizado no nível +2,0m apresenta permanências e fluxos medianos e dois níveis acima, encontra-se o Núcleo de Moradia que se destaca pelas altas restrições de fluxos e maiores permanências encontradas em seus diferentes níveis (+4,0m a 7,0m). (PRANCHA 1)

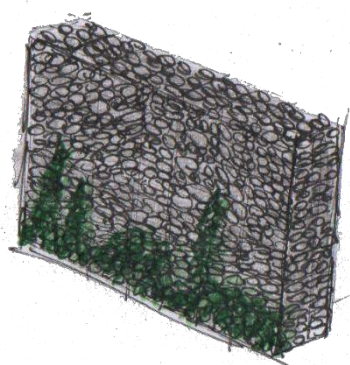
Com a atividade do terreno e o posicionamento das Acomodações nos níveis mais altos, é permitido dar maior visibilidade às moradoras a todos os acontecimentos internos, provocando uma sensação maior de segurança e garantirem maior sensação de vigília, além de permitir maior privacidade ao cotidiano dessas enquanto em situação de coletividade.

Os Núcleos de Autonomia e Apoio tiveram suas áreas voltadas predominantemente para o lado Oeste do terreno, caracterizando-se propensos à intensas radiações solares principalmente no período da tarde, favorecendo um possível aquecimento dos ambientes por maior tempo. Foi pensado no uso “parcial” já que o seu funcionamento será somente no período

comercial e por isso uma posição adequada. Porém, apesar disso, a implantação das edificações e suas estruturas foram propostas para que os ventos predominantes amenizassem esse inconveniente. Ainda, vale ressaltar que a alguns metros abaixo do lote, é possível identificar a presença de um pequeno córrego canalizado e a densa vegetação em suas margens que desenha a estrutura do pequeno parque linear citado anteriormente, amenizando os efeitos do aquecimento. Além disso, os materiais selecionados na estruturação das edificações e a direção dos ventos a **Noroeste** serão determinantes no controle térmico das áreas internas.

Uma outra premissa do projeto, era manter as curvas de nível mais fiéis à realidade possível para que houvesse grande aproveitamento do terreno. Isto posto, tentou-se utilizar o menor número possível de estruturas de contenção, aproveitando-se de

taludes para a mudança dos níveis. Somente quando estritamente necessárias, as contenções de terras foram propostas por meio de muros de arrimo com estruturas em gabiões que possibilitem o plantio de gramíneas para a obtenção de um muro verde. Os taludes,



Detalhe de estruturas de muros em gabiões e vegetação própria

quando necessário que se modificassem-nos, não apresentaram inclinações maiores de 45%, assim como previstos na NBR 11682 – Estabilidade de Taludes. (PRANCHA 1)

É mantida uma irregularidade do posicionamento das edificações dadas pelas finalidades melhor aproveitamento dos aspectos ambientais como ventilação e incidência solar e por definirem fachadas com organicidade e formas diferentes, impulsionando na relação projeto-usuário graças à não monotonia de sua volumetria.

Finalmente, por se tratarem de situações delicadas em que há a possibilidade de as usuárias estarem com acessibilidade dificultada, todos os acessos a diferentes níveis são propostos por meio de rampas com inclinações máxima de 8,3%.

MATERIALIDADE

Com a premissa de garantir a segurança das mulheres e de seus acompanhantes, a de permitir espaços com materialidades aparentes e estruturas expostas para maior contato visual e tátil, além de a ideia de flexibilizar os espaços para adequá-los aos diferentes propósitos da Casa Abrigo, o bambu foi o material selecionado para nortear os elementos arquitetônicos do projeto.

Baseando-se principalmente na divulgação dos manuais *Construir con Bambú* - *Manual de construcción* do arquiteto Jorge Morán Ubidia e *Manual para participante: Bambu como material de construcción* do Instituto Nacional Tecnológico da Colômbia e de normas técnicas do mesmo país e do Peru, o projeto apresenta seus elementos estruturais e de vedação nesse material.

O bambu é um material de construção bastante leve, versátil e flexível que possui propriedades físicas e mecânicas comparáveis ao aço e resistência aos esforços de flexão. O material é facilmente

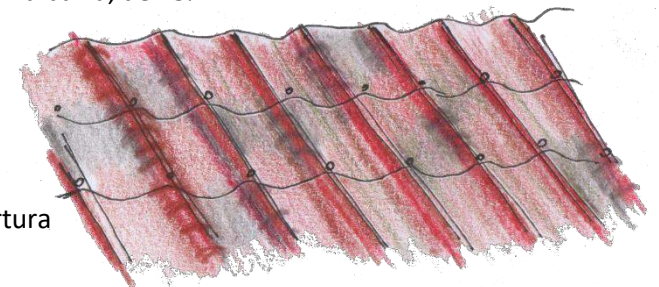


Estudo de textura e funcionamento do bambu

manuseável e suas conexões são possíveis através de cortes feitos no próprio colmo e posteriormente, encaixando-os com as outras estruturas. Ambientalmente, destaca-se por definir construções ecológicas e com pouco uso de tecnologia, já que necessita apenas de ferramentas manuais para sua construção, reduzindo os custos e fabricação de resíduos. Além disso, sua reprodução é observada de forma acelerada, podendo crescer cerca de 20 cm por dia, sendo um recurso altamente renovável.

Por não ser um material padronizado, o bambu aparente delimita uma fachada não monótona com variações marcantes em relação às texturas e colorações, provocando, nas usuárias, sensações de maior contato com a natureza e imprevisibilidade, facilitando na sua conduta enquanto interna.

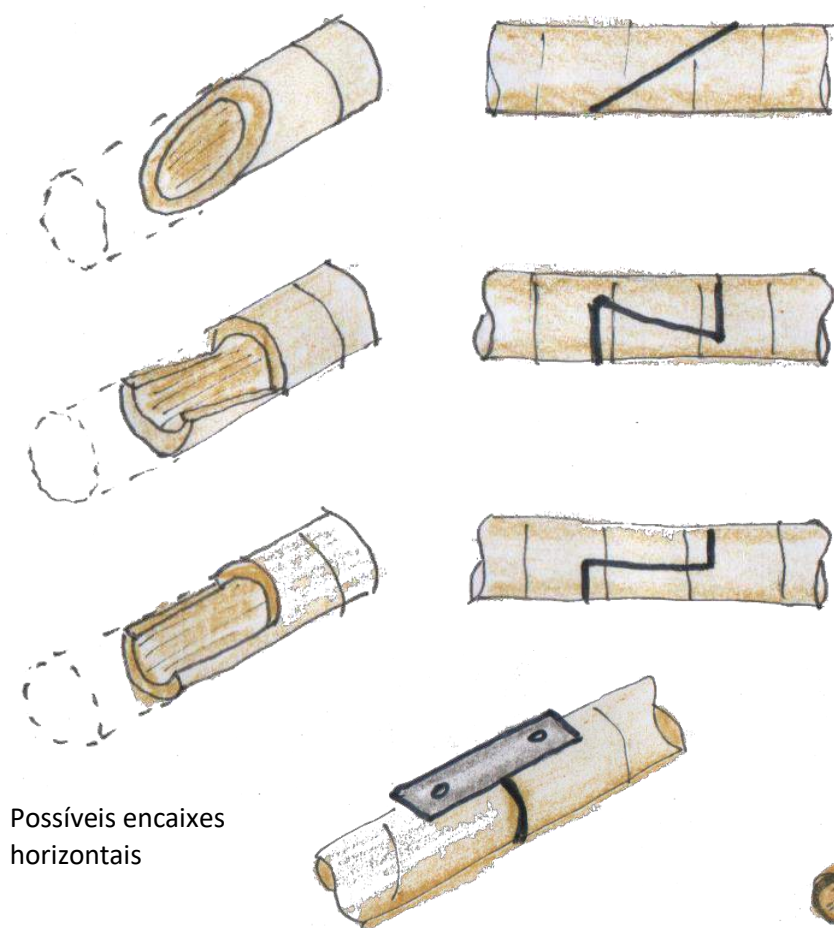
Já para a cobertura é definida de acordo com as mesmas características do material principal, ou seja, foram escolhidas telhas de fibra vegetal mescladas que são feitas de materiais recicláveis e apresentam irregularidades em sua coloração, são leves e ótimas isolantes térmicas e sonoras, além de exigirem uma inclinação mínima baixa, de 18%.



Estudo de Cobertura

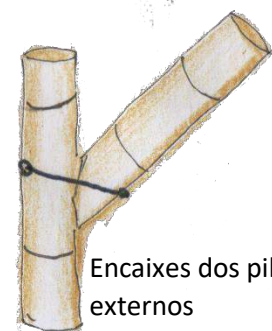
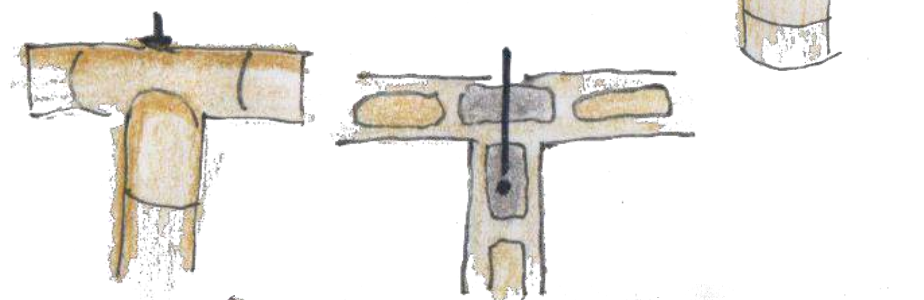
ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

Estruturalmente, o bambu foi utilizado em vigas, pilares e nas composições treliçadas de cobertura por meio de diferentes encaixes. As uniões entre as vigas e pilares e na composição de tais treliças para apoio da cobertura são feitas por meio de simples encaixes feitos *in loco*. É possível identifica-las a seguir:

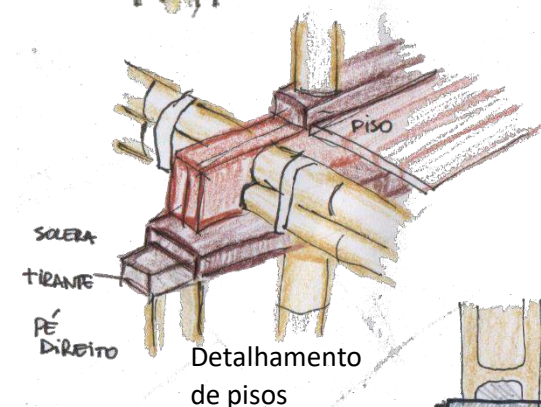


Possíveis encaixes horizontais

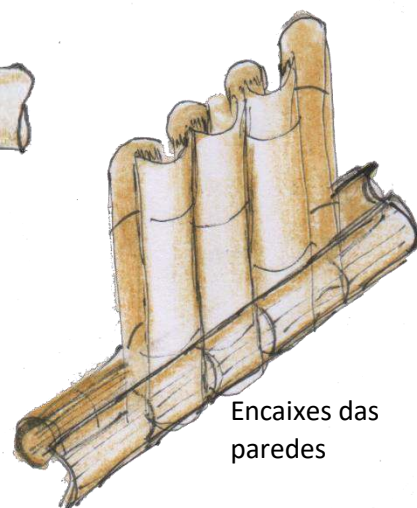
Encaixes vigas – pilares com separadores em metal



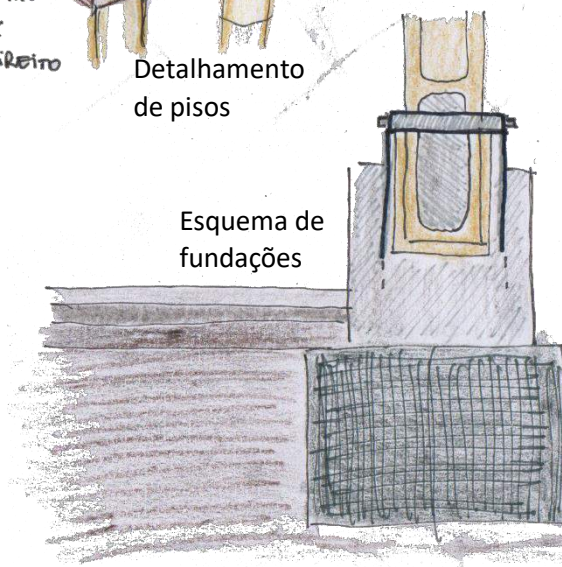
Encaixes dos pilares externos



Detalhamento de pisos

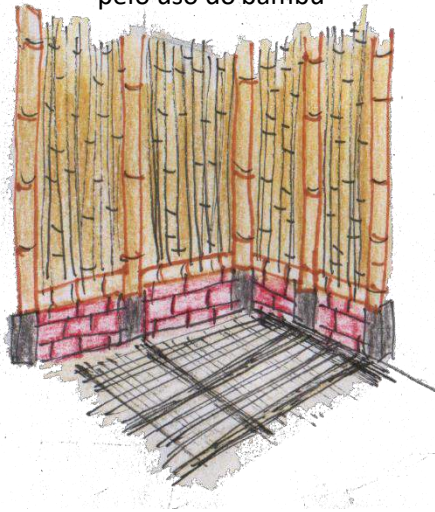


Encaixes das paredes



Esquema de fundações

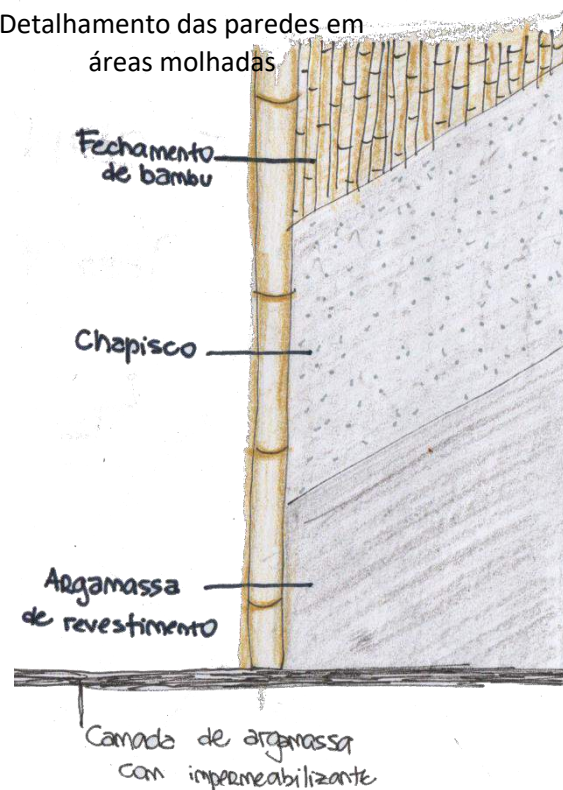
Efeito de luz e sombra causado pelo uso do bambu



Para vedação, são definidos painéis de no máximo 3 metros de largura em bambu, tornando-se elementos-chaves por apresentar descontinuidade, organicidade e irregularidade. Dessa forma, as fachadas e espaços internos nunca serão idênticos e permitirão frestas para entrada de luz e, principalmente,

para que seja possível que se tenha uma maior permeabilidade visual de dentro para fora. O contato com a textura verdadeira do material também permite que suas usuárias se sintam mais confortáveis nos ambientes fechados. Quanto às áreas molhadas, as paredes internas são revestidas por uma camada de chapisco e preenchidas por argamassa de revestimento com

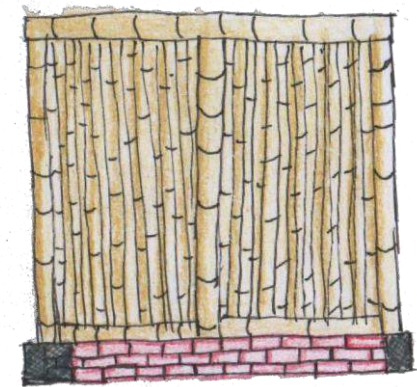
Detalhamento das paredes em áreas molhadas



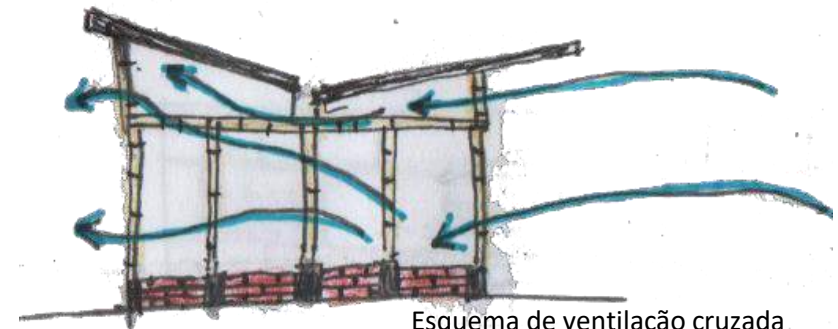
impermeabilizante.

Por não permitir contato do material com o solo pela possibilidade de infiltrações por meio de capilaridade e assim a ruína de sua estruturação, fora necessário adequar as fundações das edificações. Dessa forma, é exigido que se mantenha uma distância mínima de 30 cm do material para com o solo, sendo feita através de uma estrutura em tijolos cerâmicos aparente quando em contato com as vedações e um pequeno bloco de cimento quando em contato com os pilares.

Estruturação das Paredes

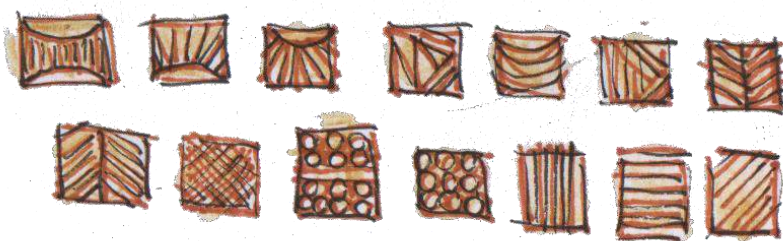


As coberturas, por possibilitarem maior aproveitamento das características climáticas, foram definidas por meio de Telhados Borboleta que permitem a entrada de luz e ventos, auxiliando num sistema natural de ventilação e iluminação e diminuindo os custos quanto à essas questões.



Esquema de ventilação cruzada

Ainda, as treliças como elementos aparentes do projeto provocam maior conhecimento da usuária para com os materiais usados no projeto e assim, uma ideia maior de pertencimento. Quanto a variação nas texturas, o fechamento das treliças e dos brises são feitos por meio de diferentes tamanhos, posicionamento e direção do material, tornando as fachadas ainda mais distintas e, principalmente, dando identificação aos diferentes tipos de uso das edificações ou às Acomodações.

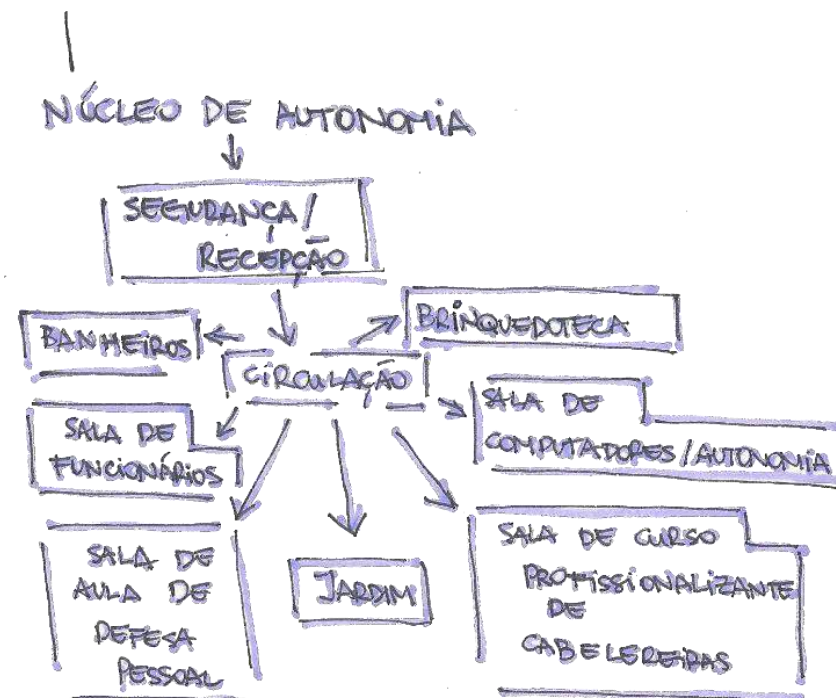


Estudo de texturas

NÚCLEOS

A. NÚCLEO DE AUTONOMIA

O Núcleo de Autonomia, com 557 m², caracterizado pela multifuncionalidade está fixado no primeiro nível construído do projeto (+1,0m) e destaca-se por apresentar uma dinâmica de usuárias variada e mais intensa.

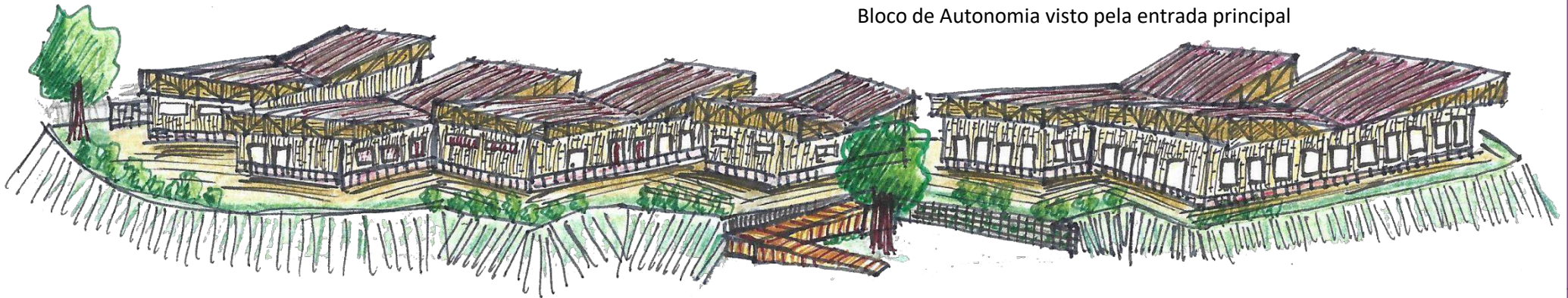


Nesse Núcleo, é possível encontrar uma edificação central que se caracteriza pelo acesso principal ao projeto e a partir de caminhos propostos, conduzem as usuárias a diferentes tipos de atividades como a Brinquedoteca, a Sala de Aula de Defesa Pessoal, um Banheiro e a Sala de Funcionários a sua esquerda e as Salas de Curso Profissionalizante de Cabelereiras, Sala de Computadores/ Autonomia e um Banheiro a direita.

Essa primeira edificação por onde se dá o primeiro contato da moradora para com o projeto define-

se por apresentar uma Recepção (cujas cadeiras viram os olhares para o Jardim por meio de brises verticais) um Banheiro acessível e um espaço voltado para a funcionária da segurança. Também possui uma porta que leva diretamente a Brinquedoteca, como dito anteriormente.

ocupação de seus filhos. Ao lado, é encontrada a sala mais flexível desse Núcleo, a de Aula de Defesa Pessoal. Essa sala fora proposta pela relevância de as mulheres aprenderem a autodefesa para além dos muros do projeto. Esse espaço é disponibilizado a 21 mulheres e não possui delimitações internas, promovendo o seu uso a qualquer atividade nos horários que não estejam sendo usados.



Bloco de Autonomia visto pela entrada principal

O espaço da Brinquedoteca é reservado as crianças filhas de todas as usuárias, tanto internas quanto externas, do projeto. Ele caracteriza-se por um espaço de usos flexíveis com aberturas possíveis de constates ventilações e permitem que as mães que estejam ocupadas com as atividades da Casa sejam confortadas pela

As Salas de Curso Profissionalizante de Cabelereiras para 15 mulheres e a Sala de Computadores/Autonomia para 20 delas, preferencialmente internas, não permitem muitas flexibilizações de suas áreas por proporem atividades que exigem equipamentos pouco adaptáveis. Esses dois espaços

foram promovidos a fim de que as mulheres ao longo de sua jornada na Casa alcançassem um nível de profissionalização básico e posteriormente conseguissem autonomia. Além disso o uso desses espaços deve ser permitido a qualquer moradora por conta de o primeiro deles apresentar equipamentos que impulsionem os cuidados com a beleza e assim, após os acontecimentos de grande fragilidade, façam com que suas autoestimas melhorem, além de os computadores proporcionarem fonte de conhecimento e entretenimento às usuárias.

A possibilidade de uso por mulheres externas ao projeto fora proposta a fim de que as internas pudessem manter laços de afetividade com diversas personalidades e não somente com seus familiares ou as outras mulheres internas.

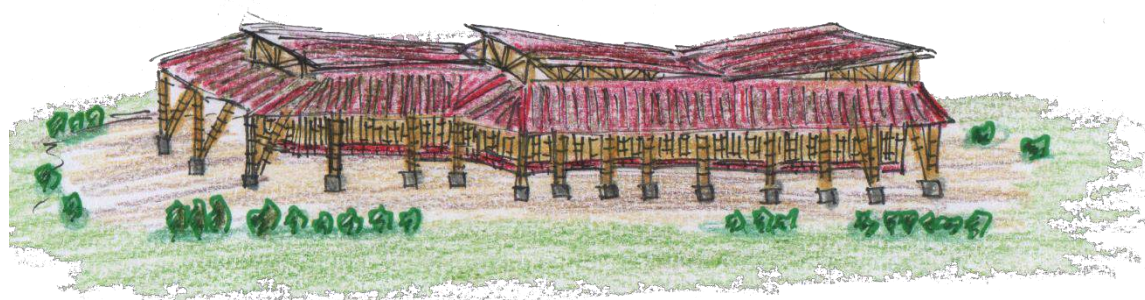
Por fim, na extrema esquerda desse Núcleo, encontra-se a Sala de Funcionárias que além de possibilitar os usos ordinários desses espaços, propõe um ambiente de ócio. Nele, é possível encontrar um grande espaço sem limitações estruturais que se destinam a cozinha, a sala de alimentação com mesas e balcão e um espaço de contemplação ao jardim externo, além de banheiros acessíveis e um vestiário com armários.

As grandes portas e janelas que possibilitam aberturas para a área externa, de circulação ou permanência foram definidas a fim de que proporcionar maior conexões das usuárias para com os espaços ao ar livre, além de permitirem ventilações e incidência solar.



Vista interna do espaço de ócio proposto às funcionárias

Ainda, nos múltiplos caminhos propostos nesse bloco de edificações, são encontrados locais que se destinam também a permanência das usuárias e assim facilitam na troca de experiências e na vivência entre todos os tipos de frequentadoras do local.



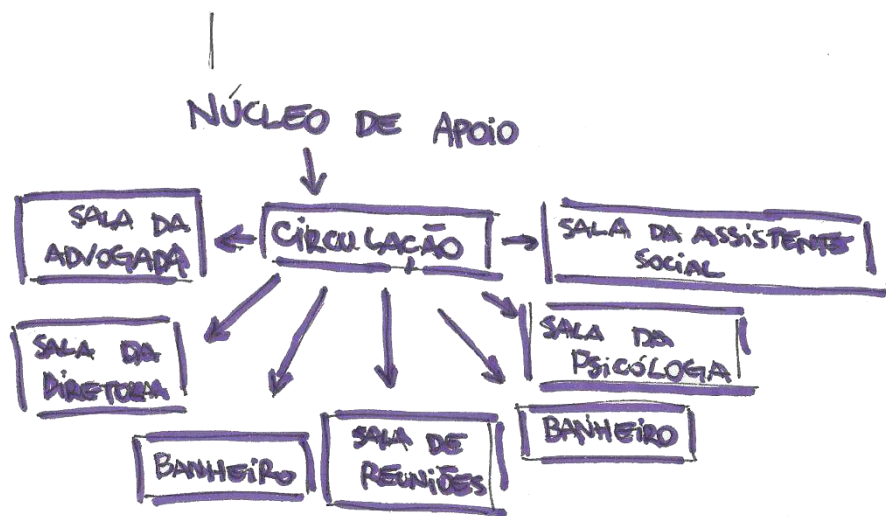
Vista externa do Núcleo de Autonomia com a representação dos pilares de cobertura

Por ter como principal objetivo o caráter de permanência das usuárias no, apresentar um ponto de ônibus a poucos metros do acesso principal e por dar prioridade à exploração dos espaços internos e das áreas de Jardins, o projeto não apresenta uma área reservada para estacionamento. A vaga de estacionamento proposta é para o uso prioritário do automóvel pertencente à prestações de serviços voltadas exclusivamente a demanda da Casa, ou seja,

quando necessário que uma residente saia para tratar de assuntos que são de interesse legal, a motorista é acionada.

B. NÚCLEO DE APOIO

O segundo núcleo proposto é o de Apoio, com metragem quadrada de 135,75, que se fixa no nível +2,00 m e permite o acesso somente a funcionárias e moradoras da Casa. Essa área ficou responsável por dar suporte emocional, jurídico e assistencialista as internas, principalmente, e seus acompanhantes.

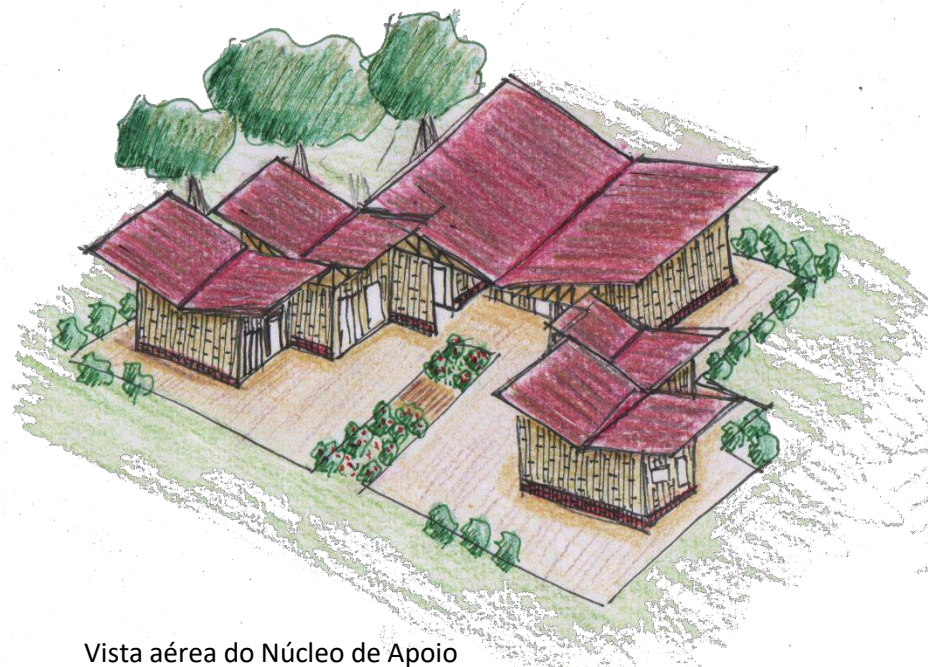


O Núcleo, assim como os outros dois, voltados a Norte-Sul, é um conjunto de edificações espelhadas por destinarem-se a

Vista interna do espaço da sala da Psicóloga

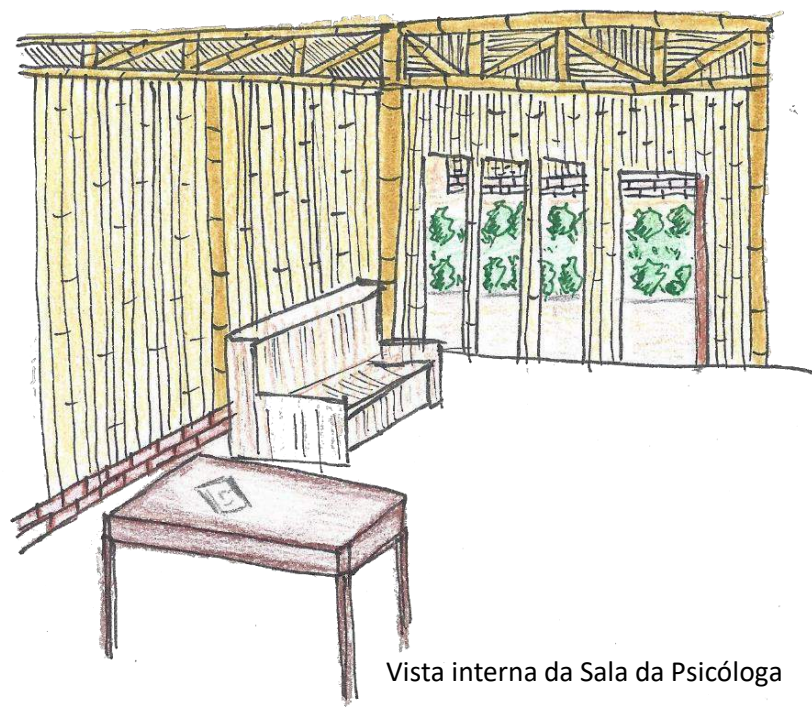
atividades com semelhanças. Nesse núcleo encontram-se quatro salas com a configuração interna parecida, dois banheiros acessíveis e uma sala de reuniões ao fundo, todos conectados por uma área de circulação circundante e um jardim no meio.

As salas da Advogada e Diretora, por apresentarem um tratamento de assuntos mais institucional foram fixadas juntamente, e opostamente à essa formalidade, encontram-se as salas da Assistente Social e da Psicóloga. Todas essas salas possuem brises que permitem permeabilidades visuais para com os espaços externos e uma pequena varanda, com a finalidade de que o



Vista aérea do Núcleo de Apoio

trabalho, majoritariamente nos espaços fechados, não seja monótono. A sala de práticas psicológicas tem uma dimensão aumentada por propor um ambiente de dinâmicas diversas e divergente da hierárquica em que a profissional se posiciona de um lado da mesa e a analisada do outro.



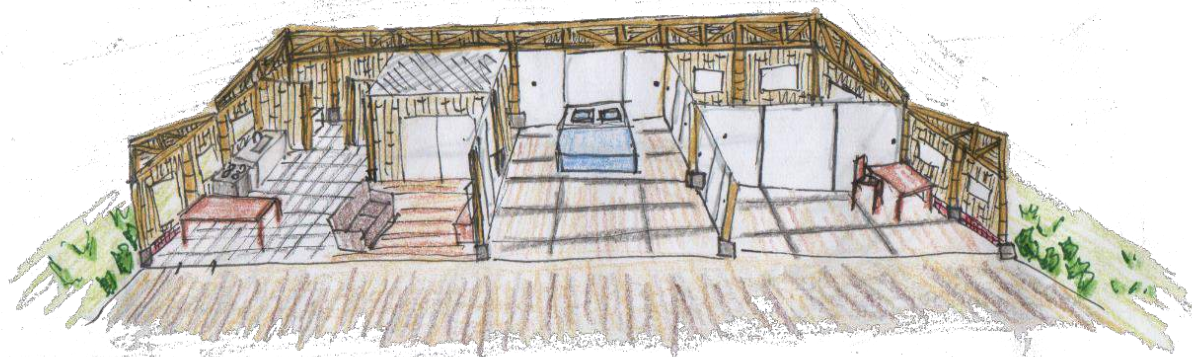
Vista interna da Sala da Psicóloga

Dois banheiros acessíveis de uso para qualquer usuário do Núcleo unem as salas de Apoio à Sala de Reuniões (que apresenta uma pequena área de espera aos visitantes que a usarão). Essa última área é destinada a reuniões institucionais, internas ou externas, apresentações de projetos, entre outras atividades. Por manterem um ritmo pouco acelerado de uso, é proposto que o espaço seja flexibilizado para utilizações que não institucionais como terapias em grupo, pequenas palestras ou até o seu uso quando não é possível a ocupação dos espaços externos.

C. NÚCLEO DE MORADIA

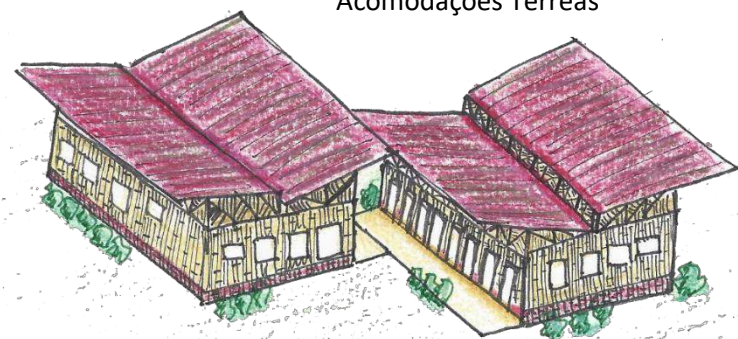
Os últimos patamares do terreno são destinados ao principal núcleo do projeto: Núcleo de Moradia. Variando dos níveis +4,0m ao +7,0m e caracterizadas pela individualidade de cada grupo familiar, são posicionadas 20 acomodações de 69 m², sendo 15 delas completamente acessíveis e 5 delas verticalizadas e o quarto da Plantonista. Por estarem em posição privilegiada quanto à altura de sua implantação, essas acomodações possuem vistas para além dos muros do projeto e assim, é possível contemplar o parque linear proposto na área de lazer a frente da Casa Abrigo.

Todas elas posicionadas no sentido Norte-Sul e com suas áreas molhadas voltadas predominantemente a Noroeste, as Acomodações têm o papel de influenciarem positivamente na estadia das vítimas na Casa. A principal ideia norteadora de oferecer espaços em



Vista de um modelo de organização interna

Acomodações Térreas



que as famílias não se sentissem em Instituições, provocou uma individualidade proposital para cada uma delas. Assim, é possível encontrar em cada uma dessas pequenas residências, uma Lavanderia, Cozinha com Copa, Sala de Estar, um Banheiro Acessível e uma área denominada Espaço Flexível.

O espaço Flexível é uma área destinada principalmente aos dormitórios das famílias que ocuparão esses espaços podendo

variar de funcionalidade. A intenção de flexibilização dos dormitórios é dada pelo fato de que cada família que ocupará essas acomodações terá singularidades e números de membros diferentes, fazendo com que os

próprios moradores se adaptem aos ambientes de maneira simples, fácil e constante. Dessa forma, a privacidade é mantida e os espaços tornam-se mais característicos de cada indivíduo. Esses espaços são possíveis graças às portas que correm entre trilhos posicionados transversal e longitudinal mente às paredes dos espaços. As portas possuem uma estrutura rígida no meio e é composta por outras duas portas que terão tal função nos espaços permitidos.

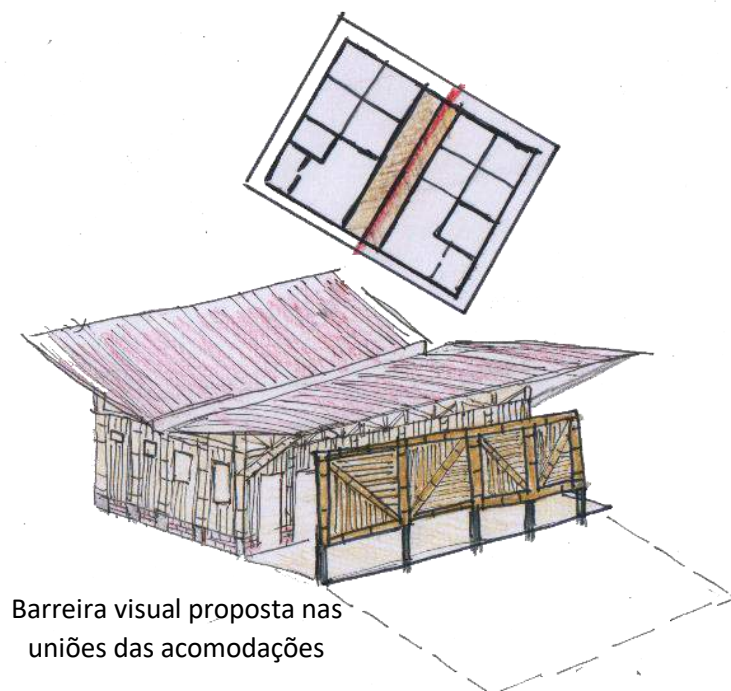
As múltiplas portas de acesso aos ambientes das Acomodações, também possibilitam maior autonomia e liberdade de controle de passagem de usuários, luz e ventilação para dentro do projeto. Por serem Acomodações fixadas umas ao lado das

Representação das paredes/portas em trilhos



outras, é necessário que se estabeleça uma barreira visual a fim de garantir maior privacidade às usuárias e, conseqüentemente, a possibilidade de relações menos invasivas.

O espaço externo de circulação e permanência de cada uma dessas Acomodações também se apresenta como uma extensão das áreas internas e possibilita uma interação maior de moradoras para com os espaços externos.



Barreira visual proposta nas uniões das acomodações

As acomodações verticalizadas possuem um sistema de circulação próprio proposto para que, justamente por estarem no ponto mais alto do terreno, seja possível tanto a identificação dos acontecimentos internos como a contemplação da vista que pode ser obtida através da área de lazer pública situada logo a frente ao projeto. O acesso a essa parte do projeto é dado por uma escada, fixando-se como a única parte sem acessibilidade do todo.

Além de as Acomodações, nesse Núcleo é encontrado o Quarto da Plantonista que se caracteriza por um espaço suficiente para a estadia do pernoite, espaço de estudos ou ócio e um pequeno banheiro. A possibilidade de alcance mais rápido aos serviços da plantonista, caso necessário, fizeram com que a fixação de seu

dormitório fosse proposto juntamente com o Núcleo de Moradia, e assim, garantir a sensação de segurança e acolhimento das internas.



Acomodações Verticalizadas

DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS

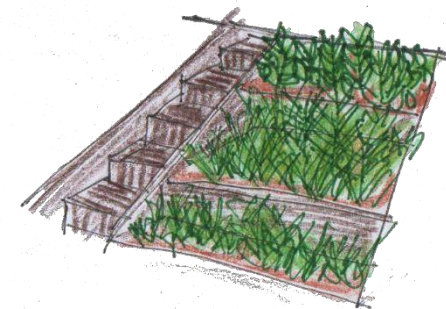
Baseando-se principalmente no livro *Criando paisagens* de Benedito Abbud, o projeto paisagístico teve como foco o auxílio que o contato com a natureza proporciona na recuperação de traumas em pessoas que estiveram em situações extremas. Assim, em todos os patamares do projeto, foram propostos jardins com espaços de ocupação com áreas variáveis, proporcionais às edificações circundantes.

Na testada Noroeste do projeto, acompanhando a massa vegetal preexistente de fixaram-se a maioria das árvores do projeto por proporcionarem sombra nas fachadas Oeste durante o período de maior incidência solar e possibilitarem, através de seu posicionamento, que os ventos predominantes percorram todo o território do projeto sem ocasionar obstáculos que dificultem sua passagem. Ainda, por ocuparem a testada de maior contato com as vias, as árvores tendem a dar maior privacidade a usuárias internas e dificultam a permeabilidade visual dos que se encontram externamente.

Ainda quanto aos limítrofes do projeto, sob a ótica do senso comum, os muros que seletam o acesso ao terreno transmitem uma maior ideia de segurança aos seus usuários internos, assim, é proposto

um fechamento de material e estruturação semelhante aos que norteiam as edificações do projeto, seguido do plantio de vegetação que impossibilitem a passagem e entrada ao terreno, reforçando, dessa forma, a ideia de segurança entre as internas.

O primeiro jardim que é destinado ao Núcleo de Autonomia, apresenta três principais áreas de permanência para o uso dos espaços externos. Vegetações rasteiras de cores diversas são pensadas na medida em que possibilitam sensações distintas. Nesse mesmo nível, no talude encontrado é ocupado por degraus de plantio que possibilitam tanto as internas quanto as funcionárias de manterem a atividade do plantio e caso seja de interesse, o uso alimentar.

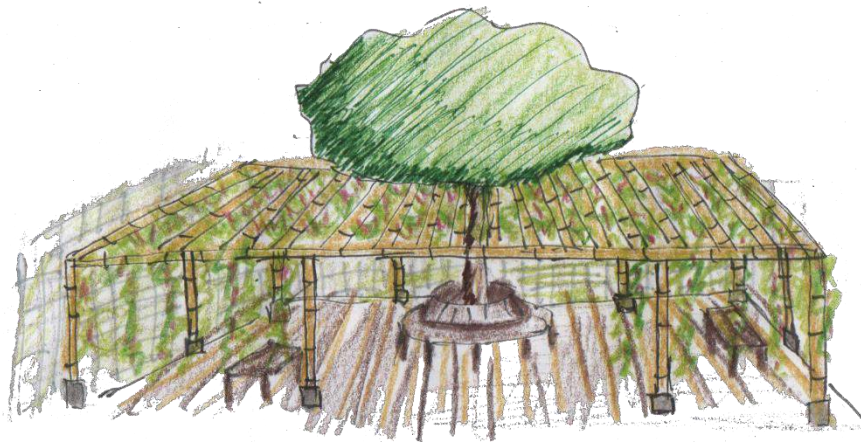


No nível do Núcleo de Apoio, são propostos dois principais jardins: um que se relaciona integralmente à edificação e outro que é mais afastado e destinado principalmente às funcionárias como um ambiente de ócio.

Centralmente ao Núcleo de Moradia é delimitada uma área aberta onde se sugere que atividades diversas ao ar livre sejam

propostas às mulheres e possibilitem que as crianças tenham espaço para brincadeiras. Dentre essas atividades é possível destacar: rodas de conversas, exposição de intervenções artísticas, exposição de filmes, atividades corporais como yoga, entre outras.

De modo geral, é dificultoso o acesso a ambientes em externos em que se tenha um momento só, sem companhias. Pensando na individualidade e possível desejo de solitude das internas, é proposto uma área isolada, coberto por pergolados em bambu, próximo ao banheiro a sudeste do Núcleo de Autonomia.

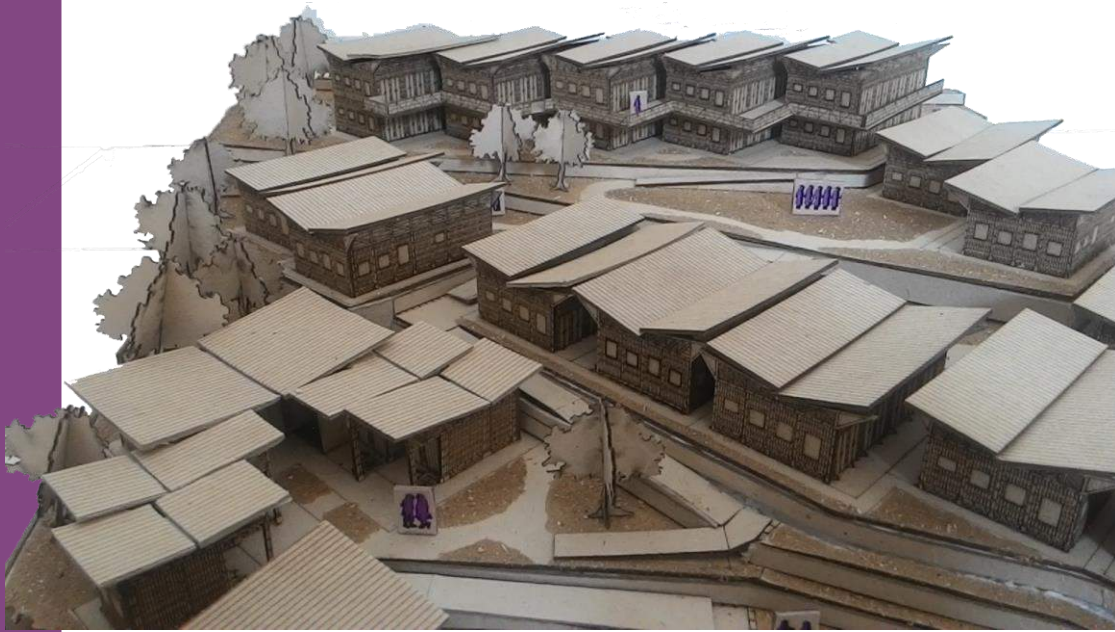


Espaço de Solitude

Os caminhos que orientam a trajetória pelo projeto têm suas formas orgânicas por incitarem uma trajetória mais sensível e apreciável ao usuário e as rampas propostas são de material semelhante aos muros e edificações e possuem coberturas em pergolados com possíveis adaptações para caramanchões para que o caminhar entre as edificações seja mais prazeroso e surpreendente graças à imprevisibilidade da natureza.

MAQUETE





CONCLUSÃO

A erradicação da violência de gênero no Brasil, ainda, é um panorama bastante distante da realidade, contudo, o poder público é peça fundamental para a concretização desse objetivo social. Para esse fim, conferem-se necessários investimentos em todos os âmbitos do processo de ruptura de violência como a prevenção, denúncias, julgamentos, punições, medidas de proteção às vítimas e principalmente a conscientização da população quanto aos danos físicos, psicológicos e morais causados às mulheres.

Dessa forma, a proposta de um projeto de arquitetura é uma das saídas para o resguardo das mulheres e suas famílias em tal situação, ainda que seja contraditória a retirada da liberdade daqueles fragilizados. O papel da arquitetura nessa concepção é a de possibilitar a recuperação não somente física e psicológica, mas de autonomia e incentivar a percepção da autossuficiência das abrigadas, a ponto de que o empoderamento seja essencial e que consigam, a partir de sua passagem ao programa, progredirem social, econômica e psicologicamente.

O projeto é a busca de uma base teórica e analítica profunda com a finalidade do entendimento das problemáticas e análises preliminares delimitantes de diretrizes iniciais. Tais diretrizes iniciais para a concretização do planejamento já foram traçadas, porém, restam estudos de layouts definitivos, volumetrias, movimentações de terra, uso de materiais, paisagismo, o projeto de integração da apropriação do lote com a casa abrigo, os estudos projetuais de ventilação, o fomento do desenvolvimento da relação casa - vizinhança, entre outras questões que serão desenvolvidas na próxima etapa.

Dada a importância do assunto, a preocupação motora é facilitar a passagem das mulheres e de seus filhos na casa e impulsionar a dedicação das funcionárias por meio da concepção de espaços que permitam individualidade e outros que possibilitem vivências afetivas e de crescimento, fazendo com que a recuperação de liberdade, autonomia, autoconfiança e esperança dessas mulheres seja realizada de forma mais rápida e eficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBUD, Benedito. Criando paisagens. Guia de trabalho em arquitetura paisagística. São Paulo, Senac São Paulo, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 11682: Estabilidade de Taludes. Rio de Janeiro: Abnt, 1991. 39 p. Disponível em: <<http://licenciadorambiental.com.br/wp-content/uploads/2015/01/NBR-11.682-Estabilidade-de-Taludes.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. O reconhecimento legal do conceito moderno de família: o art.5º, II e parágrafo único, da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1225, 8 nov. 2006

AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE (Org.). Shelter For Victims Of Domestic Violence. 2015. Disponível em: <<http://www.agarchitecture.net/shelter-for-victims-of-domestic-violence>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE. Ada and Tamar De Shalit House. Disponível em: <<https://www.architecture.com/FindAnArchitect/ArchitectPractices/AmosGoldreichArchitecture/Projects/TheShelterforVictimsofDomesticViolence-127052.aspx>> Acesso em: 04 março 2017

ANAIS DO II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2011, Londrina. A Atuação da Rede Mulher de Presidente Prudente: Uma Apreensão Crítica Acerca no Atendimento à Mulher Vítima de Violência. Presidente Prudente - SP: Gt5 – Gênero e Violência, 2011. 13 p. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Giovana.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

ANAIS DO II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2011, Londrina. As

Manifestações da Violência de Gênero em Presidente Prudente. Presidente Prudente - SP: Gt5 – Gênero e Violência 2011. 12 p. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Telma e cia.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Telma%20e%20cia.pdf)>. Acesso em: 03 fev. 2017.

ARCOWEB (Brasil). Lelé inspira projeto de casas de acolhimento para mulheres. 2015. Disponível em: <<https://arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/casas-acolhimento-mulheres-vitimas-violencia>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. Revista Ártemis, v. 1, p. 64-73, dez 2004. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/viewFile/2363/2095>>. Acesso em 21 jun. 2017.

BRASIL. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766compilado.htm> . Acesso em: 02 aug. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Manual de Instruções, Diretrizes e Procedimentos Operacionais para Contratação e Execução de Programas e Ações da Secretária Nacional de Assistência Social e Fundo Nacional de Assistência Social*. Brasília, p. 51. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência. Brasília: 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/abrigamento>> Acesso em: 29 maio 2017.

BRASIL. Secretária de Enfrentamento à Violência Contra As Mulheres.

Presidência da República (Org.). Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento. Brasília, 2015. 66 p. Programa "Mulher, Viver sem Violência". Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/diretrizes-gerais-e-protocolo-de-atendimento-cmb.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas Para As Mulheres. Ministério da Justiça e Cidadania. Implementação da Casa da Mulher Brasileira. 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia/implementacao-da-casa-da-mulher-brasileira>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas Para As Mulheres. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 2016. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas Para As Mulheres. Ministério da Justiça e Cidadania. Serviços disponíveis na Casa da Mulher Brasileira. 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia/servicos-disponiveis-na-casa-da-mulher-brasileira>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASÍLIA. Wânia Pasinato. Coordenadora Sobre Acesso à Justiça – ONU Mulheres/Brasil (Org.). Diretrizes Nacionais Feminicídio: Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero As Mortes Violentas das Mulheres. Brasília-DF: ONU Mulheres, 2016. 132 p. Projeto: Implementação do Protocolo Latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero no Brasil. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRAVO, M. (1994). Incesto y violación. Chile: Academia

CABRAL, K. M. Direitos da Mulher: de acordo com o Novo Código Civil. Leme - SP : LED - Editora de Direito Ltda, 2004,v.01. p.272. Acesso em: 13 jun. 2017

CAMPANHA COMPROMISSO E ATITUDE (Brasil) (Org.). Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha: A lei é mais forte. 2012. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/sobre-a-campanha/>>. Acesso em: 26 fev. 2017

CAMPANHA COMPROMISSO E ATITUDE (Brasil) (Org.). Alguns números sobre a violência contra as mulheres no Brasil. 2016. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

COELHO, Maria Eduarda Bomfim . A importância da implantação do acolhimento social imediato para a superação da violência no CREAS/Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Presidente Prudente– SP . 2016. 13 p. Artigo (Graduando em Serviço Social)- Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/Seminariointegrado/article/viewFile/4630/4392>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

CREPALDI, Thiago; MORAES, Claudia. Justiça paulista recebeu 90 mil casos de violência doméstica em 2016. 2017. Reportagem especial do Anuário da Justiça São Paulo 2017, lançado em 08 mar. 2017 no Tribunal de Justiça de São Paulo.. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-mar-06/justica-paulista-recebeu-90-mil-casos-violencia-domestica-2016>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

DEBRET, J. B. (1949). Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (S. Milliet. trad. 2a ed.). São Paulo: Martins Fontes (Biblioteca Histórica Brasileira, 4-3 vol em 2 tomos, Prancha 2/5).

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça: A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. Acesso em: 30 maio 2017.

FERNANDES, Sarah. Pronta e com verba liberada, Casa da Mulher Brasileira de SP permanece fechada. 2017. Elaborado por Rede Brasil Atual (RBA). Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/03/pronta-e-com-verba-liberada-doria-mantem-casa-da-mulher-brasileira-fechada-em-sp>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (Brasília). Banco do Brasil (Org.). Memorial de Projeto – Casa da Mulher Brasileira – Boa Vista - RR. Brasília - Df, 2014. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/dilog/dwn/11656CEARQNOVO.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

G1 (Rio Grande do Sul). Mulher carrega no corpo cicatrizes e dores de anos de violência doméstica: Rosemeri teve uma filha aos 12 anos, após ser violentada pelo padrasto. Anos depois, sofreu agressões de um companheiro. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/11/mulher-carrega-no-corpo-cicatrizes-e-dores-de-anos-de-violencia-domestica.html>>. Acesso em: 23 maio 2017.

GOODYEAR, Sarah. Fighting Domestic Violence With Architecture and Design. 2013. Disponível em: <<https://www.citylab.com/equity/2013/03/fighting-domestic-violence-architecture-and-design/5076/>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

GONÇALVES, A. P. S., LIMA, F. R. de. A lesão corporal na violência doméstica: nova construção jurídica. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1169, 13 set. 2006. Disponível em: Acesso em: 16 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (Brasil) (Org.). Censo Demográfico 2010: Censo Demográfico 2010: nupcialidade, fecundidade e migração. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/nupcialidade_fecundidade_migracao/nupcialidade_fecundidade_migracao_tab_munic_xls.shtm>. Acesso em: 16 jul. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (Brasil) (Org.). Censo Demográfico 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf> Acesso em: 08 jun 2017

JACOBS -YANIV ARCHITECTS (Israel) (Org.). SHELTER FOR BATTERED WOMEN. 2015. Disponível em: <<http://www.jacobs-yaniv.com/projects/shelter-for-battered-women/>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

MAIRS, JESSICA. Dezeen. Work starts on purpose-built shelter for victims of domestic abuse in Israel. 2015. Disponível em: <<https://www.dezeen.com/2015/08/13/israel-first-purpose-built-shelter-victims-domestic-abuse-amos-goldreich-jacobs-yaniv/>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

MARCONDES FILHO, C. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. São Paulo Perspectiva, ISSN 0102-8839 versão impressa. São Paulo, v.15 n.2, abr./jun. 2001. Disponível em www.scielo.br. Acesso em: 14 fev. 2017.

MATIJEVIC, Ana; RIDDELL, Shelby. Architecture Against Domestic Violence:: How Design Projects + Rehabilitates Survivors of Abuse. 2014. 110 f. Tese (Mestrado) - Curso de Design, The Design School, Herberger Institute For Design And The Arts, Arizona State, 2014. Disponível em: <http://issuu-download.tiny-tools.com/print.php?doc_id=140513223559-8d49132c273b2043d34934911b5fb855>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MECANISMO Online para Referências. 2017. Disponível em: <http://novo.more.ufsc.br/homepage/inserir_homepage>. Acesso em: 04 março 2017.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Cad. Saúde Pública [online]. 2011, vol.16, n.3, pp.747-757. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2000000300023&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 19 jun. 2017

MONCORVO, Maria Cecília Ribeiro. CRIANDO OS FILHOS SOZINHA: A PERSPECTIVA FEMININA DA FAMÍLIA MONOPARENTAL. Capítulo 2. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Puc-rio, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=12054@1>. Acesso em: 27 jun. 2017.

NARVAZ, M. G., KOLLER, S. H. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. Revista PSICO.UFRGS. v. 37, n.1, pp. 7 ? 13. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1405/1105>>. Acesso em: 27 jun 2017.

OHDE, Mariana. Casa da Mulher Brasileira começa a funcionar em Curitiba. 2016. Disponível em: <<http://paranaportal.uol.com.br/curitiba/casa-da-mulher-brasileira-comeca-a-funcionar-em-curitiba/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

OLIVEIRA, Daniela de C. B.Traspadini ; PARADISO, Silvio Ruiz . GÊNERO E COLONIALISMO. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A COLONIZAÇÃO EM OUR LADY OF THE MASSACRE (1979), DE ANGELA CARTER. Pontos de Interrogação:

Revista de Crítica Cultural , v. 2, p. 59-74, 2012.

ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução. 2016. Elaborado por: ONU Mulheres. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

OSÓRIO, L. C. Casais e família: uma visão contemporânea. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

PALLASMAA, J. 2005. Os Olhos da Pele: A Arquitetura e os Sentidos. 2ª ed., London, Academy Press, 80 p.

PAULA, Milena Pâmela de. CASA DA MULHER: CENTRO DE REFERÊNCIA ÀS MULHERES QUE SOFREM VIOLÊNCIA EM PRESIDENTE PRUDENTE. 2011. 78 f. Monografia (Especialização) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista - FCT, Presidente Prudente, 2011. Acesso em: 17 jan. 2017

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direito de família. Atual. por Tânia da Silva Pereira. v. 5. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PRESIDENTE PRUDENTE (2008, 10 de janeiro). Lei Complementar n. 152, de 10 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a Lei do Plano Diretor do Município de Presidente Prudente. Brasília: Diário Oficial da União.

PRESIDENTE PRUDENTE (2008, 10 de janeiro). Lei Complementar n. 154, de 10 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a Lei do Plano Diretor do Município de Presidente Prudente. Brasília: Diário Oficial da União.

PRESIDENTE PRUDENTE. PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE. Assistência Social oferece serviço especializado para mulheres vítimas de violência. 2010. Disponível em:

<<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?jsessionid=CF118FEA5CE8596EB31EF5AF06D297F3?cod=5248&imprimir=true>> . Acesso em: 29 jun 2017.

RAMON. Work Starts On Purpose-built Shelter For Victims Of Domestic Abuse In Israel. 2015. Disponível em: <<https://decor10blog.com/design-decorate/decorating-ideas/work-starts-on-purpose-built-shelter-for-victims-of-domestic-abuse-in-israel.html>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

REDOR - REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES GÊNERO, 18., 2014, Recife. Abrigamento de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Macapá/AP. Macapá: Anais, 2014. 14 p. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/view/File/633/686>>. Acesso em: 14 maio 2017.

REIS, A. D. . Gênero, Patriarcado e a História da Escravidão. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. XXVI Simpósio Nacional de História, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300683551_ARQUIVO_Genero,patriarcadoescravidaopdf>. Acesso em: 10 jun 2017.

ROBINSON, Julia Williams. Architecture of Institution & Home. Architecture as Cultural Medium. 2004. 445 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Delft University Of Technology, Delft, 2004. Disponível em: <<https://repository.tudelft.nl/islandora/object/uuid%3A37b0e5d5-9906-4570-97a7-6ab1c7704a3e>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

ROCHA, Lourdes Maria de Leitão Nunes . Casas-Abrigo no Enfrentamento da Violência de Gênero. São Paulo: Veras Editora, 2007. v. 01. 254p

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo:

Fundação Perseu Abramo, 2004. Acesso em: 23 jan. 2017

SANTIAGO, Rosilene Almeida; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ANTECEDENTES HISTÓRICOS. 2009. 19 f. Monografia (Especialização) - Curso de Psicologia, Universidade Salvador – Unifacs, Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/download/313/261>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

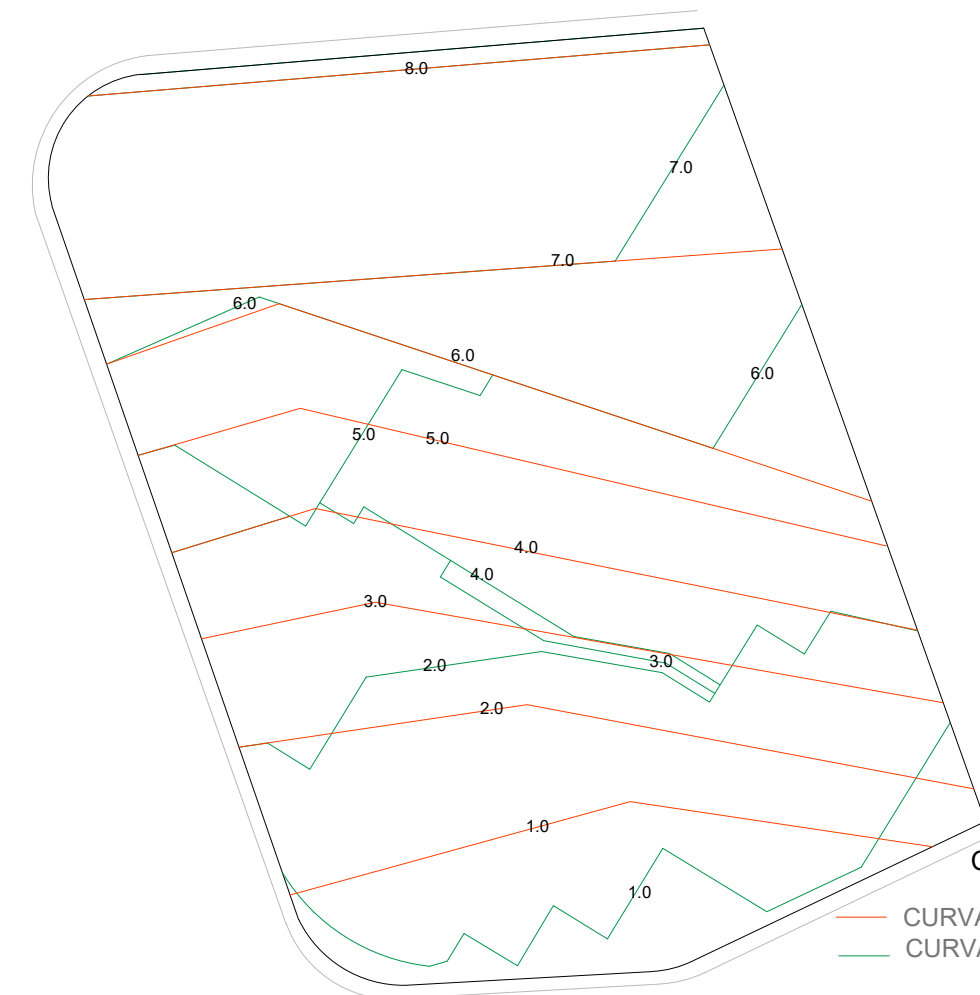
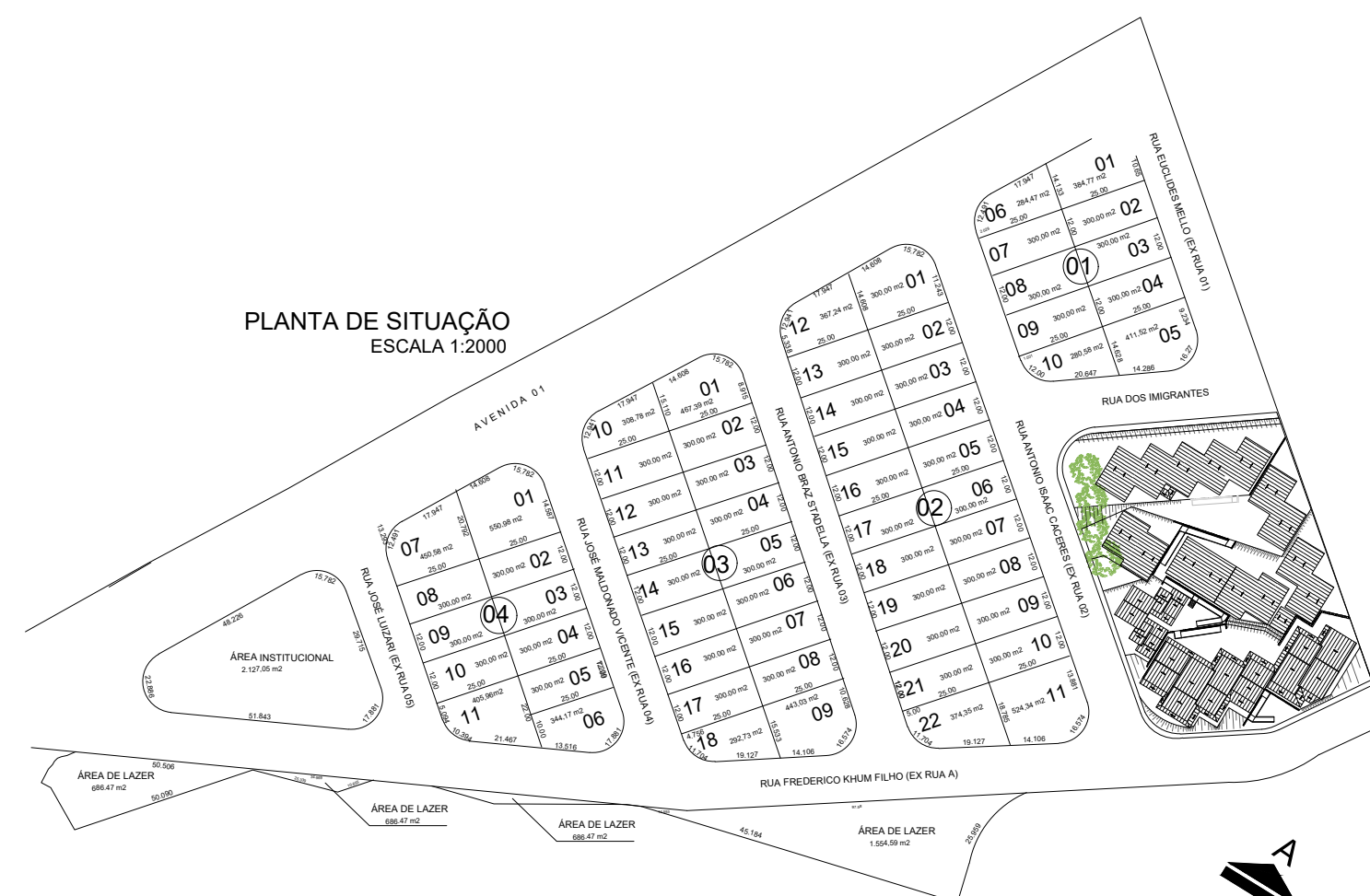
SÃO PAULO. Constituição (1989). CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: 1989. Disponível em: <<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/a2dc3f553380ee0f83256cfb00501463/46e2576658b1c52903256d63004f305a?OpenDocument>>. Acesso em: 02 aug. 2017.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D’OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; FALCÃO, Márcia Thereza Couto; FIGUEIREDO, Wagner dos Santos. Violência Dói e Não É Direito. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TEIXEIRA, A. A. (2006) Painéis de Bambu para Habitações Econômicas: Avaliação do Desempenho de Painéis Revestidos com Argamassa. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, DF, 179p.

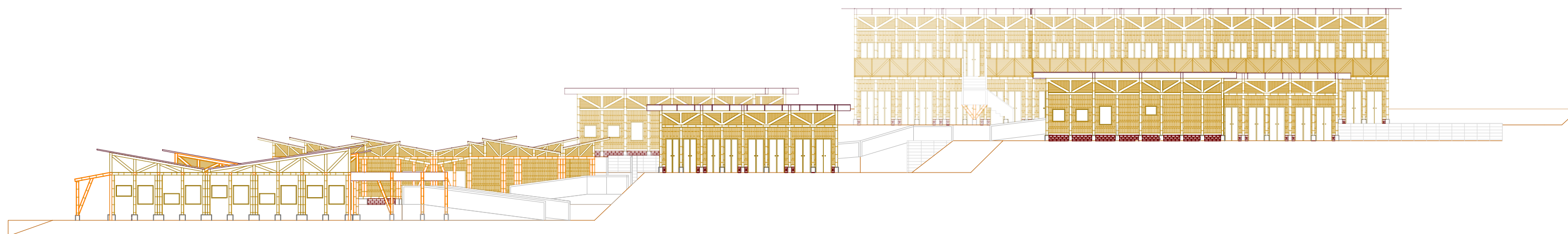
UBIDIA, Jorge Morán. **Construir con Bambú**: Manual de construcción. 3. ed. Lima - Perú: Red Internacional de Bambú y Ratán, Inbar, 2015. 77 p. Disponível em: <http://www3.vivienda.gob.pe/dnc/archivos/Estudios_Normalizacion/Manual-Construccion-Bambu.pdf>. Acesso em: 17 set. 2017.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.





CORTE AA
ESCALA 1:250



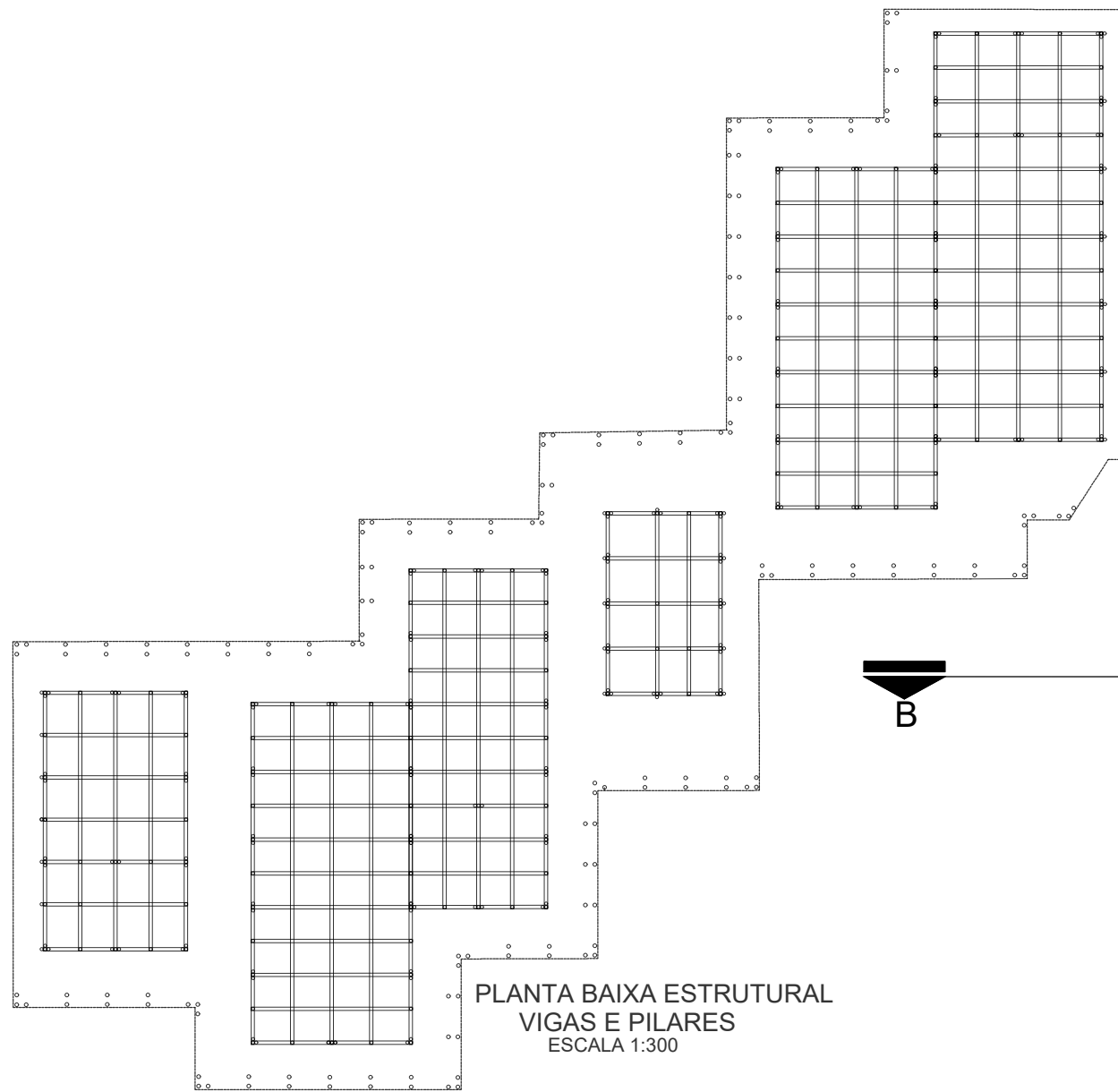
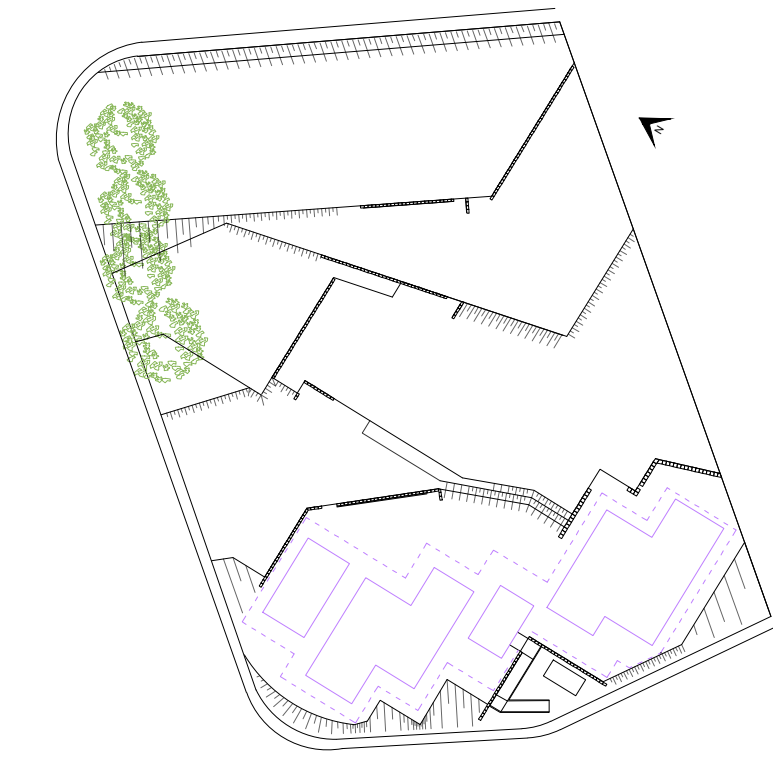
CORTE BB
ESCALA 1:250



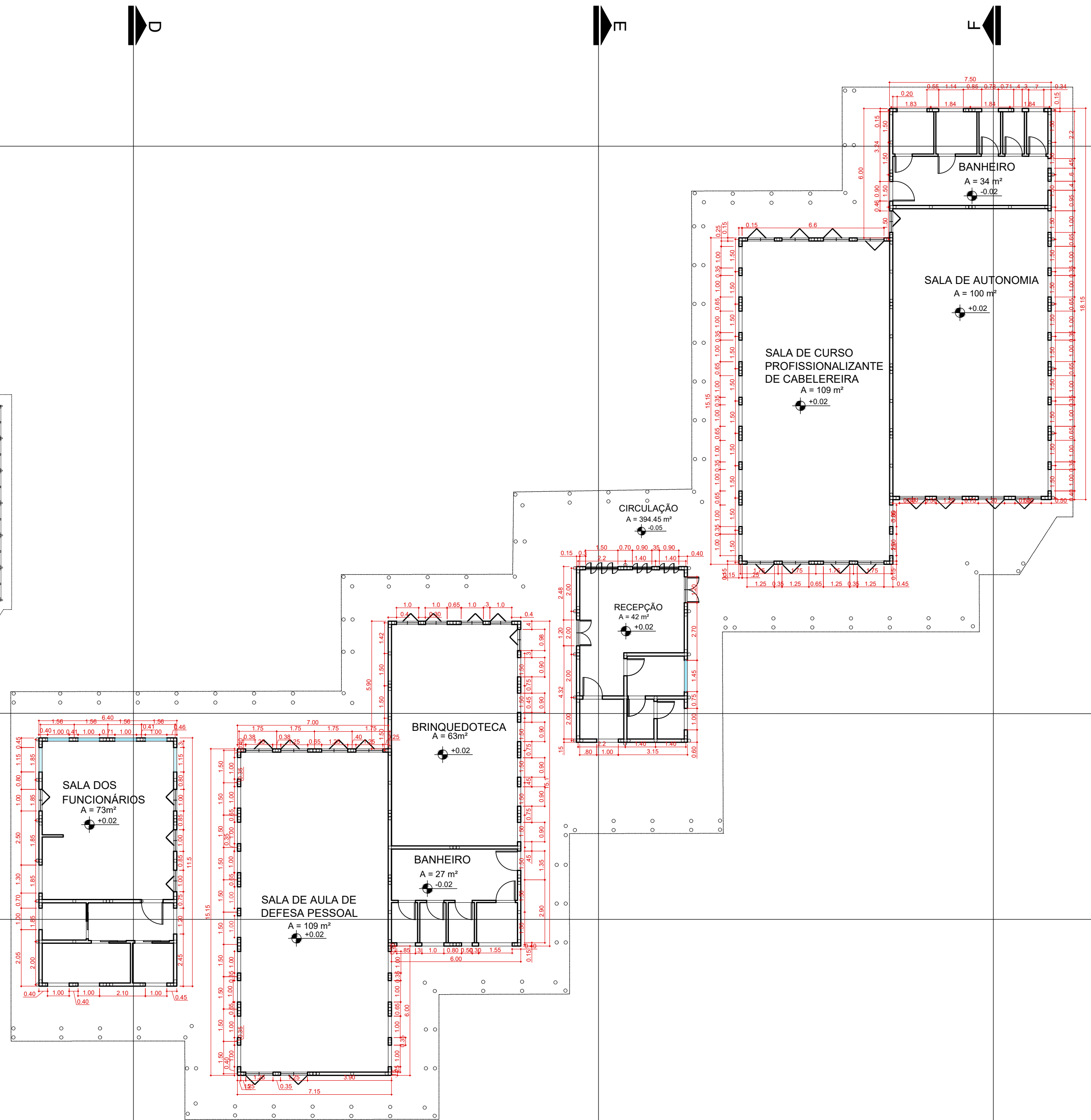
PLANTA DE COBERTURA
ESCALA 1:400



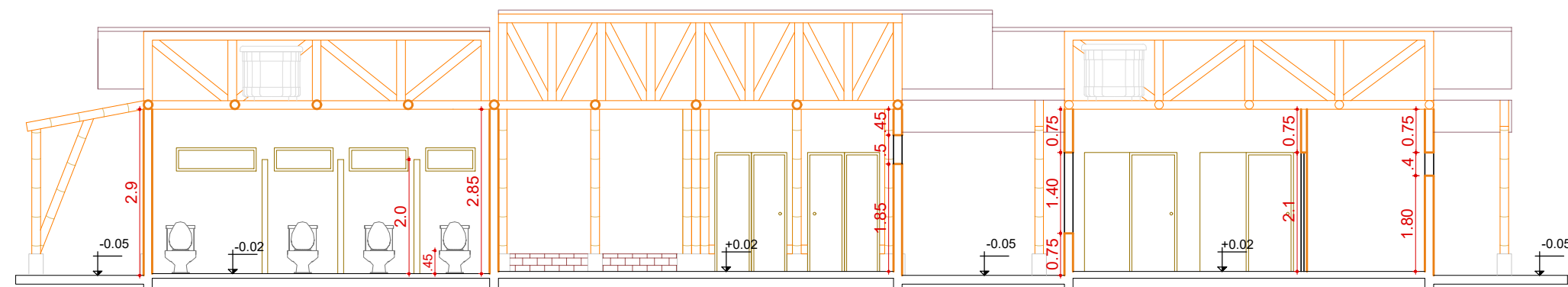
IMPLANTAÇÃO HUMANIZADA
ESCALA 1:400



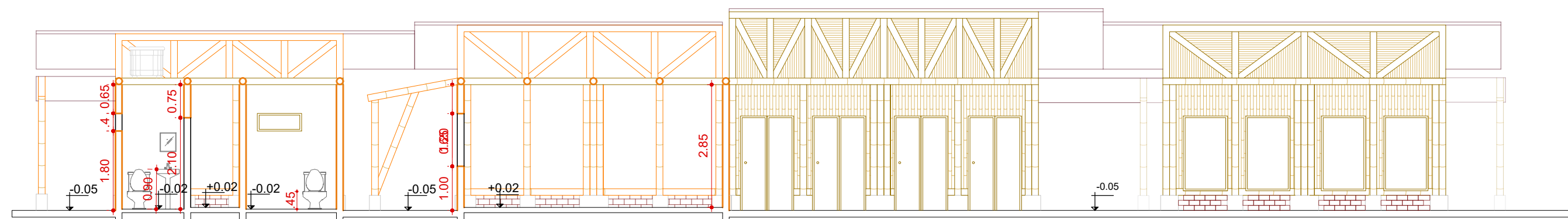
PLANTA BAIXA ESTRUTURAL
VIGAS E PILARES
ESCALA 1:300



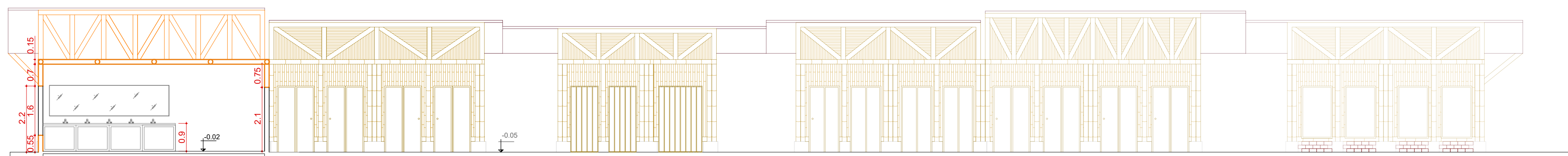
PLANTA BAIXA
ESCALA 1:150



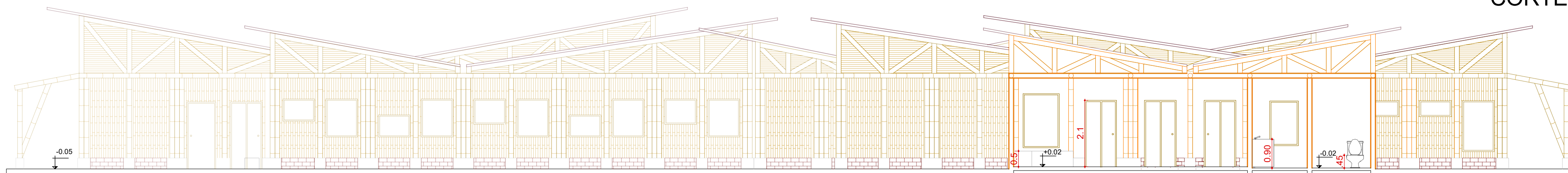
CORTE AA



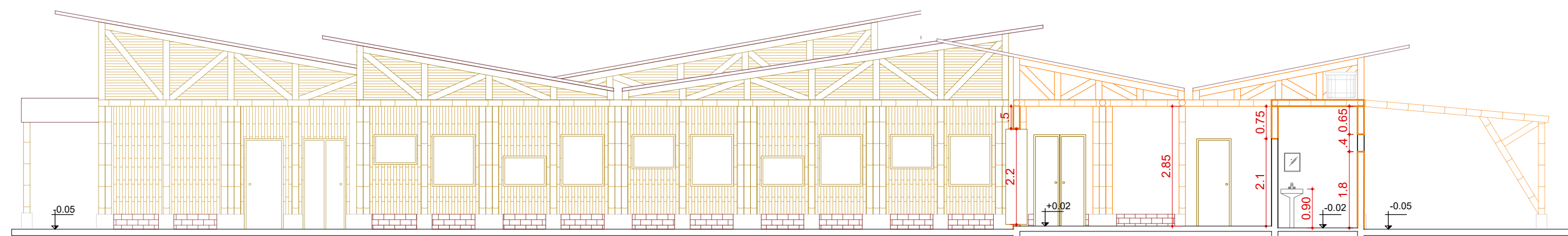
CORTE BB



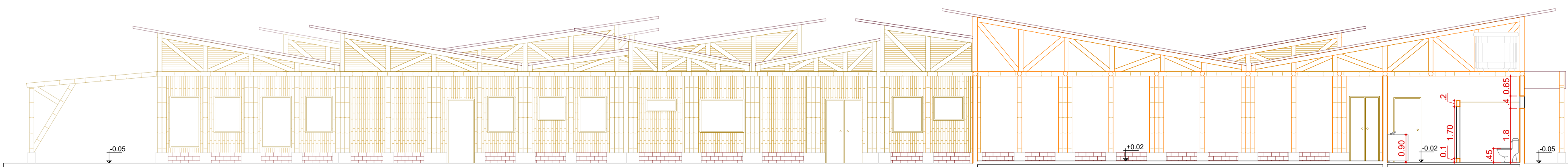
CORTE CC



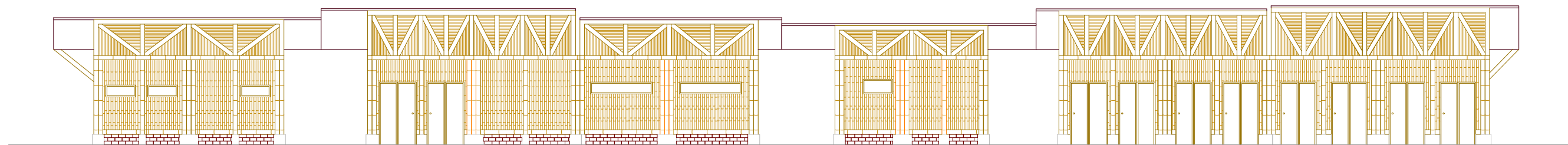
CORTE DD



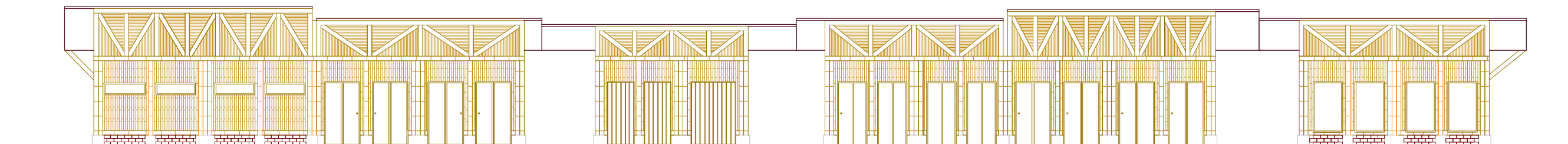
CORTE EE



CORTE FF



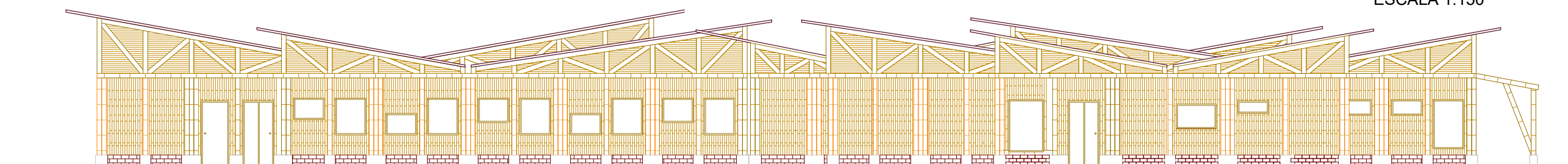
VISTA FRONTAL
ESCALA 1:150



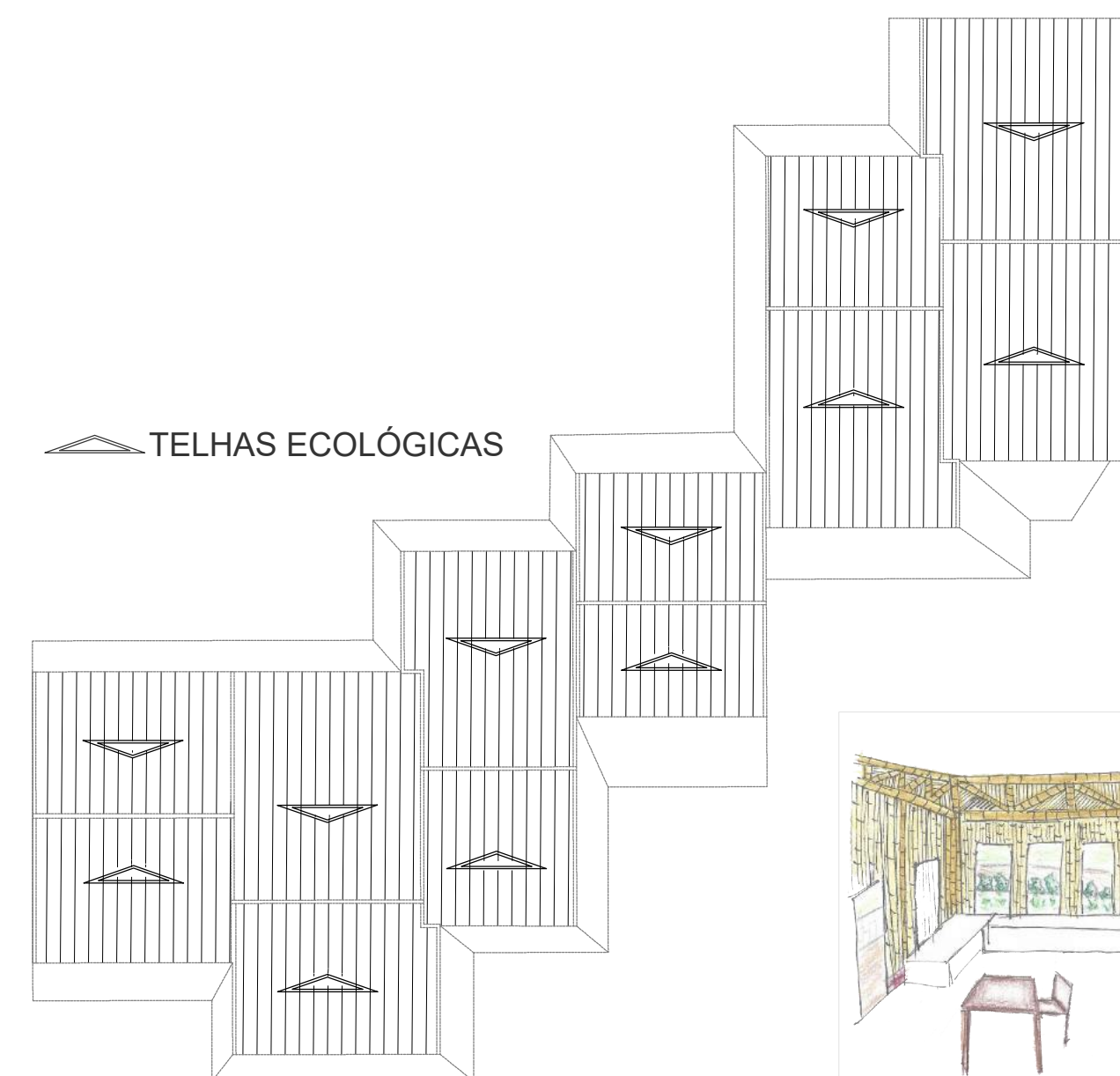
VISTA POSTERIOR
ESCALA 1:150



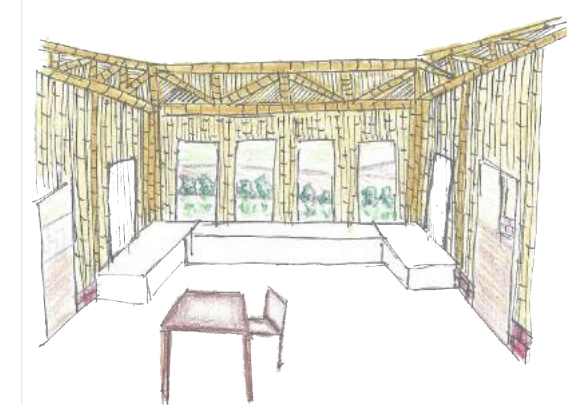
VISTA LATERAL DIREITA
ESCALA 1:150



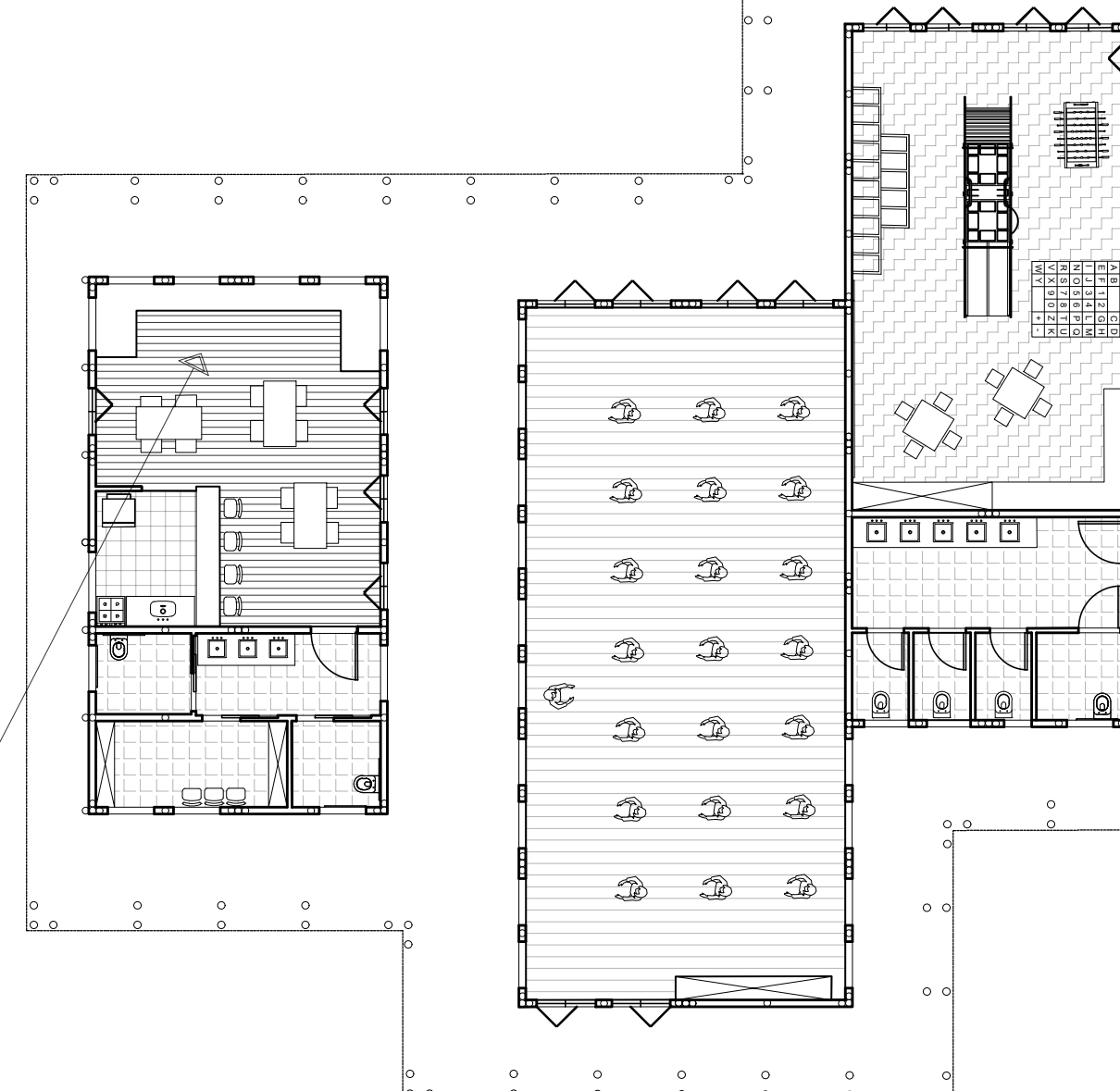
VISTA LATERAL ESQUERDA
ESCALA 1:150



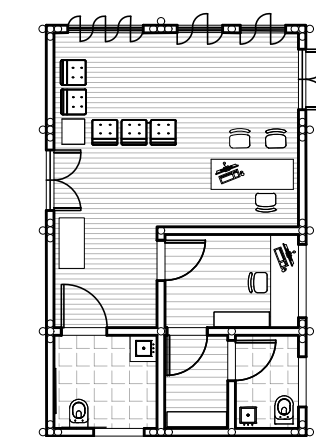
PLANTA DE COBERTURA
ESCALA 1:300



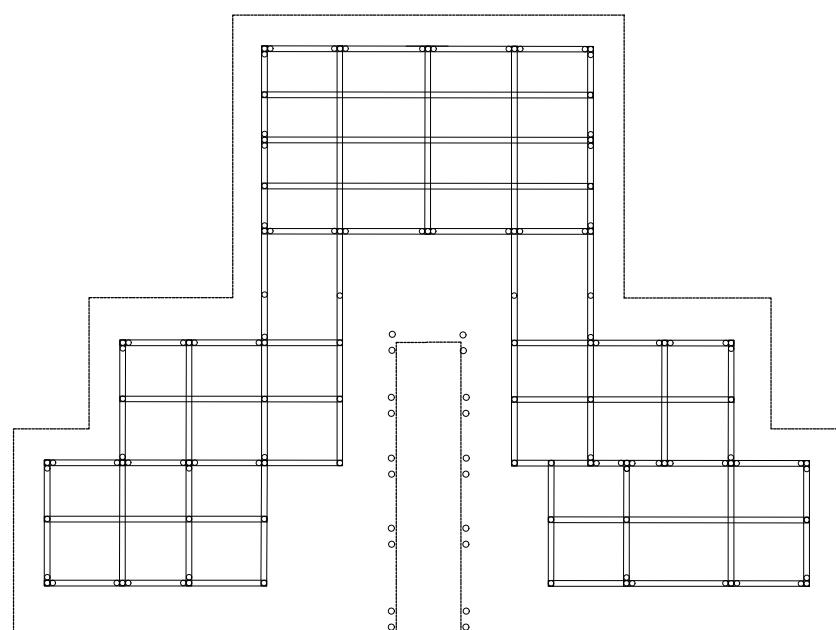
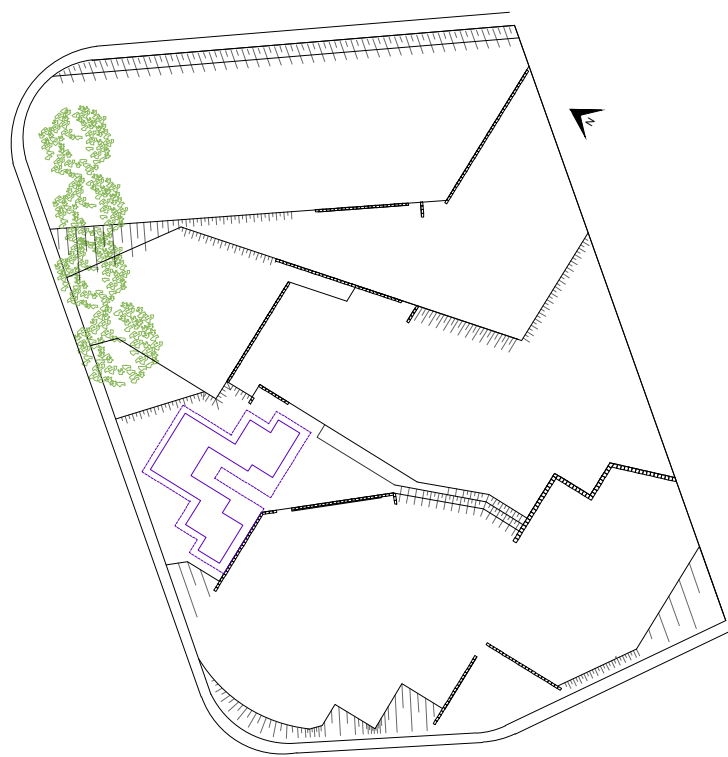
VISTA INTERNA DA SALA DOS FUNCIONÁRIOS



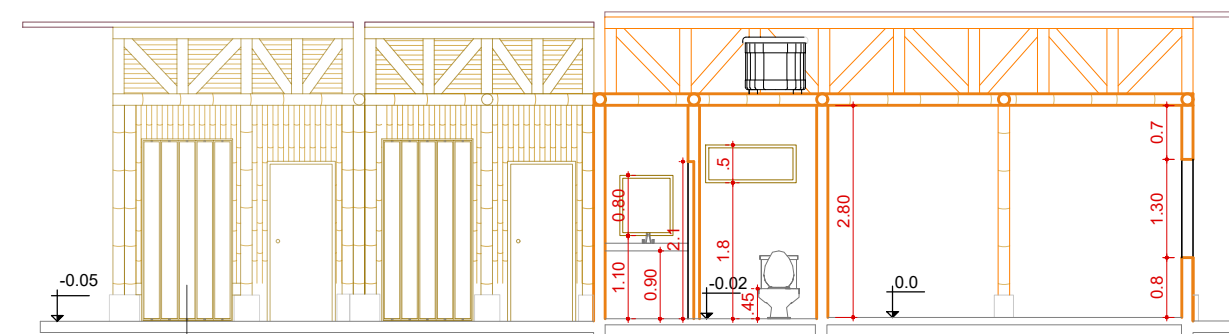
PLANTA BAIXA HUMANIZADA
ESCALA 1:150



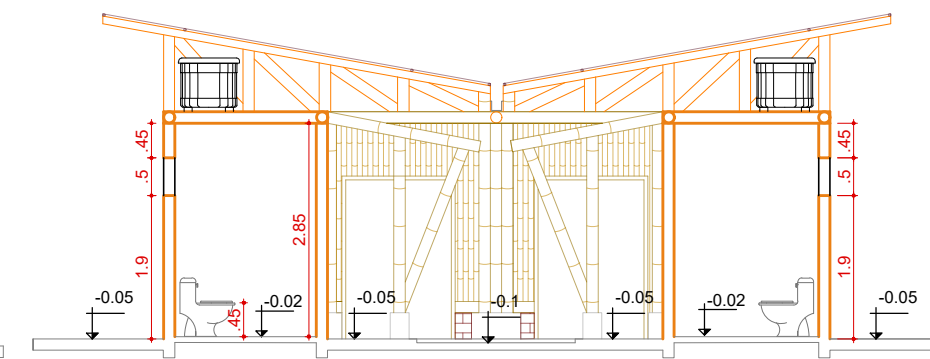
DETALHE DOS PILARES EM BAMBU



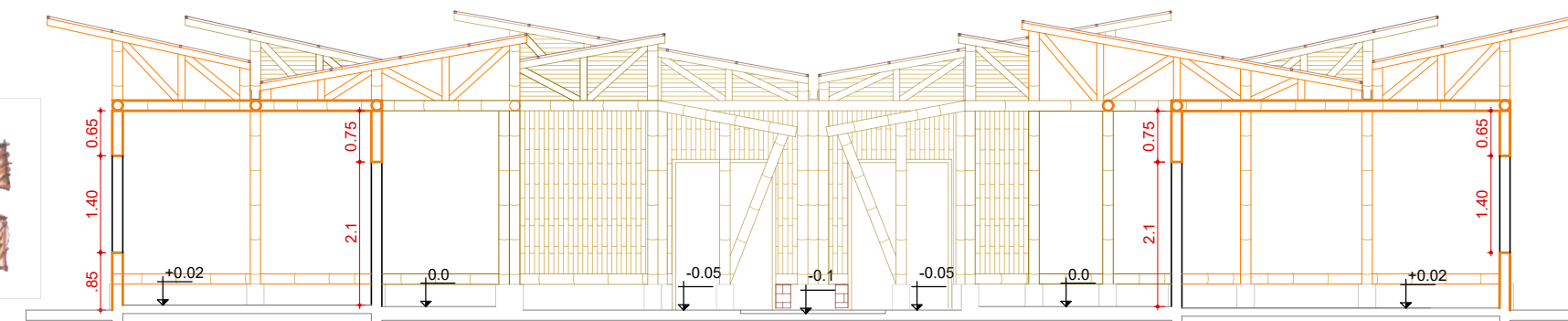
PLANTA BAIXA ESTRUTURAL - VIGAS E PILARES
ESCALA 1:200



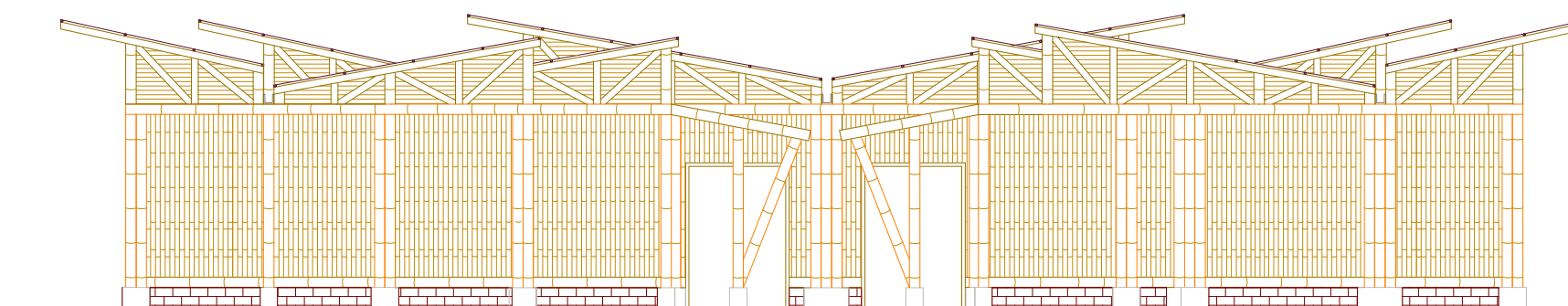
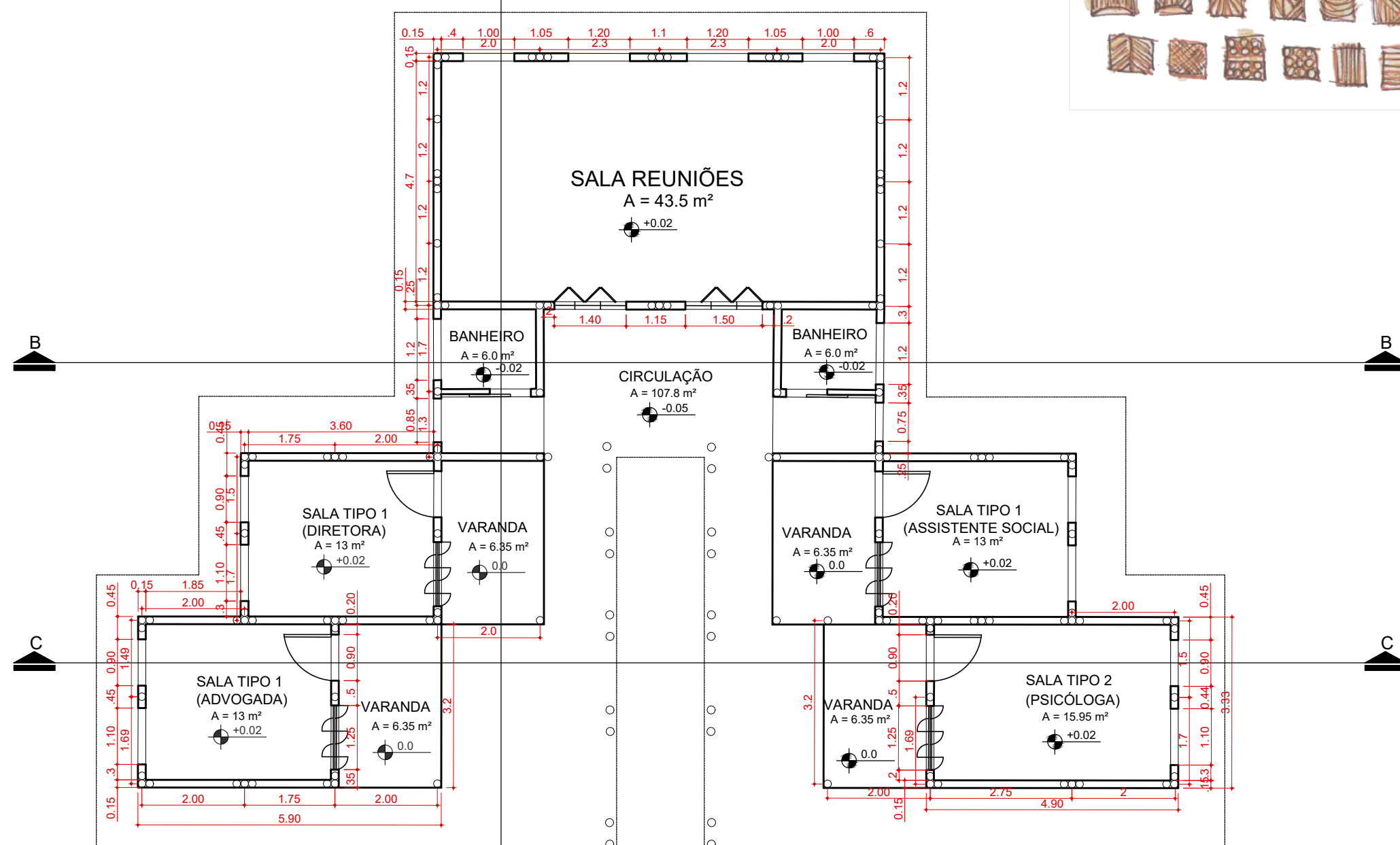
CORTE AA



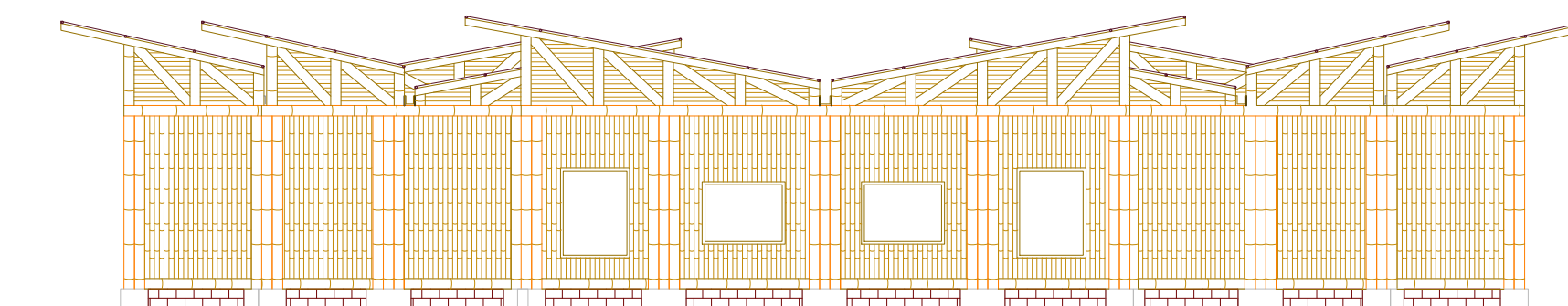
CORTE BB



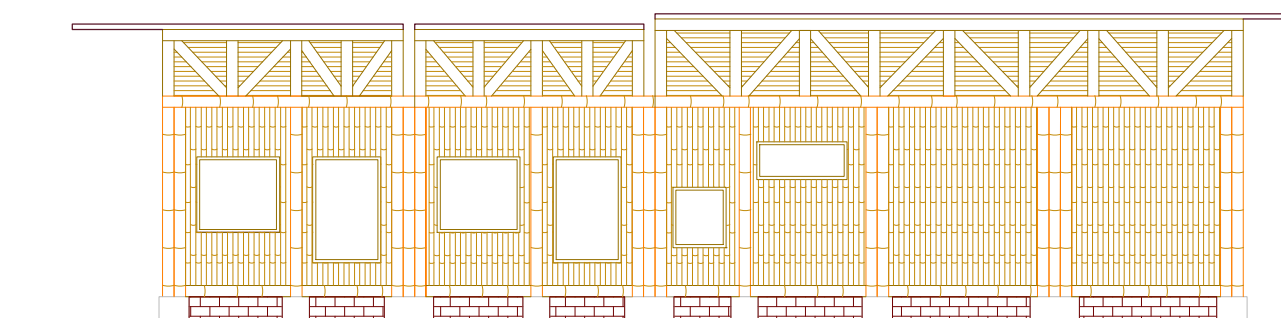
CORTE CC



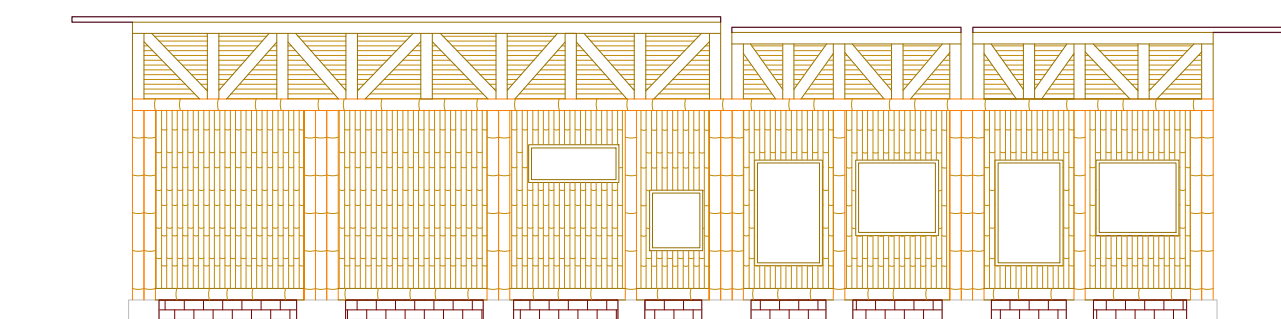
VISTA FRONTAL



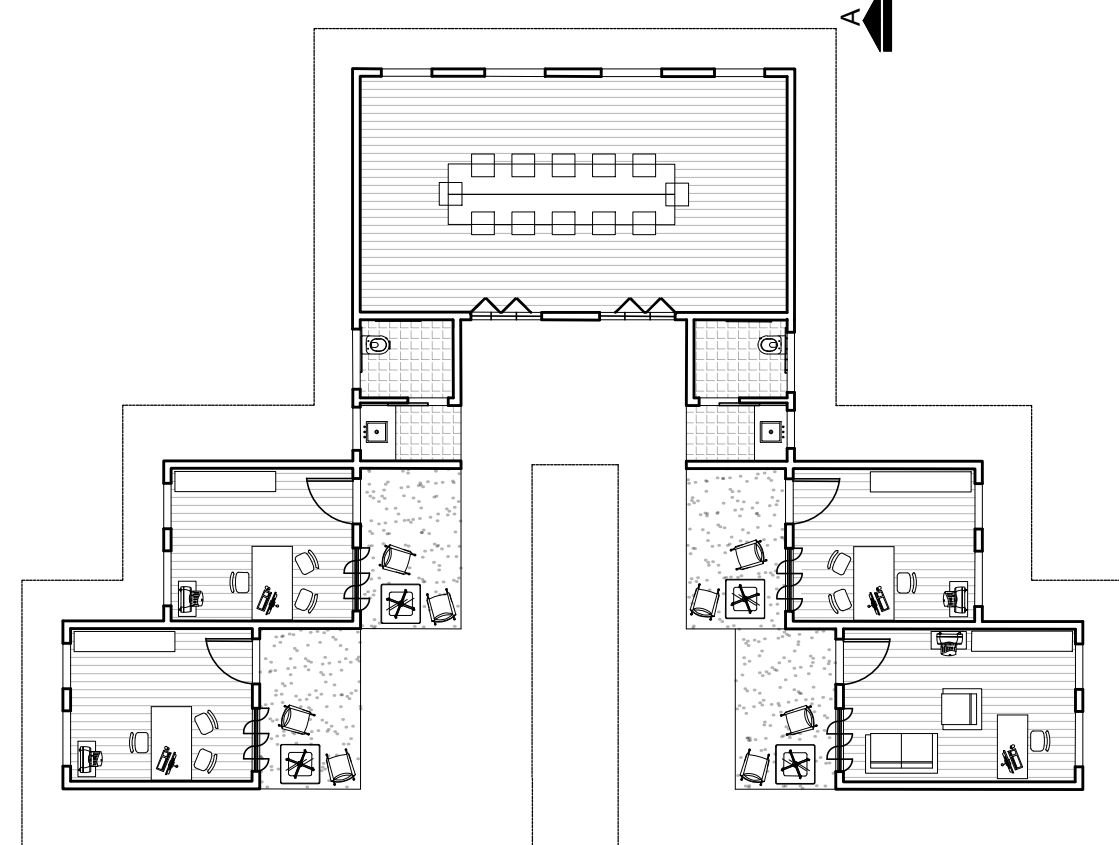
VISTA POSTERIOR



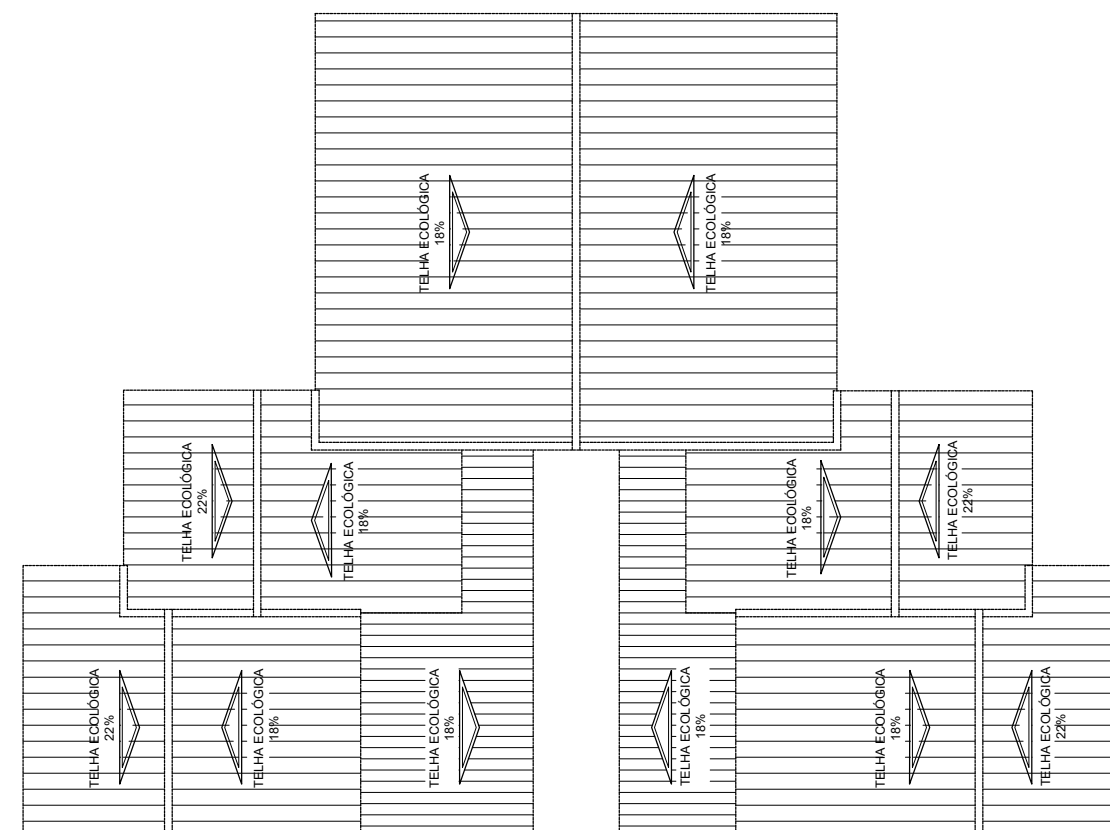
VISTA LATERAL DIREITA



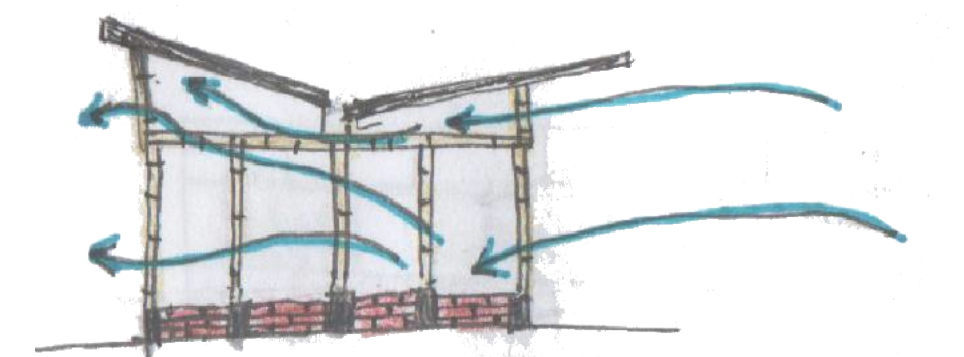
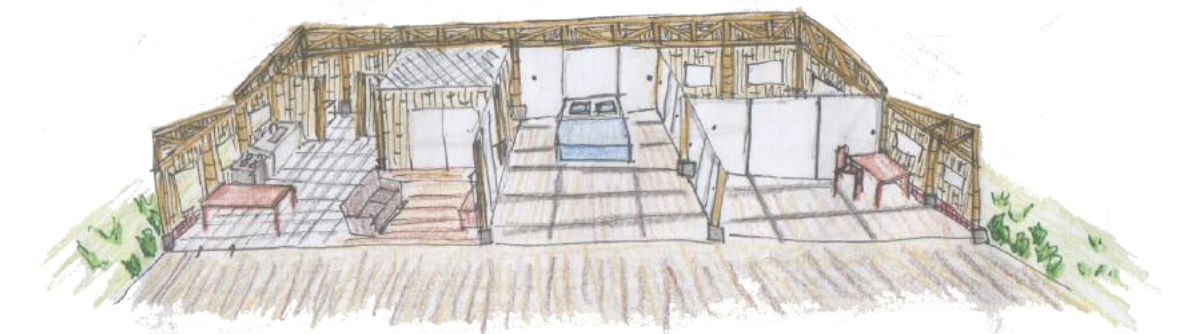
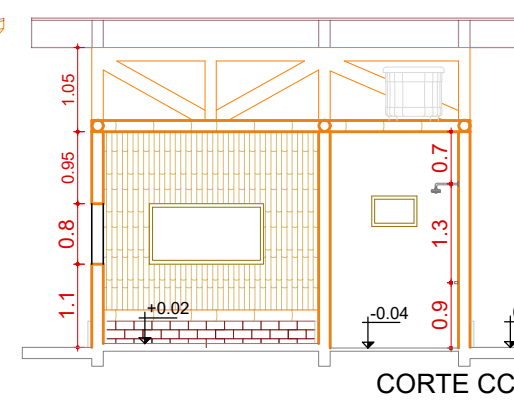
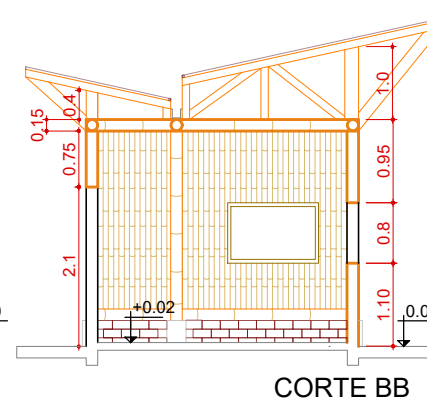
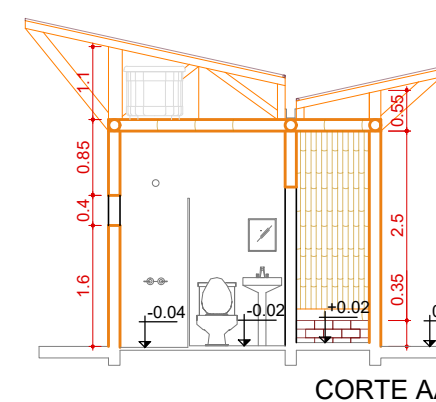
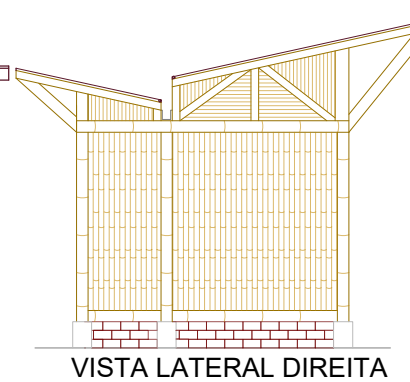
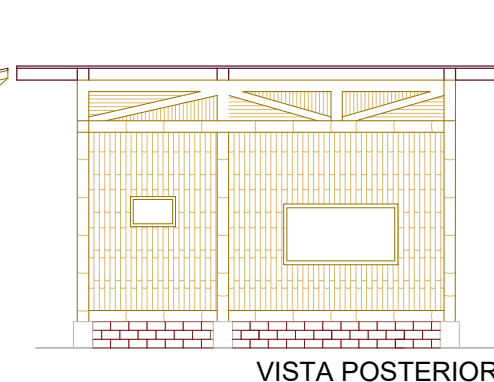
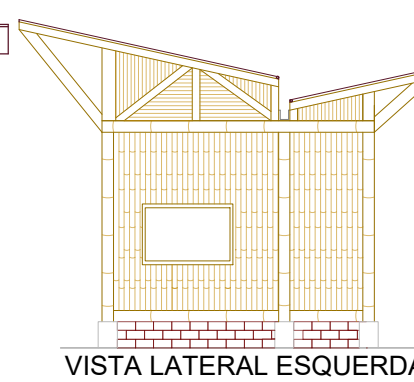
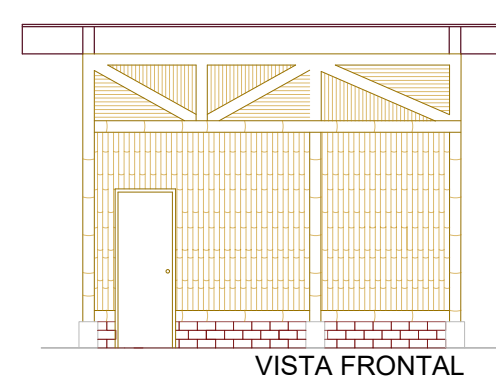
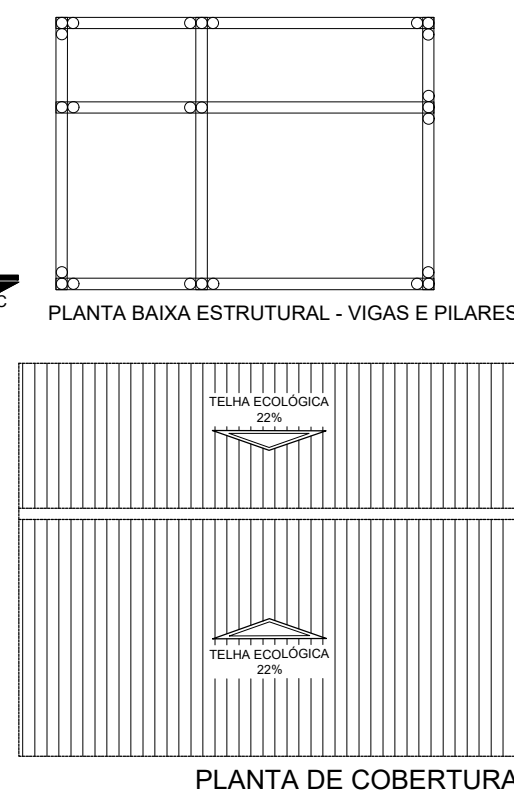
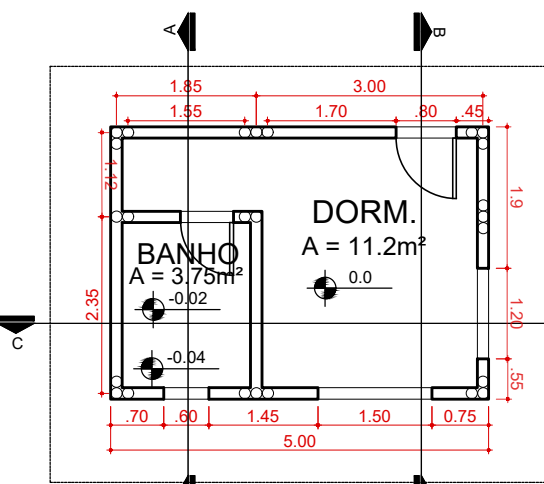
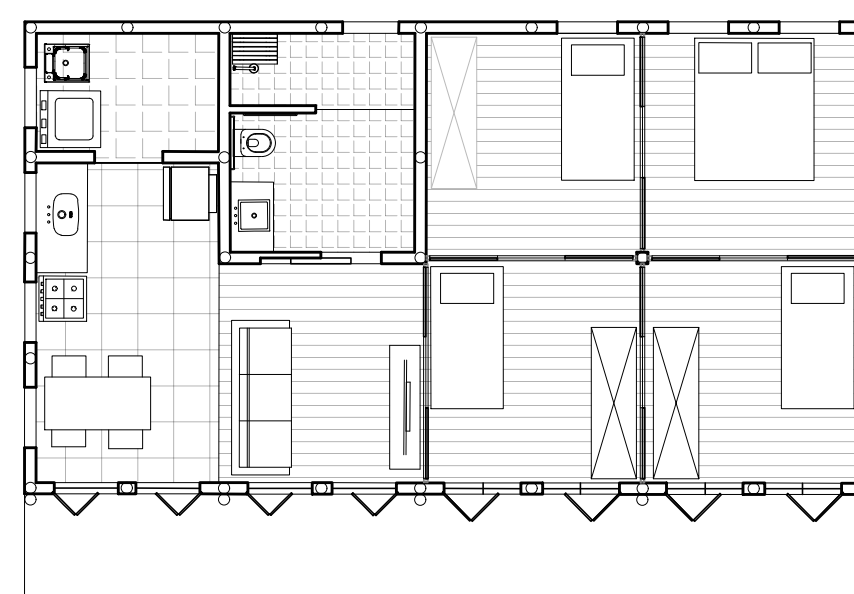
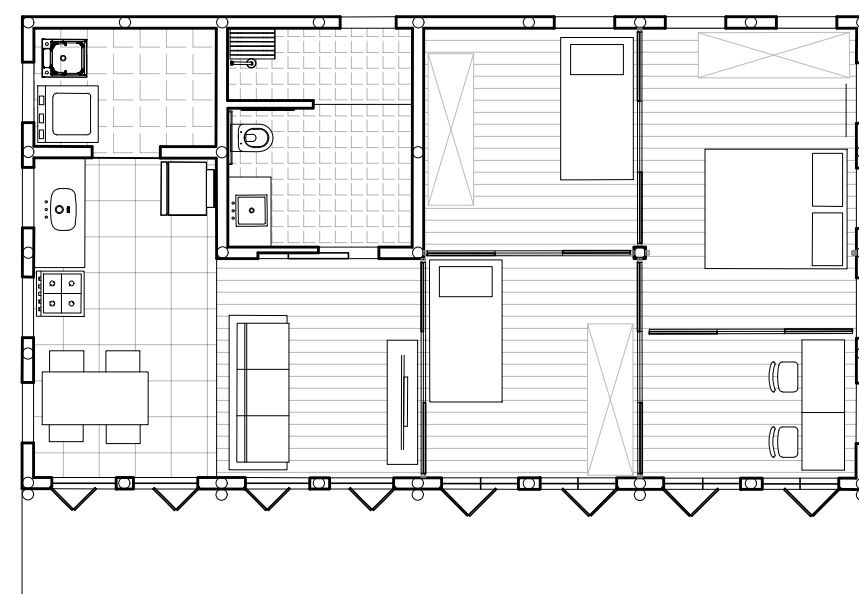
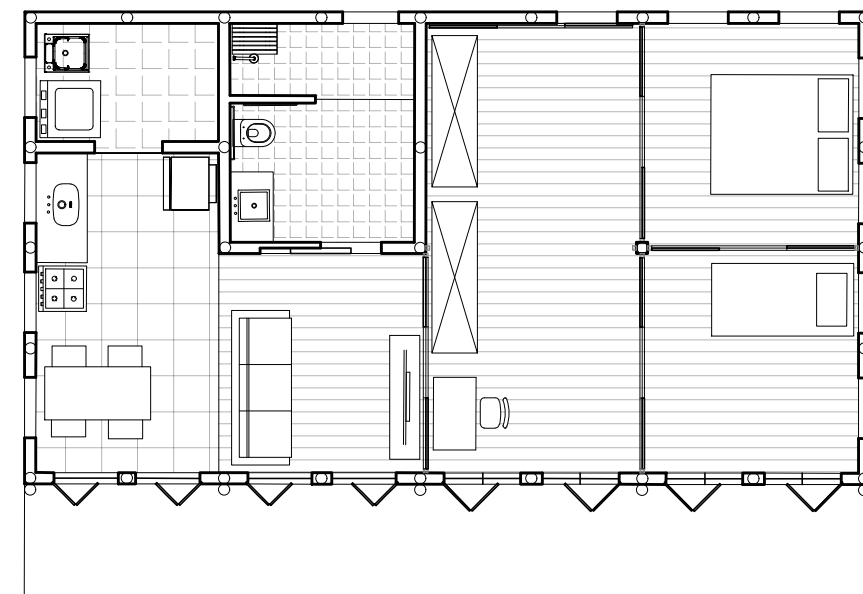
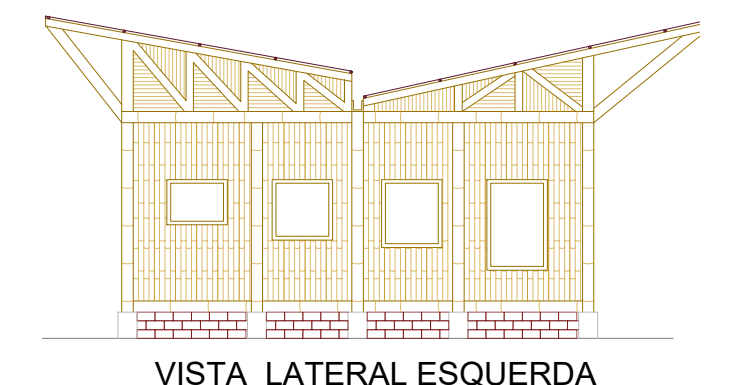
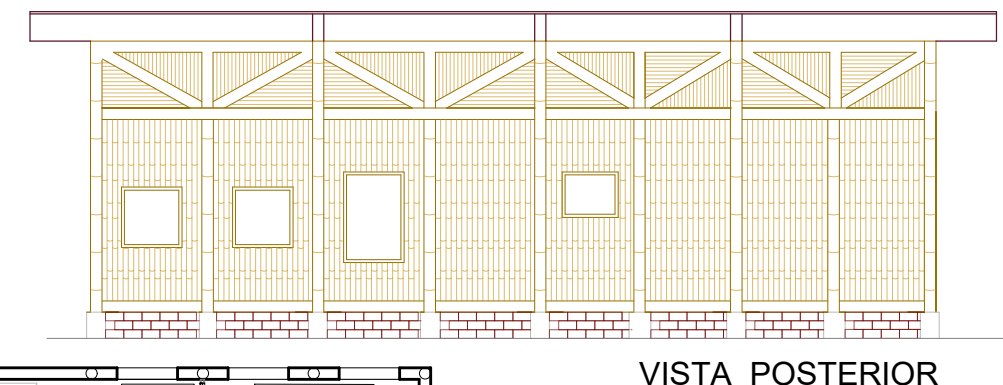
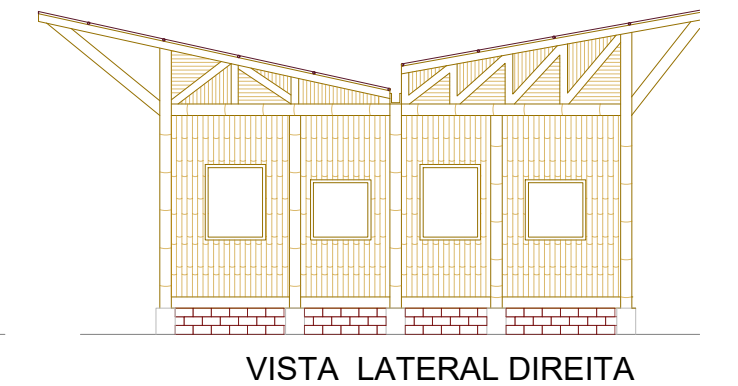
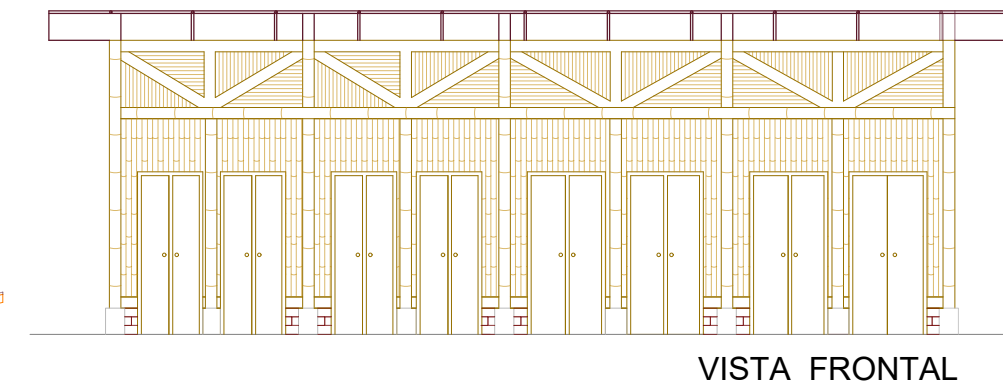
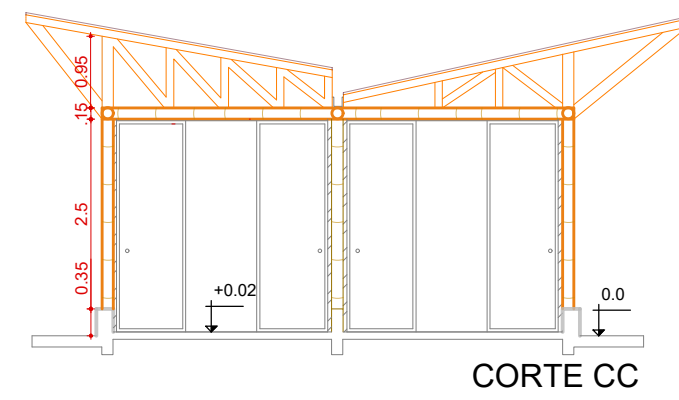
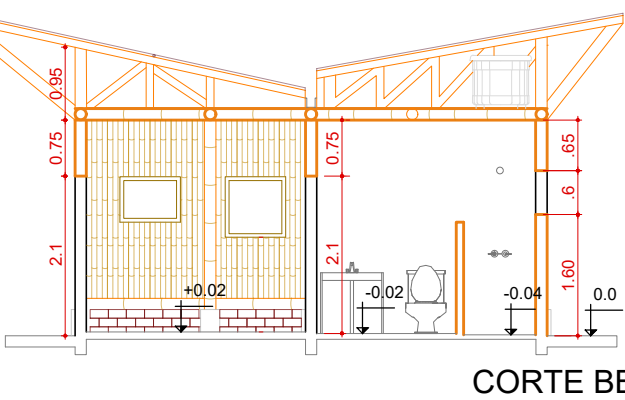
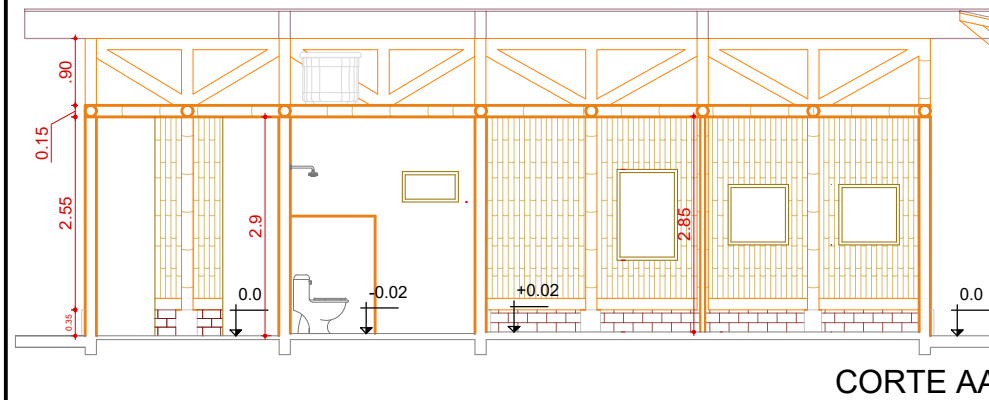
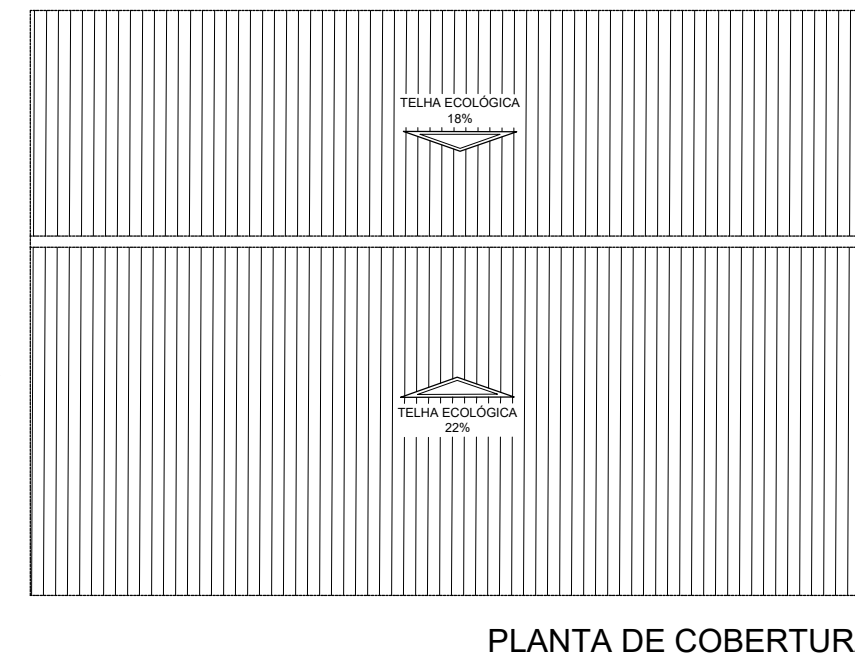
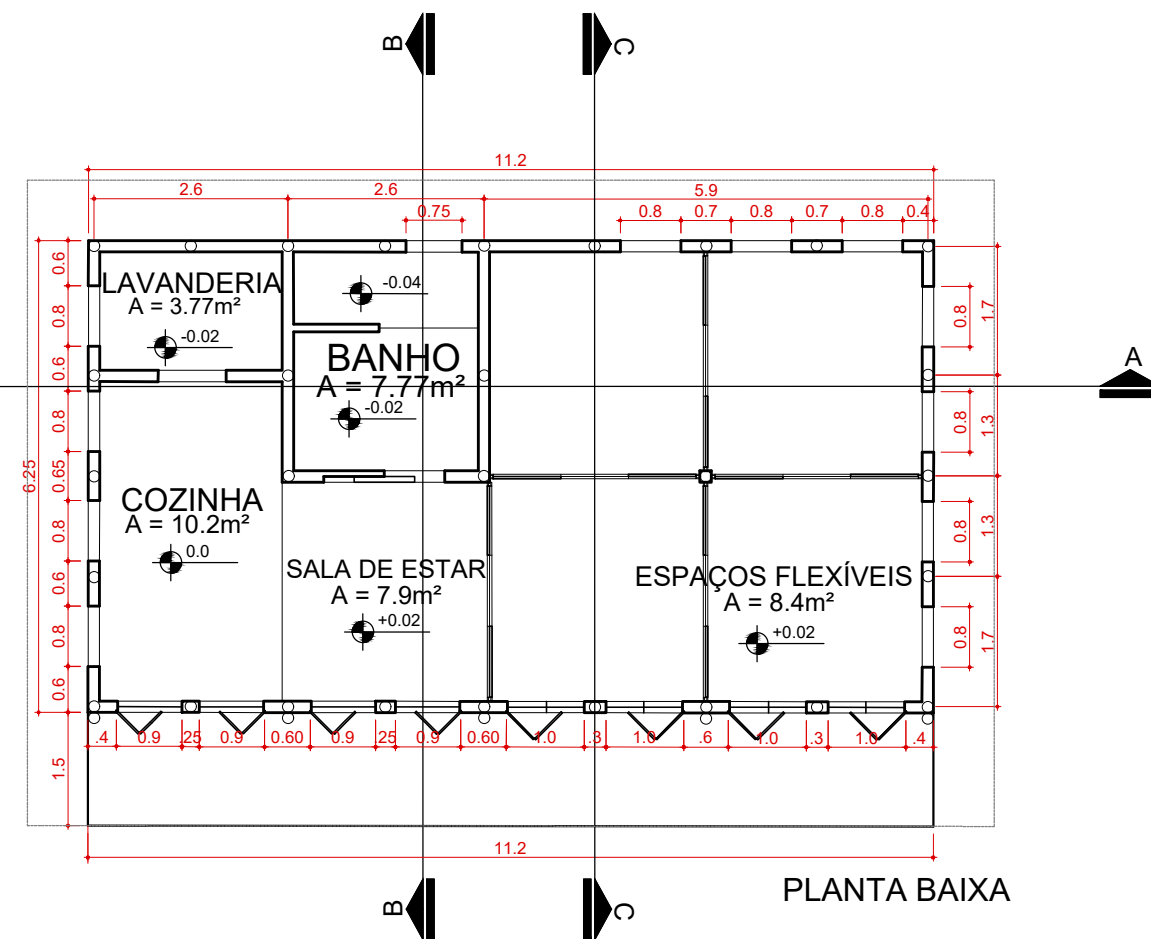
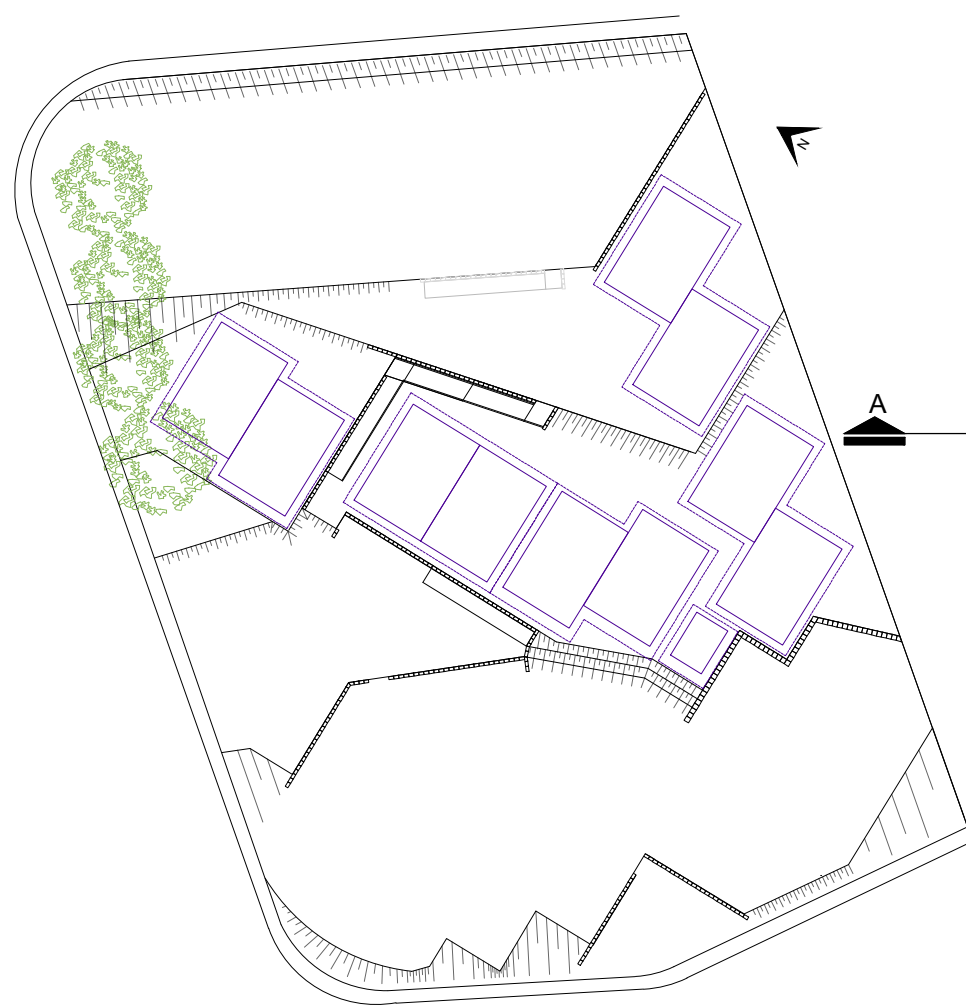
VISTA LATERAL ESQUERDA

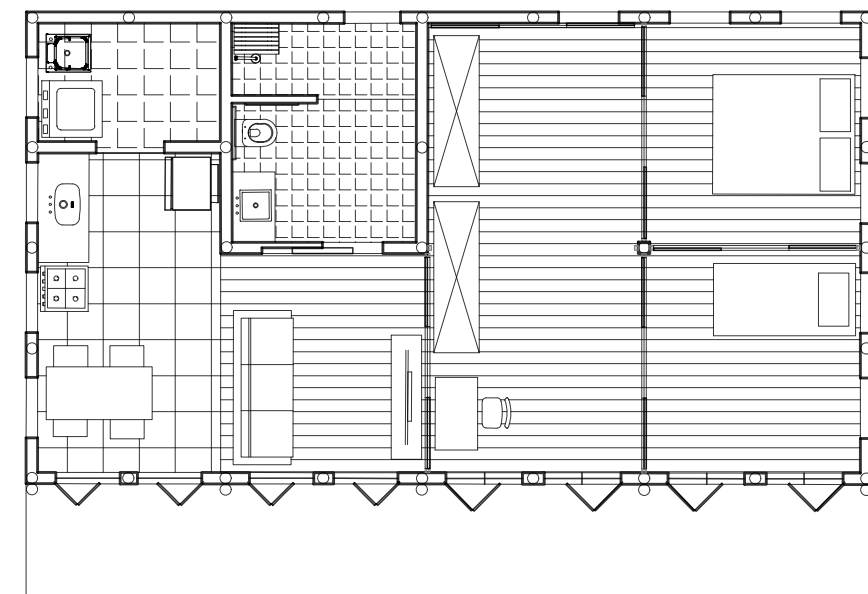
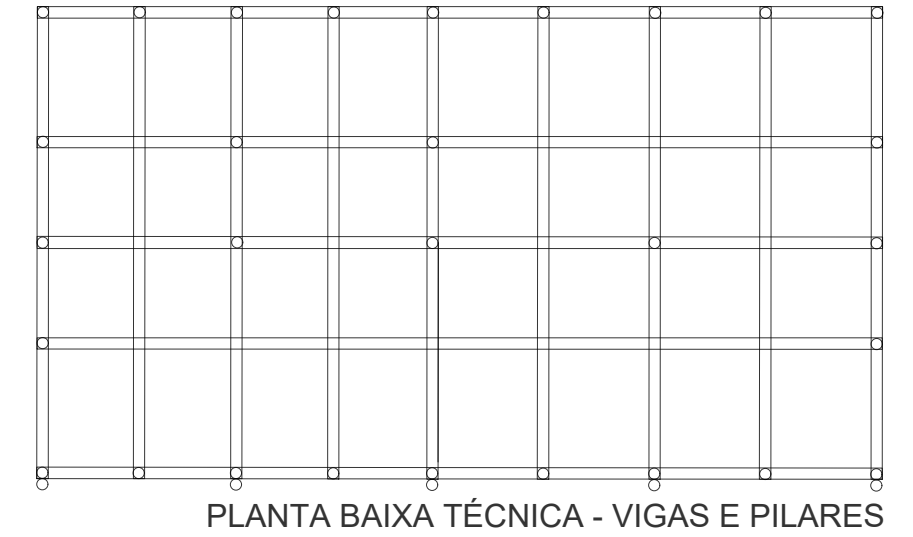
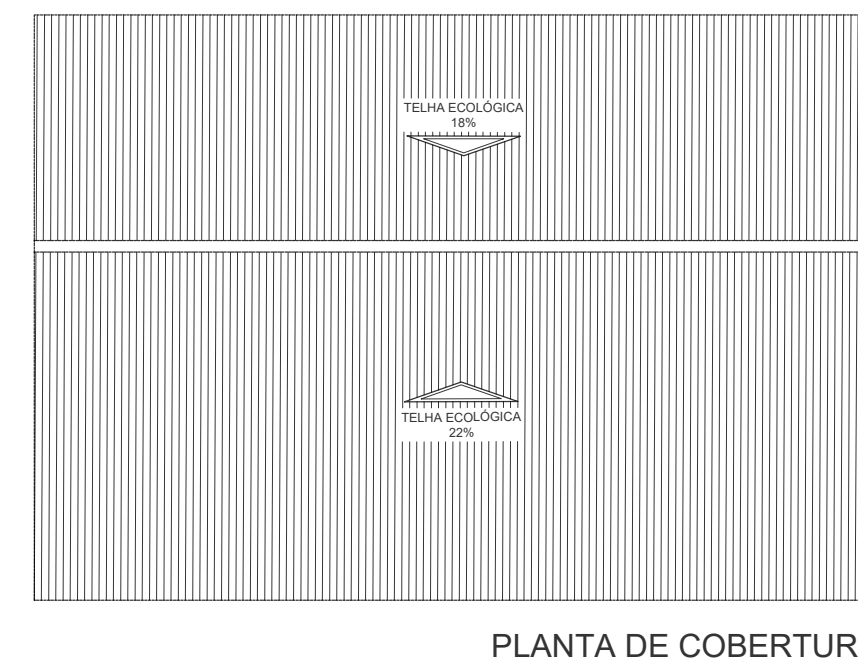
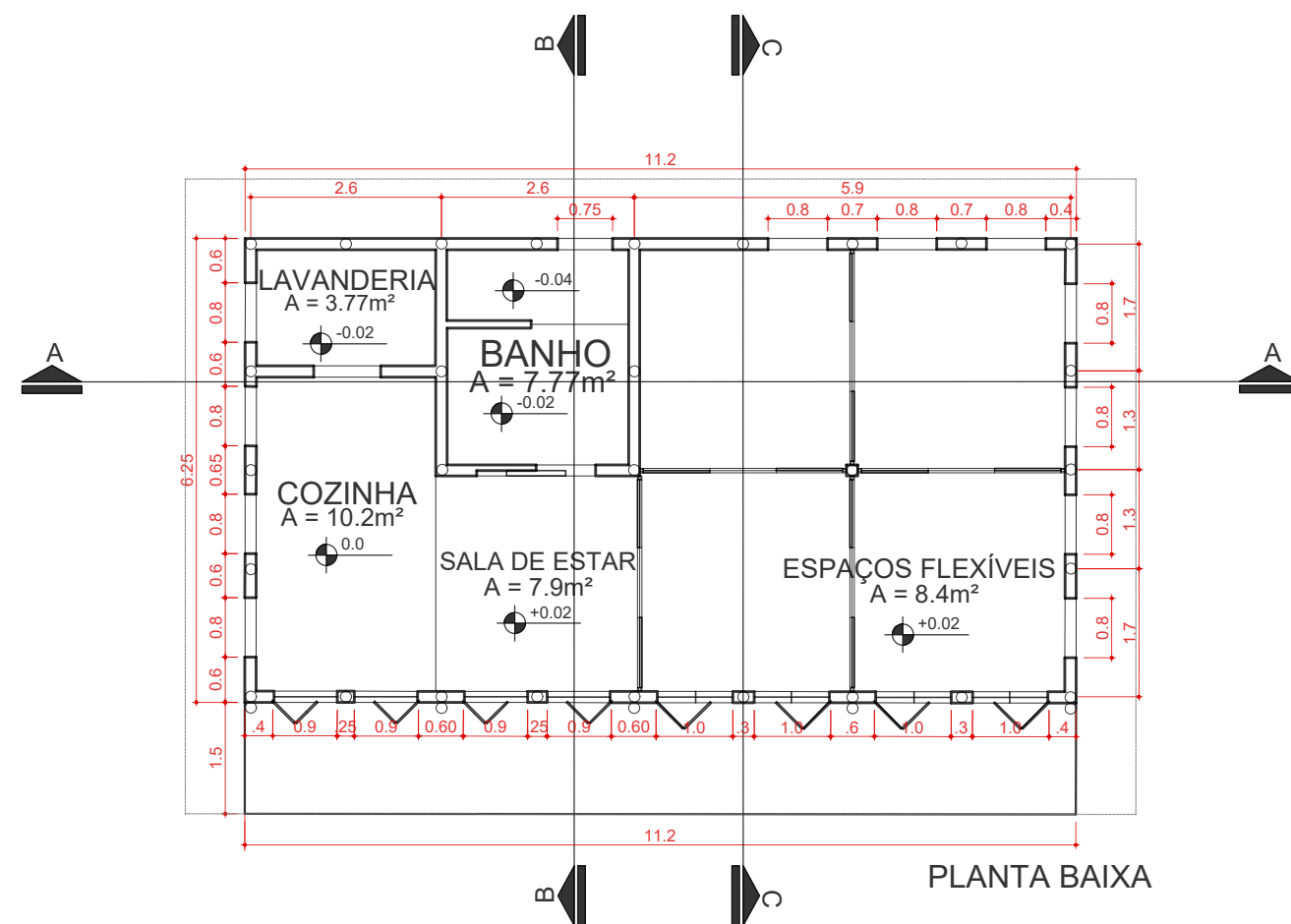
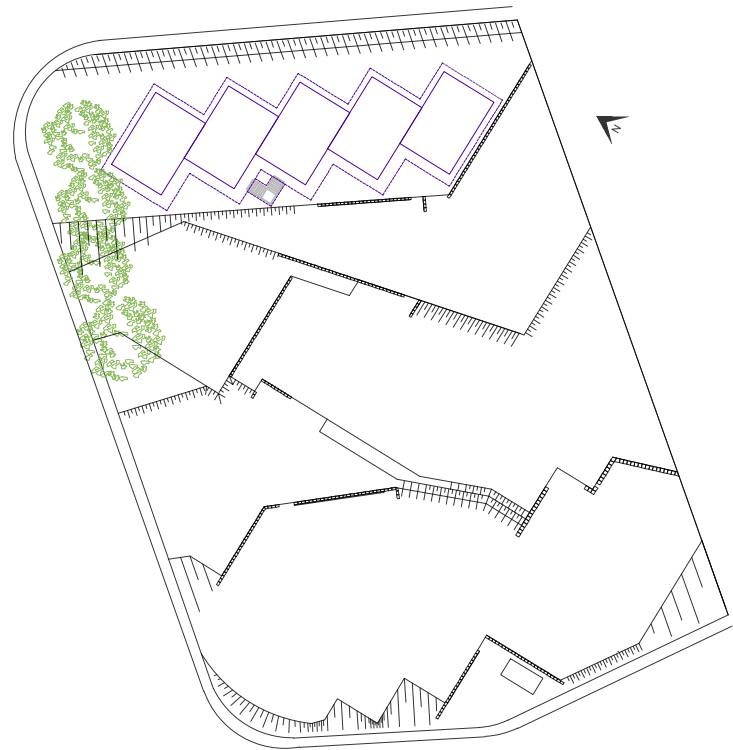


PLANTA BAIXA HUMANIZADA
ESCALA 1:150

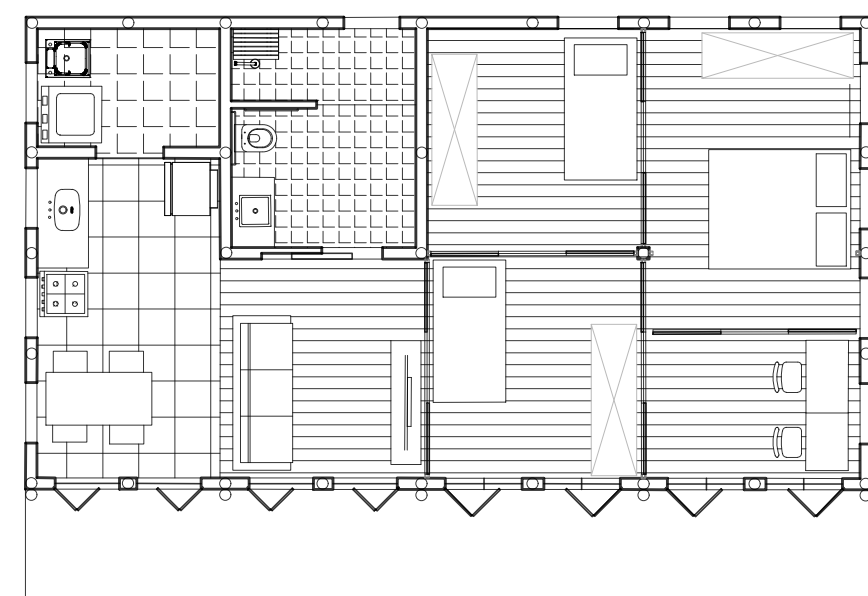


PLANTA DE COBERTURA
ESCALA 1:150

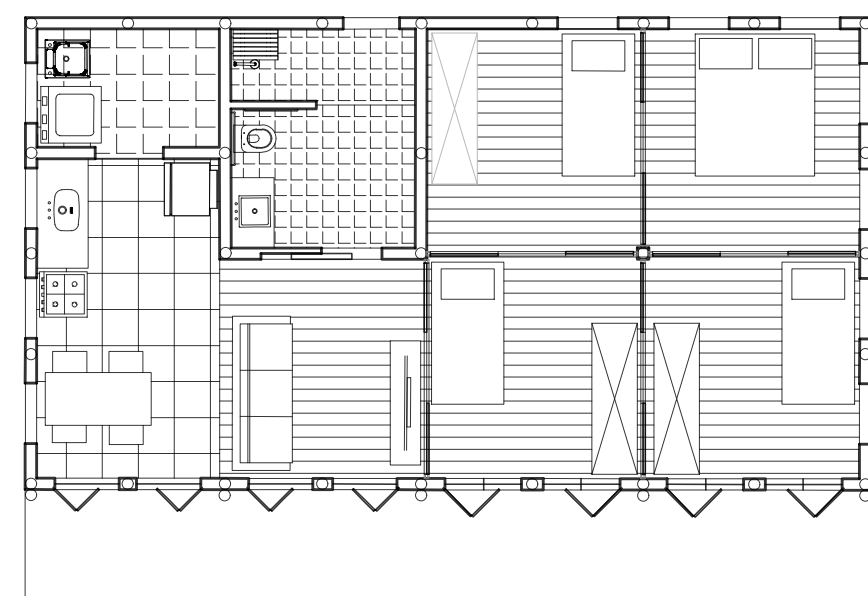




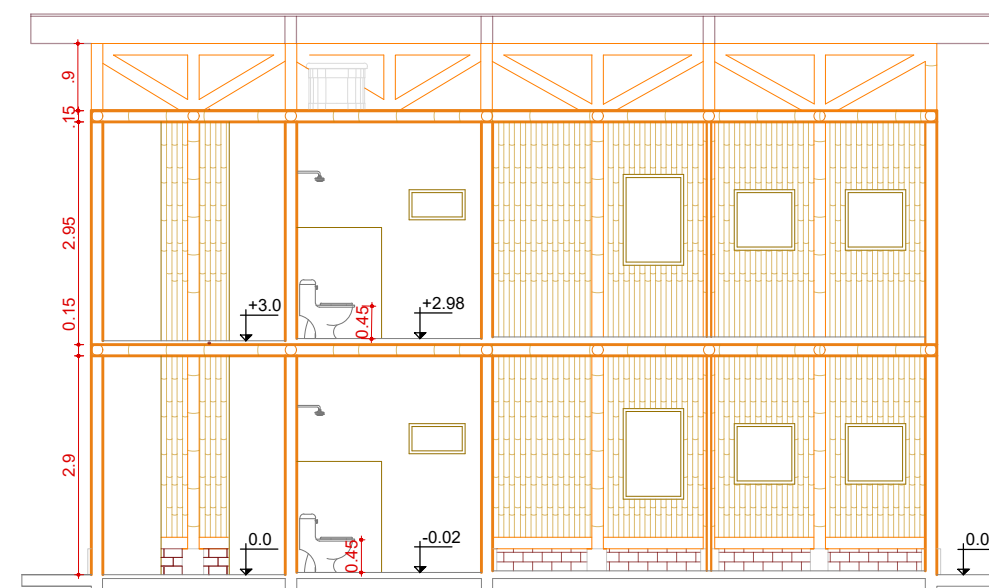
PLANTA BAIXA HUMANIZADA - TIPO 1



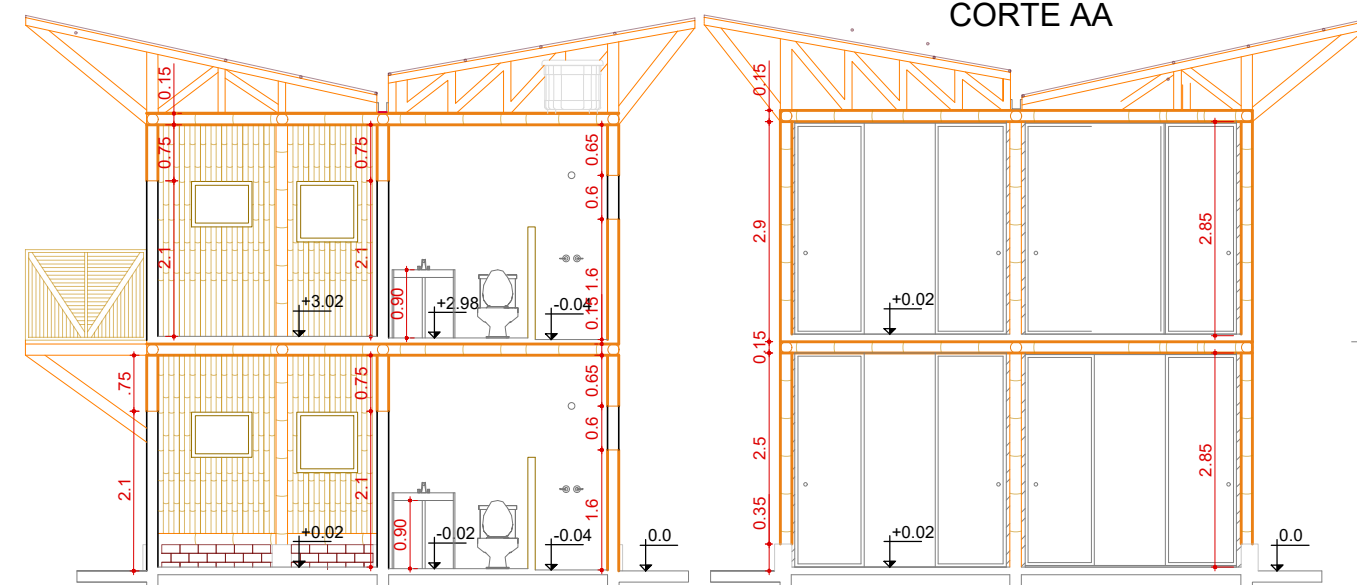
PLANTA BAIXA HUMANIZADA - TIPO 2



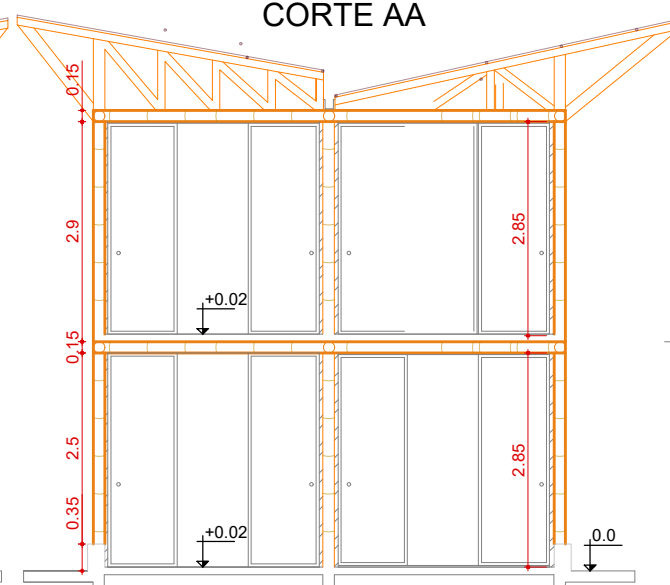
PLANTA BAIXA HUMANIZADA - TIPO 3



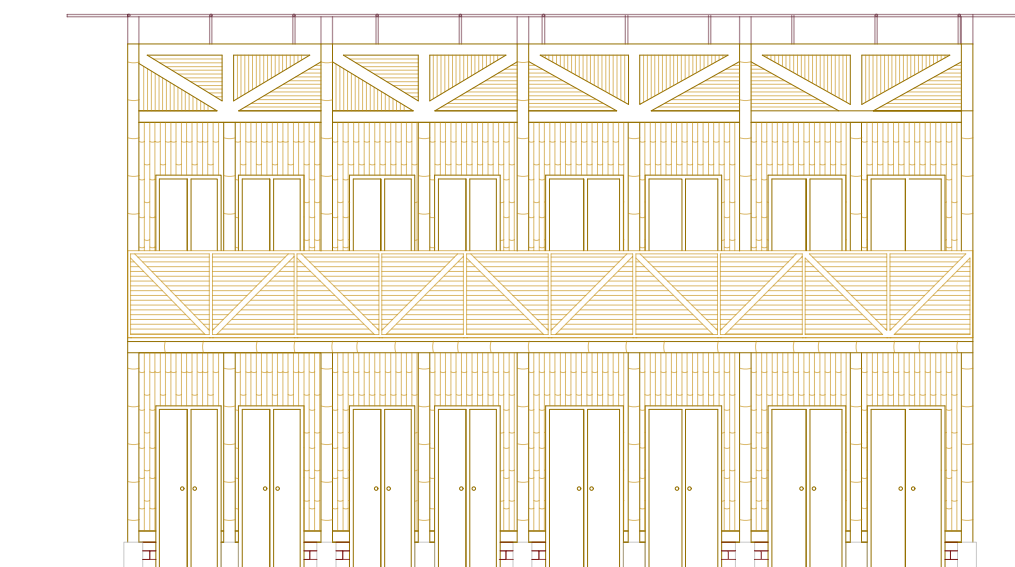
CORTE AA



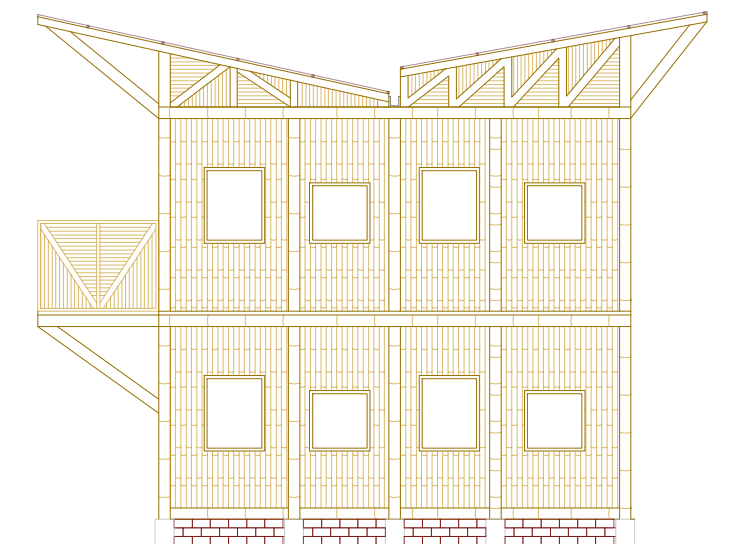
CORTE BB



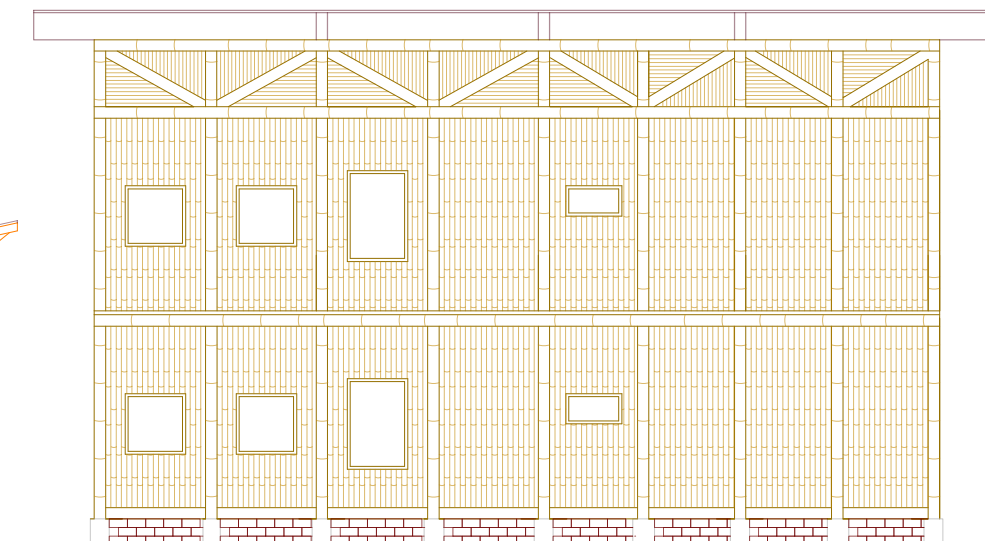
CORTE CC



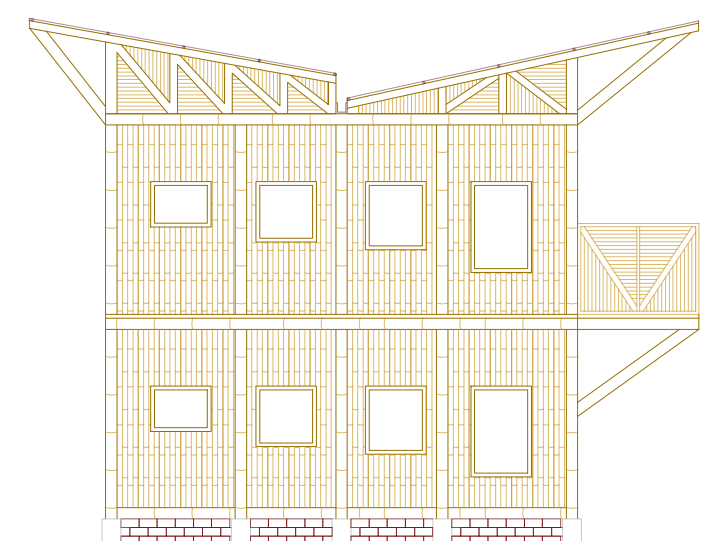
VISTA FRONTAL
ESCALA 1:100



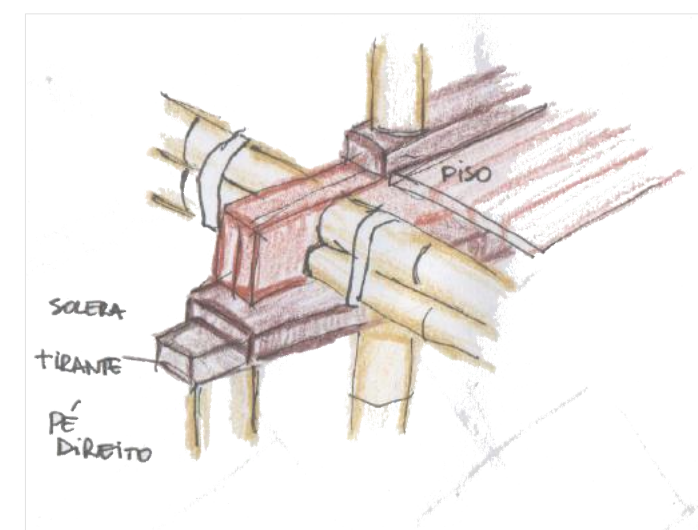
VISTA LATERAL DIREITA
ESCALA 1:100



VISTA POSTERIOR
ESCALA 1:100

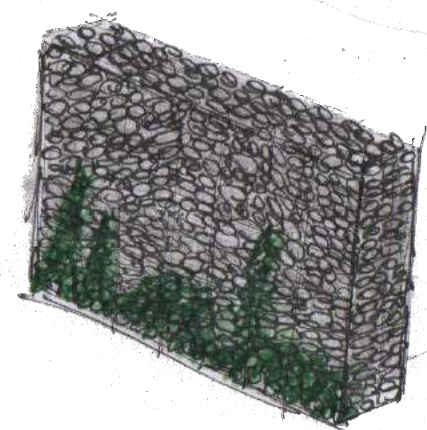


VISTA LATERAL ESQUERDA
ESCALA 1:100

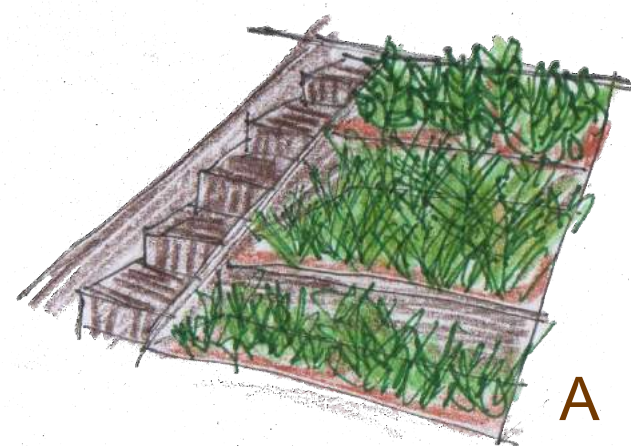




RAMPAS EM BAMBU



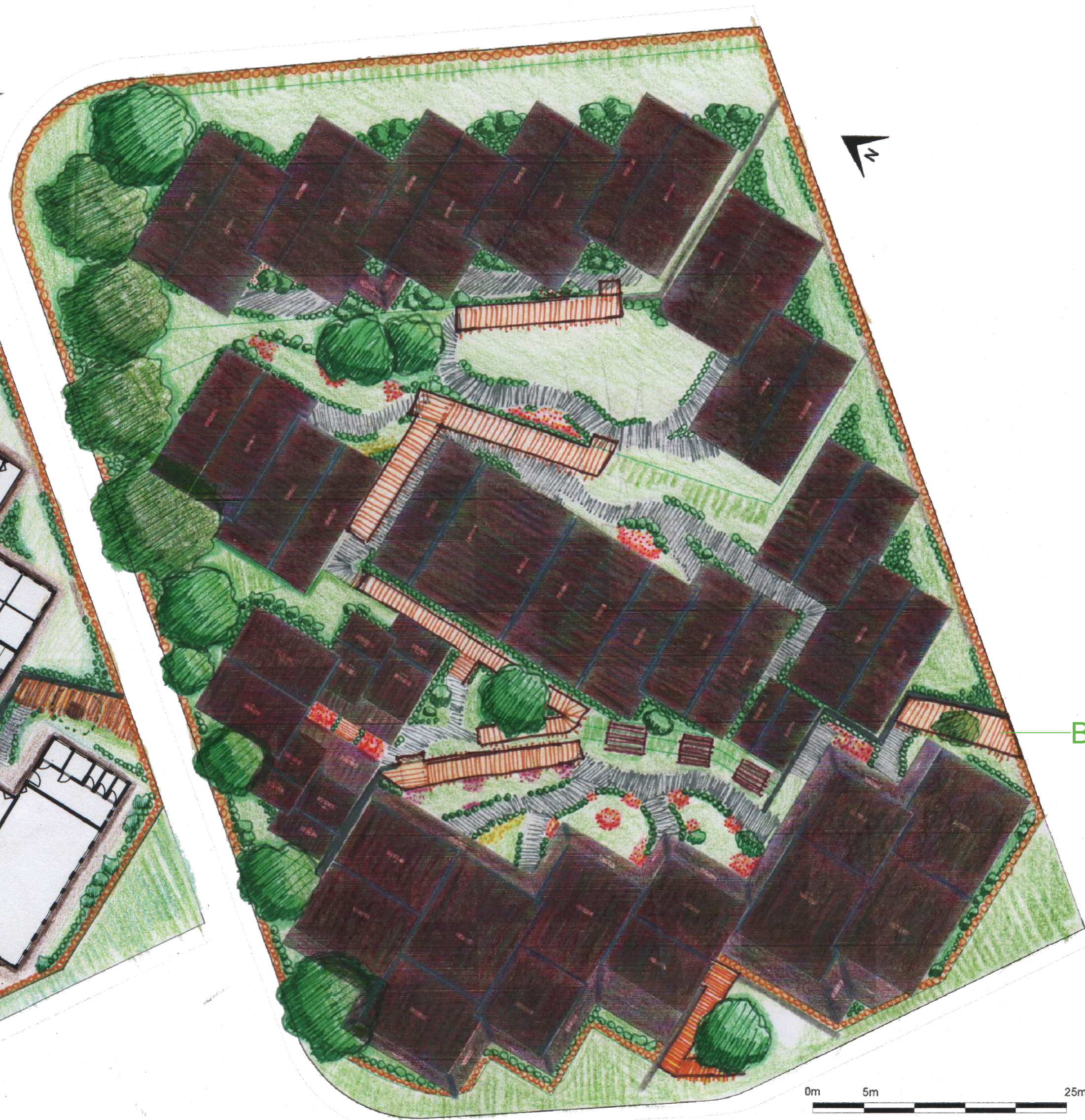
GABIÕES



A



B

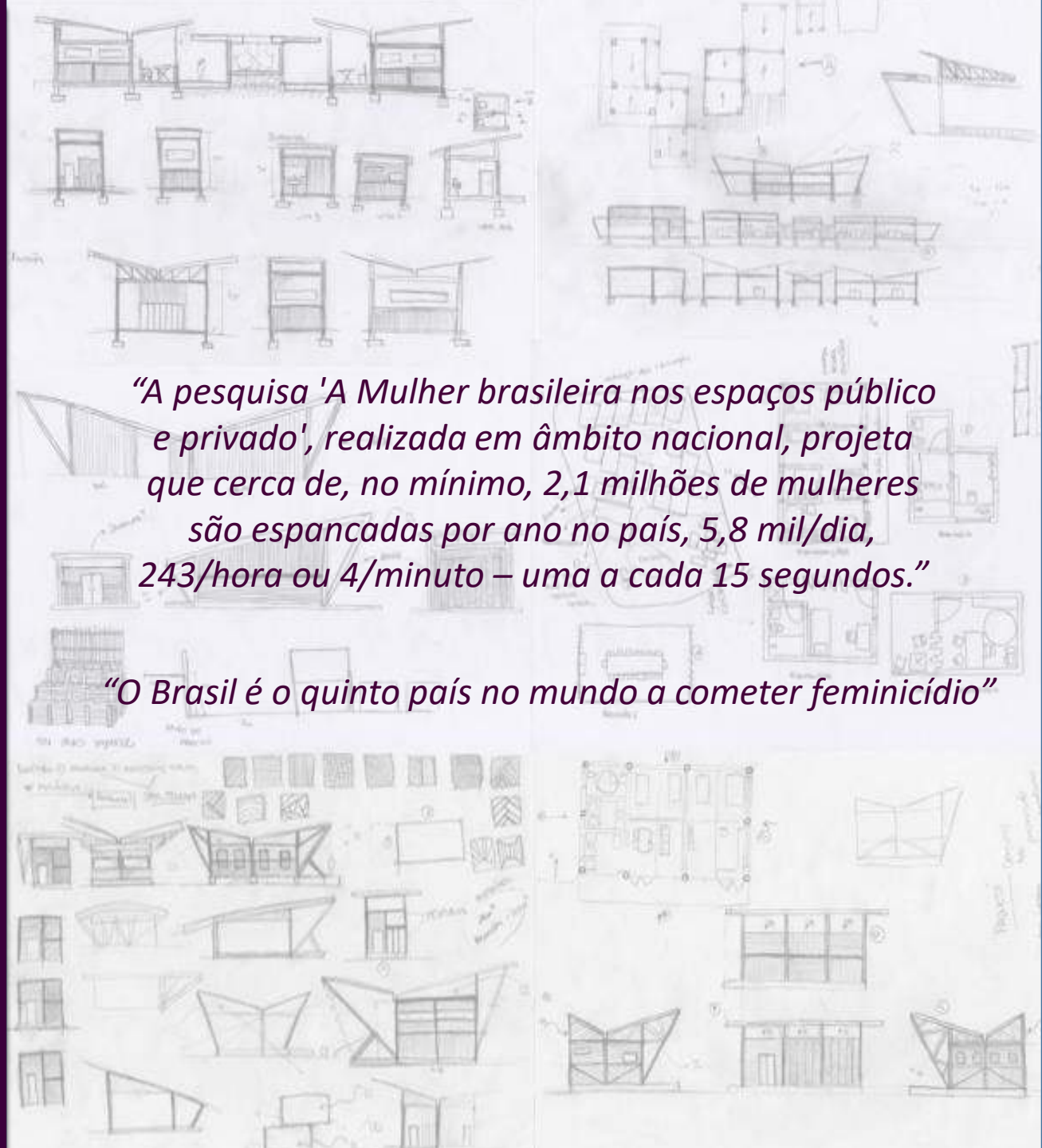


0m 5m 25m
ESCALA GRÁFICA

CASA ABRIGO PARA RECUPERAÇÃO E EMPODERAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Marina Polletti Moreira

Orientadora: Prof.^a . M.^a Aline Alves Anhesim

The background of the slide is filled with numerous faint, hand-drawn architectural sketches. These sketches include various floor plans, cross-sections, and elevations of a building, likely the shelter house mentioned in the title. The drawings are detailed, showing room layouts, furniture placement, and structural elements like roofs and walls. They are arranged in a somewhat organized but overlapping manner, creating a sense of a design process in progress.

“A pesquisa 'A Mulher brasileira nos espaços público e privado', realizada em âmbito nacional, projeta que cerca de, no mínimo, 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano no país, 5,8 mil/dia, 243/hora ou 4/minuto – uma a cada 15 segundos.”

“O Brasil é o quinto país no mundo a cometer feminicídio”

CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS



OBJETIVO

Proposta de espaço não sigiloso com concentração de serviços assistencialistas relacionados ao tema e de acolhimento para mulheres em situação de violência na cidade de Presidente Prudente como forma de garantir a segurança, autonomia, reestruturação física e emocional das usuárias

JUSTIFICATIVA

Alta demanda quanto a esses tipos de serviços, pouca sincronicidade entre os serviços e nenhum local de abrigamento

METODOLOGIA

Levantamento bibliográfico
Análise de correlatos
Pesquisas a campo
Estudos preliminares
Projeto

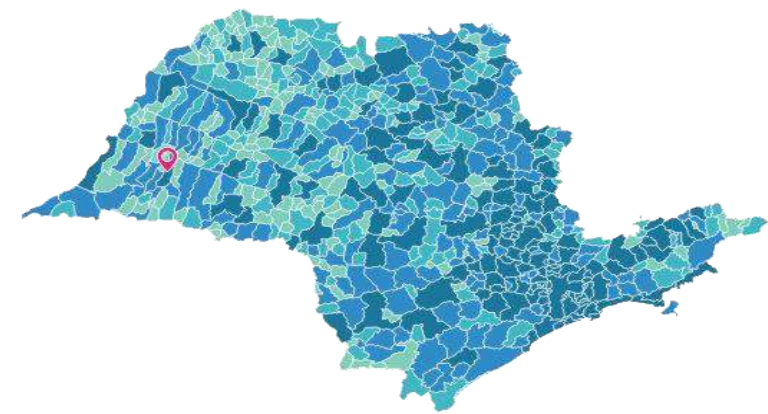
CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

- DEMANDA
- ÁREA DO PROJETO
- CONCEITO E PARTIDO
- IMPLANTAÇÃO
- MATERIALIDADE
- ESTRUTURAS E VEDAÇÕES
- NÚCLEO DE AUTONOMIA
- NÚCLEO DE APOIO
- NÚCLEO DE MORADIA
- DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS



- > Oeste Paulista: a 558 quilômetros da capital
- > 220 mil habitantes -> 97,1% no perímetro urbano
- > Pólo industrial, comercial, cultural e de serviços da região



EQUIPAMENTOS PÚBLICOS ASSISTENCIALISTAS

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESTADO							
EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS COM BASE NA LEI MARIA DA PENHA POR REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIAL*							
RAJ	SEDE	EM TRAMITAÇÃO		DISTRIBUÍDOS		ARQUIVADOS	
		2013	2016**	2013	2016**	2013	2016**
1ª	São Paulo	30.540	58.014	34.441	30.095	7.247	11.136
2ª	Araçatuba	2.694	4.964	4.036	4.277	1.395	2.031
3ª	Bauru	4.616	9.173	5.132	5.349	1.157	2.463
4ª	Campinas	11.715	21.814	14.293	13.722	4.701	5.938
5ª	Presidente Prudente	4.630	7.498	6.046	6.020	1.519	2.821
6ª	Ribeirão Preto	7.615	16.611	11.021	11.238	4.160	5.055
7ª	Santos	3.026	6.391	5.047	4.193	1.083	1.747
8ª	São José do Rio Preto	4.039	5.927	6.340	5.813	2.399	3.090
9ª	São José dos Campos	3.266	6.046	5.581	5.726	2.160	2.262
10ª	Sorocaba	3.482	6.914	5.048	4.954	1.279	2.042
TOTAL GERAL		75.623	143.352	96.985	91.387	27.100	38.585

ÍNDICES NUMERICOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO

CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS

CÁLCULO DA DEMANDA

2008 a 2015



320 casos de violência em
que havia necessidade de
abrigamento



45 casos por ano



90 a 180 dias de
permanência



2,75 filhos por
mulher (IBGE)



20 mulheres por
semestre



80 usuários
permanentes

CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

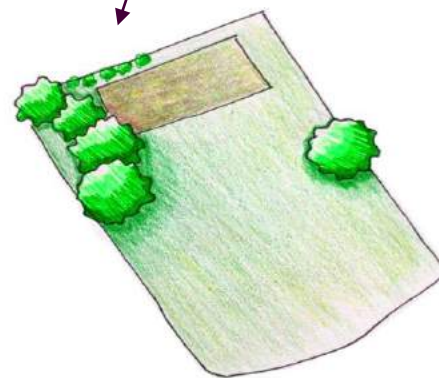
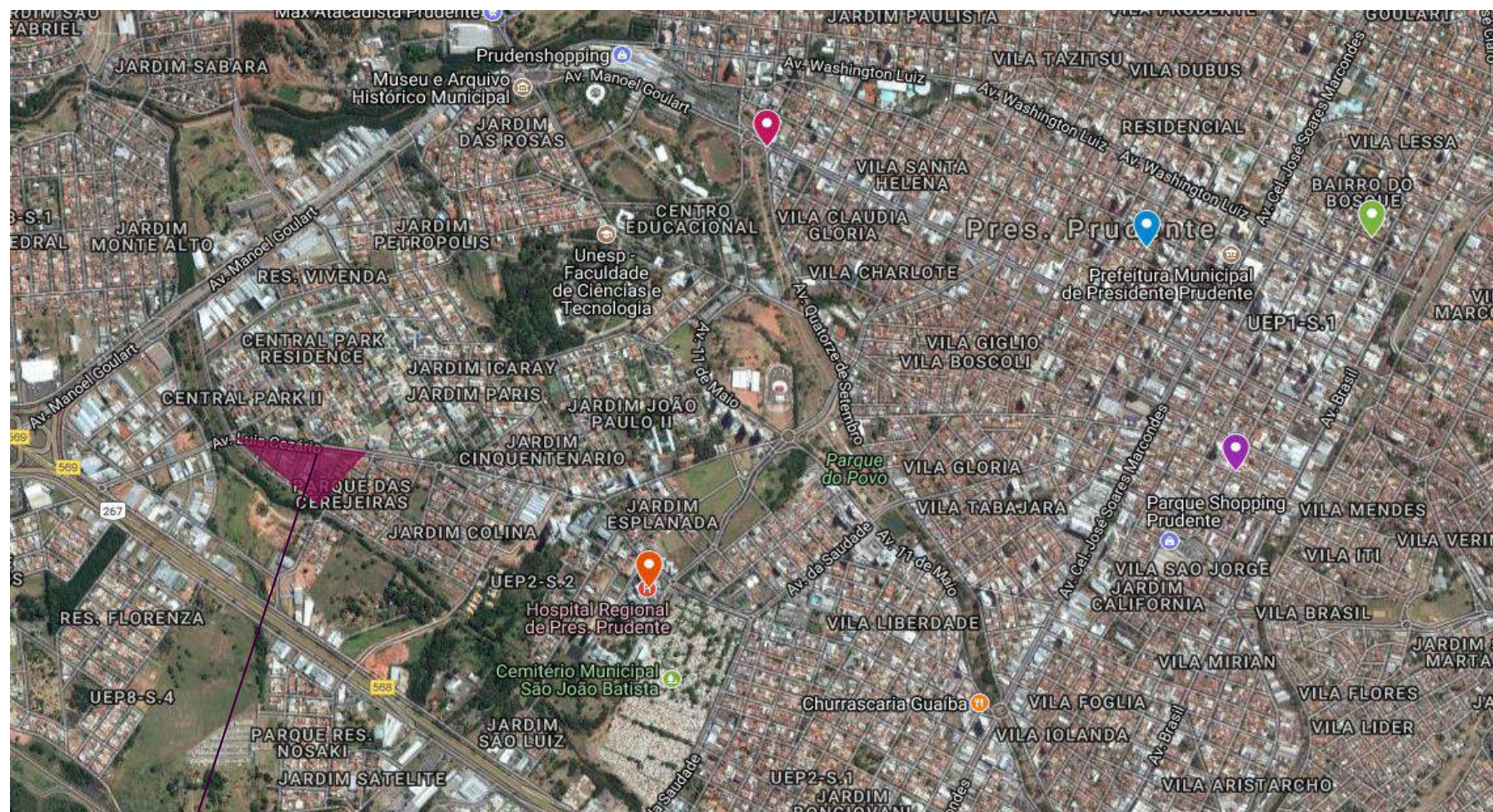
ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS



- > Proximidade com Hospital Regional
- > Próximo as outras assistências
- > Zona residencial - ZR-1
- > Área Institucional
- > Fácil acesso

CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

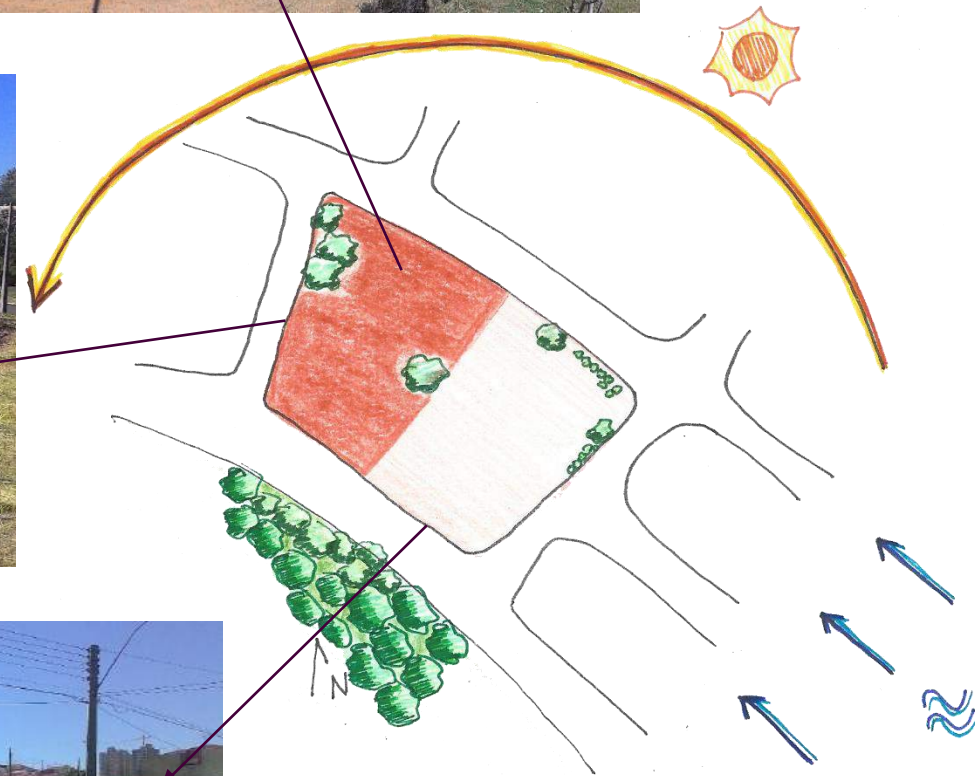
ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS



CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

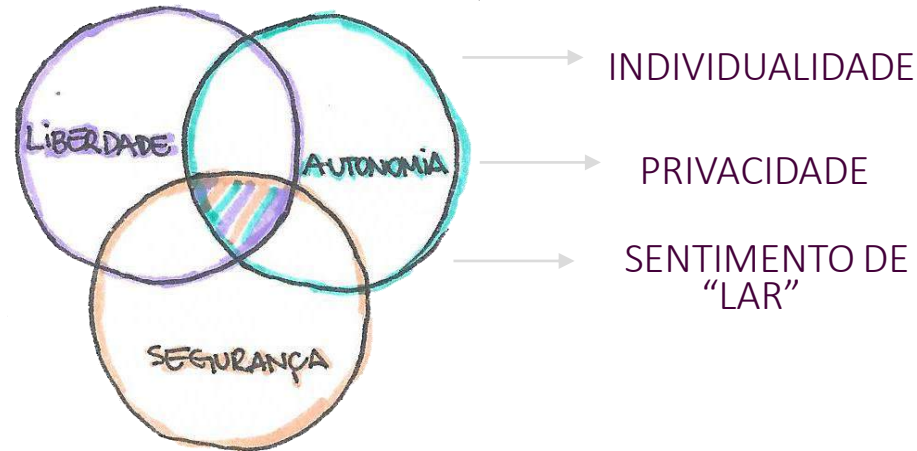
NÚCLEO DE AUTONOMIA

NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS

CONCEITO E PARTIDO



DIRETRIZES PROJETUAIS

- > Setorização dos espaços por meio do uso e usuários
- > Uso de materiais naturais e estruturas aparentes
- > Áreas integradas – interior/exterior
- > Flexibilização do ambientes -> poucas divisões internas
- > Fomentar envolvimento da comunidade por meio da apropriação

+ RESTRITO

- RESTRITO

CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS

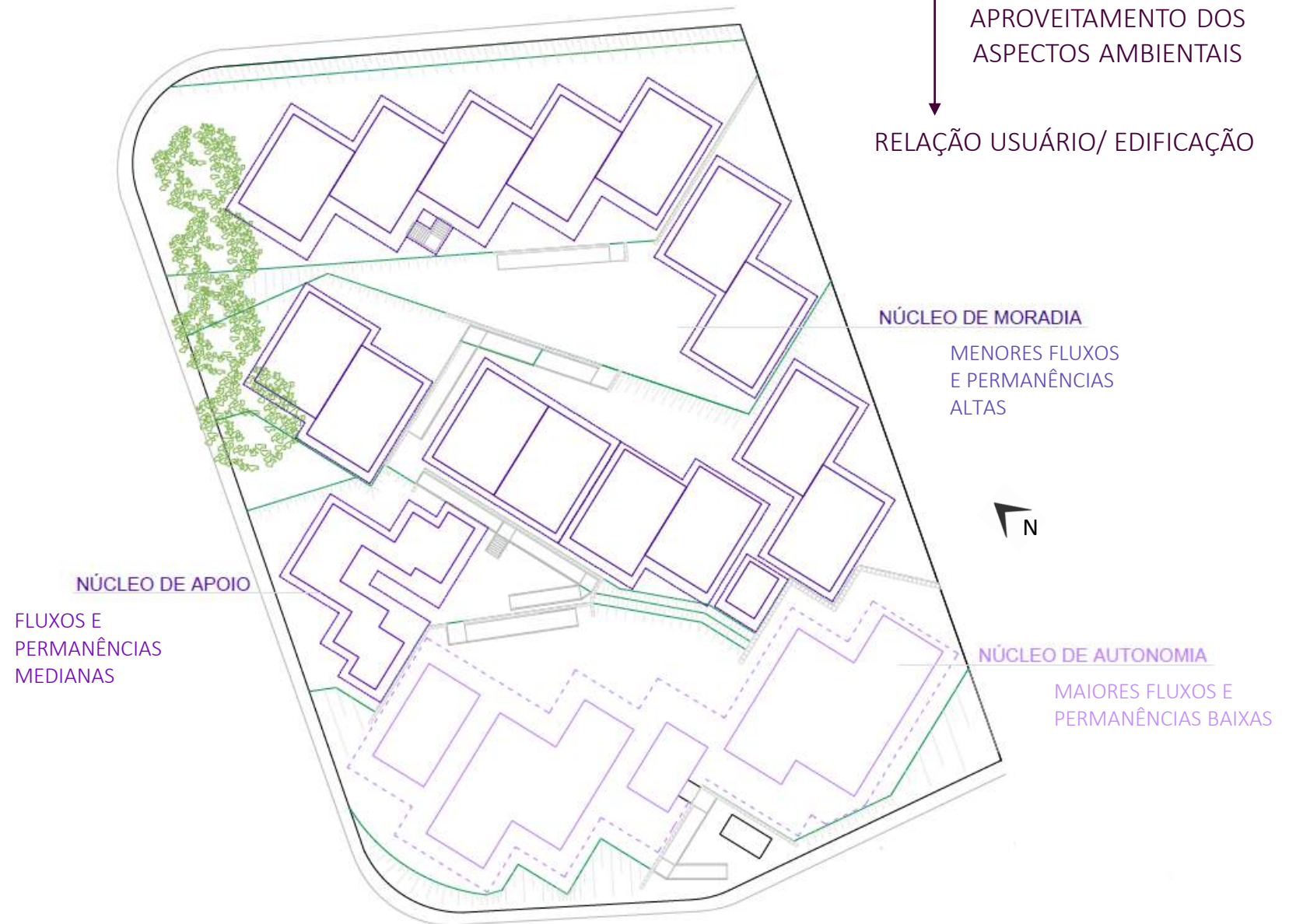
SETORIZAÇÃO DOS USOS E
USUÁRIOS

POSICIONAMENTO DOS
NÚCLEOS QUANTO A
PRIVACIDADE E SEGURANÇA

POSICIONAMENTO
IRREGULAR DAS EDIFICAÇÕES

↓
APROVEITAMENTO DOS
ASPECTOS AMBIENTAIS

↓
RELAÇÃO USUÁRIO/ EDIFICAÇÃO



CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

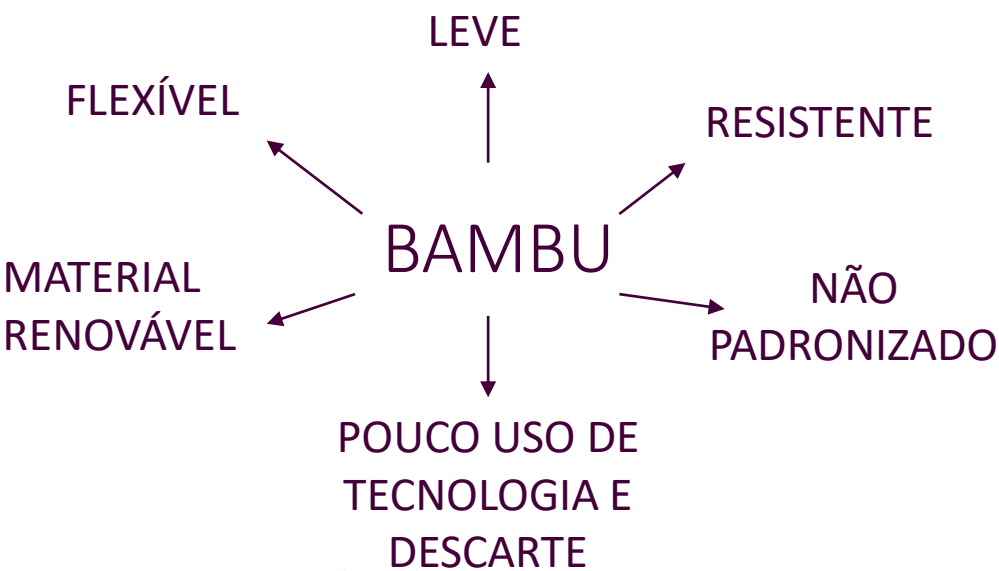
ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

NÚCLEO DE APOIO

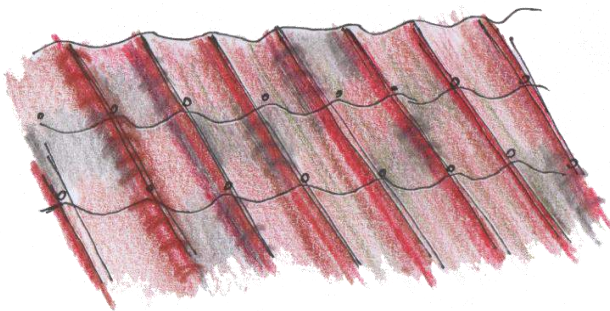
NÚCLEO DE MORADIA

DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS

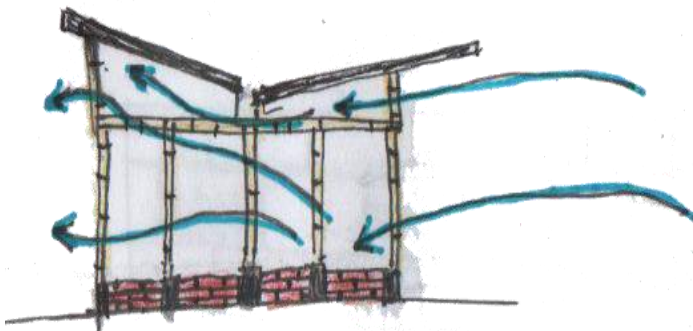


FECHAMENTO DE ESTRUTURAS TRELIÇADAS E BRISES

COBERTURA



TELHAS DE FIBRAS VEGETAL



TELHADOS BORBOLETA

CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

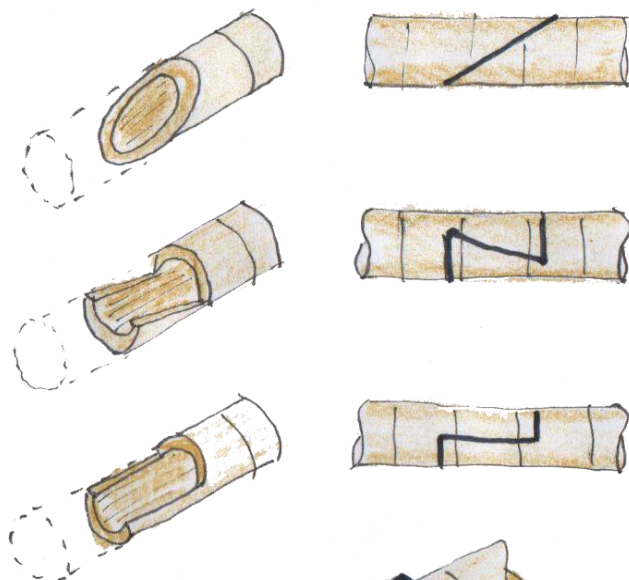
ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

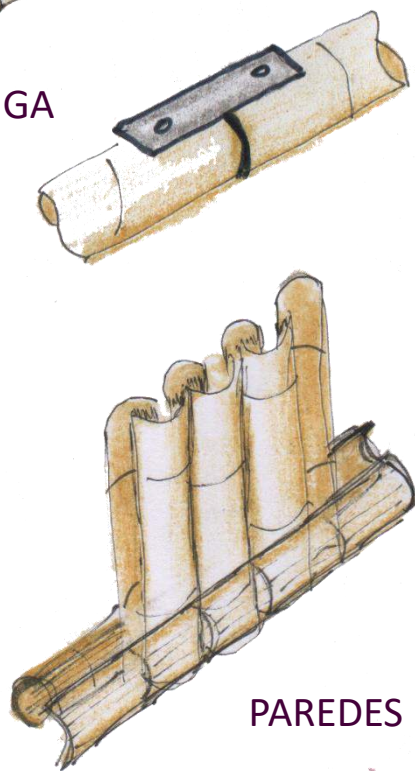
NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

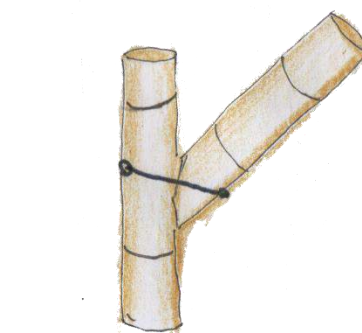
DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS



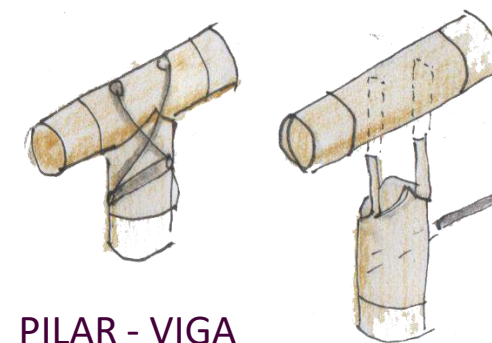
VIGA - VIGA



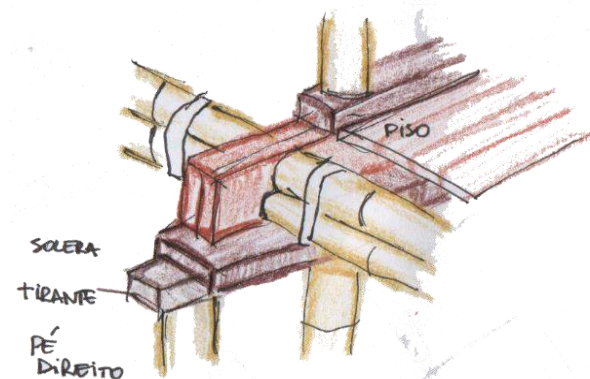
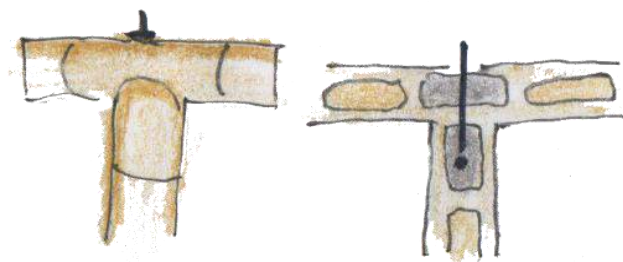
PAREDES



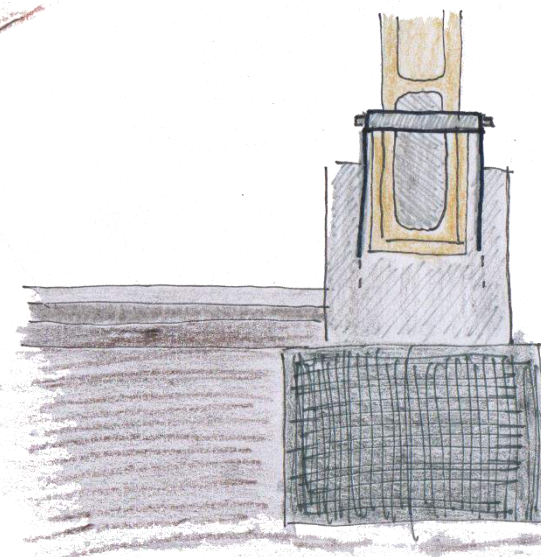
PILAR -
COBERTURA



PILAR - VIGA



PISOS



FUNDAÇÕES

CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

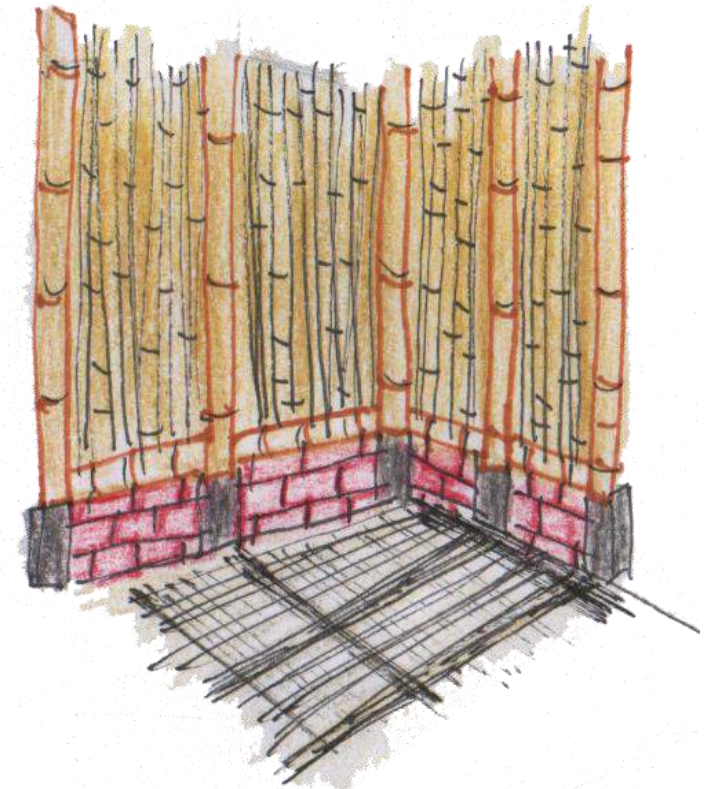
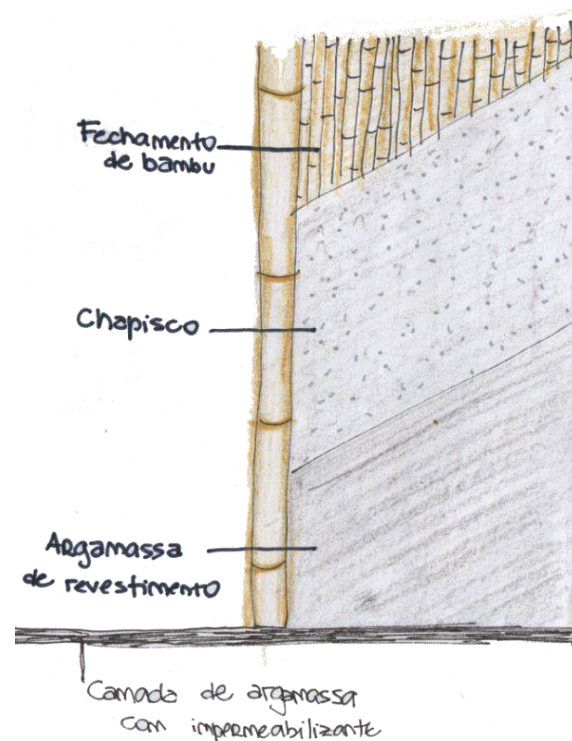
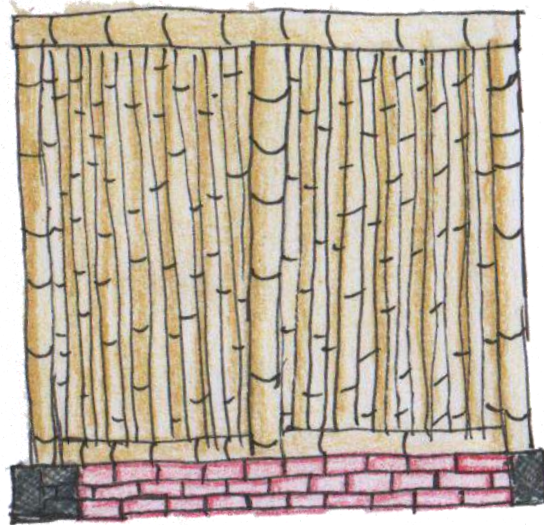
ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS



-> Descontinuidade,
organicidade e irregularidade

-> Frestas - permeabilidade
visual e entrada de luz

VEDAÇÕES EM
ÁREAS MOLHADAS

CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

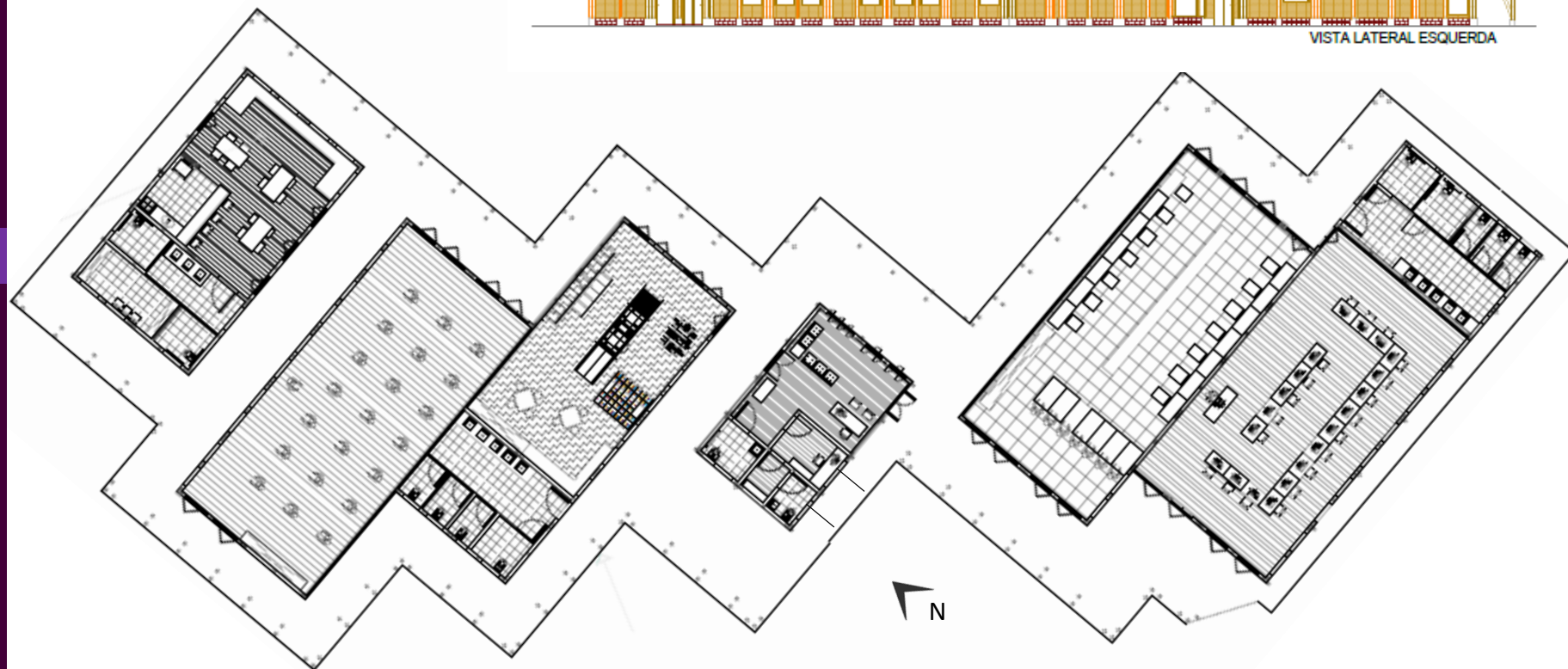
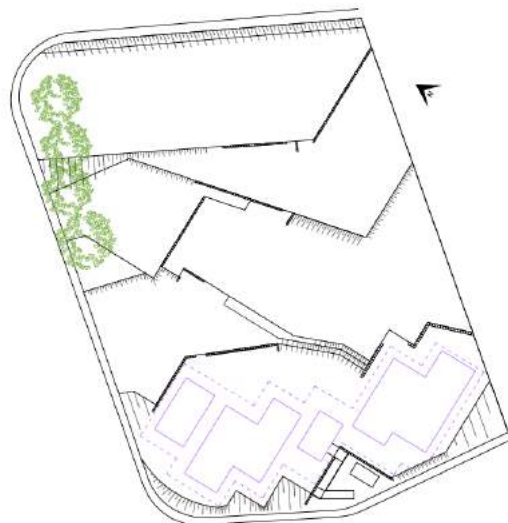
ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS



CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

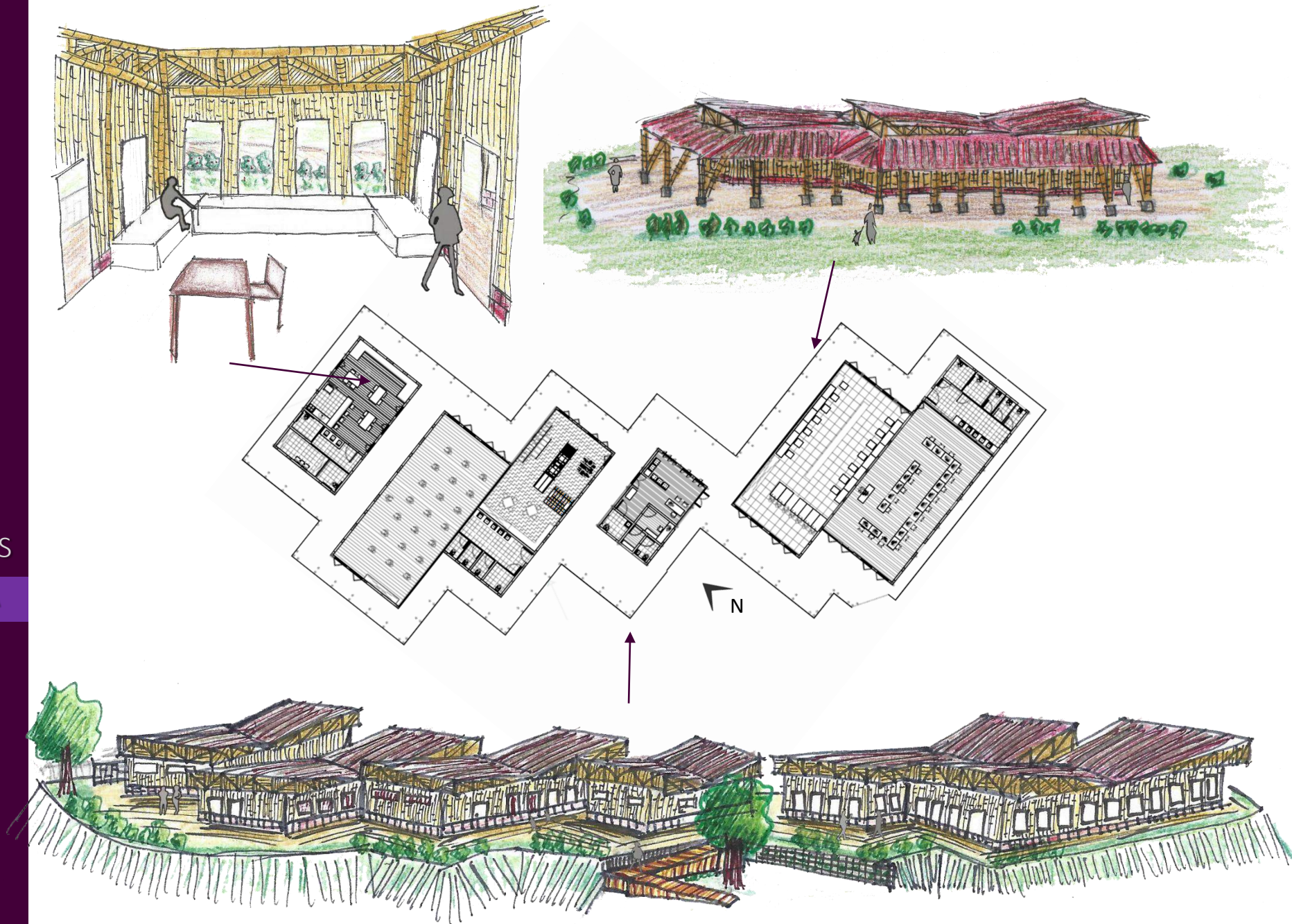
ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS



CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

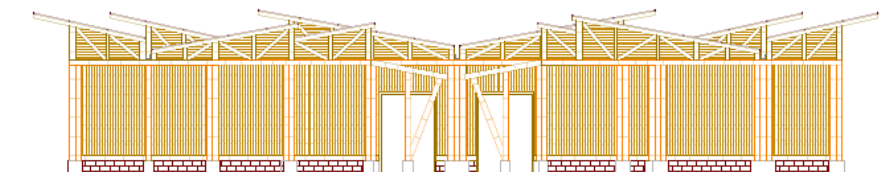
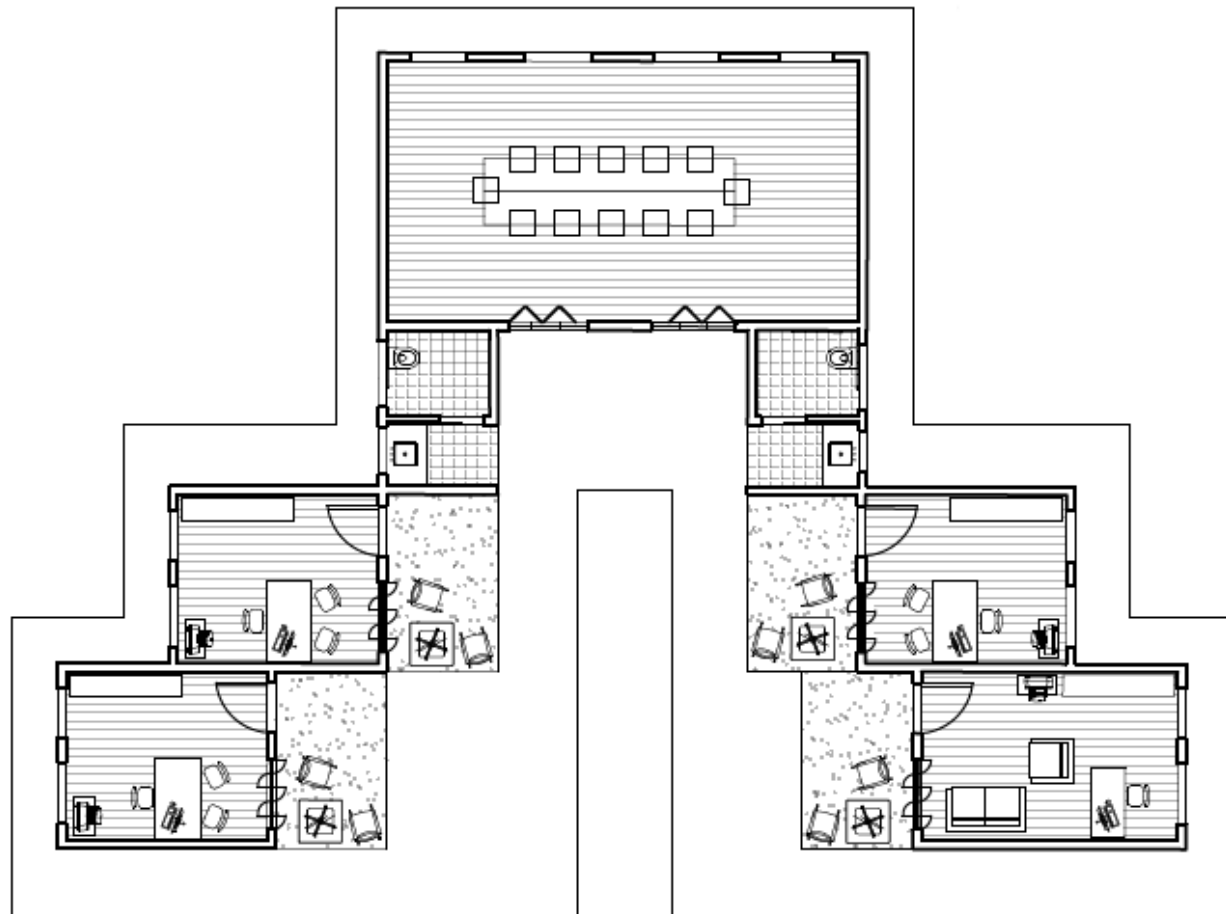
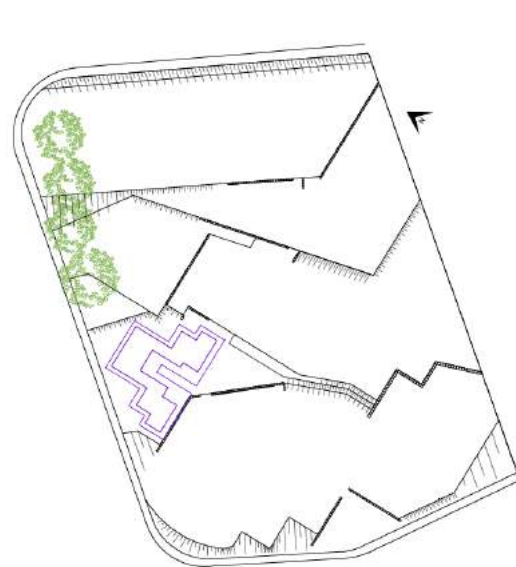
ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

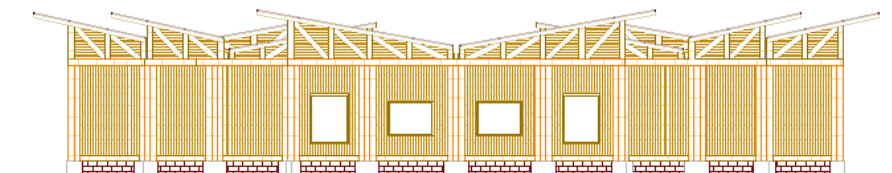
NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

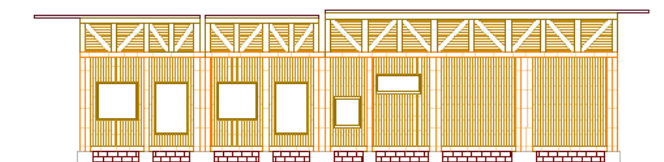
DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS



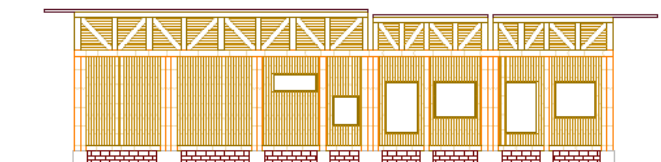
VISTA FRONTAL



VISTA POSTERIOR



VISTA LATERAL DIREITA



VISTA LATERAL ESQUERDA

CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

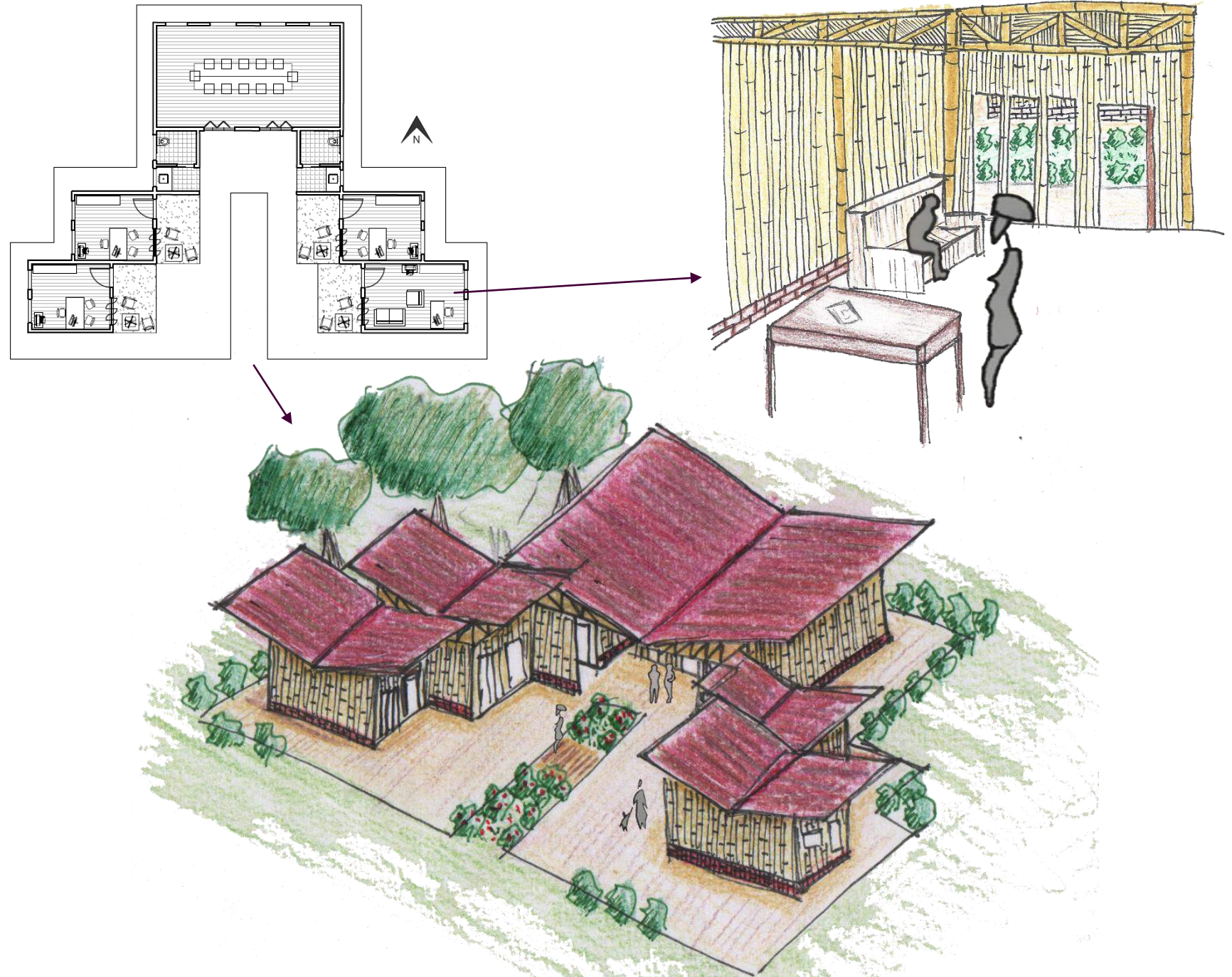
ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS



CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

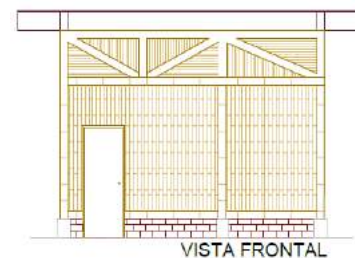
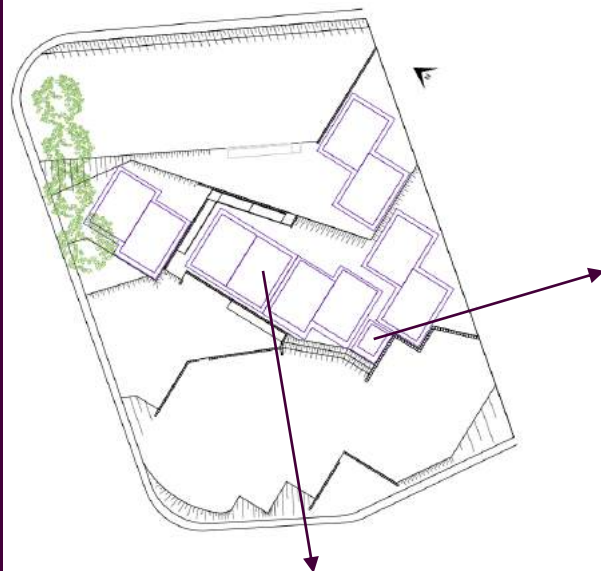
ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

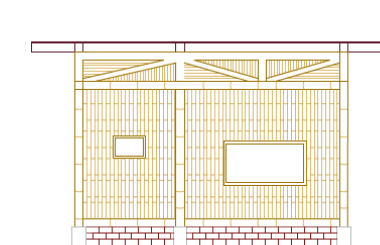
DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS



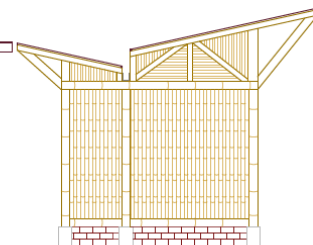
VISTA FRONTAL



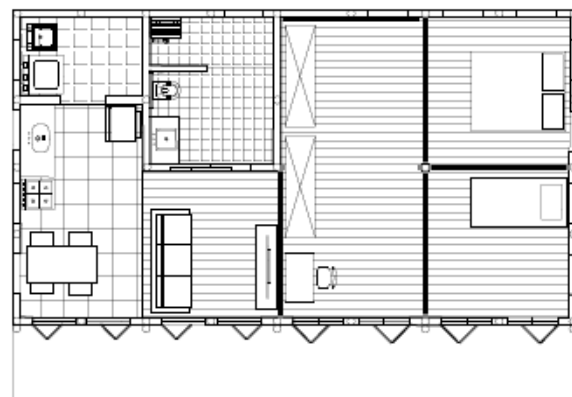
VISTA LATERAL ESQUERDA



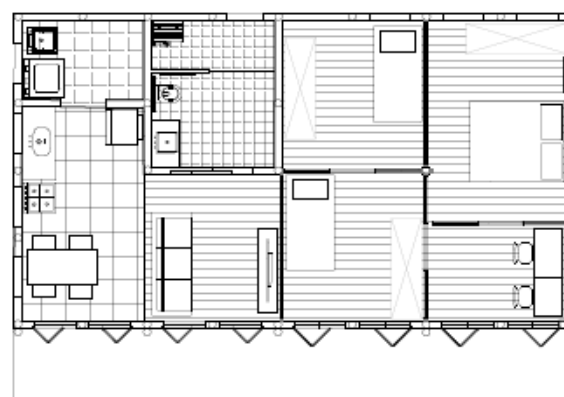
VISTA POSTERIOR



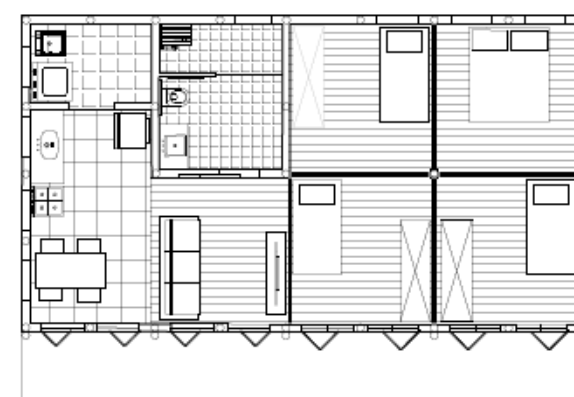
VISTA LATERAL DIREITA



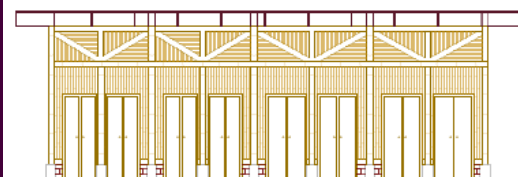
PLANTA BAIXA HUMANIZADA - TIPO 1



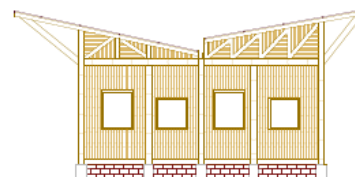
PLANTA BAIXA HUMANIZADA - TIPO 2



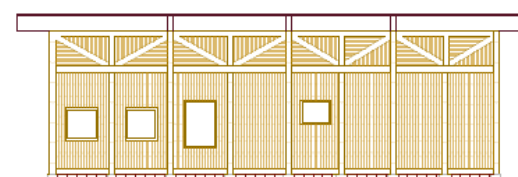
PLANTA BAIXA HUMANIZADA - TIPO 3



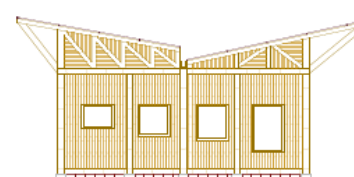
VISTA FRONTAL



VISTA LATERAL DIREITA



VISTA POSTERIOR



VISTA LATERAL ESQUERDA

CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

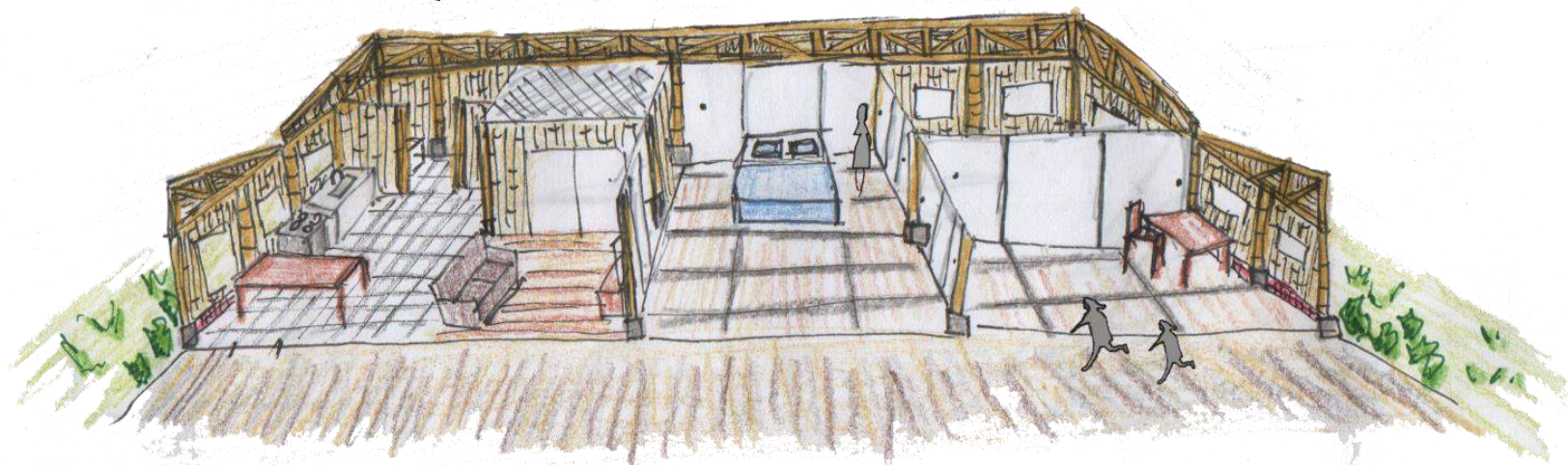
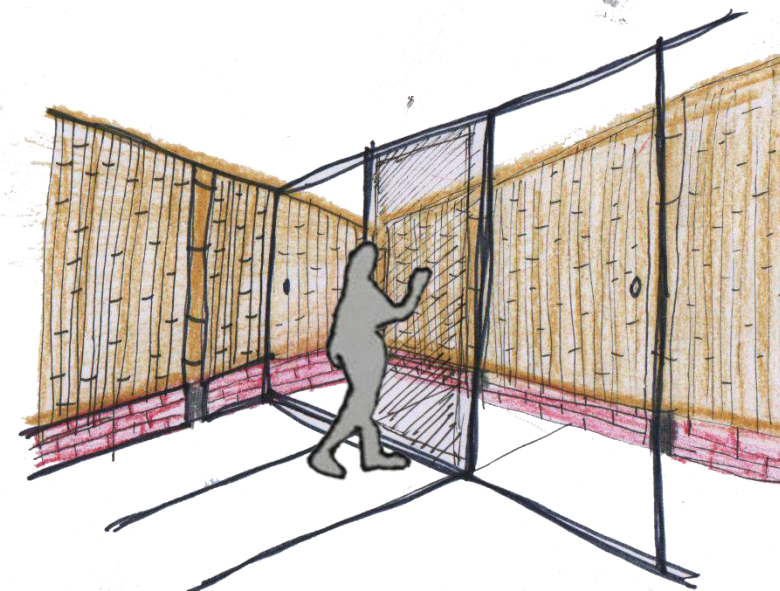
ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS



CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

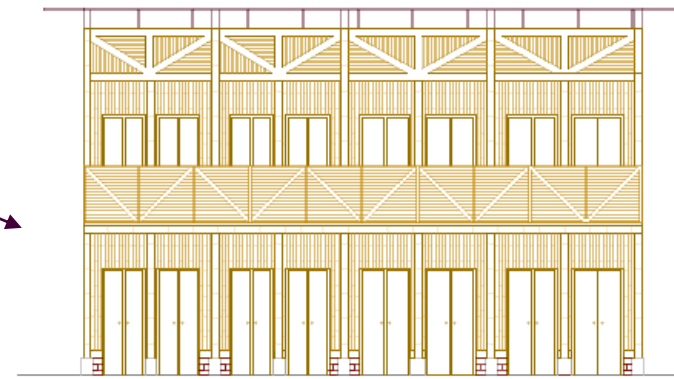
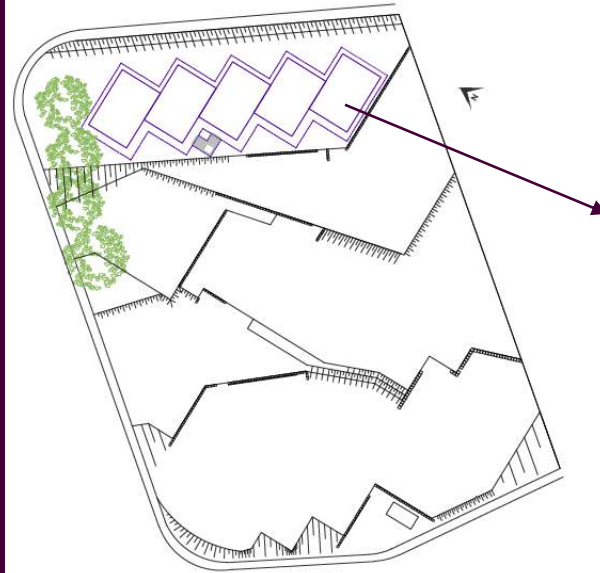
ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

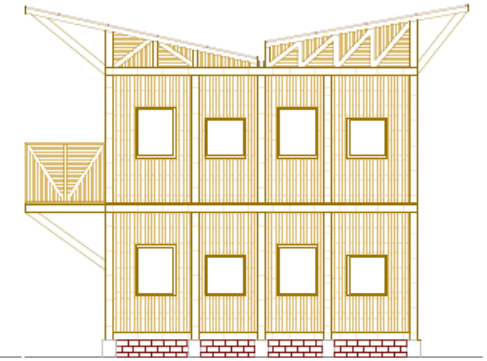
NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

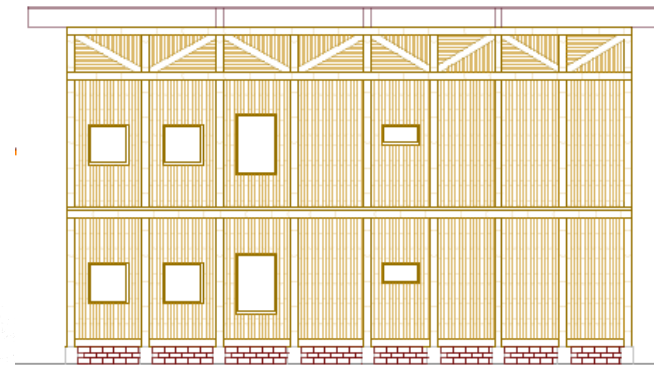
DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS



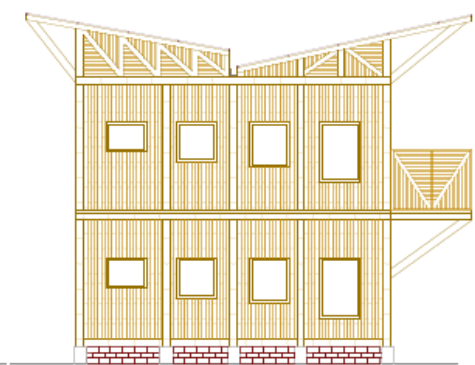
VISTA FRONTAL



VISTA LATERAL DIREITA



VISTA POSTERIOR



VISTA LATERAL ESQUERDA



CASA ABRIGO

CASA ABRIGO

PRESIDENTE PRUDENTE

O PROJETO

DEMANDA

ÁREA DO PROJETO

CONCEITO E PARTIDO

IMPLANTAÇÃO

MATERIALIDADE

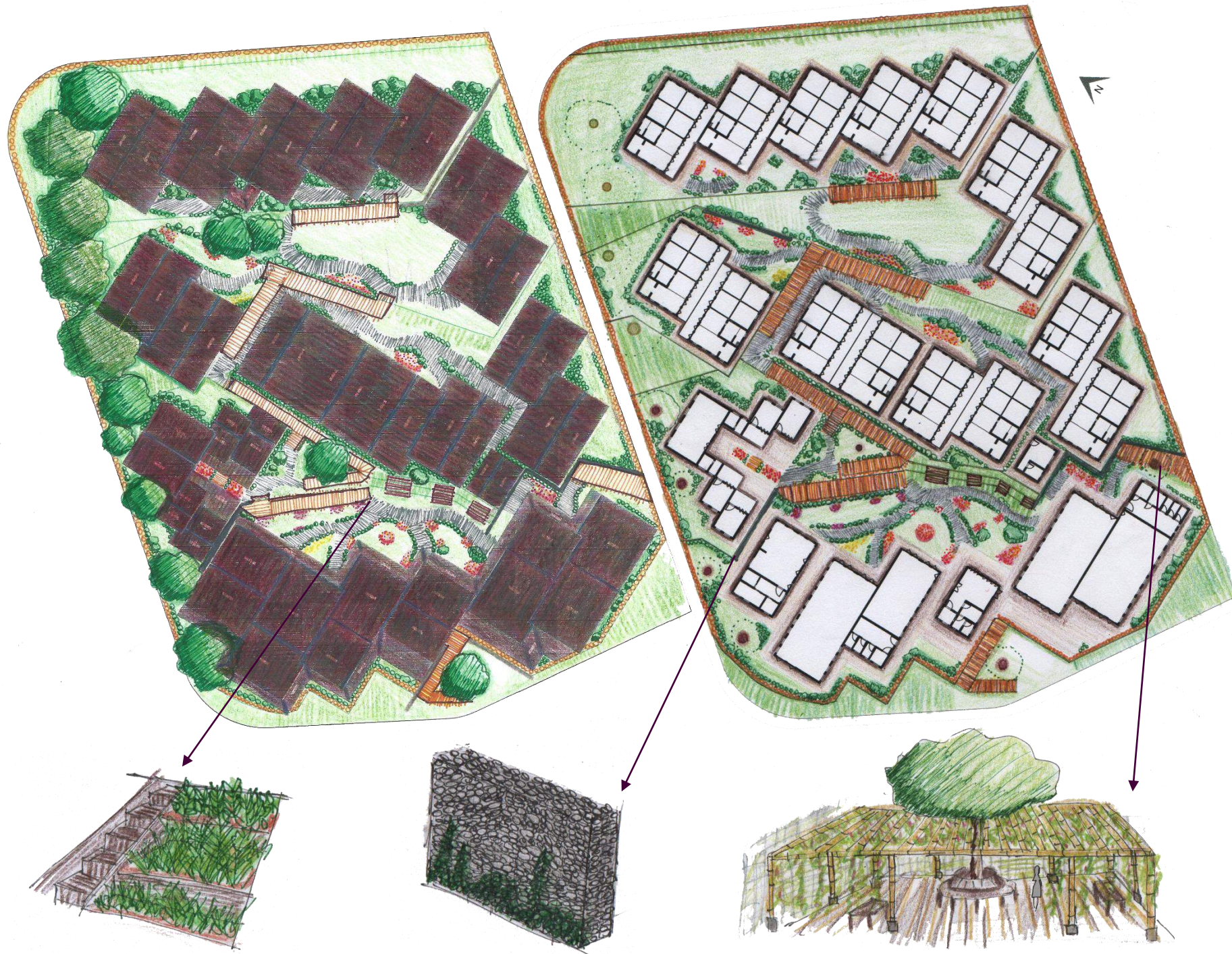
ESTRUTURAS E VEDAÇÕES

NÚCLEO DE AUTONOMIA

NÚCLEO DE APOIO

NÚCLEO DE MORADIA

DIRETRIZES PAISAGÍSTICAS



Considerações finais

-> Poder público responsável por investimentos e melhores articulações entre as assistências relacionadas a violência de gênero

-> Necessidade de um abrigo pouco institucional (oferecimento de instrumentos e meios para o empoderamento e autonomia das mulheres)

-> Projeto Arquitetônico e Paisagístico:

1. Papel fundamental no desenvolvimento de espaços em que as usuárias tenham a sensação de pertencimento, facilitando a permanência, a recuperação física e psicológica e incentivando a autonomia
2. concepção de espaços que humanizem os serviços oferecidos, proporcionando as funcionárias áreas de trabalho agradáveis

Referências bibliográficas:

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. O reconhecimento legal do conceito moderno de família: o art. 5º, II e parágrafo único, da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1225, 8 nov. 2006.

AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE (Org.). Shelter For Victims Of Domestic Violence. 2015. Disponível em: <http://www.agarchitecture.net/shelter-for-victims-of-domestic-violence>. Acesso em: 11 jul. 2017.

AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE. Ada and Tamar De Shalit House. Disponível em: <https://www.architecture.com/FindAnArchitect/ArchitectPractices/AmosGoldreichArchitecture/Projects/TheShelterforVictimsofDomesticViolence-127052.aspx>. Acesso em: 04 março 2017.

ANAI DO II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2, 2011, Londrina. A Atuação da Rede Mulher de Presidente Prudente: Uma Apreensão Crítica Acerca do Atendimento à Mulher Vítima de Violência. Presidente Prudente - SP: Gt5 – Gênero e Violência, 2011. 13 p. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Giovana.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2017.

ANAI DO II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2, 2011, Londrina. As Manifestações da Violência de Gênero em Presidente Prudente. Presidente Prudente - SP: Gt5 – Gênero e Violência 2011. 12 p. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Telmaceia.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2017.

ARCOWEB (Brasil). Lelé inspira projeto de casas de acolhimento para mulheres. 2015. Disponível em: <https://arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/casas-acolhimento-mulheres-vitimas-violencia>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. Revista Ártemis, v. 1, p. 64-73, dez. 2004. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/viewFile/2363/2095>. Acesso em: 21 jun. 2017.

BRASIL. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766compilado.htm. Acesso em: 02 ago. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Manual de Instruções, Diretrizes e Procedimentos Operacionais para Contratação e Execução de Programas e Ações da Secretaria Nacional de Assistência Social e Fundo Nacional de Assistência Social*. Brasília, p. 51. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência. Brasília: 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/abrigamento>. Acesso em: 29 maio 2017.

BRASIL. Secretaria de Enfrentamento à Violência Contra As Mulheres. Presidência da República (Org.). Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento. Brasília, 2015. 66p. 127 Programa "Mulher, Viver sem Violência". Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-deconteudos/publicacoes/publicacoes/2015/diretrizes-gerais-e-protocolo-de-atendimentocmb.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas Para As Mulheres. Ministério da Justiça e Cidadania. Implementação da Casa da Mulher Brasileira. 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia/implementacao-da-casa-da-mulher-brasileira>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas Para As Mulheres. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 2016. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas Para As Mulheres. Ministério da Justiça e Cidadania. Serviços disponíveis na Casa da Mulher Brasileira. 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia/servicos-disponiveis-na-casa-da-mulher-brasileira>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASÍLIA. Wânia Pasinato. Coordenadora Sobre Acesso à Justiça—ONU Mulheres/Brasil (Org.). Diretrizes Nacionais Feminicídio: Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero As Mortes Violentas das Mulheres. Brasília-DF: ONU Mulheres, 2016. 132 p. Projeto: Implementação do Protocolo Latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero no Brasil. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRAVO, M. (1994). Incesto y violación. Chile: Academia

BUILDING DIGNITY (Estados Unidos da América). Washingtons State Coalition And Mahlum. Building Dignity: design Strategies for Domestic Violence Shelter. 2012. Disponível em: <<http://buildingdignity.wscadv.org/>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

CABRAL, K. M. Direitos da Mulher: de acordo com o Novo Código Civil. Leme-SP: LED - Editora de Direito Ltda, 2004, v. 01, p. 272. Acesso em: 13 jun. 2017

CAMPANHA COMPROMISSO E ATITUDE (Brasil) (Org.). Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha: A lei é mais forte. 2012. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/sobre-a-campanha/>>. Acesso em: 26 fev. 2017

CAMPANHA COMPROMISSO E ATITUDE (Brasil) (Org.). Alguns números sobre a violência contra as mulheres no Brasil. 2016. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contras-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

COELHO, Maria Eduarda Bomfim. A importância da implantação do acolhimento social imediato para a superação da violência no CREAS/Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Presidente Prudente—SP. 2016. 13 p. 128. Artigo (Graduando em Serviço Social)-Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente, 2016. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/viewFile/4630/4392>>. Acesso em: 03 fev. 2017

CREPALDI, Thiago; MORAES, Claudia. Justiça paulista recebeu 90 mil casos de violência doméstica em 2016. 2017. Reportagem especial do Anuário da Justiça São Paulo 2017, lançado em 08 mar. 2017 no Tribunal de Justiça de São Paulo.. Disponível em:

<http://www.conjur.com.br/2017-mar-06/justica-paulista-recebeu-90-mil-casos-violencia-domestica-2016>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

DEBRET, J.B. (1949). Viagem pitoresca e histórica ao Brasil (S. Milliet. trad. 2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes (Biblioteca Histórica Brasileira, 4-3 vol em 2 tomos, Prancha 2/5).

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça: A efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. Acesso em: 30 maio 2017.

FERNANDES, Sarah. Pronta e com verbal liberada, Casa da Mulher Brasileira de SP permanece fechada. 2017. Elaborado por Rede Brasil Atual (RBA). Disponível em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/03/pronta-e-com-verba-liberada-doriam-antem-casa-da-mulher-brasileira-fechada-em-sp>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (Brasília). Banco do Brasil (Org.). Memorial de Projeto – Casa da Mulher Brasileira – Boa Vista - RR. Brasília

-DF, 2014. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/dilog/dwn/11656CEARQNOVO.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

G1 (Rio Grande do Sul). Mulher carrega no corpo cicatrizes e dores de anos de violência doméstica: Rosemeri teve uma filha aos 12 anos, após sofrer violentada pelo padrasto. Anos depois, sofreu agressões de um companheiro. 2015. Disponível em:

<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/11/mulher-carrega-no-corpo-cicatrizes-e-dores-de-anos-de-violencia-domestica.html>>. Acesso em: 23 maio 2017.

GOODYEAR, Sarah. Fighting Domestic Violence With Architecture and Design. 2013. Disponível em:

<https://www.citylab.com/equity/2013/03/fighting-domestic-violence-architecture-and-design/5076/>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

GONÇALVES, A. P. S., LIMA, F. R. de. A lesão corporal na violência doméstica: nova construção jurídica. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1169, 13 set. 2006. Disponível em: Acesso em: 16 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)(Brasil)(Org.). Censo Demográfico 2010: Censo Demográfico 2010: nupcialidade, fecundidade e migração. 2010. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/nupcialidade_fecundidade_migracao/nupcialidade_fecundidade_migracao_tab_m_uni.xls.shtm>. Acesso em: 16 jul. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)(Brasil)(Org.). Censo Demográfico 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf> Acesso em: 08 jun 2017

JACOBS-YANIV ARCHITECTS (Israel)(Org.). SHELTER FOR BATTERED WOMEN. 2015. Disponível em: <<http://www.jacobs-yaniv.com/projects/shelter-for-battered-women/>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

MAIRS, JESSICA. Dezeen. Work starts on purpose-built shelter for victims of domestic abuse in Israel. 2015. Disponível em: <<https://www.dezeen.com/2015/08/13/israel-first-purpose-built-shelter-victims-domestic-abuse-amos-goldreich-jacobs-yaniv/>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

MARCONDES FILHO, C. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. São Paulo Perspectiva, ISSN 0102-8839 versão impressa. São Paulo, v.15 n.2, abr./jun. 2001. Disponível em www.scielo.br. Acesso em: 14 fev. 2017.

MATIJEVIC, Ana; RIDDELL, Shelby. Architecture Against Domestic Violence:: How Design Projects + Rehabilitates Survivors of Abuse. 2014. 110f. Tese (Mestrado)-Curso de Design, The Design School, Herberger Institute For Design And The Arts, Arizona State, 2014. Disponível em: <http://issuu-download.tinytools.com/print.php?doc_id=140513223559-8d49132c273b2043d34934911b5fb855>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MECANISMO Online para Referências. 2017. Disponível em: <http://novo.more.ufsc.br/homepage/inserir_homepage>. Acesso em: 04 março 2017.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Cad. Saúde Pública [online]. 2011, vol.16, n.3, pp.747-757. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2000000300023&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 19 jun. 2017

MONCORVO, Maria Cecília Ribeiro. CRIANDO OS FILHOS SOZINHA: A PERSPECTIVA FEMININA DA FAMÍLIA MONOPARENTAL. Capítulo 2. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro -Puc-rio, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=12054@1>. Acesso em: 27 jun. 2017.

NARVAZ, M. G., KOLLER, S.H. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. Revista PSICO. UFRGS. v.37, n.1, pp. 7-13. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1405/1105>>. Acesso em: 27 jun 2017.

OHDE, Mariana. Casa da Mulher Brasileira começa a funcionar em Curitiba. 2016. Disponível em: <<http://paranaportal.uol.com.br/curitiba/casa-da-mulher-brasileira-comeca-afuncionar-em-curitiba/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

OLIVEIRA, Daniel de C. B. Traspadini; PARADISO, Silvio Ruiz. GÊNERO E COLONIALISMO. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A COLONIZAÇÃO EM OUR LADY OF THE MASSACRE (1979), DE ANGELA CARTER. Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural, v.2, p. 59-74, 2012.

ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução. 2016. Elaborado por: ONU Mulheres. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

OSÓRIO, L. C. Casa e família: uma visão contemporânea. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

PAULA, Milena Pâmela de. CASA DA MULHER: CENTRO DE REFERÊNCIA ÀS MULHERES QUE SOFREM VIOLÊNCIA EM PRESIDENTE PRUDENTE. 2011. 78 f. Monografia (Especialização)-Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista-FCT, Presidente Prudente, 2011. Acesso em: 17 jan. 2017

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direito de família. Atual. por Tânia da Silva Pereira. v.5. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PRESIDENTE PRUDENTE (2008, 10 de janeiro). Lei Complementar n. 154, de 10 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a Lei do Plano Diretor do Município de Presidente Prudente. Brasília: Diário Oficial da União. PRESIDENTE PRUDENTE. PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE. Assistência Social oferece serviços especializados para mulheres vítimas de violência. 2010. Disponível em:

<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?jsessionid=CF118FEA5CE8596EB31EF5AF06D297F3?cod=5248&imprimir=true>. Acesso em: 29 jun 2017.

RAMON. Work Starts On Purpose-built Shelter For Victims Of Domestic Abuse In Israel. 2015. Disponível em:

<https://decor10blog.com/design-decorate/decoratingideas/work-starts-on-purpose-built-shelter-for-victims-of-domestic-abuse-in-israel.html>. Acesso em: 11 jul. 2017.

REDOR - REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A MULHER E RELAÇÕES GÊNERO, 18, 2014, Recife.

Abrigamento de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Macapá/AP. Macapá: Anais, 2014. 14 p. Disponível em:

<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/633/686>. Acesso em: 14 maio 2017.

REIS, A. D. Gênero, Patriarcado e a História da Escravidão. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. XXVI Simpósio Nacional de História, 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300683551_ARQUIVO_Genero,patriarcadoescravidao.pdf. Acesso em: 10 jun 2017.

ROBINSON, Julia Williams. Architecture of Institution & Home. Architecture as Cultural Medium. 2004. 445 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Delft University Of Technology, Delft, 2004. Disponível em:

<https://repository.tudelft.nl/islandora/object/uuid%3A37b0e5d5-9906-4570-97a7-6ab1c7704a3e> Acesso em: 17 jul. 2017.

ROCHA, Lourdes Maria de Leitão Nunes. Casas-Abrigo no Enfrentamento da Violência de Gênero. São Paulo: Veras Editora, 2007. v.01. 254 p. SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. Gênero,

Patriarcado, Violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Acesso em: 23 jan. 2017

SANTIAGO, Rosilene Almeida; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ANTECEDENTES HISTÓRICOS. 2009. 19f. Monografia (Especialização)-Curso de Psicologia, Universidade Salvador—Unifacs, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/download/313/261>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

SÃO PAULO. Constituição (1989). CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: 1989. Disponível em: <http://http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/a2dc3f553380ee0f83256cfb00501463/46e2576658b1c52903256d63004f305> a?OpenDocument>. Acesso em: 02 aug. 2017.

SCHRAIBER, Lília Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; FALCÃO, Márcia Thereza Couto; FIGUEIREDO, Wagner dos Santos. Violência Dói e Não É Direito. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

OBRIGADA!

